

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**LUCAS GUEDES VILAS BOAS**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO E NA  
CIDADE: O EXEMPLO DE NEPOMUCENO-MG**

**JUIZ DE FORA  
2016**

**LUCAS GUEDES VILAS BOAS**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO E NA  
CIDADE: O EXEMPLO DE NEPOMUCENO-MG**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, na área de concentração Espaço e Ambiente, linha de Pesquisa “Dinâmicas Sócio-Espaciais”, como Requisito Parcial para Obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**Orientador (a): Professor Dr. Francisco de Assis Penteado Mazetto**

**JUIZ DE FORA**

**2016**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vilas Boas, Lucas Guedes.  
Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade : O Exemplo de Nepomuceno-MG / Lucas Guedes Vilas Boas. -- 2016.  
232 p. : il.

Orientador: Francisco de Assis Penteado Mazetto Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

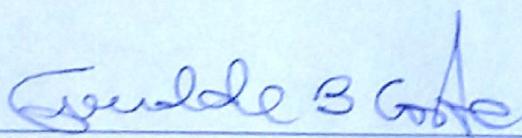
1. Agricultura. 2. Renda da Terra. 3. Segurança Alimentar. 4. Nepomuceno-MG. I. Mazetto, Francisco de Assis Penteado, orient. II. Título.

SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES CAPITALISTAS NO  
CAMPO E NA CIDADE: O EXEMPLO DE NEPOMUCENO-MG

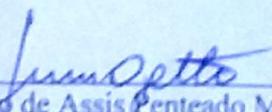
LUCAS GUEDES VILAS BOAS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Espaciais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

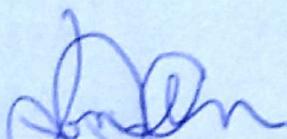
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/01/2016



Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Membro Externo)  
Universidade de Brasília



Prof. Dr. Francisco de Assis Penteado Mazetto (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (Membro Interno)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico aos bilhões de famintos e subnutridos mundo afora. Que a fome de vocês alimente ações e pensamentos revolucionários.

## AGRADECIMENTOS

Há alguns anos atrás, jamais pensaria que poderia impetrar tal conquista, que era concebida por mim como algo distante de minha realidade. Eis aqui o fruto de um trabalho teórico e prático executado nos últimos anos, o qual não seria concluído sem o imprescindível auxílio de pessoas que muito contribuíram para esta dissertação de mestrado e para minha vida. Abaixo, reitero meu reconhecimento àqueles que me acompanharam durante esta trajetória e peço escusas, se acaso esquecer-me de alguém.

Agradeço profundamente à minha família, alicerce de todas as minhas conquistas. Ao meu irmão Matheus, pela exultante convivência e companheirismo, desde meus primeiros dias. Sou grato também pelos auxílios prestados quanto a presente dissertação, ao incentivo fornecido e à confiança em mim depositada.

À minha companheira, amiga e namorada Jaqueline, pelo amor, cumplicidade e generosidade demonstrados durante este percurso, bem como em outros momentos.

Em especial àquela pessoa à qual sou incomensuravelmente grato pelos valores transmitidos. Pela compreensão nos muitos momentos de ausência, seja devido aos estudos ou por motivações profissionais. Julgo-me afortunado por ter seu amor e carinho para me amparar nos momentos de dificuldade. Saiba que apesar de minha descomunal frieza (conforme você diz), o amor, o carinho e a gratidão por ti são intermináveis. Orgulho-me, mãe, de ser teu filho e do nosso excelente convívio.

Agradeço também àqueles aos quais pude lecionar e com os quais muito aprendi, pois a docência e o convívio com eles foram bastante valorosos para a minha formação, tanto profissional como pessoal.

Devo agradecimentos a todos os professores que perpassaram a minha vida escolar e acadêmica, pelos ensinamentos passados e pela confiança na educação como algo que pode modificar realidades, apesar da sorumbática realidade deste setor no cenário nacional.

Aos amigos com os quais pude compartilhar momentos de diversão e distração. Como afirma o aforismo popular, “amigo é o irmão que se escolhe”. Sinto-me agraciado pelas muitas amizades verdadeiras constituídas no decurso de minha vida.

Aos amigos e companheiros do PPGEU-UFJF, pelas discussões e contribuições fornecidas a presente pesquisa, que foram de grande valor, não somente para este trabalho, como também para o meu enriquecimento teórico enquanto pesquisador.

À população nepomucenense, em especial às pessoas estudadas diretamente

nesta pesquisa, pela valorosa contribuição fornecida ao trabalho, pela receptividade e solicitude nos diálogos e entrevistas realizados, sem os quais esta investigação não seria concluída.

Ao orientador deste trabalho, Professor Doutor Francisco de Assis Penteado Mazetto, pelas sugestões e críticas ao trabalho, assim como pela amizade e postura profissional demonstradas.

Ao Professor Doutor Leonardo de Oliveira Carneiro, pelas estimadas sugestões fornecidas ao projeto da presente dissertação.

Sinto-me muito feliz pela oportunidade de estudo que me foi propiciada e aguardo utopicamente que algum dia, todos os homens e mulheres possam ter acesso igualitário e universal às chances de estudo e de trabalho, minorando a desigualdade social que impera sobre o mundo e o Brasil, privando a maioria dos trabalhadores do acesso a uma educação de qualidade.

À EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), pelas informações concedidas para a realização da pesquisa.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo aporte financeiro fornecido ao desenvolvimento da pesquisa.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

## RESUMO

No panorama nacional, houve um intenso processo de êxodo rural, ocasionado devido a processos como a mecanização agrícola e a especulação fundiária, que repercutiram nas dietas alimentares dos brasileiros. A alimentação é importantíssima à saúde dos indivíduos, garantindo-lhes o suprimento de nutrientes indispensáveis ao funcionamento ideal de seus organismos. Destarte, esta dissertação almeja analisar e comparar a alimentação de um grupo populacional recém-migrado para a cidade com a de um conjunto de habitantes do campo, que não possua nenhum vínculo com procedimentos agroecológicos ou movimentos sociais. Para este objetivo, o trabalho utiliza a categoria de análise segurança alimentar, pois se julga que esta possui muitos aspectos concernentes à relação entre agricultura e dieta alimentar e permite a averiguação de aspectos relacionados à alimentação e à saúde dos pesquisados. O local de estudo é o município de Nepomuceno, situado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, que possui sua economia assentada sobre a agricultura, sobretudo na produção cafeeira. A pesquisa engloba a agricultura municipal, sobretudo a familiar, almejando avaliar elementos como os insumos urbano-industriais utilizados na produção agrícola, as formas de renda fundiária encontradas no campo em Nepomuceno, entre outros. A renda da terra foi uma categoria utilizada no estudo, pois possibilita a constatação de relações e processos tipicamente capitalistas no campo. As modalidades de trabalho e de arrendamentos presentes no contexto municipal também foram analisadas, assim como as repercussões da especulação fundiária e imobiliária na dinâmica agrícola local. Para a averiguação da segurança alimentar dos grupos estudados, aplicou-se o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em quarenta imóveis camponeses e em quarenta domicílios citadinos de Nepomuceno. Ademais, outros aspectos que influenciam na segurança alimentar dos indivíduos, como o alcoolismo, a obesidade, o uso de agrotóxicos, os problemas psicológicos, entre outros, também foram avaliados. Neste contexto, o diálogo com os sujeitos da pesquisa, bem como um tempo mais prolongado de contato com eles, foram cruciais ao desenrolar deste estudo. Assim, o estudo pretende mostrar algumas das influências da questão agrária na alimentação dos homens e mulheres estudados, reverberando, conseqüentemente, na saúde deles.

Palavras-Chave: Agricultura; Renda da Terra; Segurança Alimentar; Nepomuceno-MG.

## **ABSTRACT**

On the national scene, there was an intense process of rural exodus, caused due to processes such as agricultural mechanization and land speculation, which had an impact on Brazilian food diets. Food is very important to the health of individuals, guaranteeing their supply of nutrients essential for the optimal functioning of their bodies. Thus, this work aims to analyze and compare the power of a newly migrated population group to the city with a number of rural inhabitants who do not have any link with agroecological procedures or social movements. For this purpose, the study uses the analysis category of food security, because conceives it is thought that this has many aspects concerning the relationship between agriculture and diet and allows the investigation of aspects related to food and health of responders. The study site is the municipality of Nepomuceno, located in the middle South/Southwest region of Minas Gerais, which has its economy based on agriculture, mainly in coffee production. The research covers the municipal agriculture, especially the family agriculture, aiming to evaluate elements like the urban-industrial inputs used in agricultural production, forms of the land rent found in the field in Nepomuceno, among others. The land rent category will be used in this analysis because it enables the realization of relations and typically capitalist processes in the field. Working and leases arrangements present in the municipal context were also analyzed, as well as the repercussions of land and property speculation on local agricultural dynamics. For the investigation of food safety groups, applied the questionnaire of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) in forty farm properties and forty city homes of Nepomuceno. Furthermore, other aspects that influence food security of individuals, like alcoholism, obesity, use of pesticides, psychological problems, among others, were also evaluated. In this context, dialogue with the research individuals and a longer period of contact with them, were crucial to the conduct of this study. Thus, the study aims to show some of the influences of the agrarian question in the feed of men and women studied, reverberating consequently on their health.

**Keywords:** Agriculture; Land Rent; Food Security; Nepomuceno-MG.

## **LISTA DE QUADROS**

|  |            |
|--|------------|
| <b>QUADRO 01:</b> Valores para a Classificação do Estágio de Segurança Alimentar segundo as Categorias Estabelecidas pela EBIA ..... | <b>154</b> |
|--|------------|

## LISTA DE FIGURAS

|  |            |
|--|------------|
| <b>FIGURA 01:</b> Mapa de Localização do Município de Nepomuceno na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas .....                            | <b>19</b>  |
| <b>FIGURA 02:</b> Mapa Representativo do Percentual de Domicílios Com Insegurança Alimentar no Brasil por Regiões – 2013 .....         | <b>157</b> |
| <b>FIGURA 03:</b> Cartograma Ilustrativo do Índice de Gini da Área Total dos Estabelecimentos Agropecuários por Município - 2006 ..... | <b>159</b> |
| <b>FIGURA 04:</b> Mapa das Principais Carências Existentes nas Diferentes Áreas Alimentares do Brasil .....                            | <b>167</b> |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>GRÁFICO 01:</b> Produção de Soja no Brasil de 1970 a 2006 ..... | <b>65</b> |
|--|-----------|

## LISTA DE TABELAS

|   |            |
|---|------------|
| <b>TABELA 01:</b> Índice de Gini no Brasil de 1985 a 2006 .....   | <b>40</b>  |
| <b>TABELA 02:</b> Quantitativo Absoluto e Relativo dos Domicílios Pesquisados com Casos de Alcoolismo e Obesidade em Nepomuceno – MG .....              | <b>195</b> |
| <b>TABELA 03:</b> Total Absoluto e Percentual dos Estados de Segurança Alimentar das Quarenta Famílias Camponesas Investigadas em Nepomuceno – MG ..... | <b>201</b> |
| <b>TABELA 04:</b> Total Absoluto e Percentual dos Estados de Segurança Alimentar das Quarenta Famílias Citadinas Investigadas em Nepomuceno – MG .....  | <b>202</b> |

## **LISTA DE ANEXOS**

|  |            |
|--|------------|
| <b>ANEXO I:</b> Questionário Aplicado – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)<br>..... | <b>224</b> |
| <b>ANEXO II:</b> Imagem da Topografia de Nepomuceno em 1958 .....                                  | <b>225</b> |
| <b>ANEXO III:</b> Cartilha – Por uma Alimentação mais Saudável.....                                | <b>226</b> |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....                                   | <b>16</b>  |
| <b>2 – QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL</b> .....                    | <b>33</b>  |
| 2.1 – Histórico da Concentração de Terras no Brasil .....     | 33         |
| 2.2 – Êxodo Rural (Causas e Consequências) .....              | 53         |
| 2.3 - Produção Monocultora, Voltada à Exportação .....        | 57         |
| 2.4 - Questão Agrária em Nepomuceno - MG .....                | 73         |
| <b>3–RENDA DA TERRA</b> .....                                 | <b>99</b>  |
| 3.1 – A Terra como Mercadoria .....                           | 106        |
| 3.2 – Renda da Terra .....                                    | 110        |
| 3.2.1 – Renda da Terra Absoluta .....                         | 114        |
| 3.2.2 – Renda da Terra de Monopólio .....                     | 116        |
| 3.2.3 – Renda da Terra Diferencial .....                      | 118        |
| 3.2.3.1 – Renda da Terra Diferencial I .....                  | 119        |
| 3.2.3.2 – Renda da Terra Diferencial II .....                 | 121        |
| 3.3 - Renda da Terra em Nepomuceno - MG .....                 | 123        |
| <b>4 – SEGURANÇA/INSEGURANÇA ALIMENTAR</b> .....              | <b>139</b> |
| 4.1 – Segurança/Insegurança Alimentar .....                   | 139        |
| 4.2 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) ..... | 151        |
| 4.3 – Fome Oculta .....                                       | 160        |
| 4.4 – Modo de Produção Capitalista e Fome Oculta .....        | 174        |
| 4.5 – Segurança/Insegurança Alimentar em Nepomuceno-MG .....  | 186        |
| <b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                         | <b>206</b> |
| <b>6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....                   | <b>212</b> |

## APRESENTAÇÃO

Há anos sinto-me comovido pela fome que grassa na sociedade. Mesmo com o intenso aparato tecnológico que elevou exponencialmente a produção de alimentos em escala mundial, milhões de pessoas morrem todos os anos devido à fome ou por alguma patologia decorrente da alimentação precária. Problemas no acesso e na distribuição de alimentos, inerentes à iniquidade característica do modo de produção capitalista. Deste modo, a temática da alimentação sempre me foi de grande interesse, visto que ela possui repercussões na saúde humana.

Contudo, a alimentação não poderia ser investigada isoladamente no estudo geográfico. Assim sendo, a questão agrária, provedora de alimentos para a humanidade, foi discutida nestes escritos, devido ao seu inerente vínculo com a temática. Estudou-se o município de Nepomuceno, onde resido, pois considero que o geógrafo deve procurar através de seu conhecimento proporcionar alguma mudança na sociedade, sobretudo em sua realidade local.

Entre os entrevistados, estavam famílias de alguns discentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, instituição na qual trabalho, favorecendo o contato e a proximidade com os sujeitos analisados na pesquisa. Em alguns casos, os próprios estudantes, para os quais leciono, auxiliaram-me, acompanhando-me nas visitas às propriedades examinadas e apresentando-me as famílias investigadas.

Motivado por desejos de mudança e justiça social, encerro esta breve apresentação, na qual justifico a relevância para a população estudada e o campo de estudos em voga da dissertação intitulada “Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno – MG”, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## 1 - INTRODUÇÃO

Hodiernamente, fenômenos como a urbanização e a industrialização se realçam e se fortalecem, tanto na escala nacional, quanto na global. Com isso, gradativamente os estudos vão enfatizando as temáticas relativas aos processos supracitados, enquanto que, em alguns casos, as questões relativas ao campo e à agricultura praticamente se desvanecem em algumas áreas do saber<sup>1</sup>. Então, é justamente acerca deste mote que a pesquisa se debruça.

Não obstante, pensa-se que a agricultura e o campo ainda possuem suma importância na contemporaneidade, pois eles são, respectivamente, a atividade e a localidade basilares da produção alimentícia em escala mundial. O seu valor cresce ao se considerar o fato de que o regime alimentar dos seres humanos incide diretamente na sua saúde, podendo uma alimentação desequilibrada ou insuficiente em termos nutricionais acarretar em diversas moléstias.

A relação entre agricultura e alimentação é intensa, sendo objeto de estudos há muitos anos por pesquisadores de diversas áreas, dentre elas, a geografia. Foi devido ao surgimento da agricultura que o ser humano pôde abandonar o nomadismo e se fixar em determinados territórios, o que futuramente originaria as primeiras cidades. Ressalva-se aqui que as migrações, desde épocas primitivas, constantes às quais os homens e as mulheres se submetiam eram acarretadas mormente pelas necessidades alimentícias.

Além disto, a agricultura propiciou o surgimento de um excedente agrícola, que foi apropriado por um grupo social. Desta maneira, as pessoas componentes desta camada da população puderam exercer outras atividades, como o comércio. Assim, alguns deles se sedentarizaram e a economia se diversificou, favorecendo o aumento da aglomeração humana nestas localidades.

A respeito deste assunto, Porto-Gonçalves (2006)<sup>2</sup> diz que a alimentação é fundamental para a reprodução das espécies animais, entre elas o ser humano, e que o alimento é a energia que move todo ser vivo, visto que lhe fornece calorias para suas atividades cotidianas, além de proporcionar o ganho de nutrientes indispensáveis ao

---

<sup>1</sup> Quanto à assertiva, pode-se afirmar que a ciência geográfica seja uma exceção à regra, pois neste campo do saber, os estudos sobre a questão agrária recebem expressiva atenção, o que é comprovado pelo alto número de inscritos em eventos no Brasil, como o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA).

<sup>2</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

funcionamento dos organismos.

Qualquer que seja o estudo no âmbito da ciência geográfica, ele necessita de uma delimitação espacial e temporal, portanto, de uma escala espaço-temporal, segundo apontam autores como Lane (2001)<sup>3</sup> e Massey (1999)<sup>4</sup>. O uso de uma escala espaço-temporal não representa que o trabalho se restrinja somente àquele tempo ou àquele espaço, pois a realidade é dinâmica.

Os autores supramencionados corroboram a necessidade de evitar que o tempo e o espaço sejam transformados em coisas estáticas nas apreciações geográficas, pois isto reduziria a abrangência do estudo e excluiria alguns elementos importantes da análise. Destarte, as condições espaço-temporais de uma localidade são bastante influenciadas por outros espaços e por dessemelhantes tempos.

Após expressar a validade da demarcação espaço-temporal, cabe salientar que a área de estudo é o município de Nepomuceno, localizado no sul de Minas Gerais, um dos maiores produtores de café do país. Ultimamente, a região vem passando por um intenso processo de modernização e mecanização da agricultura e pela expansão da área ocupada pela lavoura cafeeira, o que vem aprofundando o êxodo rural e expulsando os pequenos proprietários rurais, vítimas da especulação fundiária.

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)<sup>5</sup>, o território onde atualmente situa-se Nepomuceno começou a ser ocupado no princípio do século XVIII, em uma propriedade rural obtida por sesmaria. Ali, seu proprietário, o Capitão Mateus Luís Garcia, ergueu uma capela em homenagem a São João Nepomuceno, do qual era muito devoto. A vila de São João Nepomuceno de Lavras do Funil foi fundada já no findar do século XVIII. Durante o século XIX, a fixação de agricultores possibilitou o desenvolvimento do povoado. Em 30 de agosto de 1911, Nepomuceno obteve a emancipação, tornando-se município por intermédio da Lei Estadual nº 556.

Merece ênfase a privilegiada localização de Nepomuceno, visto que o município localiza-se a aproximadamente onze quilômetros da Rodovia Fernão Dias (BR-381), que conecta as unidades federativas de Minas Gerais e de São Paulo, portanto,

---

<sup>3</sup> LANE, Stuart. N. Constructive comments on D Massey 'Space-time, "Science" and the relationship between physical geography and human geography'. **Transactions of the Institute of British Geographers**. Vol. 26. 2001, p. 243-256.

<sup>4</sup> MASSEY, Doreen. Space-time, 'Science' and the relationship between physical geography and human geography. **Transactions – Institute of British Geographers**, Vol. 24, 1999, p. 261 – 276.

<sup>5</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. 2010.

favorecendo o acesso a importantes metrópoles nacionais, como São Paulo e Belo Horizonte.

Seus biomas são o Cerrado e a Mata Atlântica, já majoritariamente devastados pela ação humana, sobretudo a cafeicultura. O clima do município é do tipo CwB, segundo a classificação de Köppen (mesotérmico com verões brandos e suaves e estiagem de inverno). Isto denota que, em geral, Nepomuceno passa por períodos de escassez pluviométrica no inverno e que o seu clima não possui temperaturas máximas extremas, mesmo nas estações mais quentes. Tal fato é bastante benéfico à produção cafeeira, que padece com temperaturas muito elevadas e muito baixas.

De acordo com dados oficiais (IBGE, 2013)<sup>6</sup>, no ano de 2013 o município de Nepomuceno-MG ocupava a 7ª posição no ranking dos maiores produtores de café do Brasil. Localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (vide o mapa apresentado na figura 01), o município possui aproximadamente 26 mil habitantes. Mais de 40% de seu PIB (Produto Interno Bruto) é proveniente da agropecuária, que é o setor econômico mais importante, com a parcela majoritária da renda deste setor derivando da cultura cafeeira. Destaca-se ainda na região o setor granjeiro, sobretudo devido à presença do Aviário Santo Antônio, um dos maiores do país.

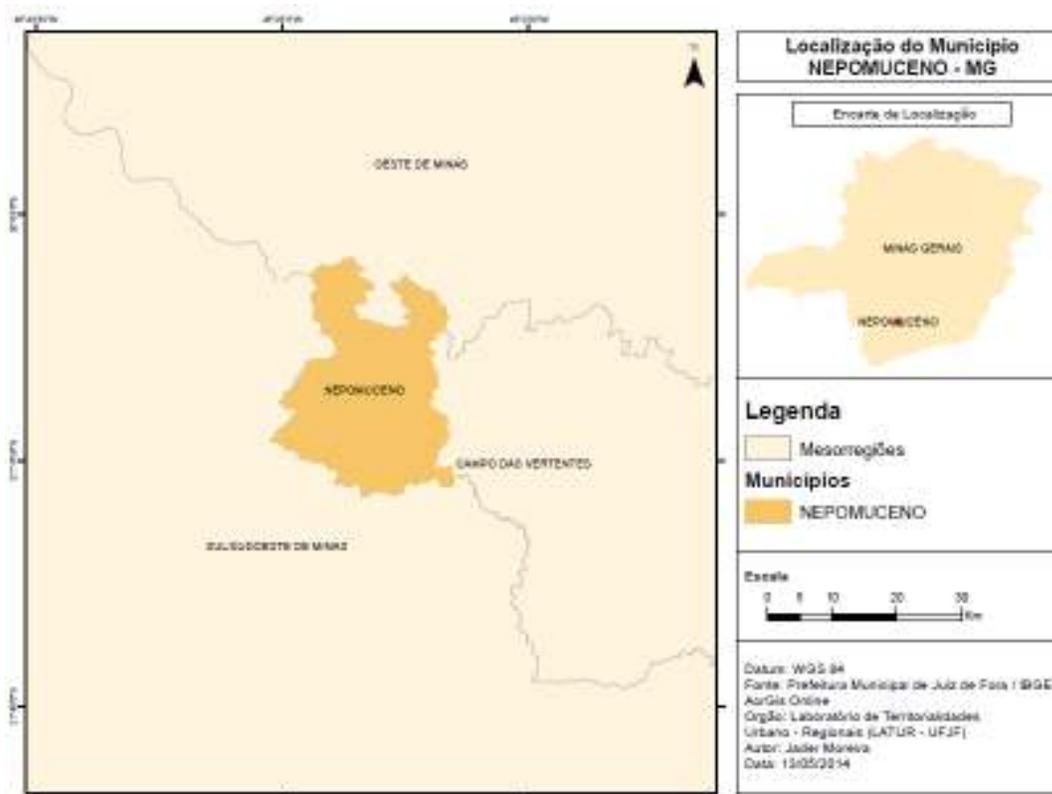
De acordo com dados do último Censo Demográfico do IBGE<sup>7</sup>, realizado no ano de 2010, no município de Nepomuceno o percentual da população total em extrema pobreza era de 2,92%, enquanto que o de população rural em extrema pobreza era de 4,02% e o de população urbana era de 2,60%. No entanto, apesar de avaliar outros fatores, o órgão estatal utiliza principalmente o critério do orçamento mensal ou anual das famílias para mensuração da pobreza. Assim sendo, estes números indicam apenas um hiato financeiro entre os habitantes do campo e da cidade no município. Para averiguar as condições de vida dos cidadãos nepomucenenses, é necessária uma pesquisa mais contundente, que enfatize vários outros fatores, além da questão salarial.

---

<sup>6</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal – Culturas temporárias e permanentes**. Vol. 40. Rio de Janeiro. 2013.

<sup>7</sup> IDEM. 2010.

**FIGURA 01.** Mapa de Localização do Município de Nepomuceno na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas



Fonte: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/IBGE

Conforme acima exposto, o setor agrícola é dinâmico no município estudado, o que fez abrolhar a vontade de estudar com maior afinco a agricultura nepomucenense, procurando compreender as minúcias presentes em suas relações produtivas e trabalhistas e seus entrelaçamentos com a alimentação da população local. Posteriormente, busca-se examinar características vinculadas à qualidade das dietas alimentares dos grupos pesquisados.

Deste modo, o intuito do trabalho foi investigar e comparar a alimentação entre um grupo camponês, sem quaisquer ligações com movimentos sociais e sem vínculo com práticas agroecológicas, e outro grupo recém-migrado do campo para a cidade. A intenção deste estudo é demonstrar como a questão agrária influencia na alimentação dos indivíduos e, por conseguinte, na saúde destes. Outro objetivo é averiguar se os hábitos alimentares da sociedade urbana industrial já desvirtuaram os hábitos da culinária e alimentação campesina.

Para tal intento, é utilizada a categoria de análise renda da terra, utilizando como base os escritos de Karl Marx sobre o tema. Através dela, julga-se tornar possível a avaliação de como ocorrem a especulação fundiária, a concentração de terras e o êxodo rural no município de Nepomuceno. A abordagem tem um viés marxista, enfatizando pontos como a expropriação do camponês da propriedade da terra, a não posse dos meios produtivos e sua submissão ao assalariamento, entre outros.

O objetivo basilar da obra é analisar e compreender como a questão agrária interfere na insegurança alimentar, na população camponesa residente no meio rural nepomucenense e sobrevive graças à agricultura, e na população vinda do êxodo rural no município de Nepomuceno-MG.

Outros objetivos destes escritos são: (i) avaliar o quadro de insegurança alimentar entre os dois grupos populacionais estudados, identificando as principais características deste processo; (ii) investigar como o êxodo rural, influenciado pela especulação fundiária agrícola e pela elevada concentração fundiária, interferiu ou não nos hábitos alimentares dos migrantes, e de que maneira isto se deu; (iii) analisar como o mecanismo da renda da terra atua sobre o panorama agrícola municipal e, por conseguinte, na alimentação de seus habitantes; (iv) além de atrelar processos como a modernização agrícola e a concentração fundiária com os hábitos alimentares das populações estudadas.

Para se atingir os desígnios propostos, alguns recursos e procedimentos metodológicos foram adotados, sendo abaixo esmiuçados. Cabe ressaltar que como o trabalho realizado possui teor altamente qualitativo, o tipo de pesquisa eleito priorizou aspectos qualitativos, tanto no texto, quanto na pesquisa de campo.

Segundo Demo (1998)<sup>8</sup> e Oliveira (2012)<sup>9</sup>, pode-se proferir que a pesquisa qualitativa não impede que elementos quantitativos sejam utilizados. Muitas vezes, o uso destes é uma maneira de corroborar algo que intenta ser explicado. Destarte, apesar da busca por proporcionar um caráter qualitativo aos escritos, algumas estatísticas e indicadores serão empregados.

Os elementos metodológicos desta pesquisa perpassam a introdução e os demais capítulos. Opta-se por tal estratégia, numa tentativa de escapar da rotineira fragmentação positivista característica da maioria dos trabalhos acadêmicos realizados.

---

<sup>8</sup> DEMO, Pedro. Pesquisa Qualitativa - Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, USP/Ribeirão Preto, v. 6. 1998, p. 89-104.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Vale grifar que os aspectos psicológicos vinculam-se à abordagem qualitativa. Isto é latente no trabalho, no que remete à insegurança alimentar, elencando alguns distúrbios psicopatológicos decorrentes deste quadro, assim como na tentativa de avaliar como a insegurança alimentar afeta o caráter psicológico dos sujeitos estudados.

Um tipo de pesquisa utilizado para a confecção destes escritos é a pesquisa bibliográfica (que se pauta na leitura, uso e análise de fontes científicas), que possui fontes secundárias a respeito do que é estudado. Oliveira (2012)<sup>10</sup> também narra que a pesquisa qualitativa se aproxima de outros conhecimentos, além do científico, buscando um diálogo com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

No bojo da pesquisa qualitativa aqui realizada, a proposta de pesquisa e seus procedimentos foram transmitidos aos sujeitos investigados e definidos externamente a eles. Contudo, buscou-se manter o envolvimento e o compromisso com relação à população e à comunidade estudadas, que foram interrogadas e consultadas durante várias etapas do estudo.

Ainda em consonância com a autora<sup>11</sup>, o trabalho usou duas principais vertentes de fontes: a revisão literária, já explicada anteriormente; e a realidade empírica (em campo), por intermédio das idas aos locais estudados, da observação dos hábitos e das dietas alimentares dos homens e mulheres pesquisados, das entrevistas aplicadas e dos diálogos realizados, procurando-se assim, atar teoria à prática.

Utilizou-se o estudo de caso múltiplo, que abarca mais de uma realidade para confrontar dados, algo valoroso à análise que se almeja realizar, pois a compreensão das diferenças existentes entre dessemelhantes realidades contribui para o avanço dos estudos pretendidos. Isto foi concretizado ao se confrontar as situações de segurança/insegurança alimentar do grupo camponês e do cidadão envolvidos na pesquisa.

Outro aspecto, defendido por Fals Borda (1981)<sup>12</sup> ao comentar acerca da restituição sistemática (entendida sinteticamente como um resgate histórico do grupo), é a comunicação diferencial, na qual a publicação dos estudos desenvolvidos deve privilegiar os grupos populares, sendo os sujeitos estudados aqueles que primeiramente devem inteirar-se dos resultados da pesquisa. Em vista disso, os resultados obtidos no

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Maria Marly de. *Op. cit.* 2012.

<sup>11</sup> *Ibidem.*

<sup>12</sup> FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

trabalho efetivado foram expostos, divulgados e explicados, em primeira instância, à população estudada.

Uma regra da restituição sistemática ventilada pelo autor é a simplicidade da comunicação, pois a linguagem e a comunicação da pesquisa devem ser acessíveis a todos os homens e mulheres atingidos por ela. Neste contexto, aspirou-se levar uma linguagem adequada e compreensível aos indivíduos estudados, de modo que eles pudessem informar-se acerca de todos os procedimentos efetuados.

Outro ponto versado pelo autor ao discutir o tema supracitado é a popularização técnica, na qual o estudioso deve tornar as técnicas da pesquisa acessíveis aos grupos estudados. Assim sendo, as técnicas aplicadas, as metodologias de pesquisa e as entrevistas foram explicadas aos sujeitos da pesquisa, intentado pormenorizar os seus detalhes. Após a explicação das mesmas, os investigados foram questionados sobre a concordância com a realização do trabalho, porquanto na pesquisa realizada, julgou-se a consulta ao grupo investigado como algo imperioso.

Nos subcapítulos da dissertação referentes especificamente à área de estudo, visou-se sempre voltar e recorrer aos subcapítulos precedentes, de cunho mais teórico, com o intuito de evitar uma estrutura fragmentada do texto, além de relacionar teoria com empiria, algo fundamental aos exames geográficos. Ademais, o encaixe entre a realidade empírica observada em campo e o arcabouço teórico é algo crucial aos estudos que lidam com questões socioespaciais.

Sintetizando o que fora acima exposto, se almejou realizar uma pesquisa qualitativa, alicerçada no estudo de caso sobre os hábitos alimentares da população camponesa e da urbana proveniente do êxodo rural de Nepomuceno-MG, visando compreender o modo como a renda da terra interferiu (ou não) nos contextos de insegurança alimentar e de quadros de carência nutricional nos grupos pesquisados.

Opta-se pela utilização de textos literários em alguns momentos da escrita, pois alguns literatas nacionais e estrangeiros narram e explicam de modo coerente e minucioso alguns dos problemas tratados na pesquisa. Além disto, em temáticas como a fome, e mais especificamente a fome oculta, as pesquisas de cunho científico ainda são exíguas, deixando algumas lacunas nas abordagens realizadas. Também se apregoa o pensamento de que a ciência deve dialogar com as outras formas de conhecimento, como por exemplo, a literatura.

A primeira etapa do trabalho se pautou na leitura de referências bibliográficas sobre os motes discutidos (a questão agrária, a renda fundiária, a insegurança alimentar

e a fome específica ou oculta), de modo a proporcionar um maior aprofundamento no que concerne às teorias e aos conceitos estudados.

Inicialmente, procedeu-se na análise de referências bibliográficas relativas à agricultura nacional, principalmente sobre a elevada concentração fundiária brasileira, as práticas agrícolas monocultoras instauradas no país, o êxodo rural e os mecanismos fomentadores de tal processo, como a Modernização Agrícola e a Revolução Verde, entre outros. Não obstante, também foram utilizados escritos de autores que discutem a problemática agrícola mundial, visto que esta reverbera diretamente no cenário agrário brasileiro.

Na sequência, efetuou-se a pesquisa relativa à renda da terra, sempre a relacionando aos estudos referentes ao capital. Para tal intento, foram utilizadas obras de autores clássicos que discutem o mote em questão, como Karl Marx, David Ricardo, entre outros, e de autores contemporâneos, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Flávio Villaça, David Harvey, entre outros.

Posteriormente, foram analisadas as obras bibliográficas relacionadas à insegurança alimentar e à fome específica ou oculta. Na sequência, iniciou-se a realização das entrevistas em campo, para avaliação da alimentação das populações estudadas e para averiguar se ocorreram alterações em seus regimes alimentares. Nos casos de uma resposta positiva, foram investigados os aspectos e os processos que levaram a tais mudanças.

Para a análise dessa situação de insegurança alimentar, foram estudados dois grupos populacionais distintos. O primeiro se refere a uma população camponesa, sem liames com movimentos sociais e sem o uso das práticas agroecológicas, visando manter a fidedignidade do trabalho, já que estudiosos como Ferrari (2010)<sup>13</sup> e Costa Neto (2008)<sup>14</sup>, afirmam que a agroecologia é uma forma eficaz de se combater a insegurança alimentar. O segundo é constituído por um conjunto de pessoas migradas do campo para a urbe. Não se parte de um pressuposto já dado, como por exemplo, de que a alimentação no campo é mais saudável do que na cidade, visão vulgarmente popularizada e difundida.

Tem-se a pretensão de construir um comparativo entre a alimentação das duas

---

<sup>13</sup> FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Agricultura Familiar Camponesa, Agroecologia e Estratégias de Reprodução Socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Apresentada para Obtenção do Título de *Magister Scientiae*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.

<sup>14</sup> COSTA NETO, Carobert. "Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro." In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campepinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 71-82.

populações estudadas, de modo a verificar se a migração para a cidade modificou substancialmente os modos alimentares dos migrantes, e se tal mudança foi positiva ou negativa. Tentou-se averiguar algumas de suas carências nutricionais, através de entrevistas e observações sobre seus modos alimentares e os nutrientes que compõem ou não sua base alimentar, procurando inquirir se há relações entre estas e a modernização da produção agrícola e/ou o êxodo rural.

O propósito do trabalho é realizar um estudo que utilize a Geografia Crítica e os autores a ela vinculados como seu alicerce teórico-metodológico, à qual se julga ser a corrente do pensamento geográfico mais apropriada à construção do trabalho, por proporcionar encontrar as causas estruturais presentes nos fenômenos sociais, como o caso da insegurança alimentar e da fome oculta. Este método busca explicar o mundo a partir do próprio, com enfoque na relação homem/trabalho, sobretudo nos processos produtivos, e na relação entre a natureza e suas matérias utilizadas na produção.

Os dados e informações acerca da renda da terra e da alimentação de migrados e camponeses foram obtidos através da observação e também por intermédio de informações e estatísticas sobre o preço da terra, a mecanização e a produção agrícola, entre outros assuntos pertinentes ao estudo realizado. Para tal intento, as bibliografias referentes às temáticas retrocitadas são de grande valia, quando conjugadas aos dados analisados.

O trabalho de campo se pautou na realização das entrevistas, de caráter qualitativo. Acerca da ida a campo, Lacoste (2006)<sup>15</sup> salienta a responsabilidade do pesquisador ante os sujeitos estudados, e defende a comunicação dos resultados da pesquisa a eles. Argumenta também que as pessoas envolvidas nas pesquisas necessitam conhecê-las, assim como seus resultados e sua posterior utilização. A apresentação dos resultados da pesquisa ao grupo pesquisado deve ocorrer numa linguagem acessível a eles (de forma pedagógica), o que altera expressivamente a relação pesquisador/pesquisado.

Para o autor, a pesquisa deve produzir elementos de um saber novo. Ademais, ele alega que o trabalho de campo demanda um tempo mínimo de convivência no local e critica a ida a campo como normalmente ocorre, com os estudiosos permanecendo por poucos instantes no local de estudo. No que se refere à discussão proposta, o ilustre

---

<sup>15</sup> LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 84. 2006, p. 77-92.

geógrafo francês (ibidem, p. 91)<sup>16</sup> disserta:

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Deste modo, as idas a campo foram compreendidas entre 19 de novembro de 2014 e 19 de julho de 2015, com no mínimo três visitas a cada família e propriedade pesquisadas. Este período de visitas às residências estudadas foi valioso ao trabalho, pois possibilitou visualizar o cotidiano e a situação alimentar dos grupos examinados em distintos períodos do ano, configurando situações temporais (térmicas, pluviométricas, econômicas, entre outras) diferentes.

Ao todo, quarenta famílias camponesas e quarenta famílias citadinas residentes no município foram analisadas quanto à situação de segurança alimentar, correlacionando-a com a questão agrícola local e a renda da terra. Não obstante, ressalta-se que foi investigado um quantitativo maior de imóveis e de pessoas. Contudo, visando manter a equidade na faixa salarial dos grupos estudados, optou-se por excluir algumas famílias e domicílios pesquisados da análise da segurança alimentar e da aplicação do questionário da EBIA.

A receptividade nas moradias estudadas foi boa, melhorando com o decorrer do tempo. No princípio, seus residentes respondiam às questões de forma mais sucinta, não se prolongando em suas falas. Com o desenrolar das visitas, a voz destes sujeitos foi tornando-se mais ativa, com pronunciamentos mais longos, nos quais angústias e outros sentimentos eram revelados. Assim, a cada novo contato ampliava-se a percepção da realidade alimentar dos indivíduos pesquisados, bem como o envolvimento destes com o estudo.

Ademais, os quintais e lavouras das propriedades visitadas foram percorridos, no intuito de encontrar mais elementos e indícios que pudessem ampliar a compreensão acerca da agricultura e da alimentação dos sujeitos investigados. Os recipientes e embalagens dos insumos utilizados, tais como adubos químicos e pesticidas, também foram observados, com o intuito de verificar as empresas fabricantes.

Houve dificuldades na seleção das quarenta famílias residentes na cidade, visto que percentual representativo da população urbana de Nepomuceno possui propriedades

---

<sup>16</sup> Ibidem.

rurais. Como um dos objetivos do trabalho é comparar a situação alimentar entre famílias com posse sobre a terra enquanto meio produtivo e as que nada cultivam, tal fato tornou mais complexa a escolha dos grupos estudados.

Sublinha-se que o objetivo em estudar um grupo despossuído de meios produtivos é justamente averiguar como a falta de acesso à terra interfere na alimentação dos indivíduos, além de perceber qual o papel desempenhado pelas remunerações neste contexto. Conforme as idas aos imóveis rurais aconteciam, solicitava-se aos seus moradores que informassem sobre pessoas conhecidas que migraram recentemente para a cidade. Por conseguinte, o auxílio dos sujeitos envolvidos neste estudo foi fundamental na escolha dos domicílios urbanos investigados.

O capítulo referente à questão agrária no Brasil fez-se necessário ao trabalho, já que esta é indissociável das categorias renda da terra e segurança alimentar, que serão versadas nesta obra, de maneira a tentar correlacioná-las no âmbito da área estudada. Para analisar a questão agrária em Nepomuceno, julgou-se necessário alguns comentários sobre a agricultura em escala nacional e seus pontos cruciais, visto que isto reverbera diretamente no contexto municipal.

De início, alguns comentários foram elaborados com o intuito de elucidar o viés histórico da elevada concentração fundiária vigente no Brasil, reflexo de um país caracterizado pela díspar distribuição de renda. Para tal, perpassou-se pela evolução temporal desta centralização, desde pouco tempo decorrido da chegada dos colonizadores portugueses com a instituição das capitânicas hereditárias, passando pelas concessões de sesmarias, pela Lei de Terras de 1850 e pelos latifúndios contemporâneos, entre outros pontos importantes atinentes ao assunto.

Na sequência, versou-se sobre o êxodo rural, dialogando sobre suas causas e consequências. Fenômenos como a mecanização da produção agrícola e sua consequente modernização, além da intensa especulação fundiária existente, contribuíram para acirrar a migração de pessoas do campo para a cidade em todo o território brasileiro. Tais fatos findaram por abarrotar as grandes urbes do país com trabalhadores desqualificados<sup>17</sup> provenientes do campo, que em sua maioria, foram habitar as áreas mais pobres das cidades.

---

<sup>17</sup> Deve-se sublinhar que a desqualificação à qual o trecho alude é referente ao nível de instrução, ou seja, aos anos de escolaridade destes trabalhadores. Contudo, isto não impede que eles sejam muito qualificados para algumas funções, por exemplo, o trabalho agrícola.

É imperativo enfatizar que os hábitos alimentares das pessoas são alterados com a mudança para as áreas urbanas e que o fato de não possuírem mais a propriedade do meio produtivo (a terra), as torna extremamente dependentes da renda salarial para asseverarem sua alimentação cotidiana. Assim, percebe-se como a chegada de relações capitalistas de produção no campo conduzem o trabalhador ao assalariamento, que é condição basal ao capitalismo, pois propicia maior exploração do trabalho e amplia expressivamente a extração de mais-valia.

Posteriormente, foi aventado o caráter monocultor da agricultura nacional, marcada pelos latifúndios que reduzem a produção a uma baixíssima diversidade e ainda voltam sua produção ao mercado externo, deteriorando assim o consumo de alimentos em escala nacional. Ressalta-se que as monoculturas, ao instaurarem uma débil variedade de alimentos em sua produção, agravam os quadros de insegurança alimentar e de fome oculta, repercutindo em consequências deletérias à saúde humana.

A agricultura está densamente atrelada à saúde humana, pois ela é base da alimentação da maioria dos grupos humanos. Portanto, é fundamental para a subsistência dos homens e mulheres na superfície terrestre, visto que fornece os nutrientes necessários ao funcionamento do organismo humano, promovendo assim o bom desempenho de suas funções vitais.

A agricultura é uma das atividades trabalhistas mais insalubres. Inúmeros são os males aos quais os trabalhadores agrícolas se expõem no local de trabalho, tanto devido às intempéries (exposição à radiação solar e às precipitações intensas, muitas vezes sem a proteção adequada), como devido aos riscos de manuseio de instrumentos de trabalho e de produção, visto que muitos não utilizam os equipamentos de proteção individual (EPI's), entre outros perigos.

No subtópico relativo à questão agrícola em Nepomuceno, foram avaliadas as relações capitalistas de produção e de trabalho presentes em sua área rural. Ênfase foi conferida à cafeicultura, pois o café é o principal produto agrícola municipal, movimentando significativamente sua economia. Também se avaliou a inserção de técnicas e de capitais na agricultura nepomucenense, enfatizando questões pontuais como o uso de agrotóxicos e/ou de sementes transgênicas na lavoura, a introdução de maquinários no plantio e na colheita, as práticas de monocultura, entre outros aspectos.

Adiante, no capítulo relativo à segurança alimentar, elaborou-se os liames entre as características capitais da agricultura municipal e suas reverberações na questão alimentícia de sua população. Salienta-se que um objetivo do texto é evidenciar como as

práticas agrícolas realizadas interferem nos regimes alimentares e, conseqüentemente, na saúde dos indivíduos estudados, podendo incidir em insuficiências nutricionais e posteriores enfermidades. Neste âmbito, ressalva-se que atualmente o mercado alimentar não se restringe aos produtos locais, visto que as pessoas podem adquirir alimentos produzidos em outras regiões do país, cujos preços algumas vezes são inferiores aos dos gêneros cultivados em seu município.

A renda da terra foi selecionada como categoria de análise deste trabalho porque permite identificar vários processos concernentes à questão agrária, principalmente aqueles nitidamente capitalistas. Ela possibilita a compreensão de diversos fatos ocorridos no campo, como o processo de especulação fundiária, a aplicação de capitais na atividade agrícola, entre outros.

No capítulo que versa sobre a renda da terra, é imprescindível salientar que esta só existe no momento em que a terra passa a ser entendida como mercadoria. Por isto, este foi o primeiro assunto tratado no capítulo, pois, a partir da mercantilização da terra, é que se passa a auferir renda através dela. Posteriormente, realizou-se uma discussão conceitual acerca da renda da terra e de suas formas de manifestação, conforme exposto por Marx em suas obras. Neste âmbito, Marx (2006, p. 98)<sup>18</sup> pronuncia que:

A renda da terra é estabelecida pela luta entre o arrendatário e o proprietário agrário. Na economia política, em todos os lugares encontramos o antagonismo hostil dos interesses, a luta, a guerra, como a base da organização social.

Por conseguinte, a renda fundiária é a forma econômica da propriedade fundiária no capitalismo. No texto, a renda da terra é discutida em seus tipos, a renda da terra de monopólio, a absoluta e a diferencial (I e II). A renda absoluta decorre da propriedade privada do solo e de seu monopólio e é obtida através da venda dos produtos agrícolas num preço superior ao preço geral de produção. Enquanto isso, a renda de monopólio pode ser auferida de duas maneiras distintas.

Num primeiro caso, tem-se a posse e o controle do solo fertilíssimo ou com uma posição geográfica privilegiada para o desenvolvimento de dada atividade na produção agrícola, favorecendo a extração da renda de monopólio, pois somente aquela porção de terra apresenta as condições ideais à produção de determinado gênero agrícola.

Outra possibilidade é que os proprietários de terra detenham para eles todo

---

<sup>18</sup> MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

pedaço de solo não utilizado em certa região, monopolizando-os, através da cobrança de valores estrondosos para vendê-los. Assim, o monopólio acarreta no aumento dos preços de mercado (de venda) dos gêneros agrícolas advindos das porções de terra supramencionadas, os quais são comercializados acima do seu valor.

Já no que concerne à renda diferencial, frisa-se que ela é impetrada devido à diferença entre o preço individual de produção agrícola e o preço da produção geral, abalizado pelos custos de produção do pior solo cultivado. Nota-se, destarte, que este tipo de renda deriva da concorrência e apenas existe porque a terra é colocada a serviço de atividades produtivas.

A renda diferencial é dividida por alguns autores em renda diferencial I e II, de acordo com os atributos que ocasionam a diferenciação de determinada terra em relação às outras. Na renda diferencial I, é a localização e/ou a fertilidade que fornecem este tipo de renda às porções do solo melhores situadas e/ou mais férteis, desconsiderando-se o quantum de capital aplicado no solo. Portanto, ela é constituída por características preexistentes no fragmento de terra que a aufere.

Já a renda diferencial II é fornecida pelo investimento de capitais para ampliação da produtividade agrícola, sendo, por conseguinte, vinculada à questão técnica. Ela eleva artificialmente a fertilidade dos solos. Deve-se advertir que é errôneo pensar as duas formas de renda diferencial de maneira dissociada, pois ao passo que existe o cultivo de solos com distinções quanto à fertilidade e à localização, também há a produção em terras com desiguais montantes de capitais aplicados. Adiante, serão vistos maiores detalhamentos acerca de ambas. Na sequência do texto, alguns comentários foram tecidos, aludindo à renda da terra no município de Nepomuceno.

Trazendo à baila a questão agrária, deve-se enfatizar que a mesma é indispensável à análise da questão alimentícia, visto que é principalmente no campo que é produzida a maior parte dos alimentos consumidos pela população em geral. Assim sendo, julgou-se oportuno empregar-se a segurança alimentar nos estudos, visto que ela denota as estreitas relações existentes entre a agricultura e a alimentação, além de possibilitar uma ampla abrangência dos aspectos envolvidos na problemática da qualidade da alimentação.

No capítulo referente à segurança alimentar<sup>19</sup>, fez-se necessária inicialmente

---

<sup>19</sup> A segurança alimentar é aqui entendida, em consonância com Segal-Corrêa (2007), como a condição em que seja permanentemente asseverada aos indivíduos uma alimentação qualitativamente e quantitativamente suficiente, que lhes propicie uma vida saudável, sem comprometer outras necessidades

uma breve discussão conceitual acerca do tema, visando aclarar pontos cruciais a ela referentes, assim como enaltecer alguns aspectos nela presentes. Visto as interconexões existentes entre os conceitos de segurança e insegurança alimentar, torna-se imprescindível discuti-los de forma correlata. Ambos serão discutidos, assim como suas principais características intrínsecas, como a diversidade de alimentos consumidos, o condicionamento do acesso à alimentação pelo poder aquisitivo, o uso de pesticidas na agricultura, entre outras.

Deleuze & Guattari (2010)<sup>20</sup> apontam que o conceito tem sempre mais de um componente e advertem em seus escritos sobre a necessidade do conhecimento acerca destes. Neste sentido, estes escritos almejam expor alguns dos elementos presentes no conceito de segurança alimentar<sup>21</sup>. Os autores também evidenciam que todo conceito possui uma história, isto é, que eles não são estáticos, modificando-se no decurso do tempo com as transformações ocorridas no contexto e nas estruturas sociais.

Para averiguação dos quadros de insegurança alimentar nos sujeitos estudados, recorre-se à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que mensura a situação de insegurança alimentar vivida pelas pessoas. A EBIA utiliza um questionário composto por quatorze perguntas. Para cada resposta afirmativa, soma-se um ponto. Caso a resposta seja negativa, nenhum ponto é acrescentado. Ao final do questionário, quanto mais pontos o indivíduo fez, maior é o seu quadro de insegurança alimentar, havendo uma classificação do estado de insegurança alimentar, segundo a pontuação obtida na escala.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi utilizada como maneira de averiguar os quadros de insegurança alimentar em que se encontram as populações estudadas, visto a dificuldade em se obter dados nutricionais acerca dos grupos em questão. Através do uso deste indicador e por meio das observações, análises e diálogos *in loco*, vinculados à produção agrícola e à renda da terra, foi averiguada a situação de segurança alimentar nos cidadãos investigados no presente estudo.

Para além, outros elementos foram considerados na investigação sobre a

---

básicas do seu cotidiano. Maiores esclarecimentos sobre o assunto estão contidos no capítulo destinado ao tópico retrocitado, bem como em SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**. 21 (60). 2007, p. 143-154. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a12v2160.pdf>> Acessado em: 01/06/2014.

<sup>20</sup> DELEUZE, Giles. & GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Tradução: Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

<sup>21</sup> Salienta-se aqui que não somente os componentes da segurança alimentar serão aqui abordados, mas que outros conceitos aqui tratados, como a renda da terra e a fome oculta, também terão seus componentes discutidos.

insegurança alimentar, como a obesidade, o alcoolismo e o uso de agrotóxicos, pois estes repercutem imediatamente na qualidade dos regimes alimentares dos indivíduos, agravando as situações de insegurança alimentar. Ao passo que o tempo de contato com os grupos estudados se prolongava, mais informações sobre os assuntos supracitados eram obtidas, pois alguns destes temas envolvem elementos de ordem pessoal, podendo trazer algum constrangimento ao enunciador da fala.

Ao ponderar todos os fatos acima expostos, intentou-se ilustrar as amálgamas existentes entre a agricultura, a renda da terra e a segurança alimentar, a qual vincula-se diretamente à fome oculta, pois quanto maior a insegurança alimentar, provavelmente mais agravados serão os quadros de deficiências nutricionais apresentados pelos indivíduos. Desta maneira, ao se controverter a problemática da segurança alimentar, automaticamente estar-se-á debatendo e discorrendo sobre maneiras de minorar os casos de fome oculta, visto que ambas as categorias referem-se à questão alimentícia.

Por fim, diante do que fora acima dito, parte do capítulo referente à segurança alimentar destina-se também a discutir a problemática da fome oculta<sup>22</sup>, tão debatida por Josué de Castro em suas obras, visto que as carências nutricionais trazidas pela precária alimentação incidem em diversas moléstias à saúde humana e também porque, em geral, a mecanização agrícola reduz a diversidade alimentar. No que tange às causas do fenômeno supracitado, Vilas Boas (2013, p. 43)<sup>23</sup> enuncia que:

A principal causa da fome oculta se encontra na alimentação com pouca variedade, o que acarreta em carências nutricionais nas dietas. É importante dizer que o ser humano possui uma restrita variedade de gêneros alimentícios em comparação à quantidade de animais e plantas que poderiam ser domesticados para serem utilizados na alimentação. Com o transcorrer da história, o homem foi preferindo cada vez mais a quantidade à variedade na alimentação.

Então, salienta-se que a fome oculta, enquanto reflexo de falhas nas dietas alimentares de homens e mulheres, se atrela diretamente aos casos de insegurança alimentar, pois quanto maior esta última for, maior é a possibilidade de que exista algum nutriente em quantidade acima ou abaixo do recomendado ao organismo humano. Em

---

<sup>22</sup> Inicialmente, cabe frisar que as expressões fome oculta, fome específica e fome parcial serão usadas como sinônimo durante todo o texto, visto que Josué de Castro em seus consagrados livros “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” os utiliza para designar o mesmo fenômeno. Maiores minúcias sobre esta discussão serão encontradas em: CASTRO, Josué de. **Geografia Da Fome**. 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-A; e CASTRO, Josué de. **Geopolítica Da Fome**. 4ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-B.

<sup>23</sup> VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Uma Análise Crítica da Geografia da Saúde Através dos Indicadores: Fome e SIDA/AIDS**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geociências. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

seguida, alguns comentários foram confeccionados com o escopo de demonstrar como o modo de produção capitalista engendra sérias avarias à alimentação dos indivíduos, agravando os estados de fome oculta em que as populações se encontram.

## 2 - QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

### 2.1 – Histórico da Concentração de Terras no Brasil

Segundo expõe Jones (2003)<sup>24</sup>, as terras no Brasil são originalmente públicas, visto que enquanto eram ocupadas pelos nativos indígenas não possuíam proprietários. Pouco tempo após a chegada dos colonizadores portugueses, a situação se alterou. Elas perderam a característica de bem público com a dominação lusitana, momento este em que um bem natural do país foi entregue à esfera privada. No Brasil, as terras só foram privatizadas no sentido moderno capitalista em 1850 com a Lei de Terras, embora a revogação das sesmarias tenha ocorrido em 1822.

Antes da promulgação da lei supramencionada, as terras foram estatizadas pela Coroa Portuguesa. Até esta data, não existia a posse legal sobre a terra, mas sim concessões reais. Assim, a monarquia portuguesa poderia reclamar suas terras quando desejasse, pois as capitanias hereditárias e as sesmarias eram de sua propriedade. Portanto, na prática, durante um período de trezentos e cinquenta anos, as terras no Brasil estiveram sob controle e posse de alguns poucos indivíduos vinculados à metrópole portuguesa.

A agricultura brasileira sempre foi marcada pela intensa concentração de terras, que se dá desde a chegada dos portugueses em território tupiniquim. Portanto, a concentração fundiária é algo histórico no país. Decorridos poucos anos da chegada dos lusitanos, eles dividiram a porção portuguesa conhecida do Brasil em doze capitanias hereditárias, de modo a facilitar a gestão territorial. Desta maneira, estas deveriam ser administradas pelos capitães donatários, que eram membros vinculados à nobreza de Portugal.

Desde a chegada do colonizador lusitano, o Brasil sempre foi palco de uma lastimável e profunda concentração fundiária, que se principiou com a constituição das capitanias hereditárias no território nacional. Elas foram implantadas porque havia por parte dos portugueses o receio de invasões estrangeiras, sobretudo de corsários

---

<sup>24</sup> JONES, Alberto da Silva. **O MITO DA LEGALIDADE DO LATIFÚNDIO** – Legalidade e Grilagem no Processo de Ocupação das Terras Brasileiras (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra). Tese de Doutorado. São Paulo. 2003. 297 p.

européus, como holandeses, franceses e ingleses.

Entre 1534 e 1536, o então rei Dom João III divide todo o território brasileiro pertencente a Portugal em faixas, que foram entregues para a administração de pessoas próximas ao rei ou da nobreza lusa. O sistema de capitanias hereditárias enfrentou inúmeros problemas, como as ofensivas dos indígenas, o custoso controle de vastas extensões de terras, entre outros.

Posteriormente, a Coroa Portuguesa percebeu a dificuldade que os capitães donatários possuíam no controle das capitanias hereditárias, às quais possuíam grandíssimas extensões. Assim sendo, foi instituído o regime das sesmarias no Brasil. A sesmaria<sup>25</sup> é uma concessão de terra que o capitão donatário dava a uma pessoa de sua confiança (majoritariamente da nobreza), para que gerisse e cuidasse da mesma por determinado período. No Brasil, as sesmarias foram utilizadas principalmente para o *plantation* da cana-de-açúcar, sobretudo no litoral nordestino, onde eram construídos os afamados engenhos e havia a segregação entre casa-grande e senzala.

No primeiro século de colonização, as sesmarias asseguraram o monopólio da terra e dos trabalhadores aos poucos colonizadores. Jones (2003)<sup>26</sup> mostra que a transferência de terras públicas para particulares se deu através da concessão das sesmarias e das datas. Portanto, inicialmente, foram os institutos sesmariais que garantiram a concentração fundiária em solo brasileiro.

A grande propriedade rural com reduzida produtividade predomina no Brasil desde o século XVI. Tal fato remete à noção de *plantation*, que se caracteriza pela propriedade rural de grandes dimensões, com baixa produtividade e com uso de mão de obra mal qualificada<sup>27</sup> para as finalidades deste processo produtivo, entre outros aspectos. Além disto, era monocultor, porque as melhores áreas agrícolas, aquelas de maior fertilidade, serviam aos gêneros comerciais. Acerca do *plantation*, Stedile (2012-

---

<sup>25</sup> As sesmarias surgiram no território português no século XIV, através da “Lei das Sesmarias”, que obrigava todos aqueles que possuíam terras a cultivar, sob pena de expropriação (perda das terras) para os que não cumprissem o acordo. Elas surgiram logo após Portugal ser devastado pela peste negra, como maneira de promover a recuperação das terras lusitanas para o plantio, pois a escassez alimentícia era latente à época. Cabe enaltecer que a ideia de expropriar aqueles que não produzissem em suas terras, se assemelha bastante ao que apregoam os defensores da reforma agrária, visto que esta tem como seu principal aspecto expropriar as terras improdutivas, para reparti-las entre aqueles que nela produzirão.

<sup>26</sup> JONES, Alberto da Silva. *Op. cit.* 2003.

<sup>27</sup> Uma ressalva é válida neste ponto. A mão-de-obra à qual se refere a fala é mal qualificada para a técnica industrial, visto que possui um baixo nível de educação formal. Todavia, para outros fins, como por exemplo, a agroecologia, estes trabalhadores podem ser qualificados, pois muitos deles possuem conhecimentos sobre a lavoura, o meio ambiente, entre outros temas pertinentes aos plantios agroecológicos.

B, p. 23)<sup>28</sup> expressa:

É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., e utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos, para diminuir custos com transporte. Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem a força de trabalho da mão de obra escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado.

O sistema de *plantation* foi iniciado no Brasil já no século XVI, pouco tempo decorrido da colonização lusitana, inicialmente com a cana-de-açúcar, e posteriormente com outros gêneros agrícolas, como o café. Jones<sup>29</sup> enumera algumas características do *plantation*, como o fato de ser pautado no grande latifúndio monocultor, de sua produção ser direcionada ao mercado externo, de sua mão de obra ser marcadamente desqualificada, primeiramente com os escravos negros ou indígenas, e na sequência, com o assalariado mal remunerado. Neste sentido, no que tange à divisão social em classes, a estratificação social muitas vezes se entrelaçava à étnica.

Ressalta-se aqui que a concentração de terras sempre foi maior na região Nordeste do que na Sul, visto que lá a terra, bem como o gado, sempre teve proprietários, desde a chegada dos portugueses, enquanto que no Sul, só a partir do século XIX este processo foi acontecer.

Andrade (1979)<sup>30</sup> indica que os latifundiários do período colonial tratavam os escravos como mercadorias<sup>31</sup>, máquinas, às quais tentavam ampliar o período de vida

<sup>28</sup> STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda - 1960- 1980**. Org. STEDILE, João Pedro. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012-B, p. 17-34.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

<sup>31</sup> Andrade (1979) ainda pronuncia que, enquanto os colonizadores portugueses iam impondo sua religião (o cristianismo) e seu idioma (o português) aos escravos trazidos do continente africano, estes também imprimiam suas marcas na cultura dos colonizadores. Pode-se vincular esta fala do autor com o ponto de vista defendido contemporaneamente pelos autores do Pós-Colonialismo, como Walter Mignolo (2003) em “MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales – Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal. 2003.”, que defende que na relação entre colonizadores e dominados, ambos deixam vestígios na cultura do outro, diferentemente do que muitos defendiam, de que somente os colonizadores interferiam na cultura e nos costumes dos colonizados. O próprio Mignolo (2006), em “MIGNOLO, Walter. D. “Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘Um Discurso sobre as Ciências revisitado’**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 667-710.” atrela o totalitarismo científico à colonialidade. Embora o colonialismo seja algo do passado, a colonialidade, ou seja, o pensamento colonial ainda paira sobre o planeta, mormente sobre a ciência. Um dos aspectos demonstrados por Mignolo para justificar a teoria de que a ciência atual é caracterizada pela colonialidade é a questão dos idiomas. Predominam entre os idiomas cientificamente aceitos e mais usados aqueles originários dos

útil de trabalho, através de uma boa alimentação, que permitisse uma maior exploração de sua força bruta. No entanto, com o tempo, o preço do escravo aumentou, devido ao esgotamento das fontes, visto que no século XIX houve um declínio demográfico no continente africano, em virtude de fatores como o tráfico negreiro, surtos epidêmicos e de fome, guerras tribais, entre outros.

Conforme a política imperialista e colonialista das nações europeias ia se difundindo, houve a expansão de seu comércio, acarretando na ampliação da venda dos produtos tropicais provenientes das colônias, pois os mesmos eram bastante valorizados na Europa. Isto explica em parte a vastidão das sesmarias e o crescimento dos latifúndios no território brasileiro.

Contudo, em 1850, a situação fundiária no Brasil se agrava. Neste ano, foi instituída a Lei de Terras, que transformou a terra em mercadoria, privilegiando as elites e oligarquias nacionais. Ela rompeu com o sistema fundiário alicerçado nas sesmarias. Os artigos desta lei afirmavam que aquelas pessoas que já possuísem um pedaço de terra, ganhariam o documento de posse das mesmas, e que as terras sem dono, daquele momento em diante, pertenceriam ao Estado brasileiro. Doravante, a terra só poderia ser obtida por meio de compra, troca ou por doação estatal. Ou seja, o acesso à terra se tornou condicionado pela renda salarial ou pelo capital já acumulado, o que explica a atual amálgama existente entre concentração de renda e de terra no Brasil e que favoreceu a ampliação da concentração fundiária.

Para entender melhor os porquês da instauração da Lei de Terras, são necessários alguns apontamentos quanto à situação histórica. No mesmo ano de sua criação, em 1850, surgiu a lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico negreiro. Além de o fato indicar que o fim da escravatura estava próximo, pela escassez de mão de obra que isto acarretaria, o governo passou a promover medidas incentivando a imigração. Os imigrantes recém-chegados eram, em sua enorme maioria, fugitivos de guerras e trabalhadores desempregados no continente europeu. Portanto, a Lei de Terras tinha como intenção implícita evitar que o imigrante e o negro liberto tivessem acesso à terra, almejando assim perpetuar o sistema excludente no Brasil.

---

países dominantes, enquanto que as línguas vernáculas são frequentemente consideradas como não científicas. Isto já foi pauta de obras e discussões décadas atrás, pois autores como Freyre em “FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Editora Global, 2006.” e Câmara Cascudo (1883) em “CÂMARA CASCUDO, Luís Da. **Civilização e Cultura**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1883.”, entre outros, já enfatizavam os resquícios impregnados pelos povos dominados em seus colonizadores, bem como a colonialidade reinante no pensamento, na ciência e na literatura em escala internacional.

Até a derrocada da escravidão<sup>32</sup> no Brasil, com a Lei Áurea promulgada em 1888, o trabalho no campo nacional era pautado em relações não capitalistas, visto que o assalariamento ainda não era majoritário. Com a abolição da escravatura, houve a necessidade de inserção de trabalhadores assalariados na agricultura. Parcela significativa desta mão de obra que viria a trabalhar nas lavouras era proveniente dos países europeus, sendo principalmente constituída por imigrantes desprovidos de terras em suas nações de origem e/ou desempregados, que buscavam um ganho na qualidade de vida ao atravessarem o Oceano Atlântico.

Reclus (1900)<sup>33</sup> demonstra que alguns grandes proprietários fundiários, prevendo a abolição da escravatura devido à proibição do tráfico negreiro, cogitaram trocar a mão de obra escrava por trabalhadores livres<sup>34</sup>, antecipando-se ao processo posteriormente ocorrido. A motivação de tal fato foi unicamente financeira, ambicionando evitar futuros prejuízos.

Com base na obra de Martins (1986)<sup>35</sup>, pronuncia-se que a abolição da escravidão favoreceu o início do cativo da terra no Brasil, como um recurso para impedir que os novos trabalhadores livres deixassem de fornecer a força de trabalho aos grandes fazendeiros, principalmente na formação das fazendas de café. Como no término do século XIX e na primeira metade do século XX, o Brasil ainda era um país majoritariamente rural, parcela expressiva das oportunidades de emprego situava-se no campo.

Havia dois modos de subsistência. Um era sujeitando-se à exploração dos

---

<sup>32</sup> Ressalta-se aqui, que apesar da abolição oficial da escravidão no Brasil, várias práticas escravistas prosseguem ocorrendo no país, como o aviamento, bastante praticado ainda em locais como carvoarias e seringais, em grandes empresas multinacionais, entre outras. No caso do aviamento, realça-se que funciona da seguinte maneira: O trabalhador (quase sempre impelido a este trabalho pelas deletérias condições de vida em que se encontrava) recebe um adiantamento da Casa Aviadora, que funciona como uma espécie de intermédio entre o peão (seringueiro) e o exportador. Como ele não consegue quitar esse empréstimo, permanece num regime quase que escravocrata, tendo que trabalhar até conseguir findar a dívida, o que muitas vezes não acontece. Essa prática criminosa era e ainda é extremamente lucrativa para os proprietários de seringais e carvoarias. Em geral, esta escravidão contemporânea se caracteriza pelo uso da violência para oprimir e/ou coagir os seres humanos. Ela também se dá no caso do tráfico de pessoas, muitas vezes utilizadas para trabalhos forçados, exploração laboral e/ou para prostituição, sendo privadas do seu direito de ir e vir. A título de exemplo, quando uma indústria têxtil ou qualquer outra expõe os seus funcionários a jornadas excessivas de trabalho e a condições insalubres, descumprindo o que é assegurado pela legislação nacional, há trabalho escravo.

<sup>33</sup> RECLUS, Élisée. **Estados Unidos DO BRASIL** – Geographia, Ethnographia, Estatística. Tradução: B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor. 1900.

<sup>34</sup> Deve-se ponderar alguns aspectos da utilização da expressão “trabalhadores livres”. Na acepção em que foi utilizada, denota aqueles cidadãos que não estão num regime oficializado de escravidão. Todavia, pensa-se que os cidadãos não são totalmente livres, visto que a maioria destes se encontra submetida às necessidades do regime assalariado de trabalho, em virtude da desposse dos meios de produção.

<sup>35</sup> MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

latifundiários, trabalhando para estes em suas propriedades. O outro era cultivando a terra para a própria subsistência. Todavia, em um país cujo acesso à terra depende da renda desde 1850, com a promulgação da Lei de Terras, a maioria dos residentes no campo não consegue adquirir seu pedaço de terra. Deste modo, a disputa pela terra engendra uma luta de classes: de um lado os camponeses, e de outro, os fazendeiros. Portanto, a passagem de uma sociedade mercantilista escravocrata para uma capitalista burguesa liberal em quase nada mudou a estrutura social brasileira. Apenas se destaca o crescimento de uma classe média urbana ainda muito pequena sobre o percentual total da população até a metade do século XX.

Ao ponderar sobre a escravidão dos derrotados em conflitos armados, Rousseau (2008, p. 26)<sup>36</sup> pronuncia: “Tomando um equivalente à sua vida, o vencedor não lhe concedeu graça, mas em vez de matá-lo sem proveito, matou-o de maneira útil”. De maneira análoga, o capital age em relação aos indivíduos cotidianamente explorados pelas relações desiguais de trabalho e produção.

Avançando mais na escala temporal, da década de 1940 em diante, houve o processo denominado “Marcha Para o Oeste”, que representou a migração de trabalhadores para as regiões Norte e Centro-Oeste do país, como forma de povoá-las e de integrar as regiões nacionais. Na época, julgava-se fundamental ocupar todo o território e integrá-lo, como forma de dificultar possíveis invasões de exércitos inimigos. Era a famigerada política do “integrar, para não entregar”.

Neste contexto, emergiu o projeto Fundação Brasil Central, criado em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas, cujo objetivo era colonizar e povoar áreas nas porções centrais e ocidentais do território brasileiro, sendo componente fundamental da famigerada política estatal conhecida como “Marcha Para o Oeste”. Suas ações eram direcionadas à construção de ferrovias e rodovias, à constituição de redes de comunicação, à fundação de cidades e à instalação de entrepostos comerciais, no intuito de conectar diferentes regiões do país (MAIA, 2004)<sup>37</sup>.

Instituída durante o regime do Estado Novo, a Fundação Brasil Central perdurou com esta nomenclatura até o ano de 1967, sendo elemento crucial à compreensão das estratégias integracionistas desenvolvidas tanto no governo Vargas, quanto no mandato

---

<sup>36</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução: Ciro Mioranza. 2ª Edição. São Paulo: Editora Escala, 2008.

<sup>37</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que Fazem o Estado Andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. v. 53. n. 3. 2010, p. 621-655.

de Juscelino Kubitschek.

Os principais fatores que contribuíram para a Marcha foram: os projetos e incentivos governamentais à migração para os estados do Norte e do Centro-Oeste, com doações de terras e incentivos financeiros; a mudança de desempregados vindos do Nordeste e do Sudeste, que buscavam a melhoria de suas condições de vida; e a ampliação de terras de agricultores paulistas, que já não encontravam mais espaço livre em São Paulo para aplicarem seu capital e expandirem suas lavouras.

Harvey (2013)<sup>38</sup> expõe que muitas vezes, a expansão na produção agrícola representa inicialmente a atração de solos de fertilidade inferior para os cultivos. Remetendo à agricultura brasileira, tal fato pode ser exemplificado pela incorporação de terras da região Centro-Oeste pela expansão agrícola.

Neste sentido, fator que favoreceu o plantio em larga escala na região supracitada, atualmente a maior área agroexportadora do país, foi a calagem, que consiste na adição de calcário ao solo para redução de sua acidez, visto que originalmente os solos do Centro-Oeste eram excessivamente ácidos, dificultando o plantio, pois incidia em baixas taxas de fertilidade.

Outro processo mais recente que corrobora esta situação no cenário nacional é a chegada da sojicultura no oeste do Nordeste do país, ocupando terras outrora consideradas de baixíssimo potencial produtivo. Neste caso, as modificações genéticas realizadas nos grãos de soja cultivados são responsáveis pela melhor adaptação das sementes a solos de fertilidade escassa.

Em consonância com autores como Oliveira (2007)<sup>39</sup>, afirma-se que através de estatísticas como as fornecidas pelo Índice de Gini, constata-se que a concentração fundiária no país sempre foi elevadíssima, permanecendo-se em níveis estáveis ao longo dos séculos, ratificando destarte, a manutenção da estrutura agrária extremamente desigual em âmbito nacional. Há uma íntima associação entre a desigualdade no acesso à terra com a disparidade de renda, visto que o acesso à terra é atualmente condicionado pela renda salarial. Abaixo, a tabela 01<sup>40</sup> traça um breve histórico recente do Índice de Gini referente à concentração de terras no Brasil.

---

<sup>38</sup> HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

<sup>40</sup> A tabela abaixo representada encontra-se disponível no endereço virtual: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/tab\\_brasil/tab10.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab10.pdf)

**TABELA 01: Índice de Gini no Brasil de 1985 a 2006**

| Unidades da Federação | Evolução do Índice de Gini |              |              |
|-----------------------|----------------------------|--------------|--------------|
|                       | 1985                       | 1995         | 2006         |
| <b>Brasil</b>         | <b>0,857</b>               | <b>0,856</b> | <b>0,854</b> |
| Rondônia              | 0,655                      | 0,765        | 0,717        |
| Acre                  | 0,619                      | 0,717        | 0,716        |
| Amazonas              | 0,819                      | 0,808        | 0,837        |
| Roraima               | 0,751                      | 0,813        | 0,664        |
| Pará                  | 0,827                      | 0,814        | 0,822        |
| Amapá                 | 0,864                      | 0,835        | 0,852        |
| Tocantins             | 0,714                      | 0,726        | 0,792        |
| Maranhão              | 0,923                      | 0,903        | 0,864        |
| Piauí                 | 0,896                      | 0,873        | 0,855        |
| Ceará                 | 0,815                      | 0,845        | 0,861        |
| Rio Grande do Norte   | 0,853                      | 0,852        | 0,824        |
| Paraíba               | 0,842                      | 0,834        | 0,822        |
| Pernambuco            | 0,829                      | 0,821        | 0,825        |
| Alagoas               | 0,858                      | 0,863        | 0,871        |
| Sergipe               | 0,858                      | 0,846        | 0,821        |
| Bahia                 | 0,84                       | 0,834        | 0,840        |
| Minas Gerais          | 0,77                       | 0,772        | 0,795        |
| Espírito Santo        | 0,671                      | 0,689        | 0,734        |
| Rio de Janeiro        | 0,815                      | 0,79         | 0,798        |
| São Paulo             | 0,77                       | 0,758        | 0,804        |
| Paraná                | 0,749                      | 0,741        | 0,770        |
| Santa Catarina        | 0,682                      | 0,671        | 0,682        |
| Rio Grande do Sul     | 0,763                      | 0,762        | 0,773        |
| Mato Grosso do Sul    | 0,86                       | 0,822        | 0,856        |
| Mato Grosso           | 0,909                      | 0,87         | 0,865        |
| Goiás                 | 0,766                      | 0,74         | 0,776        |
| Distrito Federal      | 0,776                      | 0,801        | 0,818        |

**Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário - 2006.** 2006.

Os dados acima apresentados, obtidos pelo Censo Agropecuário do IBGE no ano de 2006, demonstram a inexpressiva variação do Índice de Gini no país entre os anos de 1985 e 2006, o qual se manteve praticamente estagnado, tanto para as unidades federativas, quanto para a totalidade do território brasileiro. Portanto, isto indica que não houve nenhum avanço recente no sentido de minimizar a disparidade no acesso à terra em solo nacional, no qual predominam relações agrárias características do modo de produção capitalista.

Andrade (1979)<sup>41</sup> ainda afirma que no Brasil, as médias e as grandes propriedades agrícolas são caracterizadas pela baixa produtividade e pela alargada concentração de renda, características inequívocas dos latifúndios, marcados por possuírem largas extensões de terras não cultivadas. Remetendo-se ao tema, Freyre

<sup>41</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

(1961)<sup>42</sup> elucida que as grandes propriedades no Nordeste são fragmentos das antigas sesmarias. Também diz que os arrendamentos eram comuns. Ele já narrava que o latifundiário se negava a vender ou repartir suas terras ou parte destas, pois o monopólio assegurava-lhes o poder. Neste sentido, o autor prega o combate ao latifundiarismo, sobretudo àquelas fazendas improdutivas.

Em consonância com Vergopoulos (1977, p. 87-88)<sup>43</sup>, pode-se afirmar que a oferta limitada de terras é um elemento do monopólio capitalista ante a concorrência existente. A causa deste acontecimento é a existência de uma quantidade restrita de terras cultiváveis. Mesmo sem ser originada pelo trabalho, a terra constitui um monopólio, que é distribuído de maneira díspar entre as variados pedaços de solo, pois há fertilidades diferenciadas nas porções de terra.

No tocante à concentração fundiária, Reclus (1985-A)<sup>44</sup> enuncia que o latifúndio traz a privação da terra para muitos homens e mulheres, porque se alguns possuem um enorme quantitativo de solo, a maioria nada tem. Ainda neste tópico, o autor afirma que a pequena propriedade<sup>45</sup> (à qual ele concebe como a área do trabalho incessante das famílias de agricultores) está mais próxima da igualdade natural, que deveria prevalecer na divisão fundiária. É oportuno frisar que Reclus opõe propriedade coletiva e privada em sua obra. Concernindo aos argumentos utilizados pelos defensores da concentração fundiária, Reclus (1985-A p. 88-89)<sup>46</sup> expõe:

Pretendendo ser os educadores da agricultura racional, os proprietários das imensas extensões de terra procuram justificar a usurpação das terras coletivas e privadas que devem a seu nascimento, às riquezas hereditárias ou às suas especulações.

Desta forma, percebe-se que para justificarem a propriedade sobre amplas extensões de terra, os latifundiários utilizam a hereditariedade e as especulações em suas explicações. Para Reclus, o latifúndio representa a privação da terra para muitos. O

<sup>42</sup> FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1961.

<sup>43</sup> VERGOPOULOS, Kostas. "Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo)". In: **A Questão Agrária e O Capitalismo**. AMIN, Samir. & VERGOPOULOS, Kostas. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 43-179.

<sup>44</sup> RECLUS, Élisée. "A Origem da Família, do Estado e da Propriedade". In: **Élisée Reclus** (Org. ANDRADE, Manuel Correia de). São Paulo: Editora Ática, 1985-A, p. 61-108.

<sup>45</sup> Na mesma obra citada, Reclus mostra que em diversos lugares do Oriente pensava-se, e em alguns ainda há a crença, de que se aufere o uso legítimo da terra ao vivenciá-la, ao produzir nela com suas próprias mãos, com seu trabalho. Este pensamento prevalente em algumas sociedades orientais aproxima-se bastante da ideia de igualdade natural na divisão fundiária e concebe uma visão mais integrada entre homem e natureza, diferentemente dos olhares preponderantes, que dualizam homem e natureza, entendendo-os de maneira dicotômica em suas análises.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

autor já enunciara os males da grande propriedade fundiária há muito tempo. Ele expôs que a propriedade fundiária de grandes proporções destrói as terras ao seu redor.

O próprio autor francês alega que a distribuição de terras deriva dos confrontos ocorridos durante séculos entre interesses antagônicos, sobretudo na luta entre grandes proprietários rurais e a classe trabalhista. Ele ressalta que em toda parte o trabalhador batalhou arduamente para manter sua porção de terra, em oposição ao conquistador e à vontade dos grupos dominantes. Com uma ótica semelhante à de Reclus, Piketty (2014, p. 45)<sup>47</sup> enuncia:

Já nas sociedades tradicionais, a tensão entre proprietário e camponês, entre aquele que possuía a terra e aquele que a cultivava, entre aquele que recebia os lucros e aquele que os possibilitava, estava no cerne da desigualdade social e de todas as revoltas e rebeliões.

No excerto acima, o autor demonstra que, há muitos séculos, a disparidade existente na questão fundiária provoca conflitos. Isto ocorre porque, enquanto os proprietários de terras recolhem os lucros obtidos no solo para si, os camponeses continuam tendo seu trabalho explorado no cultivo de áreas, às quais não detêm a posse.

Porto-Gonçalves (2012)<sup>48</sup> expressa que a privação é produtora de escassez, algo ratificado com o caso da privatização da natureza. A título de exemplo, quando se estabelece a propriedade privada da terra, concomitantemente produz-se um quadro de escassez, visto que o solo apenas estará acessível aos que possuem dividendos para adquiri-lo por intermédio da compra.

Em consonância com Jones (2003)<sup>49</sup>, afirma-se que as autoridades estatais alegam o custo oneroso das desapropriações de terras como um empecilho à reforma agrária. Ademais, o grupo dos ruralistas, bastante influente e participativo na Câmara e no Senado nacionais, forma uma oposição à democratização do acesso à terra. O autor explica que a reforma agrária pode ser compreendida como um atentado à propriedade privada e aos princípios capitalistas, pois ela rompe com a lógica concentradora e desigual do modo de produção capitalista.

Contudo, conforme advoga Stedile (2012-A)<sup>50</sup>, a reforma agrária brasileira é capitalista, porque ela concede a terra como uma propriedade privada e individual aos

---

<sup>47</sup> PIKETTY, Thomas. **O Capital – no século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten de Bole. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 2014.

<sup>48</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

<sup>49</sup> JONES, Alberto da Silva. *Op. cit.* 2003.

<sup>50</sup> STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil – Programas de reforma agrária – 1946-2003**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012-A.

sujeitos por ela beneficiados. Deste modo, é dada uma mercadoria ao camponês, que anteriormente não possuía nenhuma porção de solo para exercer atividades produtivas. O único aspecto em que ela opor-se-ia aos preceitos capitalistas seria na redução da concentração fundiária em âmbito nacional, devido à distribuição de terras para indivíduos sem-terra.

Portanto, a reforma agrária pode ser útil aos interesses da burguesia. Mesmo com sua efetivação, o camponês prossegue refém dos insumos agrícolas industriais. Para elevar a produtividade de sua lavoura, ele recorre a fertilizantes, agrotóxicos, maquinários, entre outros elementos advindos de indústrias, sobretudo transnacionais e multinacionais, hegemônicas nos setores de biotecnologia, química agrícola, entre outros.

A reforma agrária, assim como a Revolução Verde, foi proposta estrategicamente com o intuito de minimizar a força política das lutas camponesas e de enfraquecer o debate sobre as práticas capitalistas no campo e na agricultura. Stedile (2012-A)<sup>51</sup> julga a reforma agrária como uma forma de desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo no Brasil. Para além, a reforma agrária brasileira é notadamente capitalista, pois é baseada na privatização de terras públicas.

A partir dos anos 1970, conforme indica Erthal (2006)<sup>52</sup>, há um acelerado processo de desenvolvimento e expansão dos complexos agroindustriais no Brasil. As políticas estatais do país incentivaram a fundação de indústrias de máquinas e de insumos básicos. Através de créditos e subsídios, o Estado estimulou o consumo destes produtos, bem como a aquisição de terras, sobretudo nas áreas fronteiriças, visando integrar e povoar o país. Nesta contextura, as indústrias de insumos, assim como as processadoras, ampliaram seu quantitativo no decênio de 1970, em estreita relação com a agropecuária.

O Estado favoreceu a modernização agrícola, bem como a industrialização da agricultura no Brasil, facilitando, destarte, o surgimento e a difusão dos complexos agroindustriais em solo nacional. Amostra disto foi a ampla oferta de crédito agrícola para compra de insumos industriais, como os maquinários. Após o golpe de 1964, o governo brasileiro investiu maciçamente em pesquisas no setor agrícola, oferecendo inúmeros benefícios e disponibilizando uma verba elevada para tal objetivo. Contudo,

---

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup>ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil - Seu Papel na Economia e na Organização do Espaço. **Revista Geo-Paisagem (Online)**. Ano 5, n. 9, 2006.

tais investimentos estatais eram efetuados em prol do agronegócio, intensificando a amálgama existente entre agricultura e indústria no país.

Em consonância com os dados divulgados no Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012)<sup>53</sup> do ano de 2012, nesta data o crédito ao agronegócio representou mais de 80% dos financiamentos executados. Em contrapartida, a agricultura familiar, a qual fornece mais de dois terços dos alimentos consumidos no Brasil, recebeu menos de 20% destes empréstimos. Por conseguinte, evidencia-se que a atual política agrícola do país privilegia a agricultura de cunho empresarial, cuja produção é direcionada à exportação. Ao mesmo tempo, dedica diminuto percentual de seus investimentos à agricultura voltada ao mercado interno, a qual constitui a base da alimentação da população brasileira.

Além destas ações, o governo nacional criou vários incentivos fiscais para a ocupação de áreas até então pouco habitadas, sobretudo a partir da década de 1960, sob a alegação integracionista. Isto propiciou a expansão da fronteira agrícola e a chegada do agronegócio e dos complexos agroindustriais a diversos pontos do Brasil. Rodovias como a Belém-Brasília, foram construídas no intento de facilitar a comunicação e os deslocamentos entre as regiões do país, principalmente para o escoamento da produção. (ERTHAL, 2006)<sup>54</sup>

No contexto do neoliberalismo e da globalização, ocorre o crescimento dos complexos agroindustriais pelo Brasil, demonstrando a intensificação da economia urbano-industrial no campo. Nos últimos anos, por causa das conseqüências de processos como a Modernização Agrícola e a Revolução Verde, bem como da intensificação destes, acirrou-se o entrelaçamento entre agricultura e indústria, com a indústria fornecendo uma vasta gama de produtos para as atividades agrícolas.

A modernização agrícola incidiu na formação dos complexos agroindustriais. A industrialização do campo também foi fundamental no processo supracitado. Nestes complexos, há relações cada vez mais íntimas entre distintos capitais, como o agrário, o industrial, o bancário e o financeiro, corroborando a centralização de capitais, característica da agricultura moderna.

Segundo expõe Erthal (2006)<sup>55</sup>, o complexo agroindustrial associa-se à industrialização da agricultura, fase mais avançada da modernização agrícola,

---

<sup>53</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/RELRURAL2012> Acesso em: 10 nov. 2015.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Ibidem.

compreendida como a mera mudança da base técnica da produção agrícola. Nele, o setor industrial comanda a mudança da base técnica da agricultura. Algumas de suas características são o vínculo entre atividades agrícolas e industriais, a intensificação da divisão do trabalho e a especialização agrícola. Há um liame entre o processo de proletarianização do camponês e os complexos agroindustriais, pois parte dos camponeses sem-terra é neles absorvida como mão de obra assalariada.

Ademais, Graziano da Silva & Kageyama (1996)<sup>56</sup> advogam que nos complexos agroindustriais há uso mais intensivo de capital fixo e circulante, além da ocorrência de fusão de alguns tipos de capitais. Também afirmam que há neles maior complexidade na base técnica produtiva, com utilização crescente de insumos, sobretudo aqueles oriundos da indústria.

Conforme aponta Müller (1989)<sup>57</sup>, os complexos agroindustriais abrangem diversas relações entre indústria, agropecuária e agroindústria, integrando-os. Eles unificam estas áreas econômicas na produção, na distribuição, no consumo e nas atividades agrárias. Eles vinculam inúmeros segmentos e cadeias produtivas. Neles, há a especialização produtiva, qualidade proveniente de um pensamento fordista, no qual, a elevação da produtividade é uma finalidade essencial.

Em consonância com Amin (1977, p. 25)<sup>58</sup>, profere-se que com a industrialização da agricultura, há o fornecimento de maior quantidade de produtos para a cidade. Deste modo, o campo recebe mais insumos da indústria, como equipamentos, adubos, fontes energéticas, entre outros. A agricultura das nações periféricas é, então, dominada pelo capitalismo, que introduz a necessidade do uso de determinadas mercadorias e técnicas nas práticas agrícolas.

Nos dizeres de Vergopoulos (1977, p. 112)<sup>59</sup>, a evolução da agricultura foi comandada pela evolução do capital industrial, devido às relações existentes entre agricultura e indústria. Isto ocorre, pois é a indústria a responsável por distribuir os produtos finais obtidos pela transformação das matérias-primas agrícolas. Por isto, a indústria interfere bastante na organização da produção agrícola. Destarte, o

---

<sup>56</sup>GRAZIANO DA SILVA, José. & KAGEYAMA, Angela. “Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996, p. 1-40.

<sup>57</sup>MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

<sup>58</sup>AMIN, Samir. “O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura)”. In: **A Questão Agrária e O Capitalismo**. AMIN, Samir. & VERGOPOULOS, Kostas. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 09-42.

<sup>59</sup>VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

crescimento industrial impulsiona mudanças no sistema produtivo agrícola.

Outro processo ocorrido foi a proletarização do trabalhador rural, ocorrida na metade do século XX, visto que o pequeno proprietário rural abandonou suas terras e tornou-se trabalhador rural assalariado, vendendo sua força de trabalho por determinada quantia de dinheiro. Isto ocorreu devido à expansão horizontal das grandes propriedades rurais e à preferência pelo salário nominal<sup>60</sup>, e pelo fato de que com o assalariamento, não mais dependeriam das intempéries.

Amin (1977, p. 29)<sup>61</sup> expõe que na concorrência capitalista, o pequeno camponês deve equivaler os preços de seus produtos agrícolas aos dos capitalistas agrários mais eficazes, que dispõem de mais capital na produção. Nos tempos recentes, a concorrência é expandida, devido à inserção de produtos importados no mercado agrícola interno das nações. Como não possui capital para disputar com o grande capitalista, o pequeno camponês concebe a venda de sua propriedade fundiária como uma alternativa para solucionar esta situação e arcar com suas necessidades e despesas mensais.

Após a comercialização de seu pedaço de solo, o camponês fica desprovido de meios produtivos. Destarte, muitas vezes ele se submete ao regime de trabalho assalariado para assegurar sua subsistência e a de seus familiares. Esta é uma artimanha capitalista, que incide no processo de proletarização do camponês.

Marx (1984)<sup>62</sup> aponta que, com a conversão do camponês em proletário, os alimentos produzidos no campo passam a servir como matérias-primas das indústrias, tornando-se capital constante concentrado nas mãos dos capitalistas, que os transforma em produtos para serem negociados à população, em prol da maximização do lucro. Conforme o autor<sup>63</sup> diz:

Com a liberação de parte do povo do campo, os alimentos que este consumia anteriormente também são liberados. Eles se transformam agora em elemento material do capital variável. O camponês despojado tem de adquirir o valor deles de seu novo senhor, o capitalista industrial, sob a forma de salário. Assim como os meios de subsistência, foram afetadas também as matérias-primas agrícolas nacionais da indústria. Transformaram-se em elemento do capital constante. (MARX, 1984, p. 282)

<sup>60</sup> Acerca do salário nominal, é válido enfatizar que ele diz respeito ao valor monetário recebido mensalmente, desconsiderando a questão da inflação. É o valor enunciado no salário base de todo trabalhador. Porém, ao utilizá-lo, não é possível apreciar se houve aumento real dos salários, ou seja, se estes aumentaram mais do que a inflação do mesmo período. Assim, não é um indicador adequado para averiguar se a qualidade de vida dos indivíduos melhorou.

<sup>61</sup> AMIN, Samir. *Op. cit.* 1977.

<sup>62</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Volume I. Tomo 2. São Paulo: Editora Abril, 1984.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

Atualmente, a agricultura encontra-se submissa às vontades da indústria. Algo que exemplifica o fato acima aventado no campo nacional é o caso dos complexos agroindustriais, resultantes dos avanços tecnológicos e do processo de Modernização Agrícola. Eles têm por característica principal integrar agricultura e indústria no processo de produção, nas atividades produtivas e no espaço produtivo. Os avanços tecnológicos e científicos e a mecanização agrícola foram aspectos cruciais à difusão destes complexos no Brasil.

Esta sujeição da agricultura em relação à indústria é corroborada pelo fato de que em muitos casos, a produção agrícola atende a demandas industriais e que, devido ao processo de mecanização agrícola e ao uso de insumos industriais, a agricultura torna-se consumidora voraz de produtos industrializados.

O pequeno proprietário rural, para elevar sua produtividade e, assim conseguir disputar ao menos de maneira um pouco mais equânime a concorrência com o latifundiário capitalista, deve recorrer à aquisição de produtos provenientes da indústria. Isto comprova a dependência dos pequenos agricultores com relação aos industriais capitalistas.

Destarte, o trabalhador rural ao se tornar proletário, tem o grau de exploração de seu trabalho ampliado exponencialmente, visto que há, doravante, uma jornada de trabalho muito mais intensa. Acerca do que fora acima exposto, Andrade (1979, p. 33)<sup>64</sup> pronuncia:

Como a força de trabalho é uma mercadoria vendida a baixo preço, em um país onde há excesso de mão-de-obra não qualificada e onde se faz uma política de compensação de salários, o agricultor ganha cada vez menos em relação ao que paga para obter as mercadorias indispensáveis à sua subsistência.

O excerto acima permite visualizar que a política de arrocho salarial promove a queda gradativa do nível e da qualidade de vida do agricultor brasileiro, que muitas vezes vislumbra como única solução para minorar este problema a migração para as urbes. Essa queda gradativa do valor do salário real, aliada a outros fatores, promoveu a intensificação do êxodo rural pelo país, conforme será explicado adiante.

No bojo da questão trabalhista rural, cabe enfatizar que somente no decênio de 1960, alguns direitos tornam-se legalmente asseverados aos trabalhadores. Em 1963, por intermédio da luta no campo, cria-se o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que

---

<sup>64</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

concede inúmeros benefícios ao trabalhador rural, sendo o mais importante documento assinado em prol dos empregados do setor rural. Algumas das benfeitorias trazidas aos trabalhadores foram: o estabelecimento de um salário mínimo, o direito a férias, o repouso remunerado, a assistência médica obrigatória, entre outras.

O conjunto de leis foi outorgado no governo de João Goulart, um presidente com intenso viés nacionalista, almejando realizar as reformas de base no país, principalmente na saúde, na educação e a agrária, desagradando profundamente as elites nacionais, que não estavam satisfeitas com a possibilidade de ascensão social das classes menos abastadas, como também afetou os interesses do grande capital internacional.

Cabe salientar, que embora a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), criada por Getúlio Vargas, tenha proporcionado inúmeros benefícios e avanços aos trabalhadores nacionais, estas vantagens ficaram restritas ao espaço urbano. Isto demonstra que, embora se afirme que Vargas foi o presidente com mais ações realizadas pelos trabalhadores no país, suas leis eram volvidas às cidades, e na época de seu governo, a maioria da população ainda habitava e trabalhava no campo.

No ano de 1964, após o Golpe Militar, os militares tentam acalmar as reivindicações populares pela reforma agrária. Destarte, criaram o Estatuto da Terra, que prometia reforma agrária à população. Entretanto, este compromisso foi assumido apenas como um modo de acalmar o povo e abafar focos de resistência ao regime, que vislumbrava na figura de João Goulart uma possibilidade de acesso à terra mais equânime.

Conforme narra Martins (1984)<sup>65</sup>, a reforma agrária proposta pelo documento não prejudicaria os latifundiários, visto que não confiscaria suas terras. Ele permitia a conjugação do uso e ocupação do solo com a manutenção da propriedade capitalista, beneficiando os grandes proprietários rurais e favorecendo seu acesso à terra. Contudo, dificultou o ingresso do enorme contingente de proletários sem-terra ao meio produtivo. De acordo com as normas do Estatuto, só haveria desapropriação em situações de graves tensões sociais.

Não foi somente no bojo das lutas populares ou da política que esforços foram dedicados para a discussão ou a construção de uma oposição à concentração de terras. A questão fundiária no Brasil foi tema de obras literárias de alguns consagrados escritores, como João Cabral de Melo Neto, que em “Morte e Vida Severina” denuncia os males da

---

<sup>65</sup> MARTINS, José de Souza. **Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

elevadíssima concentração fundiária vigente no país. Acerca do assunto, o autor (2009-C, p.118)<sup>66</sup> diz:

- É de bom tamanho,  
nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe  
deste latifúndio.  
- Não é cova grande,  
é cova medida,  
é a terra que querias  
ver dividida.  
- É uma cova grande  
para teu pouco defunto,  
mas estarás mais ancho  
que estavas no mundo.  
- É uma cova grande  
para teu defunto parco,  
porém mais que no mundo  
te sentirás largo.  
- É uma cova grande  
para tua carne pouca,  
mas a terra dada  
não se abre a boca.

Acima, o escritor ilustra algumas características do latifúndio, ainda persistentes no sertão nordestino. Sobre a alargada concentração de terras desta área do país, vale salientar que as práticas coronelistas delatadas pelo autor e por tantos outros em suas obras, prosseguem pairando sobre o Nordeste, mesmo no século XXI. Outro ponto interessante do excerto em destaque é a ênfase conferida à aparência esquelética de muitos habitantes do sertão, que subsistem com alimentações precaríssimas, algo que será debatido com maiores detalhes no capítulo referente à fome oculta. Quanto à dieta pobre em nutrientes, é apropriado dizer que um acesso mais equânime à terra minoraria este problema.

É importante tecer alguns comentários a respeito do histórico das lutas pela terra no Brasil, visto que elas sempre estiveram presentes, no entanto, intensificaram-se há poucas décadas. Até o século XX, as lutas devido à condição fundiária foram pouco expressivas, tendo reduzido destaque no cenário nacional, visto que os movimentos eram sempre muito enfraquecidos e tinham pouca adesão popular.

Alguns dos motivos destes conflitos foram: o desemprego no campo, a grilagem, a luta pela reforma agrária, a concentração fundiária, entre outros. É válido ressaltar que as lutas pela terra no Brasil são uma expressão da histórica resistência camponesa

---

<sup>66</sup> MELO NETO, João Cabral de. “Morte e Vida Severina”. In: **Morte e vida severina**: e outros poemas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2009-C, p. 97-144.

frente às exigências do capital. Acerca, Reclus (1900)<sup>67</sup> já dizia que o trabalhador exige a terra no Brasil, obtendo-a de modo forçado em algumas ocasiões e locais, com resistência de seus donos, que tentavam reavê-las, muitas vezes de maneira violenta.

Na década de 1950, surgem no município pernambucano de Vitória de Santo Antão as Ligas Camponesas, com orientação comunista, fundadas pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). Seus integrantes lutavam por melhores condições trabalhistas no campo e pela reforma agrária. O principal “grito” dos manifestantes das Ligas Camponesas era: “Reforma Agrária, na Lei ou na Marra”.

No ano de 1964, logo após o golpe militar, o movimento é oficialmente extinto. Contudo, prossegue existindo de modo clandestino. Destarte, durante o regime ditatorial, as Ligas foram perseguidas pelos militares e acabaram sendo suprimidas, após várias mortes de seus militantes, muitas delas até hoje não esclarecidas.

Segundo Andrade (1979)<sup>68</sup>, nos anos 1950, uma prática que deu origem às Ligas Camponesas foi o cambão<sup>69</sup>, pautado no fato de que alguns trabalhadores que recebiam amplas extensões de terras para cultivarem nos latifúndios, eram obrigados a oferecer em contrapartida, dias semanais de trabalho gratuito.

Em 1984, há a fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), criado, em sua maioria, por ex-integrantes das Ligas Camponesas, que outrora tinham sido desfeitas. O MST tem um histórico de lutas na questão agrária nacional, sobretudo pela reforma agrária e pela melhoria das condições trabalhistas no campo, aspectos já defendidos pelas Ligas Camponesas.

Um dos episódios marcantes da luta pelo MST em solo pátrio foi o Massacre de

---

<sup>67</sup> RECLUS, Éliseé. *Op. cit.* 1900.

<sup>68</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

<sup>69</sup> Vale frisar aqui algumas minúcias da prática do cambão. Semelhantemente à prática da corveia, característica do feudalismo, ela também exigia alguns dias de trabalho gratuito para o proprietário das terras. O cambão ocorria principalmente na região canavieira do nordeste, nas adjacências do litoral. Os senhores de engenho arrendavam suas terras para indivíduos intitulados “foreiros”, que pagavam anualmente determinada quantia em dinheiro pelo aluguel da terra, além de terem que trabalhar alguns dias ao patrão sem receberem nada em troca. Algo corriqueiro durante a primeira metade do século XX no contexto nordestino foi o castigo denominado “cabocó”, no qual os trabalhadores que desobedeciam as recomendações dos senhores das terras eram mantidos em tanques com água até a boca e em baixas temperaturas. Em ambos os casos acima relatados, as Ligas Camponesas, sobretudo através da figura de Francisco Julião, conhecedor da legislação brasileira devido à sua formação em advocacia, auxiliaram os camponeses na luta contra sua exploração. Embora não tenha sido o fundador jurídico das Ligas, foi ele o responsável por conferi-las notoriedade no cenário nacional, sendo assim, seu principal líder. Ambicionando minimizar a exploração no campo nacional, diminuir a concentração fundiária e a exploração trabalhista, além de agregar mais integrantes ao movimento que liderava, Julião mostrou a muitos camponeses que trabalho sem remuneração equivale à escravidão. Destarte, advogou e venceu muitas causas judiciais em favor dos camponeses, defendendo-os gratuitamente ou cobrando preços irrisórios pelo serviço. Ademais, organizou inúmeros protestos, manifestos, panfletos e afins referentes à questão da terra no Brasil.

Eldorado dos Carajás, no qual, a polícia aliada aos grandes latifundiários, assassinou dezenove manifestantes do movimento, que estavam entre os milhares de integrantes do MST que bloqueavam a BR-155 na altura do município de Eldorado dos Carajás, no Pará, solicitando maior agilidade na desapropriação de terras no estado. Este foi apenas um exemplo das atrocidades cometidas contra aqueles que lutam pelo direito à terra (assegurado na Constituição de 1988) no Brasil.

Neste âmbito, merece ênfase também a Guerrilha do Araguaia, pouco estudada nos tempos atuais. Elas se fortaleceram sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste, com inúmeros grupos armados realizando ações ao longo do leito do rio Araguaia. Nos anos 1960 e 1970, elas foram constituídas numa aliança entre camponeses e PCB contra os latifundiários, que eram fortemente apoiados pelo exército nacional. Possuíam inspiração no regime maoísta de Mao Tsé-Tung na China, com profunda inspiração socialista.

Almejavam uma distribuição mais igualitária das terras no Brasil, e organizavam-se em guerrilhas, promovendo ataques armados contra os latifundiários que sabidamente perseguiram os trabalhadores rurais. Durante a Ditadura Militar, muitos líderes da Guerrilha foram descobertos, e o movimento sofreu vários ataques militares, ocasionando o seu enfraquecimento, levando a óbito milhares de seus combatentes (com mortes até hoje não esclarecidas) e incidindo na sua dissolução ainda no regime militar.

A Revolução Verde<sup>70</sup> também merece relevo, pois suas modificações tecnológicas implementadas na agricultura transformaram bastante a produção agrícola em escala mundial. Apesar de seus defensores alegarem que ela trouxe um inegável acréscimo na produtividade alimentícia mundial, muitas são as críticas recebidas pelas alterações por ela provocadas.

Na ótica de Amin (1977, p. 36-40)<sup>71</sup>, a “Revolução Verde” alicerçou-se sobre a aliança vigente entre capital estrangeiro e Estado. O autor mostra como na Revolução Verde, as nações africanas produzem alimentos para os habitantes europeus, enquanto suas populações permanecem famélicas, sujeitas a taxas elevadas de mortalidade e às constantes tentativas de emigração.

Com ela, a produtividade agrícola em escala mundial aumenta

---

<sup>70</sup> Assim como Porto-Gonçalves (2012), em “O Desafio Ambiental”, julga-se a expressão “Revolução Verde” como algo profundamente ideológico, pois utiliza um nome que mascara a sua realidade, pois o uso do vocábulo “verde” denota, em geral, algo que é bom e saudável, o que não se constata nas mudanças por ela trazidas.

<sup>71</sup> AMIN, Samir. *Op. cit.* 1977.

exponencialmente, com alguns fatos sendo bastante significativos para isso, como as modificações genéticas nas plantas, o uso intenso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o uso de maquinário agrícola, entre outros. Contudo, a tecnologia promotora deste acréscimo produtivo encontra-se sob o domínio do oligopólio das empresas transnacionais. Felício (2011)<sup>72</sup> corrobora este posicionamento, indicando como características da “Revolução Verde” a monopolização do capital, a integração mercantil, a inovação tecnológica, a tecnificação do processo produtivo, entre outras.

Nesta contextura, Andrade (1979)<sup>73</sup> expõe que o uso destes insumos ampliou o poder de expansão dos latifúndios frente aos minifúndios. Ademais, o autor evidencia que apesar dos avanços produtivos trazidos pela inserção dos maquinários agrícolas, a mecanização eleva o desemprego no campo e amplia o uso do fator capital no campo nacional, que é escasso, em detrimento do fator trabalho, que é abundante e muito menos oneroso que este.

A Revolução Verde, apesar de inegavelmente ter elevado a produtividade agrícola mundial, não sanou os problemas referentes à alimentação e à fome. Portanto, o pacote de insumos técnicos e químicos e o aumento da produtividade, por ela trazidos, não trouxeram nenhuma melhoria à população mundial. Para além, conforme já exposto, reverberaram na perda de salubridade dos gêneros alimentícios produzidos e na degradação dos recursos naturais, como os solos e as águas, entre outros prejuízos.

Para Marx (1983)<sup>74</sup>, a mecanização agrícola gera o exército de reserva industrial do tipo latente, que ao criar um excesso de trabalhadores rurais desempregados, propicia mão de obra abundante para ser absorvida pelas atividades urbanas ou manufatureiras. Referindo-se ao assunto, Peet (1982, p. 259)<sup>75</sup> enuncia que:

A mecanização produz o excedente explorável pelos donos dos meios de produção e incrementa a produtividade do trabalho e, assim, aumenta o capital disponível para reinvertê-lo em mais maquinarias, serviços e matérias-primas. Os custos de produção representam cada vez mais os custos da depreciação da maquinaria e cada vez menos os custos do trabalho assalariado, à medida que o capitalismo se desenvolve e que se utiliza da maquinaria a ritmo crescente.

Portanto, a partir do trecho supracitado, ratifica-se a influência da mecanização

---

<sup>72</sup>FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) Tese de Doutorado. 2011. 214p.

<sup>73</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

<sup>74</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>75</sup> PEET, Richard. “Desigualdade e Pobreza: Uma Teoria Geográfico-Marxista” In: **Perspectivas da Geografia**. CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) São Paulo: Difusão Editorial, 1982, p. 255-268.

do processo de produção agrícola para a intensificação do êxodo rural. Em prol da elevação de seus lucros, os latifundiários preferem o trabalho realizado por máquinas ao efetivado por proletários assalariados. É exatamente sobre esta migração maciça de mão de obra do campo para a cidade que o próximo tópico disserta, versando sobre suas principais causas e repercussões.

## 2.2 – Êxodo Rural (Causas e Consequências)

Andrade (1979)<sup>76</sup>, à época de seus escritos, já corroborava a indissociabilidade entre campo e cidade, ao criticar as políticas que consideravam a cidade como um fator isolado e os estudos que apregoavam a dualidade campo/cidade. Para o autor, alguns problemas urbanos ocasionados pelo intenso êxodo rural poderiam ser solucionados através de ações no campo.

Então, defende-se aqui, que o campo é condição, pressuposto para a cidade, que dele deriva, e vice-versa. Portanto, é impossível pensá-los de modo dicotômico, pois ao mesmo tempo em que constituem um par contraditório, possuem múltiplas imbricações e conexões, evidenciadas, por exemplo, pela dependência que a cidade ainda possui dos alimentos advindos do campo. Ratificando a estreita conexão entre urbe e campo, ao explanar acerca da cidade de Recife, Josué de Castro (1957-C, p. 70)<sup>77</sup> escreve:

Por exemplo, não pode haver dúvida de que uma das causas diretas da miséria urbana do Recife é o estado de miséria rural condicionado pelo latifundiarismo da cana de açúcar. Na grande área do Estado, de monocultura açucareira, vive a população trabalhadora num estado agudo de pauperismo, resultado dos ínfimos salários pagos nesta zona.

Neste intervalo, o autor ressalva os liames existentes entre campo e cidade ao atrelar a miséria urbana à rural. Para ele, a concentração fundiária, apoiada no latifundiarismo monocultor, impõe deletérias condições de sobrevivência ao camponês, incitando-o ao êxodo rural. Consequentemente, é este pobre advindo da migração do campo que residirá nas periferias sociais das grandes urbes, constituintes de bolsões de miséria e pobreza extrema no país. Então, desgraçadamente, as desigualdades sociais que vigoram no campo são replicadas nas cidades, o mesmo princípio secular da

<sup>76</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit. 1979.

<sup>77</sup> CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-C.

concentração de renda do meio rural se observa de modo dramático nas cidades.

Como o migrante recém-chegado é desprovido de qualquer meio produtivo, se vê obrigado a vender sua força de trabalho a baixos preços para assegurar sua subsistência. Sua condição de pobreza não se altera, somente seu local de moradia. Ainda sobre a temática aventada, o autor<sup>78</sup> tece a seguinte afirmação:

Êstes elementos aí chegando, sem armas técnicas de luta, nem reservas econômicas de nenhuma ordem, ficam durante certo tempo flutuando, desambientados no ritmo urbano e são levados, assim, pela necessidade, a improvisar uma moradia, que por imitação e facilidade natural de construção, é sempre o mocambo. Acresce a êsse contingente, o de retirantes, não mais do brejo, da zona das usinas, mas do alto sertão, assolado pelas secas.

Em relação à assertiva acima aludida, ressalta-se que no litoral nordestino, a construção de mocambos pela população de menor poder aquisitivo é uma prática corriqueira. Já em outras regiões do país, as dificuldades vivenciadas pelo migrante advindo do campo são desveladas ao analisar-se as demais periferias sociais, como as favelas.

A princípio, uma expressão da situação miserável destes migrantes é a dificuldade em conseguir um posto de emprego, devido à sua desqualificação profissional. Ademais, sem remuneração asseverada, sua receita é extremamente baixa e o impele a residir em áreas bastante degradadas, tanto socialmente quanto fisicamente.

Isto justifica a ocupação intensa de áreas situadas em vertentes bastante acentuadas ou localizadas nas planícies de inundação de alguns corpos hídricos, assim como grandes aglomerações humanas em localidades onde predomina a violência e o medo impera, nas quais há o desamparo por parte das autoridades públicas, que buscam escamotear a situação através de medidas paliativas, principalmente em época eleitoral.

Salienta-se que o Nordeste foi utilizado como exemplo para discutir a questão agrária nacional, pois conforme indica Darcy Ribeiro (1995)<sup>79</sup>, foi a primeira região ocupada do país, na qual se instalou a agricultura, sendo fornecedora de manancial humano para todo o Brasil. Nos dizeres do antropólogo, o nordestino povoou o território nacional.

Castro (1957-A)<sup>80</sup> enuncia que os momentos de seca no sertão nordestino promovem o acirramento do êxodo rural, com os sertanejos desprovidos de água e alimentos, aventurando-se nas urbes. O autor enfatiza os empecilhos deste percurso de

---

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>80</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

migração até a cidade, demonstrando que a fome, de caráter quantitativo ou qualitativo, devasta o sertanejo nestes momentos.

No tocante a esta questão, ao retratar o drama do sertanejo que migra por intermédio do personagem Juvêncio, Josué de Castro (1957-C, p. 52)<sup>81</sup>, em seu “Documentário do Nordeste”, indaga: “Quando acabará esta sêca terrível? Qual acabará primeiro: a sêca ou a sua família? Que será melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e de vergonha na terra dos outros?” Ainda referindo-se aos migrantes advindos do sertão, Castro (1957-A, p. 223)<sup>82</sup> disserta:

Os que resistem às extenuantes caminhadas e chegam às terras úmidas dos brejos são as mais das vezes atacados de graves doenças infectuosas, para as quais lhes falta a necessária imunidade, e morrem aos milhares. Em tôdas as grandes sêcas do Nordeste segue-se sempre à fome, a calamidade das pestes para completar o quadro da tragédia nordestina.

O intervalo acima ratifica o quão penoso é o trajeto percorrido por quem migra para as urbes. Demonstra também que a subnutrição favorece a proliferação de moléstias infecciosas, que praticamente não encontram nenhuma resistência nos corpos carcomidos pela alimentação precária e pelos sofrimentos da migração. No período em que escreve o autor, não era incomum visualizar-se corpos de defuntos espalhados pelo caminho entre o sertão e a cidade, sobretudo no percurso até a capital.

Em sua obra, Rachel de Queiroz destaca a religiosidade do sertanejo, quando comenta acerca das preces realizadas para “chamar” as chuvas. Em “O Quinze”, seu primeiro romance, ela narra a história da seca de 1915, uma das mais graves ocorridas na região. Retrata também o drama do povo daquela terra, do retirante, suas dúvidas sobre soltar ou salvar o gado nos períodos de estiagem, entre outras questões. No intervalo abaixo, a autora (2010, p. 152)<sup>83</sup> narra: “Reses famintas, esqueléticas, magoavam o focinho no chão áspero, que o mato ainda tão curto mal cobria, procurando em vão apanhar nos dentes os brotos pequeninos.”

Acima, vê-se que os períodos de seca prolongada intensificam o êxodo rural, pois agravam as condições de vida no semi-árido nordestino. O extrato da obra da romancista enfatiza alguns dos efeitos das longas estiagens, como a morte do gado e a redução da vegetação local. Com as lavouras praticamente extintas nestes árduos anos, além da drástica redução do rebanho bovino, base de seu modo de vida, os homens e

<sup>81</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-C.

<sup>82</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

<sup>83</sup> QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 87ª Edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2010.

mulheres do sertão são induzidos à migração para as áreas urbanas.

A mecanização agrícola atua no sentido de acentuar o processo aqui discutido, visto que ela substitui a força de trabalho humana. Quando o proprietário fundiário não precisa mais da mão de obra agrícola, esta se vê impelida a migrar para as urbes, em busca de emprego. Reclus (1985-B, p 144)<sup>84</sup> enuncia que: “Os proprietários moralistas dão conselhos ridículos aos camponeses para que se mantenham ligados à terra, enquanto suas ações desenraizam o camponês e lhe criam condições de vida que o obrigam a fugir para a cidade.”

Esta assertiva, extraída da fala de Reclus, permite vislumbrar que os discursos dos senhores da terra não condizem com suas ações. Enquanto eles diziam aos trabalhadores do campo para permanecerem em dado pedaço de solo, suas atitudes visivelmente os induziam ao êxodo rural, pois as condições de vida a eles oferecidas eram degradantes.

Outro fator corroborante da indissociabilidade entre campo e cidade é descrito por Andrade (1979)<sup>85</sup>, ao salientar a concentração de trabalhadores rurais residindo nas periferias (sociais) das urbes, sendo estes denominados de bóias-frias, devido à refeição levada para alimentação no local de trabalho, não aquecida antes da ingestão. O transporte destes proletários rurais é muito precário, expondo-os a inúmeras situações de risco e ampliando a insegurança destes.

A intensificação do êxodo rural, datada sobretudo da segunda metade do século XX, possui como consequência evidente o crescimento demasiado das urbes no Brasil, principalmente as metrópoles, que padecem com problemas relacionados à mobilidade urbana, à pobreza, à violência, entre outros.

Segundo Graziano da Silva (2001)<sup>86</sup>, aproximadamente um terço dos trabalhadores rurais no Brasil exercem atividades não-agrícolas, entre elas, as funções de caseiros, motoristas, pedreiros, entre outras. Nos últimos anos antecessores à pesquisa realizada por ele, o número de postos de trabalho não-agrícola cresceu no campo, enquanto houve redução do emprego agrícola nas áreas rurais, devido à mecanização da produção agrícola, agravante do desemprego rural no país.

O migrante advindo do campo, em geral, possui ínfima qualificação profissional,

---

<sup>84</sup> RECLUS, Élisée. “O Problema Urbano.” In: **Élisée Reclus** (Org. ANDRADE, Manuel Correia de). São Paulo: Editora Ática. 1985-B, p. 143-166.

<sup>85</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

<sup>86</sup> GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. Vol. 15 (43). 2001, p. 37-50.

o que o impele a subempregos ou empregos de baixa remuneração. Como os seus proventos muitas vezes não são suficientes para lhe garantir condições adequadas de moradia, frequentemente vai residir em áreas de periferia social.

Não obstante, conforme pronuncia Graziano da Silva (2001)<sup>87</sup>, o êxodo rural no Brasil não é algo fatal, visto que nos últimos anos a população camponesa no país manteve-se praticamente estável. Enquanto isto, a população ocupada em práticas agrícolas sofreu expressiva redução nos últimos anos, indicando segundo o autor, um êxodo agrícola, ao qual julga como inevitável.

Segundo as informações do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010)<sup>88</sup> no ano de 2010, a redução da população rural no país entre 2000 e 2010 foi significativamente menor, se comparada aos decênios anteriores. Em termos relativos ou percentuais, ainda houve grande decréscimo da população residente no campo no Brasil, devido ao elevado crescimento da população urbana. Já em termos absolutos, esta diminuição da população rural não teve tanta relevância como nos anos anteriores.

Todavia, torna-se importante salientar que as condições urbanas mesmo antes da intensificação do êxodo rural no século XX sempre foram precárias, agravadas pelas razões históricas já aventadas. Segundo Andrade (2004)<sup>89</sup>, as pequenas cidades e vilas brasileiras no período colonial e imperial, já apresentavam as mesmas características da desigualdade social que vigoravam no campo.

### **2.3 - Produção Monocultora, Voltada à Exportação**

No Brasil, a sociedade agrária foi constituída de modo que os proprietários de terras, utilizando mão de obra escrava indígena (minoritária) e negra (majoritária), produzissem alimentos direcionados ao mercado externo, enquanto que os gêneros de subsistência eram tidos como de menor importância. O fato acima descrito prossegue existindo até os dias coevos, com a produção agrícola nacional ainda visando o exterior, enquanto que os produtos de menor qualidade ficam no país para suprimento do mercado interno.

---

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Op. cit.* 2010.

<sup>89</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Deste modo, destaca-se que desde o período colonial, sempre se priorizou a agricultura voltada à exportação, em detrimento da voltada ao mercado interno. No início da colonização, produzia-se no Brasil para abastecer o mercado europeu. Por mais absurdo que pareça, transcorridos aproximadamente cinco séculos, tal situação persiste a mesma.

Porém, a agricultura de exportação, conforme expõe Andrade (1979)<sup>90</sup>, não assegurava estabilidade ao sistema econômico, que poderia variar segundo as leis de oferta e demanda no mercado internacional, bem como pelo crescimento da concorrência. No caso do açúcar, a concorrência do açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas fora crucial para a decadência deste gênero agrícola no cenário brasileiro.

Apesar de muitos autores, entre eles economistas e historiadores, dividirem a História Econômica do Brasil em ciclos, julga-se isso como algo equivocado, pois conforme assevera Andrade (1979, p. 72)<sup>91</sup>, estes são: “Ciclos que, na realidade, não existiram porque as culturas de exportação, quando perdiam importância na economia nacional, não deixavam de ser cultivadas nas áreas nelas especializadas.”

Exemplo nítido da questão acima aventada é o caso do açúcar no Brasil, que apesar do declínio após a concorrência das Antilhas, continuou sendo produzido no território nacional, tendo aumentos e quedas em sua produção, mas nunca deixando de ser cultivado, constituindo-se ainda como um dos principais produtos de exportação do país.

O primeiro produto impactante na agricultura nacional foi a cana-de-açúcar, cultivada sobretudo próxima ao litoral nordestino, primeira área largamente ocupada do país. Versando sobre este ponto, Freyre (1961)<sup>92</sup> disserta que apesar da nítida divisão entre senhores e escravos na esfera do trabalho no setor canavieiro, no nordeste brasileiro o hibridismo foi intenso, devido à expressiva miscigenação entre brancos, negros, indígenas e mestiços. O autor salientou a indispensabilidade do negro para a civilização açucareira e o fato de a monocultura canavieira ter extinguido as lavouras de subsistência. Observou também que a monocultura acentua a erosão dos solos, dirimindo destarte, sua fertilidade.

Brandão (1985)<sup>93</sup> expõe que Duarte Coelho, então administrador da capitania de

---

<sup>90</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* 1961.

<sup>93</sup> BRANDÃO, Adelino. **Cana de açúcar**: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil. Brasília: Editora Horizonte, 1985. 269 p.

Pernambuco, obteve o capital necessário à instalação dos primeiros canaviais no litoral nordestino. Freyre (1961)<sup>94</sup> relata que Duarte Coelho, o primeiro donatário da capitania hereditária de Pernambuco, já compreendia que o africano era o homem ideal para lavrar suas terras com cana de açúcar. Sobre a questão canavieira no país, Reclus (1900, p. 424)<sup>95</sup> escreve:

Tempo houve em que foi o Brasil que forneceu ao mundo maior quantidade de assucar; mas de 150 annos a esta parte perdeu a primasia em proveito das Antilhas, que a conservaram depois; a capitania de S. Vicente, para ode Martim Afonso de Sousa levou a canna da Madeira na primeira metade do século XVI, só tem hoje plantações sem importância. Atualmente a indústria açucareira está sobretudo representada em Pernambuco, na Bahia, e nos Estados vizinhos; o município de Campos, no Estado do Rio, entrega-se especialmente à cultura da canna, e em parte nenhuma se encontram usinas mais bem aparelhadas para a produção de assucares.

Acima, o geógrafo francês exprime a existência da cultura canavieira na região de Campos (RJ), já no século XIX. Brandão (1985)<sup>96</sup> explica que essa área tem cultivos de cana-de-açúcar desde o século XVII, mas só teve realce no setor há poucos anos. No entanto, as lavouras canavieiras existentes na região retrocitada direcionam-se majoritariamente à produção alcooleira.

O próprio Brandão (1985)<sup>97</sup> demonstra que, embora a construção de um engenho fosse onerosa, seus rendimentos eram elevadíssimos, conferindo lucratividade ao seu senhor. Acerca da cultura canavieira e das usinas produtoras de açúcar, João Cabral de Melo Neto (2009-A, p. 35)<sup>98</sup>, em seu poema “O Rio”, relata que:

Vira usinas comer  
as terras que iam encontrando;  
com grandes canaviais  
todas as várzeas ocupando.  
O canavial é a boca  
com que primeiro vão devorando  
matas e capoeiras,  
pastos e cercados;  
com que devoram a terra  
onde um homem plantou seu roçado;  
depois os poucos metros  
onde ele plantou sua casa

A passagem acima aludida corrobora o viés monocultor da cultura de cana-de-

<sup>94</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* 1961.

<sup>95</sup> RECLUS, Élisée. *Op. cit.* 1900.

<sup>96</sup> BRANDÃO, Adelino. *Op. cit.*. 1985.

<sup>97</sup> *Ibidem.*

<sup>98</sup> MELO NETO, João Cabral de. “O Rio”. In: **Morte e vida severina**: e outros poemas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009-A, p. 15-54.

açúcar instalada no território nordestino, que além de gerar elevada degradação ambiental em virtude do desmatamento da vegetação nativa, também expandiu a concentração fundiária na região, ocupando terras outrora destinadas à agricultura familiar e voltadas à subsistência.

Castro (1957-A)<sup>99</sup> narra que a área canavieira do litoral nordestino era uma floresta tropical (a Mata Atlântica), transformada em campos abertos pelos engenhos e latifúndios. O autor acentua a elevada fertilidade do solo desta região, do tipo massapê<sup>100</sup>, e o clima propício ao cultivo de diversos alimentos, tanto originais do território brasileiro, quanto provenientes de outros pontos do planeta.

Freyre (1961)<sup>101</sup> exalta a qualidade do solo massapê para a cultura canavieira, ao qual afirmou propiciar a garantia de muitas gerações de senhores de engenho, e mostra que esta se desenvolveu sob a tríade latifundiarismo - monocultura – escravidão. Com relação a estes três aspectos, Castro (1957-B, p. 497-498)<sup>102</sup> pronuncia:

A exploração latifundiária, a monocultura à base dos salários baixos, apresentada em suas variantes nas áreas coloniais do mundo inteiro, constituem, pois, o caldo de cultura ideal para desenvolvimento do pauperismo, da miséria e da fome. Baseando sua economia em um ou dois produtos de exportação cujos preços foram sempre fixados pelas metrópoles consumidoras e tendo que importar uma infinidade de produtos industriais com preços pré-fixados pela metrópole, os povos coloniais tinham que permanecer atolados no pauperismo. Só com sua libertação econômica da política colonial poderão essas áreas de fome desenvolver sua produtividade, de forma a dispor do suficiente para o seu sustento, o que é possível, não só pela diversificação de sua produção, como também pela fixação do justo preço das matérias-primas e pelo seu beneficiamento industrial in loco.

No excerto acima destacado, assinala-se a associação existente entre monoculturas e exploração do trabalhador, devido às baixas remunerações pagas. Embora as nações subdesenvolvidas não sejam mais colônias, as relações de colonialidade ainda permanecem. Países periféricos, como os da América Latina, da África Subsaariana e do sul da Ásia prosseguem como fornecedores de matérias-primas às nações centrais, sendo dominados economicamente por estas.

Somente quando esta situação de dominância e dependência for eliminada, os países de economia frágil poderão desenvolver uma agricultura que fortaleça suas

<sup>99</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

<sup>100</sup> Os solos do tipo massapê são originados pela decomposição do granito, gnaisse, entre outras rochas, e possuem alto teor de argila em sua composição. Sua coloração é mais escura, além de ser ideal às práticas agrícolas por ser fertilíssimo. Esta elevada fertilidade deve-se em parte ao seu alto teor de matéria orgânica.

<sup>101</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* 1961.

<sup>102</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

autonomias e beneficie seus habitantes, minimizando os casos de fome e de insegurança alimentar em seus territórios.

De modo análogo à fala de Freyre, Reclus (1900)<sup>103</sup> enaltece a fertilidade do solo brasileiro, em âmbito geral, narrando que ao final do século XIX, o pequeno agricultor tupiniquim era nômade, pois migrava de terra cultivada conforme os solos iam se esgotando. Contudo, ele frisa que este uso excessivo e intenso do solo já ocasionara a redução da fertilidade em algumas partes do país, com elevada perda de nutrientes.

Nesta esfera, Castro (1957-A)<sup>104</sup> expõe que ao implantar a monocultura canavieira, o colonizador luso sacrificou as possibilidades de outras culturas nas proximidades da costa nordestina, colaborando para o aumento de problemas alimentares em seus habitantes. O autor advoga também que a destruição da vegetação nativa e da fauna também contribuiu para minorar os recursos alimentícios da região, porquanto ambos eram componentes do regime alimentar básico dos nativos. Obviamente, a alimentação ali tinha açúcares em excesso e era pobre em outros nutrientes.

Outro problema por ele apontado é a exaustão dos solos e seu conseqüente decréscimo de fertilidade, ocasionados pela monocultura da cana-de-açúcar. Deve-se grifar a relação existente entre tal fato e o comércio de açúcar, pois este era promissor no período, visto como uma especiaria. Os portugueses sabiam que a cultura canavieira só seria lucrativa se disseminada em larga escala. Para tal intento, deveriam ter elevada disponibilidade de terra e mão de obra. Referindo-se às muitas exigências impostas pela monocultura canavieira, Josué de Castro (1957-A, p. 103)<sup>105</sup> profere que uma de suas características é a:

De exigir uma escravidão tremendamente dura, não só do homem mas também da terra a seu serviço. Homem e terra que tiveram de despojar inúmeras prerrogativas para satisfazer o apetite desadorado da cana. Apetite insaciável de terras bem preparadas e bem drenadas para o crescimento da planta.

O excerto supracitado ratifica o caráter devastador desta cultura para o nordeste do país, pois ela degradou solos, vegetações e principalmente seres humanos nesta região. Concernindo a esta questão, ao dissertar sobre a certeza que o personagem

---

<sup>103</sup> RECLUS, Élisée. *Op. cit.* 1900.

<sup>104</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

<sup>105</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

Vicente possuía da inutilidade de seu serviço, Rachel de Queiroz (2010, p. 124)<sup>106</sup> enuncia:

Em vão, mal amanhecia, iniciava a labuta sem descanso, e atravessava o dia todo no denso vaivém do serviço sem tréguas, cavando aqui uma cacimba, consumindo partidos do caroço de algodão, levantando, com as próprias mãos, que o labor corajoso endureceu, as reses caídas de fraqueza e de sede.

O trecho supramencionado ilustra a incessante rotina de labor desempenhada pelos moradores do sertão nordestino durante os dias em que a ausência de chuvas assola seus pedaços de terra e suas vidas. A estes homens e mulheres não há alternativas viáveis. Ou se entregam aos malefícios da escassez hídrica, permanecendo em suas terras, ou arriscam-se em difíceis migrações, nas quais muitos deles falecem devido aos empecilhos do percurso aliados às deficiências nutricionais de seus corpos carcomidos pela alimentação precária. Aqueles que, porventura, conseguiram alcançar a meta de chegar às grandes cidades, foram emparedados pela ausência de terras para cultivarem e pela precisão de se submeterem a desgastantes jornadas de trabalho para garantir a subsistência.

Ainda remetendo às lavouras canavieiras, vale ressaltar que na década de 1970, com a Crise do Petróleo<sup>107</sup>, houve uma mudança no perfil energético mundial, pois em virtude da elevação do preço do barril, as nações procuraram alternativas energéticas, sobretudo renováveis. Neste contexto, o Proálcool foi criado pelo governo brasileiro no ano de 1975, visando substituir a gasolina pelo álcool (etanol) enquanto fonte de energia. À época, a gasolina era o derivado do petróleo mais consumido no Brasil. Salienta-se aqui, que neste momento histórico, o Brasil não era autossuficiente na produção petrolífera.

---

<sup>106</sup> QUEIROZ, Rachel de. *Op. cit.* 2010.

<sup>107</sup> Na década de 1970, o mundo vivencia um período de recessão econômica, conhecido como Crise do Petróleo. Alguns autores dividem o período em 1ª e 2ª Crises do Petróleo. Com relação à primeira crise do petróleo, sua principal causa foi a Guerra do Yon Kippur, que provocou um grande aumento do preço do barril de petróleo (mais que triplicou) no Oriente Médio. O encarecimento do petróleo ocorreu devido ao fato de que os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), a maioria localizando-se no Oriente Médio, recusaram-se a vender petróleo aos países que apoiaram Israel no conflito, como é o caso dos Estados Unidos. Isso motivou com que as nações mais industrializadas do mundo acirrassem a busca por novas fontes de energia alternativas ao petróleo. Acerca da Guerra do Yon Kippur, cabem algumas considerações. Logo após a famosa Guerra de Seis Dias, o governo israelense tomou medidas com a intenção principal de proteger as terras conquistadas, sobretudo o controle conquistado sob o Canal de Suez, importante na questão comercial e geopolítica naquele momento. O Yon Kippur é um feriado judaico, no qual se comemora o “dia do perdão”. No ano de 1973, quando os israelenses comemoravam o dia do Yon Kippur, foram surpreendidos pelos ataques egípcios e sírios próximos à região do canal de Suez. Inicialmente, os árabes conseguiram facilmente invadir o Canal de Suez. Contando com um exército incomensuravelmente mais forte, Israel revidou e conseguiu vencer os árabes neste conflito. Esse episódio acirrou as tensões e as rivalidades no denominado “Mundo Árabe”.

Brandão (1985)<sup>108</sup> enuncia que o Proálcool foi um incentivo à cultura canavieira no Brasil. Criado durante o governo Geisel, além da questão energética, o programa pretendia trazer desenvolvimento ao país, mormente nos setores social, tecnológico e econômico. Foi implantado em locais que já possuíam usinas de cana-de-açúcar, como as unidades federativas do Nordeste e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nos anos 1970, o açúcar brasileiro estava em baixa no mercado internacional, favorecendo o investimento no setor alcooleiro. As metas do Proálcool foram alcançadas no ano de 1990. Alguns estudiosos afirmam que o Proálcool aumentou a concentração fundiária, favorecendo os latifúndios monocultores de cana-de-açúcar. Outro problema dele foi o fato de o álcool ter substituído somente a gasolina enquanto combustível, não conseguindo ser uma alternativa ao diesel.

Não obstante, existem autores com visões diferentes e até mesmo opostas sobre este programa governamental. Bautista Vidal (1997)<sup>109</sup> apregoa que utilizando-se um pequeno percentual das terras disponíveis no Brasil para o plantio de florestas energéticas, a energia produzida equivaleria àquela resultante da queima de bilhões de barris de petróleo. Por conseguinte, para o autor, o uso de porções do solo nacional para o plantio de vegetais para fabricação de energia é algo viável, pois não comprometeria o suprimento de alimentos à população. Neste sentido, ele advoga que o uso da biomassa como fonte de energia no Brasil não acarretará na escassez de alimentos para a população, pois 3% do território nacional já seriam suficientes para produzir alimentos a toda a população nacional.

Ele ainda defende que o uso da biomassa como fonte energética no Brasil geraria mais empregos e proporcionaria maior valorização do trabalhador rural. Para além, descentralizaria a economia, dinamizando várias regiões, visto que o plantio das matérias-primas e a geração da energia pela biomassa não seriam restritos a apenas um local, mas, seriam diversificados de acordo com as plantas nativas de cada área.

Isto minoraria a dependência que o país possui, sobretudo em termos econômicos, em relação a certos locais, como as metrópoles, além de trazer maior uniformidade na ocupação do país, ocasionando o povoamento de regiões até então com baixa densidade demográfica. Desta maneira, para Bautista Vidal (1997)<sup>110</sup>, o uso da biomassa como fonte de energia no Brasil, em larga escala, minoraria as disparidades

---

<sup>108</sup> BRANDÃO, Adelino. *Op. cit.* 1985.

<sup>109</sup> BAUTISTA VIDAL, J. W. **A Reconquista do Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1997.

<sup>110</sup> *Ibidem*.

existentes entre as regiões no território nacional.

Para além, o autor aponta a influência do setor financeiro e das multinacionais na economia brasileira como uma das causas do relativo insucesso do Proálcool em âmbito nacional, pois muitas empresas automobilísticas pautam sua produção em veículos movidos a gasolina ou óleo diesel.

Bautista Vidal (1997)<sup>111</sup> ainda exprime que a biomassa existente em abundância na região intertropical permite a obtenção de diversas fontes energéticas renováveis, como o álcool, por exemplo. Neste sentido, ele indica o óleo do coco de dendê, o coco de babaçu e o carvão vegetal como ótimas alternativas de fontes energéticas renováveis existentes no país.

Para ele, a região intertropical é por si só, autossustentável, sendo capaz de suprir várias necessidades globais, como a energética e a alimentar. Para isto, são necessários planejamentos estatais descentralizadores, que visem o bem-estar de suas populações. Segundo o autor, a biomassa no Brasil deve ser protegida pelo Estado, o qual deve controlar o seu processo produtivo, para evitar que as grandes corporações também dominem essas novas fontes de energia.

Porto-Gonçalves e Alentejano (2010)<sup>112</sup> pronunciam que, nos anos recentes, tem ocorrido no campo brasileiro a substituição de culturas de arroz, feijão e milho por plantios de cana-de-açúcar. As regiões mais afetadas são o oeste do estado de São Paulo, o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro. Com isto, há a diminuição da produção e da oferta destes alimentos à população, e o deslocamento de seus cultivos para terras mais longínquas e de menor fertilidade. Todos estes fatores contribuem para elevar o preço final destes alimentos, visto que o custo de produção tornou-se mais oneroso, bem como o de transporte.

Na década de 1960, quando a crise econômica afetou o Brasil, o país elevou sua produção de soja, pois devido à altíssima dívida externa, ele buscou produzir gêneros bem aceitos no mercado internacional. De acordo com dados do IBGE (2013)<sup>113</sup>, nos tempos atuais, a sojicultura ocupa praticamente 38% das terras cultivadas por todo o território nacional e é responsável por 29,7% do valor total da produção agrícola do país. O gráfico 01 é ilustrativo no sentido de demonstrar o expressivo acréscimo na área

---

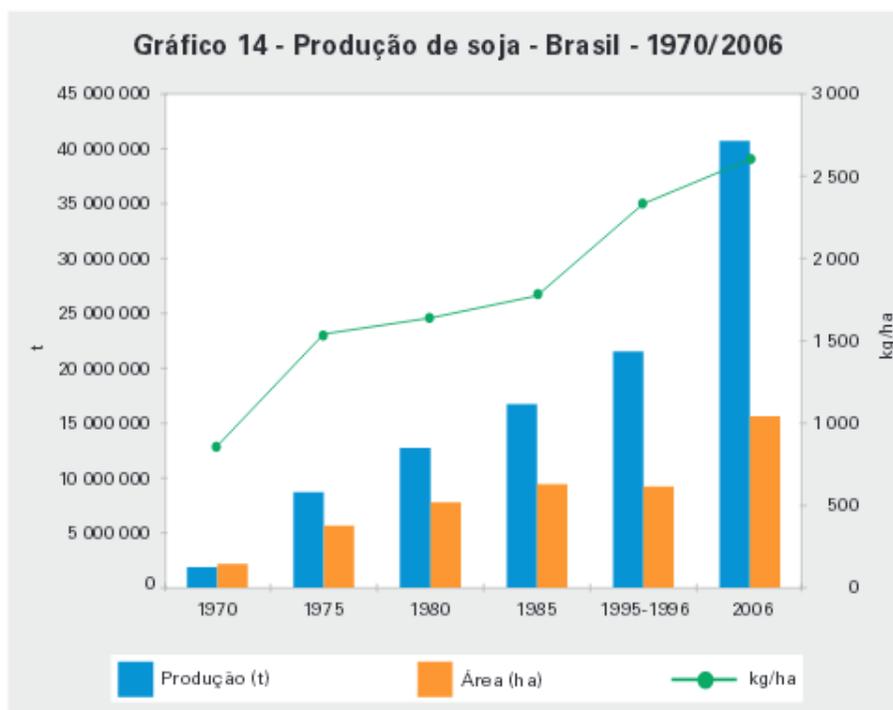
<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. Geografía Agraria de la Crisis de los Alimentos en Brasil. **Mundo Siglo XXI – Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional**. Vol. 20, 2010, p. 39-54.

<sup>113</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Op. cit.* 2013.

e na produção de soja no Brasil.

**GRÁFICO 01.** Produção de Soja no Brasil de 1970 a 2006



**Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário - 2006.** 2006.

Os dados fornecidos pelo IBGE (2006)<sup>114</sup> denotam o crescimento da produção de soja no país, cujo quantitativo aumentou mais de 1000% em 36 anos. Destarte, a cultura da soja foi implantada em muitas unidades federativas do país e em inúmeros locais onde outrora se cultivava o feijão, alimento indispensável à dieta da população brasileira.

Tal fato incidiu na necessidade de importar feijão, o que encareceu o preço da dieta básica do brasileiro, influenciando na economia e na qualidade de vida da população. Isso corrobora o fato de que a produção alimentícia brasileira é voltada à exportação e varia conforme as oscilações e os desejos do mercado global, segundo ratificam autores como Oliveira (2007)<sup>115</sup>, Alentejano (2012)<sup>116</sup>, Valverde (1980)<sup>117</sup>, entre outros.

<sup>114</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário - 2006.** 2006.

<sup>115</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>116</sup> ALENTEJANO, Paulo. *Op. cit.* 2012.

<sup>117</sup> VALVERDE, Orlando. "Metodologia da Geografia Agrária". In: **Reflexões Sobre a Geografia.** São Paulo: Edições AGB São Paulo, 1980, p. 53-80.

De acordo com Marques (2011)<sup>118</sup>, a partir dos anos 2000, os agrocombustíveis ganham realce no cenário mundial, como alternativa viável para a substituição dos combustíveis fósseis, devido à finitude e ao alto grau de poluição causado por estes, entre outros aspectos. Os debates em torno da polêmica questão do aquecimento global também colaboraram para o ganho de importância e o crescimento na produção das fontes energéticas de origem vegetal.

A agricultura mundial tem vivenciado uma série de crises nos últimos anos, com alta recorde dos preços de óleos vegetais, muito usados para fins energéticos. Tal situação ameaça a segurança alimentar global. Os principais impactados são os pobres, sobretudo nos países em desenvolvimento, que destinam expressiva parcela de seu PIB (Produto Interno Bruto) ao setor energético, crucial para o desenvolvimento econômico e industrial. Em âmbito internacional, o mercado dos biocombustíveis tem crescido muito, em parte graças aos incentivos governamentais, fomentadores de pesquisas, de técnicas e da produção nesta área.

O uso de vastas extensões de terra para o cultivo de gêneros utilizados como matéria-prima para fins energéticos pode acarretar no acréscimo dos índices de insegurança alimentar, pois parcela significativa do solo que poderia ser usada para a produção de alimentos direcionados ao consumo dos seres humanos não é utilizada neste intuito.

Contudo, nos tempos recentes, os Estados destinam preocupação e esforços ao setor energético, visto que este repercute diretamente na economia nacional, sendo um dos aspectos mais influentes para o crescimento econômico de um país. Exemplo disto é o caso brasileiro, no qual o governo, desde o decênio de 1970, em virtude da Crise do Petróleo, investe maciçamente na pesquisa e na produção de fontes energéticas de origem vegetal, como o álcool proveniente da cana-de-açúcar, o biodiesel derivado do óleo de mamona, entre outras. Os esforços efetivados pelo governo brasileiro na questão energética resultaram na criação do Proálcool, já discutido nas páginas anteriores. Acerca deste, Bautista Vidal (1997, p. 140)<sup>119</sup> afirma:

A existência do Programa Nacional do Álcool, com uma ampla estrutura já quase totalmente ressarcida, distribuída por todo o território nacional, com domínio tecnológico único e o mais avançado, dá ao Brasil condição

---

<sup>118</sup>MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Novo Significado da Questão Agrária**. Texto de Apoio ao Curso de Graduação em Geografia. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Marta/2011/2semestre/8\\_Marques\\_questao\\_agraria\\_e\\_regime\\_alimentar.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2011/2semestre/8_Marques_questao_agraria_e_regime_alimentar.pdf)>

<sup>119</sup>BAUTISTA VIDAL, J. W. *Op. cit.* 1997.

excepcional de ter uma solução autônoma que o possibilita salvar-se de uma crise energética mundial nesse crucial setor, podendo também ser suporte para outros países, incluindo potências econômicas muito vulneráveis.

Portanto, o Proálcool surge no Brasil como uma possível solução para a crise econômica de proporções mundiais. Conforme manifesta o autor, as Crises do Petróleo de 1973 e de 1979 alertaram para a finitude dos combustíveis fósseis e de seus derivados. Ademais, o atual modelo energético brasileiro é profundamente centralizador e submisso, pois é concentrado em poucas localidades no país, além de depender intensamente do capital estrangeiro.

Conforme indica McMichael (2009)<sup>120</sup>, a dependência do capitalismo industrial em relação aos agrocombustíveis é uma das culpadas da atual crise alimentar. Segundo o autor, os países do Sudeste Asiático e da América Latina (entre eles, o Brasil) estão expandindo a área produtora e a quantidade total produzida de gêneros agrícolas destinados à questão energética. Ademais, ele analisa que países como Índia, Paquistão, Ucrânia, Argentina e China, estão arquitetando medidas protecionistas para assegurar a aquisição de grãos e fertilizantes, aspirando garantir a segurança alimentar da população.

Quanto ao panorama nacional, Bravo (2007)<sup>121</sup> ressalta os maciços investimentos realizados pelo Estado brasileiro no intuito de liderar o mercado global de agrocombustíveis. Salientando a importância conferida pelo governo brasileiro ao setor, a autora expõe que aproximadamente 60% da produção de etanol derivado da cana-de-açúcar provém do Brasil, onde mais da metade da área ocupada pelo cultivo canavieiro é destinada à produção alcooleira. Neste enredo, em 1989, o governo nacional promulgou uma lei que tornou obrigatória a adição de 20 a 25% de álcool na gasolina.

Porto-Gonçalves & Alentejano (2010)<sup>122</sup>, bem como Hiath (2009)<sup>123</sup>, dissertam que, com a urbanização, houve o aumento do consumo de carne. Conseqüentemente, também ocorreu a elevação na demanda por grãos, sobretudo milho e soja, principalmente para alimentação de rebanhos bovinos. Percentual representativo da produção agrícola de alguns países mundo afora é dedicado a esta finalidade.

Atualmente, é maior o consumo de alimentos direcionado aos animais, do que o

---

<sup>120</sup> MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agricultural Human Values**. Vol. 26, 2009, p. 281-295.

<sup>121</sup> BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, Cultivos Energéticos e Soberania Alimentar na América Latina** – aquecendo o debate sobre agrocombustíveis. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

<sup>122</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. *Op. cit.* 2010.

<sup>123</sup> HIATH, Marcos. *Op. cit.* 2009.

consumo humano, mesmo considerando aquele voltado a finalidades energéticas. Os autores supracitados destacam o aumento do rebanho bovino nas últimas décadas no Brasil, já superando o quantitativo de população humana no país.

Cana, soja e milho são produtos típicos da agricultura empresarial, voltada à produção de combustíveis ou à alimentação de animais. Nos últimos anos, houve significativo acréscimo na área destinada a estas culturas no Brasil, enquanto que a área direcionada ao plantio de arroz, feijão e mandioca, produtos indispensáveis na dieta do brasileiro, foi reduzida.

Criticando o enfoque produtivo do agronegócio, Porto-Gonçalves & Alentejano (2010)<sup>124</sup> afirmam que a produção de alimentos deve voltar-se aos alimentos básicos. Ademais, devem existir políticas e mecanismos de garantia da aquisição dos alimentos e de preços acessíveis, de modo a alargar a segurança alimentar da população.

Referindo-se à temática, Graziano da Silva (2001)<sup>125</sup> mostra que o rural não pode ser compreendido como antônimo de urbano, pois nos tempos recentes, o agronegócio modificou o ambiente rural, inserindo novas atividades agrícolas voltadas a públicos específicos (como a criação de plantas e animais exóticos), criando condomínios rurais para as classes elitizadas, entre outras mudanças. Deste modo, a modernidade chegou ao campo, trazendo consigo algumas características notadamente capitalistas, como a segregação socioespacial, a busca irrefreável pelo lucro, a degradação da vegetação nativa, a produção em larga escala, a intensa exploração do trabalho, entre outras.

No agronegócio, predominam a agricultura extensiva e as lavouras temporárias, visto que elas variam conforme as modificações do mercado e o interesse dos empresários do setor agrícola, que visam o lucro. Nos últimos anos, o agronegócio tem vivido um período de esplendor no Brasil, país que apresenta os maiores índices de crescimento neste setor.

No tocante ao assunto, Vergopoulos (1977)<sup>126</sup> expõe que a agricultura, submetida ao capitalismo, recebe os fluxos de capitais, de rendas e de trabalhadores, promovendo a circulação destes na forma de mercadorias componentes do sistema mecanizado. Esta assertiva do autor mostra a amálgama existente entre modo de produção capitalista, mecanização da agricultura e agronegócio.

---

<sup>124</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. *Op. cit.* 2010.

<sup>125</sup> GRAZIANO DA SILVA, José. *Op. cit.* 2001.

<sup>126</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

Porto-Gonçalves (2006)<sup>127</sup> corrobora o elevado consumo de água presente nas atividades do agronegócio, mostrando que a agropecuária é responsável por aproximadamente 70% de todo o consumo de água do planeta. O geógrafo, assim como Hiath (2009)<sup>128</sup>, descortina o alargado dispêndio hídrico necessário à pecuária, e associa o crescimento no consumo de água em escala global ao aumento da demanda de carne, sobretudo nas urbes.

Porto-Gonçalves & Alentejano (2009)<sup>129</sup> retratam o viés moderno-colonial vigente no agronegócio brasileiro, explicitando como este se alicerça na concentração fundiária e na violência para manter suas relações de poder. Os geógrafos salientam que as ações violentas no campo são praticadas tanto pelo poder público, quanto pelo privado, principalmente no intuito de amortizar movimentos de resistência camponesa, na luta por maior equidade no acesso à terra ou pela menor exploração do proletário agrícola.

Os autores relatam que nos últimos anos, o Estado brasileiro executou um elevado número de despejos de famílias das terras ocupadas, principalmente nas porções de solo vinculadas ao agronegócio ou sob a posse de grandes corporações industriais. Tal situação é uma amostra de como o governo age, constituindo-se em instrumento de reprodução da propriedade privada e da concentração fundiária. O Estado concretiza ações em prol da expansão do agronegócio e reprime as ocupações de terras, através dos despejos judiciais. Desta maneira, ele se opõe aos movimentos sociais do campo e perpetua a colonialidade no setor agrícola do país.

Para sua expansão, o agronegócio carece da incorporação constante de novas terras e utiliza mecanismos mercantis, políticos e violentos para isto. Por conseguinte, evidencia-se que a modernização agrícola foi caracterizada pelo predomínio dos interesses latifundiários associados aos dos capitalistas industriais, bem como pela violência na defesa de seus interesses. Destarte, a modernização encontra-se entrelaçada à colonialidade no campo nacional.

O desenvolvimento da agropecuária empresarial e dos complexos agroindustriais coexiste com o trabalho escravo no campo brasileiro, como o existente no aviamento realizado nos seringais e carvoarias, e com a exploração do proletariado rural.

---

<sup>127</sup> PORTO-GONÇALVES Carlos Walter. *Op. cit.* 2006.

<sup>128</sup> HIATH, Marcos. *Op. cit.* 2009.

<sup>129</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. A Violência do Latifúndio Moderno-Colonial e do Agronegócio nos Últimos 25 Anos. **Conflitos no Campo Brasil**. 2009, p. 109-118.

Frequentemente, as agressões e assassinatos cometidos no campo nacional são uma tentativa de silenciar e enfraquecer aqueles que desagradam os interesses dos grandes capitalistas e proprietários fundiários. Tais atitudes podem ser equiparadas àquelas efetuadas pelos senhores de terras no início do período colonial brasileiro, ambicionando a manutenção do poder, como a perseguição aos quilombos e aos movimentos contrários às oligarquias agrárias, entre outras.

O poder público, assim como nos séculos anteriores, ainda é um agente defensor das grandes propriedades agrícolas. Nos primeiros decênios após a colonização pelos portugueses, o liame entre propriedade da terra e poder político foi intenso, visto que os principais representantes políticos do país eram proprietários fundiários ou possuíam alianças com eles.

Tal vínculo ainda persiste nos tempos hodiernos, pois percentual representativo dos políticos brasileiros está atrelado ao agronegócio, quando não possui alargadas extensões de terra pelo território nacional. Isto pode ser percebido através das informações apresentadas por Porto-Gonçalves & Alentejano (2009)<sup>130</sup>, que elucidam as arbitrariedades empreendidas pelos representantes dos órgãos estatais em prol dos interesses latifundiários. Assim sendo, é bastante expressivo o poder político e econômico exercido sobre a agropecuária, principalmente em virtude das alianças existentes entre a Bancada Ruralista no Congresso Nacional e as empresas transnacionais atuantes neste ramo.

Para os autores, a ditadura militar favoreceu os latifúndios em âmbito nacional. A própria manutenção dos patamares excessivos de concentração fundiária no país é uma comprovação do caráter moderno-colonial ainda imperante na agricultura em solo nacional. Porto-Gonçalves & Alentejano (2009)<sup>131</sup> demonstram que as medidas provisórias 422 e 458 concederam dezenas de milhões de hectares de terra diretamente para os grileiros. Portanto, se outrora o governo se opunha à grilagem, atualmente cria leis e medidas favoráveis aos latifundiários grileiros.

No atual contexto neoliberal, há o surgimento de um novo regime alimentar global, denominado por McMichael (2009)<sup>132</sup> como regime alimentar corporativo. Este deriva do monopólio que algumas transnacionais possuem na produção, no processo e na comercialização de alimentos, assim como na oferta de insumos e de financiamentos

---

<sup>130</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. *Op. cit.* 2009.

<sup>131</sup> *Ibidem.*

<sup>132</sup> MCMICHAEL, Philip. *Op. cit.* 2009.

para o setor agrícola, em escala mundial.

Quando os Estados reduzem seu papel na regulação das economias e com o enfraquecimento e a diminuição das empresas estatais, acirra-se o liame entre a produção alimentícia e o setor financeiro. Destarte, no contexto atual, as transnacionais controlam os preços dos alimentos. Assim, numa escala global, há a venda de alimentos basais das dietas alimentares a preços monopolistas para consumidores paupérrimos.

Conforme advoga McMichael (2009)<sup>133</sup>, as políticas neoliberais favoreceram a consolidação do agronegócio, tendo como pilar o regime alimentar corporativo. Há neste quesito, uma íntima aliança entre agronegócio, indústria química e biotecnologia. As reservas alimentares nacionais de vários países estão sendo privatizadas por corporações transnacionais, que possuem mecanismos garantidores e reguladores dos preços.

Para o autor, o regime alimentar corporativo deriva da reorganização capitalista da agricultura mundial, tendo seus arranjos pautados no mercado. O vínculo entre a consolidação do agronegócio e o regime alimentar corporativo ratifica e intensifica a crise alimentar mundial, associada ao período neoliberal.

Assim, o conjunto de políticas neoliberais tem ocasionado uma expressiva volatilidade dos preços em escala mundial, expondo camponeses (pequenos proprietários agrícolas) e consumidores aos malefícios desta variação de preços. Conjuntamente, o neoliberalismo e as privatizações propiciaram a aceleração da circulação global de alimentos e da reestruturação da produção alimentícia.

O monopólio estrutural na produção agrícola mundial mantém elevados os preços médios dos alimentos, facilitando a ocorrência de crises neste setor e degradando a qualidade das dietas alimentares dos indivíduos mundo afora. Marques (2011)<sup>134</sup> apregoa que no regime alimentar corporativo, a crise alimentícia é endêmica e reflete a não posse da terra (meio produtivo), as carências nutricionais das dietas, as baixas remunerações dos trabalhos, entre outros aspectos.

A agricultura corporativa tem desestabilizado as pequenas culturas agrícolas e prejudicado sua capacidade de provir alimentos para uma porção significativa do mundo. Tal fato amplia as taxas de insegurança alimentar globo afora, visto que em muitas nações, como no caso do Brasil, a maior parte da alimentação cotidiana de seus habitantes é asseverada pelos pequenos proprietários agrícolas.

---

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> MARQUES, Maria Inez Medeiros. *Op. cit.* 2011.

Vergopoulos (1977)<sup>135</sup> já denunciava a tática utilizada pelos monopólios agroalimentares para a manutenção do domínio neste setor. As grandes corporações controlam a compra dos gêneros advindos dos produtores agrícolas, assegurando a situação de monopólio. O autor expõe como, em geral, as multinacionais e transnacionais agroalimentares, não adquirem plantações de gêneros alimentícios, enfocando suas ações na compra da produção proveniente dos pequenos proprietários agrícolas. Sua preocupação não reside no controle das terras cultiváveis, mas na hegemonia concernente à venda dos alimentos em escala mundial.

Marques (2011)<sup>136</sup> comenta sobre a estrangeirização de terras ocorrida nos últimos anos em âmbito mundial, aliando-a à globalização, ao neoliberalismo, à especulação imobiliária e à monopolização de terras. Segundo a autora, contemporaneamente, o campo brasileiro recebe investimentos diretos provenientes de empresas privadas, nacionais ou internacionais, para a produção de *commodities* e para a compra de porções de terra. Contemporaneamente, a questão agrária mundial é caracterizada pela estrangeirização do solo, configurando um processo de mercantilização das terras em escala global.

Nações como a China, alguns países do Oriente Médio, que padecem com a escassez de novas terras para a agricultura e com a pobreza em recursos naturais, mas que possuem recursos financeiros, estão adquirindo ou arrendando porções de solo em outras nações, principalmente do sul da Ásia, numa tentativa de elevar a segurança alimentar de suas populações.

Entretanto, tais ações prejudicam outros povos, pois conforme expôs Guedes (2011)<sup>137</sup>, após a crise de 2008, houve a intensificação dos episódios de fome em regiões do planeta como a África Subsaariana e a Ásia Austral. Portanto, ao buscar amenizar a situação de insegurança alimentar de seus habitantes, países como a China estão aprofundando os problemas alimentares dos povos de outras nações.

Um aspecto favorecedor da insegurança alimentar elencado por Marques (2011)<sup>138</sup>, é o fato de nações paupérrimas, como as da África Subsaariana, exportarem produtos alimentícios, enquanto sua população padece com casos de fome crônica. Tal situação assemelha-se bastante com a conjuntura brasileira, embora em terras tupiniquins os índices de inanição sejam expressivamente menores, em comparação aos

---

<sup>135</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

<sup>136</sup> MARQUES, Maria Inez Medeiros. *Op. cit.* 2011.

<sup>137</sup> GUEDES, Pedro Arthur Braune. *Op. cit.* 2011.

<sup>138</sup> MARQUES, Maria Inez Medeiros. *Op. cit.* 2011.

encontrados na maioria das nações africanas.

As pátrias subdesenvolvidas e as emergentes lideram a produção de alguns alimentos em âmbito mundial, como arroz, manteiga, leite, queijo, açúcar, carne, óleos vegetais, entre outros. No entanto, elevado percentual destes gêneros agrícolas é exportado e/ou destinado para alimentação de rebanhos ou com finalidades energéticas, colaborando para a manutenção de elevados índices de indivíduos subnutridos e famélicos nestas áreas.

Quanto ao caso chinês, vale grifar que o país teve grande impulso econômico nos últimos anos, elevando a necessidade de alimentos e de matérias-primas. Embora a produção interna destes dois elementos tenha crescido no país, este aumento não foi suficiente para eliminar a dependência da importação destes produtos. O dilatado quantitativo populacional do país, atrelado à existência de terras desérticas em seu território, contribuem para tal circunstância.

## **2.4 - Questão Agrária em Nepomuceno – MG**

Desde o século XIX até os tempos hodiernos, a economia nepomucenense se alicerçou principalmente sobre a agricultura, com a produção cafeeira se destacando desde o princípio do século XX. Contudo, decorridos mais de cem anos, muitas alterações ocorreram no contexto agrícola do município, algumas delas em virtude das transformações tecnológicas ocorridas.

De acordo com dados obtidos pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (2014)<sup>139</sup>, o café representa praticamente 70% da economia municipal. Outros importantes gêneros alimentícios produzidos são o arroz, o feijão e o milho. A avicultura é proeminente, com uma das maiores empresas do ramo no estado instalada no município, o Aviário Santo Antônio, que exporta principalmente ovos de galinhas e de codornas, utilizados mormente na indústria alimentícia.

Segundo dados do IBGE (2013)<sup>140</sup>, no ano de 2013, o município de

---

<sup>139</sup>Disponível no site da Prefeitura Municipal de Nepomuceno, no endereço: <[http://www.nepomuceno.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91&Itemid=87](http://www.nepomuceno.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=87)> Acessado em: 26/04/2015.

<sup>140</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal** – Culturas temporárias e permanentes. Vol. 40. Rio de Janeiro. 2013. 102 p.

Nepomuceno produziu 26838 toneladas de café, totalizando 0,9% do total da produção nacional, ocupando a terceira colocação no estado de Minas Gerais e a sétima no Brasil no *ranking* dos maiores produtores deste grão. Salienta-se que sua produção cresceu 16,4% do ano de 2012 para o de 2013, apresentando um expressivo acréscimo num curto intervalo de tempo. A área colhida foi de 15975 hectares, com uma produtividade média de 1680 kg/ha (quilogramas por hectare). O valor anual de sua produção cafeeira somou 133 009 000 reais.

Portanto, através de cálculos realizados com as informações oficiais supracitadas, Nepomuceno teria produzido quase 27 mil toneladas de café no ano de 2013, sendo este o gênero agrícola com maior safra no município. Contudo, estima-se que a produção cafeeira municipal tenha sido significativamente maior, pois muitos agricultores entrevistados disseram omitir parte do total de café colhido, de modo a reduzir os impostos pagos, enquanto outros produtores afirmaram não disponibilizar informações relativas às suas lavouras.

Considerando a relevância do setor agrícola para o município, almeja-se discutir alguns dos aspectos concernentes aos processos de produção e de trabalho vigentes na realidade local, aspirando mostrar os entrelaçamentos existentes entre eles, assim como as relações notadamente capitalistas presentes na problemática agrária de Nepomuceno. Neste intuito, recorreu-se a algumas obras de Karl Marx, nas quais o alemão discute os conceitos de produção e trabalho, bem como suas particularidades e seus desdobramentos.

Quanto à economia nepomucenense, cabe acentuar que sempre esteve diretamente enraizada ao setor agrícola. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1918)<sup>141</sup>, contidas no documento intitulado “*Estatística do Município de Nepomuceno*”, naquele ano o município ainda era predominantemente rural, com a maioria da população habitando no campo. Havia um engenho de açúcar e outro de café, ambos tutelados pelo Major João Baptista Alves.

A estimativa fornecida pelo órgão é de que no ano de 1918, a produção anual de café girasse em torno de 180 mil arrobas, enquanto que a de açúcar chegaria a aproximadamente 50 mil arrobas. Além da cultura canavieira e cafeeira, a indústria pastoril e o cultivo de cereais eram outras fontes expressivas de renda.

A produção de cachaça era representativa na região, possuindo maior destaque à

---

<sup>141</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. *Estatística do Município de Nepomuceno*. 1918.

época que a de café. Ela era principalmente produzida por nativos brasileiros. Na primeira metade do século XX, devido à migração de italianos para o Brasil por causa da II Guerra Mundial, muitos deles vieram a se instalar em Nepomuceno. Tal fato corroborou para o fortalecimento da cafeicultura local.

Outro documento da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1922)<sup>142</sup> expunha que naquele período, destacava-se o café como produto de exportação, e o solo era praticamente inculto, com exceção de algumas áreas usadas para a cultura de cereais, enquanto algumas poucas áreas começavam a ser utilizadas para pastagens e pecuária.

No que se refere ao potencial agrícola do município, o Livro do Centenário enuncia que: “Antes de tudo precisamos assinalar o facto de que a Villa se assenta sobre um solo fecundo, admiravelmente productivo podendo ter a agricultura feito do municipio uma das regiões mais ricas do nosso estado”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1922)<sup>143</sup>.

Em sua edição dedicada ao município de Nepomuceno, o jornal Nação Brasileira (1925)<sup>144</sup> retratava a importância das melhorias nas vias de comunicação e de transporte para o desenvolvimento do comércio, da lavoura e da indústria locais. Assim, o periódico percebeu a relevância que estas duas infraestruturas possuem para o crescimento econômico de qualquer localidade, visto que ambas possibilitam e melhoram os fluxos. Com estes incrementos na circulação, as transações comerciais podem acirrar-se e, conseqüentemente, mais capital chega à cidade, incidindo em maiores lucros aos capitalistas, quaisquer que sejam seus ramos de atuação.

O editorial (1925)<sup>145</sup> também confere ênfase aos grandes agricultores municipais do período em questão. Apesar de enaltece-los, talvez de maneira não proposital<sup>146</sup>, evidencia a problemática da concentração fundiária, que já era vigente. Exemplo disto são os comentários tecidos acerca das propriedades do Coronel José Custódio da Veiga, produtoras de café, cereais (sobretudo milho e feijão), leite e seus derivados, além de possuir um engenho bem equipado para o beneficiamento do café.

---

<sup>142</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. **Livro do Centenário**. 1922.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> **NAÇÃO BRASILEIRA**. Ano III – n. 19. Nepomuceno. 1925.

<sup>145</sup> *Ibidem*.

<sup>146</sup> Ressalta-se aqui que o editorial “Nação Brasileira” era conhecido à época, por defender os interesses dos latifundiários do país. Era intenso o liame existente entre os proprietários do jornal e os grandes fazendeiros do país. Ademais, merece ênfase também o expressivo poder político detido pelos maiores proprietários de terras no território nacional naquele período. Não obstante, nos tempos contemporâneos, é bastante expressiva a bancada do agronegócio na Câmara e no Senado, indicando a expressividade deste grupo no cenário político brasileiro.

A fazenda criava também gado bovino, caprino e suíno, os quais eram comercializados com diversas localidades país afora. Ademais, existiam instalações elétricas por praticamente todas as posses dele, algo que era inexistente nas propriedades dos pequenos agricultores. O sistema de irrigação também era deveras moderno para a época.

Portanto, pode-se afirmar que o proprietário agrícola supramencionado, devido às vantagens fornecidas por suas máquinas e seus sistemas de irrigação e de eletricidade, obtinha renda diferencial II (ou renda de equipamento, conforme alguns autores, como Adam Smith, a denominam), pois a aplicação de capitais através destes equipamentos possibilita o acréscimo na eficiência produtiva do solo e na renda nele auferida.

Ao comentar sobre a fazenda do Coronel Jonas Veiga, a edição frisa a excelente máquina para beneficiar café que a mesma possuía, proveniente do continente europeu. O latifúndio do coronel Zacharias Lourenzoni (imigrante vindo da Itália) e de seu filho Vicente Lourenzoni, a Fazenda Bella Cruz, também foi alvo dos escritos do jornal, que destacou sua elevada produtividade e a proeminência da mesma no estado de Minas Gerais.

Cabe salientar que o jornal nitidamente era defensor dos grandes fazendeiros, enaltecendo desmedidamente seus feitos e suas propriedades, sem se preocupar com questões como a igualdade no acesso à terra, a concentração fundiária, a desigualdade de renda, entre outros males que ainda assolam a realidade nacional.

Percebe-se, pois, a importância da cafeicultura para o desenvolvimento do município de Nepomuceno e de sua economia. Sobre o mote, Reclus (1900)<sup>147</sup> considera o café como o produto brasileiro por excelência e disserta que o primeiro cafeeiro do território nacional foi instalado em Belém, no ano de 1727, dali se difundindo para o restante do Brasil. Retrata também que somente após a independência do país, a produção cafeeira cresceu exponencialmente. Ele destaca que à época de seus escritos, São Paulo era a unidade federativa maior produtora de café. Ademais, enfatiza o uso intenso de maquinário industrial nos grandes cafezais, objetivando o acréscimo na produtividade das lavouras. Expõe que mesmo após a abolição da escravatura, a produção total anual nacional de café continuou crescendo.

Segundo expõe Topik (2003)<sup>148</sup>, até o século XVII o café permaneceu restrito ao

---

<sup>147</sup> RECLUS, Élisée. *Op. cit.* 1900.

<sup>148</sup> TOPIK, Steven. "The integration of the world coffee market." In: CLARENCE-SMITH, William G. &

mundo árabe. No início deste mesmo século, chegou ao mercado europeu. Já no desfecho do século XVIII, o grão se estabelece como produto colonial, visto que sua comercialização passou a ser comandada por países imperialistas, como Holanda, França e Inglaterra, que o cultivavam nos territórios coloniais. Portanto, há muito tempo o café tem demonstrado sua vocação mercantil.

Neste mote, é válido sublinhar a importância do modo de transporte ferroviário e de sua evolução para a expansão da comercialização cafeeira pelo globo. Para além, o transporte marítimo, desenvolvido graças ao motor a vapor, característico da Primeira Revolução Industrial, também favoreceu este processo.

A partir da década de 1830, o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de café. Tal fato só pôde ocorrer devido à Revolução Escrava Haitiana, datada de 1791, que fez com que a ex-colônia francesa abrisse espaço para novas áreas aderirem à cultura cafeeira. (TOPIK, 2003)<sup>149</sup> No século XIX, o café foi cultivado em larga escala no vale do Paraíba fluminense, posteriormente disseminando-se para outras áreas do país, como os estados de São Paulo e Minas Gerais. O próprio autor aponta o grande crescimento da produção e da venda cafeeira no Brasil no século XIX. De acordo com suas palavras, no começo do século XX o Brasil já produzia aproximadamente 86% de todo o café mundial.

Embora a cultura cafeeira no Brasil seja intimamente vinculada ao uso dos solos da terra roxa<sup>150</sup>, ela foi iniciada antes da descoberta da elevadíssima fertilidade desta porção do território nacional. Referindo-se à relação entre a cultura cafeeira e o tipo de solo cultivado, Valverde (1980, p. 60-61)<sup>151</sup> pronuncia que:

A terra roxa, resultante da decomposição das rochas basálticas em clima tropical úmido e semi-úmido, tornou-se afamada como solo ideal para a cultura do café e dos cereais. Para não se cair num “determinismo edáfico”, é preciso levar em conta, porém, que a riqueza cafeeira do Brasil não esteve sempre ligada à exploração das manchas de terra roxa. Todos aqueles que conhecem um pouco de nossa história econômica sabem que o surto do café começou no vale do Paraíba do Sul, em solos latossólicos e latossólicos-podzólicos, derivados do complexo cristalino (gnaisse, granito).

---

TOPIK, Steven (Orgs.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-49.

<sup>149</sup> TOPIK, Steven. *Op. cit.* 2003.

<sup>150</sup> Sobre as **terras roxas**, são válidos mais alguns esclarecimentos. Situadas majoritariamente na porção norte do estado de São Paulo, são as mais férteis do país, possuindo coloração bem avermelhada e sendo originadas pelo derramamento basáltico há milhares/milhões de anos atrás, o que justifica sua elevada fertilidade. Estas terras foram bastante utilizadas para as lavouras de café, desde o século XIX até os dias contemporâneos.

<sup>151</sup> VALVERDE, Orlando. *Op. cit.* 1980.

O excerto supracitado enaltece a importância do vale do rio Paraíba do Sul para a cafeicultura no Brasil, pois foi nos solos de suas adjacências - em sua maioria latossolos - que o cultivo do café começou a prosperar em terras tupiniquins. Em consonância com o pronunciamento de Reclus (1900)<sup>152</sup> referindo-se ao contexto nacional, é nítida a influência do café para o desenvolvimento econômico do município de Nepomuceno, sendo este o principal produto da economia local há aproximadamente cem anos.

Ao discorrer sobre o café na contextura contemporânea, deve-se frisar que este gênero agrícola é uma *commoditie*<sup>153</sup>, assim como a laranja, a soja, o açúcar, o trigo, o milho, entre outros produtos cultivados no território brasileiro. Segundo Schouchana & Miceli (2004)<sup>154</sup>, as *commodities*<sup>155</sup> são produtos primários negociados nas Bolsas de Mercados de Futuros, nas quais as mercadorias comercializadas são disponíveis para o consumo em um futuro breve, pois são vendidas para entrega em prazo determinado. Ademais, são produzidas em grande quantidade, volvidas ao mercado externo e comercializadas em escala global.

Por conseguinte, este mercado encontra-se amalgamado à especulação, visto que o comprador não precisa estocar a mercadoria. Ele pode aguardar o melhor momento no mercado para vendê-la, como modo de ampliar seus lucros. Portanto, na maioria dos casos, o mercado de *commodities* é útil aos interesses especulativos e à procura pelo lucro.

Na lógica atual da economia financeirizada, as *commodities* são convertidas em ações e investimentos, cujas compras e vendas dependem das análises da situação de mercado e das possibilidades de lucro. As variações nos preços das *commodities* dependem da demanda e da procura globais. Portanto, o preço dos produtos agrícolas depende de sua cotação na bolsa de mercados de futuros.

Desta maneira, pode-se afirmar que elas possuem íntima relação com a

---

<sup>152</sup> Ibidem.

<sup>153</sup> Já no final do século XIX, o café tornara-se uma *commoditie*, visto que os especuladores já negociavam a venda de plantações ainda não cultivadas, em diferentes pontos do planeta. Comprava-se uma ideia futura, uma espécie de ação, e não os grãos em si. (TOPIK, 2003) Para maiores detalhes sobre o assunto, ver: TOPIK, Steven. "The integration of the world coffee market." In: CLARENCE-SMITH, William G. & TOPIK, Steven (Orgs.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-49.

<sup>154</sup> SCHOUCHANA, Félix. & MICELI, Wilson Motta. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: BM&F, 2004.

<sup>155</sup> Nos tempos atuais, as *commodities* devem possuir certificados ou selos de qualidade que atestem sua salubridade. Estes devem apontar se o alimento cultivado é transgênico, orgânico, entre outras características. Aspectos ambientais, políticos e econômicos interferem na negociação das *commodities* nas Bolsas de Mercados de Futuros.

globalização e com o recente processo de financeirização da economia, ocorrido após a recessão dos anos 1970. Portanto, o café, produto crucial na economia nepomucenense, tem sua cotação na bolsa determinada por aspectos de ordem planetária, sublinhando a influência que a escala mundial possui na local, sobretudo no contexto atual.

É indispensável discutir produção para uma visão mais abrangente da agricultura, quaisquer sejam as escalas geográficas utilizadas. Neste desígnio, as páginas seguintes destinam-se a apresentar alguns dos aspectos concernentes à produção na agricultura de Nepomuceno.

Baseando-se no conceito fornecido por Marx (2011)<sup>156</sup>, nos Grundrisse, um elemento presente na pequena propriedade agrícola nepomucenense é a produção consumptiva, que para o autor (2011)<sup>157</sup>, é entendida como aquela produção em que também há consumo, dos indivíduos (força de trabalho), dos meios e dos instrumentos produtivos. Ou seja, nela produção e consumo coincidem. No caso estudado, esta se dá através do consumo da força de trabalho, dos instrumentos de produção, da terra enquanto meio de produção, de insumos agrícolas, como agrotóxicos e fertilizantes, entre outros.

Outro conceito crucial derivado da obra marxista é o consumo produtivo, no qual, o consumo também é produção, pois é produção de matérias-primas, considerando-se que os rejeitos da atividade produtiva, seja ela agrícola, industrial ou mineradora, podem ser usados em posteriores exercícios produtivos. No que concerne à discussão, Marx (2011, p. 45)<sup>158</sup> afirma que o ato de produção é sempre um ato de consumo. Ainda sobre o mote, o autor mostra que o consumo medeia a produção e vice-versa, portanto, não há um sem o outro.

Destarte, pode-se proferir que sem produção não há consumo, e vice-versa. Eles são interdependentes, na medida em que algo só se torna produto de fato, quando é consumido (está em uso). O consumo cria o estímulo, a necessidade da nova produção, na relação vigente entre oferta e demanda. Quanto maior a procura por determinado objeto, maior tende a ser sua produção. O oposto também acontece. A produção cria o objeto, o modo e o impulso do consumo. Referindo-se à questão acima aventada, Marx

---

<sup>156</sup> MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer, Nélcio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Editora Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2011.

<sup>157</sup> Ibidem.

<sup>158</sup> Ibidem.

(2008-B, p. 248)<sup>159</sup> narra que:

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores.

Com base no excerto acima destacado, salienta-se o fato de que os objetos são produzidos intentando determinado tipo de consumo ou dirigindo-se a certo mercado consumidor. O consumo também pode ser instigado por intermédio de publicidade, *marketing*, entre outras ações, que visem impregnar no mercado consumidor a necessidade de dado produto. Mencionando a temática acima aventada, Marx (2008-A, p. 74)<sup>160</sup> escreve:

O consumidor não é mais livre do que o produtor. Sua opinião estabelece-se na relação entre seus meios e suas necessidades. Uns e outras são determinados pela sua situação social, ela mesma dependente de toda a organização social. Sim, o operário que compra batatas e a mulher teúda e manteúda que compra seus vestidos de seda seguem ambos a sua própria opinião. A diversidade, porém, de suas opiniões explica-se pela diferença de posições que ocupam no mundo, a qual é produto de organização social”.

No excerto em destaque, Marx mostra a amálgama existente entre consumo e organização social, evidenciando o modo como a situação social de cada indivíduo e as relações nela compreendidas influenciam a opinião dos sujeitos no momento da compra. A posição de cada cidadão na hierarquia social o conduz a determinado tipo de consumo. As elites não consomem os mesmos bens e objetos que as classes menos abastadas.

Marx (2011)<sup>161</sup> enuncia que a produção é sempre um ramo particular da produção e, assim sendo, toda produção é parte de um todo produtivo, não podendo ser desvinculada deste nas análises realizadas. O mesmo acontece com o setor produtivo agrícola, aqui pesquisado.

Com base na obra de Marx (2011)<sup>162</sup>, pode-se afirmar que toda produção implica apropriação da natureza e, portanto, propriedade. Em consonância com Moreira

---

<sup>159</sup> MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008-B.

<sup>160</sup> MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008-A.

<sup>161</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2011.

<sup>162</sup> *Ibidem*.

(2006)<sup>163</sup>, julga-se tal fato problemático, pois implica uma dicotomia na relação homem/natureza, visto que a apropriação é algo humano, porque pertence ao processo de trabalho e transforma a natureza em prol dos interesses de seus proprietários.

Marx (2011)<sup>164</sup> narra que na produção, a pessoa se objetiva e a coisa se subjetiva. Isto ocorre porque o processo produtivo aliena os trabalhadores, que despossuídos dos meios produtivos, desconhecem o todo do processo de produção, além de não serem donos daquilo que fabricam.

O homem é transformado em coisa, em mera engrenagem do sistema produtivo, corroborando a noção de “homem-máquina”, disseminada por Descartes (2001)<sup>165</sup>, que em seu olhar mecanicista, concebia os corpos dos homens e mulheres como meras máquinas. Salienta-se, em consonância com Moreira (2006)<sup>166</sup>, que a disseminação da visão mecanicista cartesiana acerca do homem favoreceu a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, provocando uma desumanização das relações humanas.

Soma-se a isto o fato de que, no modo de produção capitalista, há o fetichismo da mercadoria, discutido por Marx (1983)<sup>167</sup>, que escamoteia as relações sociais envoltas na produção, fazendo parecer que é a própria mercadoria a causa da elevação de seus preços.

Marx (2011)<sup>168</sup> coloca que a produção é composta por quatro elementos: produção, distribuição, troca e consumo; que não podem ser dissociados. De modo sintético, ele demonstra que a produção cria os objetos, enquanto a distribuição e a troca os repartem (obviamente de maneira desigual), havendo no consumo a satisfação da necessidade individual.

E é justamente o consumo que encerra a produção ao realizar o produto como produto, pois a finalidade da produção é o consumo, que aparece como uma necessidade, já que o ser humano precisa se auto-reproduzir. Marx, há mais de 150 anos, antevia o que o filósofo contemporâneo Gilles Lipovestky denominaria “Sociedade de Hiperconsumo”, a qual é caracterizada pela busca da felicidade, cuja realização se daria através do consumo de mercadorias. Neste sentido, Lipovetsky (2007)<sup>169</sup> advoga que a

---

<sup>163</sup>MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai O Pensamento Geográfico** – por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

<sup>164</sup>MARX, Karl. *Op. cit.* 2011.

<sup>165</sup>DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2001.

<sup>166</sup>MOREIRA, Ruy. *Op. cit.* 2006.

<sup>167</sup>MARX, Karl. 1983.

<sup>168</sup>MARX, Karl. *Op. cit.* 2011.

<sup>169</sup>LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo.

sociedade marcada pelo consumismo exacerbado não é eterna. Neste ponto, há uma semelhança entre sua tese e a teoria apregoada por Marx (1983)<sup>170</sup>, a qual indica uma futura superação do modo de produção capitalista, o qual carece do consumo em massa, necessário a uma sociedade alicerçada na produção em massa.

O próprio Marx (2011)<sup>171</sup> indica que é impossível existir produção sem que haja instrumentos produtivos, mesmo que estes sejam rudimentares. Ademais, enfatiza que a produção também carece de trabalho acumulado. Nesta contextura, Marx & Engels (2007)<sup>172</sup> dissertam que existe uma diferença entre os instrumentos de produção naturais e os criados pela civilização.

Neste âmbito, eles pronunciam que os primeiros promovem/são um intercâmbio entre homem e natureza, no qual há uma troca do trabalho de uns (homens) pelo produto do outro (natureza). Neles, a propriedade territorial aparece como poder direto e natural. Na obra, os autores consideram a terra como instrumento de produção natural, algo que contemporaneamente é questionável, visto que o homem aplica diversos capitais no solo para elevar sua fertilidade.

Cabe a indagação: a terra ainda é um instrumento de produção natural? Entende-se que sim, pois ela existe de maneira natural e não foi criada pela civilização humana, além de ainda haver nela a troca do trabalho humano pelo produto da natureza. Mesmo nos casos da agricultura mecanizada, este intercâmbio ocorre, já que aconteceu dispêndio de trabalho do homem na fabricação dos maquinários utilizados, bem como em seu manuseio e utilização.

Entretanto, Vergopoulos (1977, p. 157)<sup>173</sup>, bem como Amin (1977, p. 14)<sup>174</sup>, alerta que o solo produtivo é cada vez mais resultado do trabalho. Neste sentido, na acepção do autor, a terra seria um instrumento de produção artificial. Para além, considera-se aqui a terra como um objeto, pois conforme enuncia Milton Santos (2006)<sup>175</sup>, é através da interferência humana que a coisa se transforma em objeto. O autor afirma que os objetos geográficos podem ser móveis ou imóveis. Além disto, eles existem em decorrência da história natural e da ação humana, e são instrumentos materiais da vida de homens e mulheres.

---

Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>170</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>171</sup> *Ibidem.*

<sup>172</sup> MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

<sup>173</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

<sup>174</sup> AMIN, Samir. *Op. cit.* 1977.

<sup>175</sup> SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2006. SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP (Editora da USP), 2006.

Os objetos funcionam em sistemas, e podem ser simbólicos e/ou funcionais. As ações conferem sentido a eles. O autor expõe que um objeto isolado só tem valor como coisa e existe enquanto algo físico, só adquirindo valor social através das relações, quando usado socialmente.

Desta maneira, Santos (2006)<sup>176</sup> adverte sobre o equívoco de se estudar objeto e ação isoladamente. Para ele, a abordagem utilizada deve abarcar ambos os elementos enunciados. Portanto, de acordo com o geógrafo, ao investigar-se a terra, o pesquisador deve conciliar o objeto (a própria terra) e as ações nela efetivadas em seus estudos, bem como as relações vigentes.

Corroborando os dizeres de Amin (1977)<sup>177</sup>, nos quais o autor advoga que o solo produtivo é resultado do trabalho, alguns pequenos produtores nepomucenenses, aspirando a minimização da acidez do solo, realizam a calagem. Neste processo, adicionam calcário ao solo, misturando-o através da aração e da gradagem, procedimentos cruciais à absorção do calcário pelas partículas do solo. Em geral, a aração é feita antes da calagem e a gradagem é posterior a ela. No entanto, estes agricultores não realizam um estudo prévio do solo para avaliação de seu pH (potencial hidrogeniônico) e do seu teor de nutrientes. Destarte, não possuem exatidão quanto à quantidade de calcário aplicada na terra, podendo assim, incorrer em equívocos nas doses utilizadas.

Sublinha-se que a elevada acidez do solo reduz a quantidade de alguns nutrientes fundamentais às plantas. Por conseguinte, a calagem é importante na ampliação da produtividade agrícola. Para além, reduz o quantitativo de alguns elementos tóxicos, como o alumínio.

Ao analisar a produção, Marx (2011)<sup>178</sup> afirma que se deve sopesar a distribuição dos produtos, e antes desta, deve-se avaliar a distribuição dos instrumentos de produção e também dos indivíduos sociais nos variados gêneros de produção (indivíduos subordinados às relações de produção). Percebe-se que o autor confere suma importância à análise da distribuição na produção.

Como o indivíduo nasce sem capital ou propriedade fundiária, frequentemente se submete ao assalariamento para obter a renda necessária à aquisição dos meios de subsistência. Neste momento, ele fica à mercê das vontades dos capitalistas, que

---

<sup>176</sup> Ibidem.

<sup>177</sup> Amin, Samir. *Op. cit.* 1977.

<sup>178</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2011.

exploram seu trabalho, pagando-lhe uma remuneração muito inferior ao valor de sua produção. Com relação à mais-valia, Marx (1983, p. 901)<sup>179</sup> disserta:

Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, se o dispêndio diário de força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades individuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia.

Portanto, quanto menos horas de trabalho forem gastas para a geração dos meios necessários à sobrevivência do trabalhador, maior será a extração de mais-valia. Neste âmbito, se os avanços tecnológicos conseguiram elevar a produtividade em escala mundial, propiciaram um expressivo acréscimo nas taxas de mais-valia pelo planeta.

Neste sentido, Milton Santos (2006, p. 212)<sup>180</sup> compreende a mais-valia como o motor das principais ações da economia globalizada, visto que as corporações realizam diversas ações na busca pela maximização dos lucros, como a fusão de empresas, a formação de monopólios e oligopólios, entre outras. Para o geógrafo, a mais-valia global é pautada na ideia de competitividade, com os grupos empresariais procurando reduzir ou enfraquecer a concorrência. Com relação ao assunto, o autor pronuncia: (2008, p. 148)<sup>181</sup>:

A formação de conglomerados e de firmas multinacionais, fenômenos que não se excluem mutuamente, constitui uma das formas de previsão mais eficazes. Isso dá ao monopólio uma nova imagem, pois assim ele se torna mais poderoso e muito mais incontrolável.

Conforme exposto no fragmento acima, é o controle do mercado que caracteriza a situação de monopólio. Ademais, tais contextos monopolistas favorecem o incremento das taxas de mais-valia, pois são propícios ao controle e à regulação dos preços das mercadorias, que tendem a elevar-se nestas conjunturas. Por conseguinte, a mais-valia e o monopólio são fenômenos intrinsecamente humanos, pois derivam de relações sociais e econômicas.

Ao comentar acerca das áreas privilegiadas em termos de recursos naturais, Marx (2013-A, p. 165)<sup>182</sup> diz: “A bondade das condições naturais fornece sempre

<sup>179</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>180</sup> SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2006.

<sup>181</sup> SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2008.

<sup>182</sup> MARX, Karl. “Mais-Valia Absoluta e Relativa”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013-A, p. 157-170.

apenas a possibilidade, nunca a realidade do sobretrabalho, portanto, da mais-valia ou do sobreproduto”. Portanto, embora existam aspectos de ordem física que facilitem a mais-valia, ela só pode existir por intermédio das relações humanas de trabalho e de produção, sendo algo nitidamente humano.

De acordo com Marx (2008-B, 2011)<sup>183</sup>, para existir produção, deve haver propriedade. O próprio Marx (2008-B, p. 243)<sup>184</sup> assevera: “Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade.” Isto indica que a propriedade está no âmago da produção e que ambas são dependentes da sociedade na qual vigoram.

No que se refere ao tema, Reclus (1985-A)<sup>185</sup> afirma que a propriedade de uma única pessoa pode crescer incomensuravelmente, porquanto o poder da riqueza é ilimitado. Remetendo-se à questão agrária, ratifica-se tal assertiva através da amálgama existente entre renda e posse da terra. Isto se corrobora nos atuais elevados índices de concentração fundiária encontrados no Brasil e em outros países mundo afora.

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nepomuceno, no tocante aos imóveis rurais cadastrados no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Nepomuceno possui 2272 propriedades rurais entre 0 e 26 hectares, portanto, configurando-se como minifúndios, por possuírem suas dimensões até o limite de um módulo fiscal<sup>186</sup>. Os minifúndios em Nepomuceno abrangem uma área de 19375, 7638 hectares.

Já as pequenas propriedades rurais, entre 1 e 4 módulos fiscais (26 a 104 hectares), totalizam 494 imóveis no município, ocupando uma área de 24149,8548 hectares. As médias propriedades rurais, com suas dimensões entre 4 e 15 módulos fiscais (104 a 390 hectares) somam 94 imóveis rurais, abarcando 15132,3320 hectares.

Acerca das grandes propriedades rurais, aquelas com mais de 15 módulos fiscais (390 hectares), salienta-se que estas são cinco no município, com uma área total

---

<sup>183</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2008-B. MARX, Karl. *Op. cit.* 2011.

<sup>184</sup> *Ibidem.*

<sup>185</sup> RECLUS, Élisée. *Op. cit.* 1985-A.

<sup>186</sup> O valor do módulo fiscal no Brasil é medido em hectares e varia de município para município. No caso em questão, Nepomuceno possui o módulo fiscal de 26 hectares. De acordo com a lei nº 6.476 de 10 de dezembro de 1979, que modifica a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra, o valor do módulo fiscal é determinado para cada município segundo alguns parâmetros. São eles: o tipo de exploração da terra prevalente no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal) e a renda extraída com tal atividade, bem como outras ações exploratórias, que embora não sejam as principais, possuem relevância devido à área ocupada e/ou à renda obtida. Ademais, o conceito de “propriedade familiar”, definido na lei supracitada, também é um fator considerado. Assim, o módulo fiscal é a menor área necessária para que seja viável a exploração econômica de uma propriedade.

ocupada de 2276, 1786 hectares. O maior imóvel rural de Nepomuceno, segundo o cadastro do INCRA, é a Fazenda Vista Alegre, com aproximadamente 565 hectares.

Analisando as informações acima apresentadas, realça-se a predominância dos minifúndios no município. Tal fato indica uma expressiva quantidade de agricultores familiares na área estudada, praticando cultivos de subsistência em suas terras. Mesmo alguns exercendo esta atividade econômica apenas para seu próprio sustento, muitos dos pequenos proprietários rurais de Nepomuceno utilizam elementos provenientes dos avanços tecnológicos em suas lavouras.

Em consonância com Graziano da Silva (2001)<sup>187</sup>, afirma-se que a maioria das pequenas e médias propriedades rurais no Brasil é comandada por um ou alguns dos membros familiares, não se constituindo, portanto, como propriedades familiares. Em âmbito geral, a divisão social do trabalho não possui mais um viés familiar, integrando-se à lógica capitalista de divisão do trabalho, na qual predomina o individualismo e a busca pela maximização dos lucros.

Apesar do processo de modernização agrícola, a agricultura familiar municipal ainda é pouco mecanizada, sendo esta incipiência causada, em partes, pelo relevo local, bastante acidentado. Conforme aponta a página virtual<sup>188</sup> da Prefeitura Municipal de Nepomuceno, a topografia do município é 20% plana, 50% ondulada, e 30% montanhosa. Portanto, configura-se num relevo com poucos trechos planos, dificultando o emprego de máquinas na produção agrícola. Para além, é válido salientar que a topografia de Nepomuceno já é alvo de estudos há décadas, conforme corrobora a imagem original nas cores preta e branca (Anexo I), de Guerra & Jablonsky (1958)<sup>189</sup>, disponível no endereço eletrônico do IBGE.

Nesta esfera, os principais maquinários utilizados na agricultura municipal são o trator, a roçadora costal manual e a derriçadora<sup>190</sup> costal manual. Contudo, apesar dos empecilhos, recentemente notou-se a intensificação do processo de mecanização agrícola no município de Nepomuceno, com a substituição de parcela do trabalho braçal humano pelo emprego de máquinas.

---

<sup>187</sup> GRAZIANO DA SILVA, José. *Op. cit.* 2001.

<sup>188</sup> <[http://www.nepomuceno.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90&Itemid=85](http://www.nepomuceno.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=85)> Acessado em: 10/05/2015.

<sup>189</sup> GUERRA, Antônio Teixeira. & JABLONSKY, Tibor. **Relevo da cidade de Nepomuceno (MG)**. Nepomuceno, 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/MG12865.jpg>> Acessado em: 17 abr. 2015

<sup>190</sup> A derriçadora é a máquina utilizada para promover a queda das sementes das árvores através do contato por vibração. Além de atingir galhos mais distantes, eleva expressivamente a produtividade do trabalho realizado. Seu uso é comum na colheita do café.

Acerca destas últimas, Marx (2013-B, p. 67-69)<sup>191</sup> expõe que a maquinaria, como desenvolvimento da força produtiva do trabalho, diminui o preço das mercadorias e reduz a parcela da jornada de trabalho que o operário precisa para si, ou seja, para assegurar sua subsistência, assim prolongando a parcela da jornada de trabalho concedida gratuitamente ao capitalista. Assim, produz-se a mais-valia, que é ampliada pela maquinaria. Enaltece-se, com base nas informações supracitadas, que a produção mecanizada favorece deveras o capitalista, pois eleva a extração de mais-valia.

Para Vergopoulos (1977, p. 159)<sup>192</sup>, a agricultura moderna (datada do século XX) é elemento de um capitalismo sem capitalistas. Como o capitalismo urbano e industrial promoveu uma política de redução contínua dos preços agrícolas, acabou gradativamente eliminando parcela expressiva dos grandes capitalistas e proprietários fundiários, engendrando assim, o desenvolvimento da agricultura de cunho familiar.

Vergopoulos (1977)<sup>193</sup> delinea que a pequena propriedade possibilita a maximização do lucro industrial, visto que o pequeno camponês se comporta de modo análogo a um assalariado, produzindo para sua subsistência. Ele não possui mentalidade capitalista, sua meta não é o lucro, a renda ou a valorização do capital. No empenho para subsistir, o camponês eleva a intensidade e a produtividade do trabalho agrícola. Tal fato ocorre principalmente quando há queda dos preços agrícolas. Devido à pequena dimensão de sua propriedade, o camponês utiliza seus recursos (entre eles - o principal - a terra), de modo mais intenso.

Destarte, as pequenas propriedades agrícolas fornecem mais sobretrabalho que as grandes. Exemplo disto são os latifúndios, pois fazem uso de agricultura extensiva, enquanto nas pequenas fazendas, a agricultura é de cunho mais intensivo. Desta maneira, tal problemática elucidada a maneira como a agricultura nacional, mesmo a de pequeno porte, está enquadrada nos parâmetros capitalistas, almejando a produção em massa.

Em consonância com Vergopoulos (1977)<sup>194</sup>, considera-se que os proprietários fundiários também são movidos por interesses pessoais, assim como os demais capitalistas. O camponês integra o sistema agrário capitalista ao explorar o seu trabalho e o de seus familiares.

---

<sup>191</sup> MARX, Karl. “Maquinaria e Grande Indústria”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013-B, p. 67-156.

<sup>192</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

<sup>193</sup> *Ibidem.*

<sup>194</sup> *Ibidem.*

Para o próprio Vergopoulos (1977)<sup>195</sup>, quando a conjuntura econômica está desfavorável e há redução nos preços agrícolas, os grandes proprietários reduzem sua produção, aguardando uma melhora do mercado. Assim procedem, pois dispõem de capital para tal. Já o pequeno proprietário, intensifica seu trabalho almejando recuperar-se, pois depende do seu labor para subsistir. Deste modo, é o empenho do camponês na agricultura com o intuito de subsistir que promove o aumento do preço da terra. A terra se encarece mais aceleradamente porque é um recurso finito. Sob a égide capitalista, ela é o único meio de produção não reprodutível.

Contemporaneamente, os agricultores financiam seus investimentos e a compra de insumos através do crédito. A facilitação dos empréstimos agrícolas constitui-se num mecanismo utilizado para elevar a quantidade de trabalho despendido pelo camponês e sua família, visto que doravante o empréstimo, o agricultor terá que produzir mensalmente o suficiente para as suas necessidades e de seus familiares, além de custear as despesas dos juros dos créditos. Por conseguinte, a dívida dos camponeses é uma tática de extração de uma parcela do valor do produto agrícola. Em consonância com Vergopoulos (1977, p. 132)<sup>196</sup>, sublinha-se que na agricultura familiar o capitalismo extrai o máximo de sobretrabalho. Há uma pilhagem da agricultura através da circulação, do mercado e de seus mecanismos. Destarte, os lucros da agricultura são absorvidos pela indústria e pelo sistema financeiro.

A partir das investigações em campo, constatou-se no município de Nepomuceno, um elevado número de pequenos agricultores que recorreram aos financiamentos para a obtenção de insumos utilizados na produção, com o objetivo de aumentar a eficiência da lavoura. No entanto, em diálogos, alguns deles informaram a posse de dívidas significativas, com o pagamento de elevadas taxas de juros mensais, comprometendo os gastos com outras despesas do cotidiano.

Vale frisar que a difusão e o fácil acesso ao crédito são características da financeirização da economia mundial. Ante o paradigma neoliberal, as finanças e os bancos se destacam no cenário econômico global, favorecendo os empréstimos em distintas escalas, desde a individual, até o nível nacional ou supranacional. Desta maneira, há o crescimento dos endividamentos, tanto das pessoas físicas, como das dívidas externas das nações.

Em geral, o prazo para o pagamento destes empréstimos é reduzido,

---

<sup>195</sup> Ibidem.

<sup>196</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

comprometendo parte do orçamento mensal para a quitação do mesmo. Assim, o crédito rural diminui o total de dinheiro despendido para a alimentação, contribuindo para a piora dos regimes alimentares e dilatando os índices de insegurança alimentar, fome global e fome oculta.

Ainda neste contexto, um dos agricultores familiares investigado revelou a realização de empréstimos para o pagamento dos juros anuais referentes ao crédito rural, solicitado através do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Em Nepomuceno, é comum a situação de pequenos produtores agrícolas que tenham efetivados empréstimos por intermédio do PRONAF, pois seus juros são reduzidos, sobretudo se comparados aos cobrados pelos bancos e demais instituições financeiras.

Hodiernamente, segundo os dados informados pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), aproximadamente 80% dos agricultores familiares de Nepomuceno se sustentam tendo a cafeicultura como principal fonte de renda. O café é comercializado nas cooperativas Cocatrel (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas), Capebe (Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança), Coagronep (Cooperativa Agropecuária de Nepomuceno) e Cocanep (Cooperativa dos Cafeicultores de Nepomuceno).<sup>197</sup> Com relação aos agricultores familiares residentes no município, o mesmo órgão informou que todos utilizam agrotóxicos na cultura cafeeira, mesmo sendo frequentemente informados sobre os males provocados pelo uso contínuo destes insumos.

As cooperativas mais atuantes no município de Nepomuceno são a Cocatrel e a Capebe, as quais compram a maioria do café produzido pela agricultura municipal. Entretanto, algumas das pessoas pesquisadas afirmaram que elas pagam um preço menor em comparação ao oferecido por cooperativas de outros municípios pela saca do café. Para além, muitos dos sujeitos em questão relataram não achar justo o preço pago pelo café.

Em muitas das propriedades pesquisadas, o único gênero agrícola cultivado é o café, indicando a presença da monocultura na área investigada. Tal prática possui muitos aspectos negativos, pois reduz a diversidade de alimentos cultivados, agravando a qualidade do regime alimentar entre os indivíduos e contribuindo para a ampliação dos índices de insegurança alimentar, conforme expõem autores como Porto-Gonçalves

---

<sup>197</sup> As cooperativas Cocatrel, Capebe, Coagronep e Cocanep atuam em Nepomuceno e nos municípios adjacentes, e possuem relações com os agricultores familiares destes municípios, comprando parte de sua produção e auxiliando-os na aquisição de insumos, como maquinários, fertilizantes, entre outros, através de empréstimos ou intermediando as negociações de compra.

(2006)<sup>198</sup>.

Para além, em consonância com Oliveira (2007)<sup>199</sup>, afirma-se que nas lavouras monocultoras há, em geral, o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, cujas consequências negativas ao meio ambiente e à saúde das pessoas são inúmeras. Quanto aos transgênicos, é válido salientar que ainda não foram comprovados os malefícios para a saúde humana. Contudo, conforme já discutido, constituem uma ameaça à biodiversidade.

Durante o período de efetivação da pesquisa em campo, um agricultor foi internado devido à intoxicação por agrotóxicos. Após chegar ao hospital com dores estomacais e quadros alérgicos, o médico o interrogou quanto à exposição aos pesticidas. Tal caso é uma amostra dos males ocasionados pelos pesticidas ao organismo humano. Depois do incidente, o produtor agrícola interrompeu o uso de agrotóxicos, temendo por sua saúde.

No tocante à cultura de milho, os agricultores informaram que os grãos são plantados em áreas de pequenas propriedades, geralmente entre dois e três hectares. A maioria do feijão cultivado na agricultura familiar é plantada em consórcio com o café. Embora o milho e o feijão sejam plantados, em sua maioria, para a subsistência, um pequeno percentual dos produtores municipais comercializa estes gêneros com os supermercados e as mercearias da cidade e de suas adjacências.

De acordo com informações cedidas pela EMATER, em algumas comunidades, a produção leiteira possui expressividade, com um quantitativo médio diário de 50 litros diários por família. O leite produzido nas pequenas propriedades rurais é depositado em tanques de expansão comunitários e vendido para as cooperativas Cocatrel, Capebe e para a empresa Laticínios Lulitati, atuantes no município de Nepomuceno e entorno.

Cerca de doze famílias produzem hortaliças e frutas para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que possui como objetivo a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, além do ganho qualitativo na alimentação dos infantes em idade escolar.

Em conversas e entrevistas feitas com os pequenos proprietários rurais do município, a maioria destes informou receber o apoio do governo federal através do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que financia empréstimos para aquisição de maquinários e insumos a juros reduzidos. Portanto, percebe-se um vínculo

---

<sup>198</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2006.

<sup>199</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Op. cit.* 2007.

neste aspecto entre capital agrícola e capital estatal, visto que o Estado facilita a obtenção de instrumentos de produção para os pequenos agricultores.

Acrescenta-se a isto o fato de que muitos dos agricultores entrevistados disseram utilizar agrotóxicos e/ou sementes transgênicas em suas lavouras, o que eleva a situação de insegurança alimentar vivida por eles, visto que estes elementos sabidamente elevam a insalubridade e pioram a qualidade da alimentação.

Em diálogos realizados com eles, notou-se que os agricultores conhecem os malefícios ocasionados pelo uso intenso e excessivo de agrotóxicos, mas prosseguem os utilizando. Ademais, não fazem uso dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mesmo sabendo da necessidade destes. Por conseguinte, elevam os riscos concernentes ao trabalho por eles realizado.

Tal panorama não traz nenhuma novidade, visto que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, os quais, por seu conteúdo químico, não se degradam na natureza. Ademais, contaminam os solos e os recursos hídricos, dirimindo a fertilidade do solo. Contaminam os alimentos, a fauna e a flora, exterminam insetos e microorganismos das plantações e dos solos, entre outros. Destarte, promovem a ampliação do número de casos de neoplasias e, conseqüentemente, da quantidade de óbitos. Assim, é nítida a ocorrência de um genocídio causado por estes venenos no Brasil. Além disto, sublinha-se que a produção de agrotóxicos e transgênicos é comandada por algumas transnacionais e multinacionais, constituindo verdadeiros oligopólios nestes setores.

Este fato é perceptível no contexto nepomucenense, cuja agricultura é notadamente dominada por indústrias oligopolistas dos setores de indústria química e de biotecnologia, fabricantes dos agrotóxicos, dos fertilizantes e adubos químicos, bem como dos grãos transgênicos utilizados na produção. Empresas como Bayer, Basf, Cargill, Syngenta, Novartis, Monsanto, DowAgroSciences e Bunge, são hegemônicas na agricultura municipal. De acordo com autores como Felício (2011)<sup>200</sup>, estas mesmas corporações são responsáveis pelo monopólio no fornecimento de insumos agrícolas em escala mundial.

Corroborando tal situação, a EMATER, concernindo às sementes transgênicas, informou que estas são usadas em pequena escala, principalmente no cultivo do milho. Tais grãos são obtidos nas cooperativas locais, em lojas de insumos agrícolas e através

---

<sup>200</sup> FELICIO, Munir Jorge. *Op. cit.* 2011.

de vendedores representantes de empresas de municípios adjacentes.

Percebe-se então, que até mesmo os pequenos proprietários agrícolas utilizam elementos provenientes da indústria em suas lavouras. Tal fato é consonante com a fala de Oliveira (2007)<sup>201</sup>, na qual o autor mostra o liame existente contemporaneamente entre agricultura e indústria, pois uma consome as mercadorias produzidas pela outra.

Portanto, conforme percebido pelo exemplo nepomucenense, a agricultura familiar, apesar dos contratemplos, ainda persiste em escala global e nacional. Isto contradiz as teses de muitos teóricos, propagadores da ideia que a agricultura familiar seria extinta com o desenvolvimento capitalista. Contudo, conforme narra Costa Neto (1998)<sup>202</sup>, ela se vinculou ao mercado. Originalmente, não se adequava aos moldes capitalistas. Entretanto, gradativamente foi incorporada pelos mecanismos deste modo de produção.

Em consonância com os dizeres do autor supramencionado<sup>203</sup>, pode-se considerar a agricultura familiar nepomucenense uma “economia camponesa”. Segundo suas palavras, este tipo de economia não visa o lucro, apenas a subsistência. Suas relações mercantis externas são somente complementares. Contudo, apesar da fala do autor, vale salientar que o pequeno produtor, embora não seja um capitalista em sua essência, também almeja ampliar seu consumo. Por conseguinte, no intuito de adquirir mais bens, ele busca elevar seus ganhos. Mesmo assim, a “economia camponesa” é submissa ao mercado, que restringe o seu desenvolvimento, através de ações, como a oferta de crédito a elevadas taxas de juros, o alto preço dos insumos oriundos da indústria, entre outras.

Pautada na pequena propriedade, a “economia camponesa” fixa percentual da população camponesa ao solo, minimizando a migração para as urbes e o desemprego. O agricultor mantém a terra como meio produtivo e produtora de mercadorias. Neste ponto, há outro liame entre agricultura familiar e capitalismo, visto que o pequeno agricultor funciona como mais uma peça da engrenagem capitalista, ao produzir mercadorias, mantendo o solo em funcionamento, proporcionando a elevação da produtividade em geral, conforme desejam os capitalistas.

Esta foi a situação observada na agricultura familiar do município de Nepomuceno, a qual é voltada principalmente à subsistência, delegando pouca

---

<sup>201</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Op. cit.* 2007.

<sup>202</sup> COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 10, 1998, p. 118-134.

<sup>203</sup> *Ibidem.*

importância às questões do mercado. No entanto, é bastante dependente da economia capitalista, pois consome produtos urbano-industriais como pesticidas e equipamentos agrícolas, entre outros.

Nesta celeuma, vale salientar que os agrotóxicos, bem como os fertilizantes químicos e os grãos transgênicos adquiridos pelos agricultores familiares municipais são oriundos das cooperativas municipais, de revendas particulares atuantes na região ou, até mesmo, são comprados diretamente do fabricante.

Além disto, conforme já aventado, muitos destes agricultores contraíram dívidas devido ao crédito ofertado. Portanto, sublinha-se o papel desempenhado pelo modo de produção capitalista ao incorporar a agricultura familiar à sua dinâmica, ao mesmo passo em que limita o desenvolvimento do pequeno produtor, elevando seu custo de produção ou o endividando.

Nesta esfera, a maioria dos alimentos consumidos pela população brasileira provém da agricultura familiar. Por isso, ela é fundamental ao país, pois visa o abastecimento do mercado interno, mitigando as carências nutricionais no território nacional. Assim, a qualidade dos alimentos advindos da produção familiar repercute na alimentação dos homens e mulheres residentes no Brasil. Como há a predominância de práticas agrícolas deletérias aos alimentos cultivados e ao meio ambiente, dentre as quais se destaca o uso exacerbado de pesticidas, a alimentação dos brasileiros é expressivamente deteriorada.

De acordo com informações prestadas pela EMATER, existem treze associações<sup>204</sup> formalizadas de agricultores no município ou nele atuantes. Tais formas associativas, além da formalização judicial (com registro de CNPJ, entre outras características), realizam reuniões periódicas para elaboração do diagnóstico participativo da comunidade. Elas não possuem nenhuma parceria com órgãos públicos ou privados. A intenção destas associações é promover melhorias na produção e, conseqüentemente, na comercialização dos gêneros agrícolas cultivados pelos pequenos

---

<sup>204</sup> As associações formalizadas de agricultores do município de Nepomuceno-MG são as seguintes: Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nazaré de Minas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Morembá, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pinhal e Adjacências, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Estivado e Adjacências, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Médio Rio Grande, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Olhos D'água e Adjacências, Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros e Artesanato do Município de Nepomuceno, Associação Comunitária da Água Limpa, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Capoeirinha, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Pedra Negra, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Barreirinho, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Cruzeiro, Associação dos Agricultores Familiares de Nepomuceno e Associação Comunitária do Barreiro.

proprietários rurais.

Neste objetivo, algumas das associações de produtores agrícolas de Nepomuceno estão criando parcerias com associações de outros municípios, como Guaxupé e Campo Belo, visando o intercâmbio de conhecimentos e de práticas agrícolas. Tais contatos ambicionam a melhoria da produção dos agricultores municipais, assim como avanços na comercialização dos gêneros cultivados, sobretudo o café.

Moreira (2006, p. 70)<sup>205</sup>, bem como Amin (1977)<sup>206</sup> aponta que os três fatores da produção são a terra, o trabalho e o capital. O solo é o substrato no qual os outros dois fatores produtivos são aplicados. Portanto, para a compreensão da produção agrícola em Nepomuceno, torna-se mister o entendimento dos aspectos supramencionados.

Como não há produção sem trabalho, são necessários aqui alguns apontamentos acerca deste processo e das relações a ele intrínsecas, porquanto cada tipo de produção denota determinadas características no trabalho a ser realizado, conforme será visto adiante.

Marx (2004)<sup>207</sup> advoga que o trabalho estranhado é uma forma de alienação, visto que esta resulta da expropriação do trabalhador dos meios produtivos. A alienação separa o trabalhador do objeto (produto), pois ele não vê o seu trabalho no produto que consome. O autor ainda aponta que as relações capitalistas de trabalho dissociam o trabalhador dos meios de produção.

No modo de produção capitalista, o trabalho se torna estranhado, pois há o controle externo sobre o trabalho e a apropriação do produto, portanto, o trabalho e a produção não pertencem a quem trabalhou/produziu, pertencem a outro. Ele se pauta em movimentos mecânicos, voltando-se à satisfação de necessidades fisiológicas básicas, como se alimentar, beber, dormir, entre outras. Destarte, o trabalho estranhado faz com que o trabalhador perca o viés teleológico de seu trabalho, pois ele não projeta mais suas ações.

Assim, conforme expõe Arendt (2007)<sup>208</sup>, o homem se transforma em *homo faber*, constituindo-se num mero fabricante de coisas para e no mundo. Na maioria das

---

<sup>205</sup> MOREIRA, Ruy. *Op. cit.* 2006.

<sup>206</sup> AMIN, Samir. *Op. cit.* 1977.

<sup>207</sup> MARX, Karl. "Trabalho Estranhado e Propriedade Privada". In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho I** – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004, p.173-195.

<sup>208</sup> ARENDT, HANNA. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10ª Edição. 6ª Reimpressão. Forense Universitária: São Paulo. 2007.

vezes, não é ele quem consome o produto fabricado, visto que a intenção da fabricação é que o artefato permaneça no mundo e seja consumido por outros indivíduos.

Aqueles que concebem o ser humano desta maneira acreditam que a fabricação é algo inerente ao homem e ao seu trabalho, portanto, constitui parte da condição humana. Para a autora, o trabalho produz objetos para o cotidiano, de menor durabilidade, enquanto a fabricação gera produtos de maior duração. Para que o *homo faber* produza, é necessária a existência do pensamento, pois antes de fabricar, o ser humano cria um modelo mental do objeto a ser produzido

Acerca do trabalho, mais características merecem ênfase aqui. Com base em Marx (1983)<sup>209</sup>, afirma-se que, sendo esta categoria o fator distinguidor entre o homem e os demais animais e que realiza a condição humana, e considerando-se que através dele o homem se apropria da natureza em prol de seu benefício, compreende-se o trabalho como parte constituinte da relação metabólica entre homem e natureza.

Segundo Vergopoulos (1977, p. 84)<sup>210</sup>, a intensificação do trabalho pode originar-se da aceleração do ritmo de trabalho ou da incorporação de novos trabalhadores. Em geral, o trabalho é acentuado devido à necessidade ou ao desejo de elevar a produção de determinado setor. Tal situação foi percebida na realidade nepomucenense, pois os pequenos agricultores do município realizam jornadas exacerbadas de trabalho em determinados momentos, por exemplo, quando vivem problemas financeiros, desejam adquirir alguma máquina ou equipamento, entre outros.

Conforme se percebeu através de observações em campo, de modo geral, o trabalho na agricultura familiar em Nepomuceno ocorre da seguinte maneira: O produtor de café trabalha em sua propriedade familiar ou realiza um processo por eles denominado “troca de serviço”, no qual, todos os pequenos agricultores de determinada área se unem e colhem todo o café da propriedade de cada um deles.

Ao final, todos os imóveis rurais inclusos neste procedimento têm seu café totalmente colhido. Tal constatação denota a presença de certas características entre eles, como a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade, entre outras. Salienta-se aqui, que na maioria dos casos, todo o grupo familiar trabalha na lavoura, cabendo as funções demandadoras de maior força física aos homens adultos.

É muito comum, após o término da panha de seu café, que o pequeno agricultor familiar trabalhe de carteira assinada para os médios e grandes proprietários rurais,

---

<sup>209</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>210</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

como maneira de incrementar a renda mensal. Isto acontece principalmente na época da colheita, época do ano em que os apanhadores de café conseguem obter uma renda maior. Ou seja, em parte do ano ele se torna um proletário assalariado, sendo submetido à exploração que o assalariamento tipicamente capitalista impõe aos trabalhadores.

Através das idas a campo, as formas de contrato do trabalho encontradas foram o arrendamento, o comodato<sup>211</sup> e a parceria. O arrendamento e a parceria são contratos agrários assinados entre o proprietário do solo e o arrendatário ou o parceiro, para posse ou uso temporário da terra.

O arrendamento é uma prática comum no campo nepomucenense, ocorrendo comumente de pai para filho. Tal situação se deve, em partes, ao fato de que o produtor, para conseguir algum financiamento das instituições bancárias, deve possuir terras em seu nome ou arrendadas.

No arrendamento, o proprietário cede a outro a posse sobre a terra durante certo tempo (determinado ou não). Em troca, recebe do arrendatário um aluguel ou outra forma de retribuição. Nele, o pagamento pelo uso da terra já é anteriormente fixado, ou seja, é obrigatório que o arrendatário pague certa quantia ao arrendador. O arrendatário é judicialmente obrigado a pagar pelo tempo em que fizer uso da terra, correndo o risco de ser penalizado se não o cumprir e tendo que realizar tal ação, mesmo que nada consiga produzir.

Contudo, o arrendatário possui algumas vantagens legalmente asseguradas, como o direito de preferência na aquisição do imóvel e o direito de renovação do contrato, caso lhe seja conveniente. O prazo mínimo para este tipo de contrato é de três anos.

Já na parceria, os resultados e os riscos da produção são divididos entre o proprietário e o parceiro-produtor, aquele que fará uso da terra por determinado tempo. Portanto, este último não é obrigado a pagar uma quantia pelo uso do solo. Seu dever é dar um percentual dos lucros ou de tudo que se produziu para o parceiro-proprietário, o dono das terras. No entanto, diferentemente do arrendamento, na parceria, o parceiro-produtor não tem direito à preferência na aquisição do imóvel, nem na compra do mesmo.

---

<sup>211</sup> O comodato é um contrato gratuito, no qual há um empréstimo gratuito de elementos não consumíveis, como terras, imóveis, entre outros. Ou seja, estes itens são usados, mas deverão ser devolvidos em sua integralidade. No comodato, a propriedade da terra prossegue com o prestador, enquanto que o emprestado (indivíduo solicitante do empréstimo) possui apenas a posse da terra. O comodato deve ser gratuito, temporário e inconsumível e infungível (exclusivo, insubstituível).

Conforme já pronunciado anteriormente, em consonância com Vervoort *et. al* (2014)<sup>212</sup>, as alterações climáticas e/ou temporais interferem nas safras agrícolas. Os extremos climáticos repercutem na redução das colheitas, agravando as crises alimentares, tanto na escala local, quanto na global. Assim como os autores demonstraram, nos últimos anos houve maior incidência de catástrofes climáticas e de pluviosidades excessivas, além do alargamento dos períodos de estiagem, desestabilizando várias culturas alimentares mundo afora.

A maioria dos agricultores familiares pesquisados percebeu mudanças nas condições temporais nos últimos anos, principalmente relacionadas à maior irregularidade nas pluviosidades. Muitos também relataram maior frequência de estiagens prolongadas em comparação com épocas anteriores.

Tais variações nas condições pluviométricas e térmicas vêm comprometendo a produção agrícola, incidindo em avarias aos agricultores familiares do município. Dos produtos cultivados no município, o café, segundo os próprios produtores, é o que mais padece com a disritmia das chuvas. Neste âmbito, conforme a fala de alguns dos sujeitos analisados, no ano de 2015 o café demorou mais para madurar, devido às irregularidades térmicas e pluviométricas, tornando mais difícil sua colheita e diminuindo o rendimento.

Como se pôde observar nas páginas anteriores, a economia do município de Nepomuceno, bem como a de diversas cidades brasileiras de pequeno porte, está abalizada no setor primário, com destaque para a agricultura. No caso estudado, a cultura cafeeira é proeminente, pois abarca a maioria da economia local, exemplificando de modo satisfatório os processos de produção e de trabalho vigorantes.

O uso de agrotóxicos é frequente nas pequenas propriedades agrícolas do município, apesar do conhecimento das avarias trazidas à produção e à saúde dos pequenos produtores que utilizam estes insumos, bem como dos consumidores dos gêneros alimentícios contaminados por tais elementos químicos.

Por fim, deve-se ressaltar que o trabalho e a produção no espaço agrícola nepomucenense encontram-se extremamente marcados por relações tipicamente capitalistas. Há uma nítida aliança entre capital fundiário e estatal no sentido de elevar a produtividade das propriedades agrícolas locais.

---

<sup>212</sup> VERVOORT, Joost.M., *et al.*, Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environment Change**. 2014, p. 01-12. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.03.001>> Acessado em: 25/06/2014.

Felicio (2011)<sup>213</sup> mostra que a renda fundiária é uma temática capaz de abarcar e compreender o avanço capitalista na agricultura. Neste sentido, a renda da terra será discutida no capítulo seguinte, ambicionando demonstrar as amálgamas existentes ela e a agricultura de cunho capitalista.

---

<sup>213</sup> FELICIO, Munir Jorge. *Op. cit.* 2011.

### 3 – RENDA DA TERRA

De início, antes de principiar a discussão acerca da renda da terra, alguns comentários referentes à renda, em geral, tornam-se imperativos. Em sua obra, Marx (1983)<sup>214</sup> analisa que a renda é repartida desigualmente, algo percebido através do exame da divisão dos juros, dos lucros e da renda da terra, os modos pelos quais a renda é auferida e distribuída. Para o autor, a renda é o excedente sobre o salário e o lucro industrial. Em “Miséria da Filosofia” (2008-A, p. 178)<sup>215</sup>, o autor enuncia que:

A renda, em vez de *vincular o homem à natureza*, fez somente vincular a exploração da terra à concorrência. Uma vez constituída a renda, a própria propriedade rural é o *resultado da concorrência*, visto que ela desde então depende do valor venal dos produtos agrícolas. Como renda, a propriedade rural é mobilizada e torna-se uma letra de câmbio. (...) A renda separou tão perfeitamente o proprietário rural do solo, da natureza, que ele não tem necessidade nenhuma de conhecer suas terras.

Assim, conforme indicado por Marx, a renda agrava a relação entre homem e natureza, favorecendo a exploração dos recursos naturais, entre eles, a terra. Doravante, o solo torna-se mercadoria, com o seu valor de venda sendo determinado por aspectos tipicamente capitalistas, como a concorrência. Busca-se obter renda e elevar os lucros através das práticas aplicadas no solo. De modo geral, não há mais uma topofilia com relação à terra na qual se planta. O desapego difundiu-se de tal maneira, que é comum os proprietários agrícolas não conhecerem as terras das quais são donos. Neste sentido, Vergopoulos (1977, p. 85)<sup>216</sup> aponta que para Marx, a renda possui um caráter desterritorializante, visto que ela dissocia o proprietário do solo.

No contexto atual, Piketty (2014, p. 30-31)<sup>217</sup> ilustra, através de gráficos, o crescimento das taxas de desigualdade de renda nos Estados Unidos, a partir dos anos 2000. Tal discrepância deriva, em partes, de rendas muito elevadas recebidas pelos executivos das grandes empresas, pois estes conseguem estabelecer seus próprios salários. De acordo com o economista, esta tendência já vem sendo observada no Reino Unido, em menor grau; e deve acontecer de modo menos intenso, nos demais países desenvolvidos.

Por conseguinte, é nítido que a desigualdade de renda é profunda

---

<sup>214</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>215</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2008-A.

<sup>216</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

<sup>217</sup> PIKETTY, Thomas. *Op. cit.* 2014.

contemporaneamente, tendo apresentado altas nos últimos anos. Tal fato indica que o modo de produção capitalista prossegue dominante mundo afora, permanecendo pujante, apesar de suas crises cíclicas, como a última, iniciada nos anos 2007-2008. Assim, deve-se considerar que havendo disparidade de renda, em âmbito geral, também é desigual a distribuição dos lucros, dos juros e da renda da terra no panorama atual.

Atualmente a renda da terra vem sendo discutida, sobretudo quanto ao solo urbano, em detrimento das análises referentes à renda quanto ao solo agrícola<sup>218</sup>. Isto se deve em parte à maior valorização do urbano em escala mundial e à crescente urbanização do planeta. Com o fortalecimento da indústria dentro do modo de produção capitalista, há a redução da importância dedicada aos estudos da renda da terra agrícola. Entretanto, é justamente sobre este assunto que o capítulo se dedica.

Ante uma divisão capitalista do trabalho agrícola, o proprietário da terra se torna um arrendatário, enquanto os agricultores, em geral, são convertidos em trabalhadores agrícolas (MARX, 2006)<sup>219</sup>. Sobre tal processo e suas causas, Reclus (1985-A, p. 92)<sup>220</sup> descreve:

O arrendamento é ao mesmo tempo a forma mais simples e mais difundida. O proprietário, sendo incapaz de gerir sua propriedade, vasta demais para ser percorrida por ele só, confia-a por inteiro ou em partes a um ou mais especialistas, que se encarregam de fazer produzir a terra.

Assim, o geógrafo francês concebe esta estratégia como uma prática bastante comum no período referido e como uma artimanha do proprietário fundiário tentando uma melhor administração de alargadas extensões de terras, algo difícil de ser realizado isoladamente, carecendo dos serviços de outros seres humanos para ali produzirem. Portanto, a ação de arrendar a terra não é efetivada almejando-se menor iniquidade no acesso à terra, mas deseja elevar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, os lucros de seu dono.

O autor esclarece ainda que a manutenção da fertilidade do solo depende do cuidado empreendido pelos rendeiros, visto que aqueles que se preocupam com o solo, de modo a produzirem tentando não esgotar suas propriedades edáficas, obtêm imensos rendimentos anuais e asseguram a produção ali por muitos anos. Já aqueles rendeiros que desconsideram a questão da preservação do solo e produzem somente

---

<sup>218</sup> Não há a pretensão de opor urbe e agricultura, visto que embora a agricultura predomine em áreas rurais, também é praticada nas áreas urbanas. O intento aqui é apenas diferenciar a renda da terra urbana e a renda da terra agrícola.

<sup>219</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2006.

<sup>220</sup> RECLUS, Élisée. *Op. cit.* 1985-A.

visando o lucro, degradando rapidamente o solo, pois nos anos de seu arrendamento, realizam todas as medidas possíveis para retirarem o máximo de renda daquela terra, minorando aceleradamente sua fertilidade.

Neste sentido, Valverde (1980)<sup>221</sup> julga o arrendamento da terra como um regime semifeudal de propriedade, expondo que compreende o aluguel do trabalho como um modo eufêmico de corvéia<sup>222</sup>. Ao alugar um pedaço de solo, o grande proprietário fundiário obtém rendas da terra com pouquíssimo ou até mesmo nenhum trabalho ou investimento de capital. Enquanto isto, o sujeito que arrendou a terra se encontra à mercê das vontades e das cobranças do dono daquele pedaço de solo.

Doravante, tem-se a exploração da mão de obra e a extração da mais-valia por meio da conversão dos agricultores em proletários agrícolas. Conforme indicam autores como Marx (1983)<sup>223</sup>, Lefebvre (1999)<sup>224</sup> e Harvey (2011)<sup>225</sup>, o objetivo dos capitalistas, quaisquer sejam suas áreas de atuação, é sempre o lucro. No processo de produção, o capitalista combinará a força de trabalho com os meios produtivos para fabricar a mercadoria, que será vendida visando o lucro.

No território nacional, principalmente a partir de meados do século XX, intensifica-se o processo de êxodo rural, em decorrência de alguns fatores, como a modernização agrícola e a chegada dos “avanços técnicos” da Revolução Verde, com a consequente mecanização da agricultura. A Revolução Verde e a modernização agrícola brasileira ampliaram o desemprego nas áreas agrícolas e a concentração fundiária no país. (PORTO-GONÇALVES, 2012)<sup>226</sup>

A Revolução Verde introduz uma renda diferencial II (ou renda de equipamento) em larga escala na agricultura mundial, visto que ela é caracterizada pela mecanização agrícola, bem como pela inserção de técnicas e capitais oriundos da indústria no solo, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes transgênicas, entre outras. Deste modo, pode-se dizer que a partir de meados do século XX, a renda diferencial II se sobressai na questão agrícola, visto que até este período, a renda diferencial I era preponderante na

<sup>221</sup> VALVERDE, Orlando. *Op. cit.* 1980.

<sup>222</sup> No modo de produção feudal, estando sob o regime da corvéia, o servo para obter acesso à terra dentro do feudo, deveria fornecer trabalho gratuito ao seu suserano, proprietário daquelas terras. Esta era uma das muitas obrigações que o servo deveria cumprir em relação ao senhor feudal.

<sup>223</sup> MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política)** – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983, p. 705-1079.

<sup>224</sup> LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

<sup>225</sup> HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Editora Boitempo: São Paulo, 2011.

<sup>226</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2012.

problemática da renda fundiária no campo. No tocante ao tema, Amin (1977, p. 15)<sup>227</sup> explicita que na empresa industrial capitalista, o equipamento é primordial, enquanto a terra é apenas um elemento acessório.

Cabe destacar que a partir dos anos 1970 há uma inflexão da renda, devido à Crise do Petróleo, que promoveu o investimento do excedente de capital na esfera urbana imobiliária<sup>228</sup>. Outras soluções encontradas para a crise foram a saída para o Oriente (sobretudo para a China, que experimentou um expressivo crescimento econômico, devido a alguns aspectos como a venda de produtos de qualidade a preços irrisórios, as baixas remunerações pagas à custa da profunda extração de mais-valia, entre outros.), o salto para a esfera financeira, entre outras.

Neste contexto, houve o aumento das despesas estadunidenses, decorrente do aumento do preço do petróleo advindo do Oriente Médio, pois os Estados Unidos eram (e ainda são) os maiores consumidores de petróleo em âmbito mundial. Portanto, era necessário ao governo estadunidense equilibrar sua balança comercial. Tal meta foi atingida através da emissão dos petrodólares e do seu posterior empréstimo a algumas nações em processo de industrialização.

Harvey (2009)<sup>229</sup> denomina o período posterior à crise do decênio de 1970 de acumulação flexível, no qual há dispersão geográfica, com a busca e o surgimento de

---

<sup>227</sup> AMIN, Samir. *Op. cit.* 1977.

<sup>228</sup> Uma obra basilar para a compreensão da aplicação do capital excedente no setor urbano imobiliário neste período é o artigo de David Harvey, intitulado “A Liberdade das Cidades”, no qual o autor descreve minuciosamente como a cidade de Nova York tornou-se um dos maiores centros financeiros do planeta, senão o maior, devido à injeção maciça de capital. No texto, Harvey enumera algumas consequências deste fato, como o processo de gentrificação ou enobrecimento urbano, o qual incidiu na revitalização de áreas urbanas centrais, com consequente valorização destas, provocando a saída da população pobre para outras áreas da cidade, periféricas. A suburbanização foi outra forma de aplicação de excedentes de capitais, não somente em Nova York, como em outras cidades estadunidenses. A expansão urbana conseguiu acolher parcela expressiva dos capitais excedentes naquele momento de recessão econômica. Assim, Nova York foi se tornando uma cidade atrelada à esfera financeira, havendo a retomada do poder pela classe dominante através das finanças. No contexto da crise econômica do decênio de 1970, os Estados Unidos inserem mais dólares no mercado, os denominados “petrodólares”, que financiaram as transformações urbanas de Nova York. Os Estados Unidos emprestaram enormes quantias de dinheiro provenientes dos petrodólares a países da Ásia, da África e da América Latina. Tal atitude visou legitimar, lastrear o dinheiro estadunidense. Este capital proveniente dos EUA propiciou a industrialização de nações como Brasil, Argentina, México, entre outras. Por conseguinte, os petrodólares recuperaram os EUA da crise da década de 1970. Como muitos dos países subdesenvolvidos não conseguiram quitar os empréstimos negociados relativos aos petrodólares, atravessaram momentos de recessão econômica, com algumas consequências negativas à população, como arrocho salarial, aumento do desemprego e da inflação, entre outras, comprometendo seriamente a qualidade de vida de seus habitantes. Assim, a esfera financeira se desvencilhou da produtiva, visto que foi acumulada grande quantidade de capital. Os investimentos outrora realizados no setor produtivo migram para o setor financeiro. Para maiores detalhes, ver: HARVEY, David. *A Liberdade das Cidades*. **GeoUSP – Espaço e Tempo**. n. 26. São Paulo, 2009, p. 09-17.

<sup>229</sup> HARVEY, David. *A Liberdade das Cidades*. **GeoUSP – Espaço e Tempo**. n. 26. São Paulo, 2009, p. 09-17.

novos nichos de mercado e de novas linhas de produção. Amostra disto é a China, exemplo nítido do auge do setor financeiro no mundo contemporâneo, pois sua economia foi profundamente financeirizada, algo perceptível através das análises da influência exercida pelos títulos, ações, investimentos futuros, entre outros capitais fictícios.

Apesar dessa financeirização, a China se destaca contemporaneamente como a grande potência industrial mundial, enquanto os Estados Unidos vivenciam um intenso processo de desindustrialização. Contudo, este país ainda é muito influente nas finanças em escala global, pois detém a moeda padrão das trocas comerciais mundiais, além de ser a nação com maior poder dentro das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O regime flexível tornou mais móvel a divisão técnica do trabalho e foi responsável por ampliar o desemprego no mundo e precarizar o trabalho, através das demissões em massa e do arrocho salarial. Assim, o trabalhador deixou de ser componente essencial do processo de acumulação. A mecanização da produção, tanto agrícola, quanto industrial, também favoreceu o declínio da importância do trabalhador na esfera produtiva.

Harvey (2009)<sup>230</sup> expõe que na conjuntura contemporânea da acumulação flexível e do pós-fordismo, há o aumento da volatilidade do capital, que é ampliado. Ampliam-se também os capitais circulantes e suas finalidades. O capital retorna mais rapidamente às mãos do investidor (capitalista), acelerando assim, a sua reprodução.

O comércio de luxo, fundamentado nas marcas, exemplifica a supracitada inflexão da renda, bem como a securitização imobiliária, que converte ativos de pouca liquidez em títulos mobiliários de elevada liquidez, almejando facilitar sua comercialização, através dos CRI's<sup>231</sup> (certificados de recebíveis imobiliários) e dos FII's<sup>232</sup> (fundos de investimentos imobiliários), por exemplo.

---

<sup>230</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2009.

<sup>231</sup> Os certificados de recebíveis imobiliários foram criados para serem os títulos vinculados à securitização de recebíveis imobiliários, conforme enunciam Vedrossi & Monetti (2002) em: VEDROSSI, Alessandro Olzon. & MONETTI, Elaine. **A securitização de recebíveis imobiliários: uma alternativa de aporte de capitais para empreendimentos residenciais no Brasil.** São Paulo: EPUSP, 2002. Eles são instrumentos deste processo de securitização, uma alternativa de captação de recursos para o mercado imobiliário residencial brasileiro. A emissão do CRI pode ser pública ou privada.

<sup>232</sup> Segundo advoga Miele (2008), os FII's são uma estratégia para a reprodução do capital. Eles integram o mercado imobiliário ao mercado de valores mobiliários. Transformam imóveis em ativos financeiros. Neles, o investidor adquire cotas (derivativos) de um imóvel que está ou será locado ou vendido. Os FII's são um mecanismo de aplicação do excedente da esfera financeira na produção imobiliária, constituindo, portanto, um exemplo de aplicação do capital excedente no urbano. Eles imobilizam o capital no solo,

Atualmente, em termos de área ocupada, há o predomínio da grande propriedade fundiária privada em solo nacional (OLIVEIRA, 2001)<sup>233</sup>. Essa condição é essencial para o domínio de ações capitalistas no campo, visto que para Marx (1983, p. 705)<sup>234</sup>, a aplicação do capital na agricultura depende da existência da propriedade privada fundiária, que propicia a existência da renda da terra.

A chegada dos “avanços” urbano-industriais ao campo incide em inúmeras transformações do mesmo, com a denominada modernização agrícola. Santos (2006, p. 286 e p. 304)<sup>235</sup> expõe que, com o processo anteriormente citado, há atualmente uma maior coesão entre cidade e campo, pois a sua modernização leva a uma especialização agrícola. O autor considera que as técnicas atuais criam um mundo rural extremamente previsível e racional. Essa racionalização da produção agrícola e do campo traz benefícios desmesurados ao capitalista, pois prevê as intempéries que poderão ocorrer na plantação, minimizando os prejuízos, elevando assim, a produtividade agrícola e, por conseguinte, o lucro obtido com a venda.

Relacionando-se à fala de Santos, encontra-se a afirmação de Braudel<sup>236</sup>, que considera a terra como capital frágil, pois ela perde fertilidade. Conforme o autor (2009, p. 213)<sup>237</sup> diz:

A própria terra é um capital muito frágil, sua fertilidade se destrói de ano para ano; daí os afolhamentos que não param de girar sobre si próprios; daí a necessidade dos adubos (mas como criá-los em quantidade suficiente?); daí o empenho do camponês em multiplicar as lavouras (...)

Portanto, a terra enquanto um capital muito frágil, devido à sua gradativa perda de fertilidade, necessita de insumos para manutenção ou elevação das suas taxas de produtividade. Contemporaneamente, entre as técnicas utilizadas para aumento da fertilidade de um solo estão os adubos, os agrotóxicos, entre outras. Tais insumos se

---

beneficiando-o através da construção. Posteriormente, mobilizam este capital através da venda. As cotas dos FII's são negociadas nas bolsas de valores (mercado secundário), valorizando-se proporcionalmente à valorização dos imóveis. Para maiores detalhes sobre o mote aventado, ver: MIELE, Sávio A. F. **O Movimento da Economia Financeira: A Dinâmica Imobiliária de São Paulo**. São Paulo: Laboratório de Geografia Humana, USP, 2008.

<sup>233</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. 2001, p. 185-206.

<sup>234</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>235</sup> SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2006.

<sup>236</sup> Apesar de Fernand Braudel escrever sobre o capitalismo no período entre os séculos XV e XVIII, sua obra é extremamente válida atualmente, visto que ela discute alguns aspectos estruturais do modo de produção capitalista, que se mantêm indiscutíveis.

<sup>237</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: século XV-XVIII**, 3º Volume. (as estruturas do cotidiano; o jogo das trocas; o tempo do mundo). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

difundiram graças à modernização agrícola e aos avanços da Revolução Técnico-Científica discutida por Milton Santos (2006)<sup>238</sup>, e diminuíram a fragilidade do solo enquanto capital, já que sua fertilidade não decai ano após ano.

Atualmente, respondendo à afirmação de Braudel (2009)<sup>239</sup>, as indústrias químicas, fortes no cenário brasileiro e mundial, produzem uma quantidade de adubos mais que suficiente para os solos de todo o planeta. Aliás, estas têm profunda influência sobre o setor agrícola nacional, dominando boa parte da produção nacional neste ramo.

No contexto do meio técnico-científico informacional, em que a relevância da informação se avoluma, pode-se dizer em consonância com Santos (2006, p. 243)<sup>240</sup>, que os grandes capitalistas industriais e agrícolas têm maior acesso à informação relativa às localizações e, por isto, escolhem os melhores locais para implantar seus empreendimentos. Com isso, aperfeiçoam a produção, elevam a taxa de produtividade e tendem a vencer a concorrência dos demais industriais e latifundiários na busca pelo crescimento das vendas e pela maximização dos lucros.

Isto incide na ampliação da concentração fundiária e de renda no setor agrícola nacional e prejudica os pequenos proprietários agrícolas, que desprovidos de algumas informações, possivelmente não escolhem locais tão privilegiados quanto aqueles elegidos pelos grandes capitalistas, o que os prejudica na concorrência, visto que um local melhor selecionado reduz os custos na produção e no preço final de venda da mercadoria.

Desta maneira, pode-se dizer, em consonância com a obra de Moreira (2006)<sup>241</sup>, que a agricultura de mercado se caracteriza pela especialização e pelo viés notadamente competitivo. Enquanto isso, a agricultura tradicional é marcada pelo autoconsumo, pelo consórcio de culturas, entre outros aspectos. Nos últimos anos, é perceptível que a agricultura de mercado cada vez mais se sobressai ante a agricultura tradicional, modificando a estrutura produtiva antes arraigada e desestruturando as culturas ali existentes.

Neste ensejo, Andrade (1979)<sup>242</sup> aponta que o Estado favoreceu a modernização da agricultura brasileira, assim como o seu domínio pelos capitalistas, pois impulsionou a mecanização agrícola, assim como forneceu incentivos e assistência à agricultura de

---

<sup>238</sup> SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2006.

<sup>239</sup> BRAUDEL, Fernand. *Op. cit.* 2009.

<sup>240</sup> SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2006.

<sup>241</sup> MOREIRA, Ruy. *Op. cit.* 2006.

<sup>242</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* 1979.

exportação, para aquisição de insumos, terras, entre outros. A aliança entre as multinacionais e o Estado foi aguda durante o regime militar.

Fernandes (1999)<sup>243</sup> argumenta que os militares estimularam a modernização agrícola e a inserção do capital no campo. Já Graziano da Silva (1985)<sup>244</sup>, demonstra como o capital e o latifúndio no Brasil novamente associaram-se, no período militar, quando a economia nacional se internacionalizou. Portanto, constata-se que desde a década de 1960, o Estado age no território brasileiro como um fator locacional, em prol dos interesses do agronegócio.

Marx (1983, p. 880)<sup>245</sup> argumenta que a peculiaridade da agricultura reside no fato de ela depender da produtividade natural do trabalho, que por sua vez, depende das condições naturais. Por exemplo, o incremento de produtividade social na agricultura pode, até mesmo, nem compensar sua queda de produtividade natural. Assim, compreende-se que a agricultura é um setor econômico influenciado diretamente pelas intempéries.

### 3.1 – A Terra como Mercadoria

O solo virgem, quando ocupado por indivíduos para desígnios agrícolas, possui valor de uso, mas não é mercadoria. A terra só passa à condição de mercadoria quando é inserida numa relação de troca com outra mercadoria. Por conseguinte, a terra se transforma em mercadoria quando alguém tem a posse dela, pois somente possuindo algum proprietário, ela poderá ser trocada numa relação com outra mercadoria.

Com a privatização da terra, esta se torna valor de troca, inserindo-se como mercadoria dentro da lógica capitalista. Sob a égide do modo de produção capitalista, vê-se cada vez mais, a intensificação do processo supramencionado de mercantilização da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2012)<sup>246</sup>. Contudo, a terra é, em sua origem, um bem comum. Sobre o tema acima ventilado, Reclus (1985-A, p. 83)<sup>247</sup> explana:

---

<sup>243</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

<sup>244</sup> GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

<sup>245</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>246</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2012.

<sup>247</sup> RECLUS, Élisée. *Op. cit.* 1985-A.

Naturalmente, todo homem que se tornou senhor de seus semelhantes pela guerra, conquista, usura o qualquer outro meio constituía por isto mesmo a propriedade privada em seu proveito, pois, ao se apropriar do homem, encampava igualmente seu trabalho e o produto de seu esforço, enfim, do pedaço de terra comum onde o escravo tinha feito crescer a colheita.

No intervalo acima, o autor demonstra que, muitas vezes, a propriedade privada institui consigo também a apropriação do trabalho de muitos homens pelo proprietário dos meios produtivos, pois o trabalhador sem acesso aos meios de produção vê-se obrigado a vender sua força de trabalho.

Marx (1984, p. 49)<sup>248</sup> diz que: “Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.” Portanto, para algo ser mercadoria, é cogente que seja transferido através da troca. Este excerto possibilita ainda inferir que para algo se constituir como mercadoria, é necessário que tenha tanto valor de uso, quanto valor de troca.

Na obra retrocitada, o autor comenta acerca da terra como fonte dos valores de uso, visto que ela tem utilidade para as atividades humanas, sendo, por exemplo, bastante útil à agricultura. Por exemplo, os alimentos dela provenientes, obtidos por intermédio do plantio agrícola, se constituem em valores de uso, pela sua utilidade na alimentação das pessoas.

No processo de troca destes alimentos por outros ou por objetos de qualquer espécie, estes auferem o status de valor de troca também. Assim, afirma-se que para Marx (1984)<sup>249</sup>, a mercadoria constitui uma duplicidade, enquanto é concomitantemente valor de uso e valor de troca. Destaca-se que ela é valor de uso devido à utilidade que ela possui para os indivíduos. O autor ainda exprime que somente distintos valores de uso podem ser trocados. Assim sendo, o valor de uso é portador de valor de troca<sup>250</sup>.

---

<sup>248</sup> MARX, Karl. **O Capital. (Crítica da Economia Política)** - Volume I. Tomo II. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> Aludindo ao valor de uso e ao valor de troca, Marx, em “Miséria da Filosofia” (2008-A, p. 65) disserta: “A capacidade que têm todos os produtos, naturais ou industriais, de prover a subsistência do homem, particularmente chama-se valor de uso ou de utilidade; a capacidade de serem trocados um pelo outro, valor de troca”. Um pouco adiante o autor prossegue a discussão, atrelando a lei da oferta e da demanda ao valor de troca. Nos seus dizeres (2008-A, p. 70): “O valor trocável de um produto baixa à medida que a sua oferta vai subindo, permanecendo a mesma a demanda; em outras palavras: quanto mais abundante um produto, relativamente à demanda, mais o seu valor de troca ou o seu preço é baixo. Vice-versa: quanto mais fraca é a oferta em relação à demanda, mais o valor trocável ou o preço do produto ofertado cresce; em outros termos, quanto maior a raridade dos produtos em oferta em relação à demanda, mais carestia haverá. O valor trocável de um produto depende de sua abundância ou de sua escassez, porém sempre se tendo em conta a procura. Suponha um produto mais do que raro, único em seu gênero, pois bem: esse produto único se tornará mais do que abundante, ele será supérfluo, se não tiver demanda. Em troca, suponha um produto que é multiplicado aos milhões, ele será sempre raro se não bastar à

Troca-se um valor de uso por outro.

É válido ressaltar que a terra perde sua condição histórica quando se torna mercadoria, pois o valor de troca mascara as relações sociais, de produção e de trabalho nela embutidas, “quantificando” o valor. É isto o que ocorre ao provar-se uma mercadoria apenas enquanto valor de uso, pois tal ação gera o desconhecimento de suas relações produtivas. Nesta situação, está nitidamente presente o processo que Marx (1984)<sup>251</sup> denominou como fetichismo da mercadoria, fenômeno no qual as desigualdades e as relações sociais são escamoteadas.

O autor mostra que o fetichismo<sup>252</sup> é uma relação social entre pessoas mediatizada por coisas. O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas como pessoas. Salienta-se, que no trabalho criador de valor de troca (portanto, produzindo mercadoria), as relações sociais das pessoas aparecem como relações sociais das coisas.

Na análise de Marx (2008-A)<sup>253</sup>, a terra só é um capital, quando é explorada como meio de produção. A terra é um capital fixo. Embora o seja, ela se consome, assim como os capitais circulantes. Para corroborar isso, basta pensar na fertilidade, que naturalmente decai com o uso dos solos, exceto se forem aplicadas técnicas e capitais para elevação da fertilidade natural do solo.

Na ótica capitalista, a propriedade da terra é privada, e esta é vendida em parcelas, como forma de ampliar os lucros. A terra, na qualidade de mercadoria, é capital produtivo. Neste contexto, cabe enaltecer que o solo é o fator mais oneroso no processo de produção. A complexidade do solo enquanto mercadoria resulta no fato de que, quanto mais se produz nele, mais caro ele fica.

O seu elevado preço ocorre, em parte, devido à sua fixidez, à sua não

---

demanda, isto é, se for muito procurado”. “Portanto, na oferta e na demanda encontramos, de um lado, um produto que custou valores venais e a necessidade de vender; de outro, meios que custaram valores venais e o desejo de consumir”. (MARX, 2008-A, p. 74)

<sup>251</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1984.

<sup>252</sup> Outros apontamentos são válidos quanto ao que Karl Marx (1984) pronuncia acerca do fetichismo da mercadoria, proveniente do caráter social do trabalho que o produziu. Nele, as mercadorias aparentam ter uma vontade (vida) independente de seus produtores. Exemplos que corroboram a situação descrita são expressões corriqueiramente usadas, como “o açúcar subiu”, “o trigo desapareceu”, entre outras. Ademais, o fetichismo da mercadoria é algo intrínseco à sua produção, pois na sociedade capitalista, o processo de produção se autonomiza com relação à vontade do ser humano. O autor ainda narra que a mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa e, por isto, seu caráter fetichista ainda tem facilidade de penetração. Em oposição ao fenômeno supracitado, cabe grifar que as mercadorias são coisas, resultam do trabalho humano, e que para haver relação entre as mercadorias, é preciso existir relações entre as pessoas. Por conseguinte, a variação de preços das mercadorias deriva sempre de relações sociais de produção.

<sup>253</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2008-A.

reprodutibilidade e também por causa do seu consumo acontecer durante longo período de tempo, ou seja, de sua ampla duração temporal. Em consonância com o ponto de vista acima exposto, Vergopoulos (1977)<sup>254</sup> concebe a terra como algo não livremente extensível ou reprodutível, nem inesgotável ou acumulável.

Conforme avalia o próprio Marx (1984, p. 51)<sup>255</sup>, a terra é fonte dos valores de uso, pois é dela que vão abrolhar diversos gêneros alimentícios e matérias-primas que possuirão as mais diversas serventias aos seres humanos. Em consonância com Marx (1983)<sup>256</sup>, pode-se dizer que as mercadorias são produtos do trabalho humano e das relações sociais de produção e, portanto, acumulam trabalho humano.

Para Kautsky (1986)<sup>257</sup>, a produtividade diferente dos solos derivava de condições naturais, sobretudo climáticas e pedológicas. Ele apregoava que mesmo se fornecidas as mesmas condições de produção, os solos prosseguiriam com diferenças qualitativas e, por conseguinte, de fertilidade e produtividade. Por isso, ele distinguia a renda da terra do lucro extra gerado na indústria, pois ela é algo mais duradouro. Ademais, o autor narra que, inicialmente, a terra não era mercadoria<sup>258</sup>, nem fruto do trabalho humano, e que isto implicava na impossibilidade de determinar seu valor pelo quantum de trabalho necessário à sua produção, conforme ocorre com os produtos industriais.

Polanyi (2012)<sup>259</sup> considera a terra como um elemento da natureza densamente atrelado às instituições humanas. O autor expõe que, na Inglaterra do século XIX, a terra, enquanto mercadoria, se insere num mercado autorregulável. No contexto de uma sociedade industrial, inicialmente o solo é comercializado, para posteriormente, elevar-se a produção de alimentos e matérias-primas tentando atender à crescente necessidade de uma produção industrial ascendente, subordinando a terra às precisões da população urbana crescente no período. Na sequência, esse sistema de produção foi estendido a outros territórios e às colônias.

A transformação da terra em mercadoria foi um dos fatores basilares para a

---

<sup>254</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

<sup>255</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1984.

<sup>256</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>257</sup> KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

<sup>258</sup> A terra somente é mercantilizada pelas relações capitalistas, que auferem ao solo a condição de mercadoria, visto que na troca, além da condição de valor de uso, ele se torna também valor de troca, constituindo então, a duplicidade necessária a toda mercadoria.

<sup>259</sup> POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

transição do modo de produção feudal para o capitalista. Polanyi (2012)<sup>260</sup> indica que a comercialização do solo simbolizou o fim do feudalismo. Ele ainda adverte que o homem nasce sem a terra, sem o acesso a ela, que é condicionado, aos moldes capitalistas, pela troca.

### 3.2 – Renda da Terra

Marx dividiu a renda pré-capitalista da terra em três partes (em trabalho, em produto e em dinheiro), e a renda capitalista da terra em quatro partes (diferencial I e II, de monopólio e absoluta). Visto que estes escritos têm o intuito de dissertar sobre a renda da terra na agricultura contemporânea, foram enfatizadas as formas da renda capitalista da terra, em detrimento daquelas referentes à renda pré-capitalista. Oliveira (2007)<sup>261</sup> nota que enquanto a renda pré-capitalista da terra tem sua procedência na produção, a renda capitalista da terra se origina na distribuição da mais-valia, o que assegura ao proprietário fundiário o direito de receber a renda.

Lefebvre (1978)<sup>262</sup> advoga que a teoria da renda da terra nasce na Inglaterra. Marx reconsiderou e desenvolveu a teoria da renda da terra elaborada pelos economistas clássicos, principalmente David Ricardo. Uma das críticas feitas por Marx se referia à afamada lei de produtividade decrescente da terra. Nesta, afirmava-se que conforme a terra fosse sendo mais utilizada, sua produtividade diminuiria, visto que a atividade agrícola reduziria a fertilidade do solo<sup>263</sup>. Isto é verossímil se forem desconsiderados os progressos técnicos da agricultura moderna, que por intermédio de fertilizantes químicos e outros avanços, promovem a elevação da produtividade da terra, desconstruindo a teoria retrocitada.

---

<sup>260</sup> Ibidem.

<sup>261</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

<sup>262</sup> LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**. 4ª Edição. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

<sup>263</sup> No tocante ao assunto, Marx (1984) difere a fertilidade natural da fertilidade econômica. Para o autor, a primeira vincula-se exclusivamente à composição química do solo, enquanto que a outra se atrela à aplicação de capitais sobre o solo, como a mecanização agrícola ou a aplicação de produtos químicos sobre a terra, os quais elevam sua fertilidade natural. Pode-se equivaler o conceito de fertilidade econômica de Marx à noção de fertilidade artificial, frequentemente utilizada por autores coevos. Ao discorrer sobre a temática da fertilidade, Marx elucida como a aplicação de capitais em solos pouco férteis pode acrescer expressivamente sua fertilidade.

Quanto à aplicação de capitais no solo, Harvey (2013, p. 428)<sup>264</sup> expõe que as melhorias incorporadas na terra resultam invariavelmente do trabalho humano. Em suma, o solo não pode, por si só, elevar sua fertilidade. Esta apenas é aumentada através da ação humana, e possui íntima relação com o nível de desenvolvimento químico e mecânico de cada sociedade. Quando estes se desenvolvem, altera-se também a fertilidade do solo.

A renda da terra só se inicia com a propriedade da terra. Quando o solo não tinha proprietário, não havia renda da terra. Portanto, a renda fundiária está intimamente atrelada à concentração fundiária. Tal fato pode ser constatado com o caso nacional, no qual a concentração de terras é maior no Nordeste que no Sul, visto que desde a chegada dos colonos portugueses o solo teve dono em terras nordestinas, o que não ocorreu no Sul, onde as terras permaneceram por muitos anos livres. Além disso, a monocultura exportadora foi mais comum no Nordeste do que no Sul.

Diante da temática estudada, Villaça (2012)<sup>265</sup> afirma que a localização e a fertilidade são aspectos referentes à terra agrícola. Assim sendo, tem-se sob a égide do pensamento capitalista, que quanto melhor a localização daquela terra e quanto mais fértil esta for, maior será o seu valor e, por conseguinte, o seu preço. Sabe-se, com base em Marx (1983)<sup>266</sup>, que a renda do solo advém de sua propriedade.

Para Marx (2006)<sup>267</sup>, a renda é uma parcela da mais-valia obtida por uma produção exercida sobre a terra, que é meio de produção. Para ele, a renda é obtida no solo, mas não é nele provida, tendo sua origem na sociedade. Oliveira (2007, p. 43)<sup>268</sup> e Marx (1983, p. 955)<sup>269</sup> compreendem a renda da terra como um componente particular e específico da mais-valia. Para Marx, a renda é a parcela da mais-valia gerada no processo produtivo. Entretanto, essa parte da mais-valia só adquire a forma de renda da terra na distribuição.

Deste modo, salienta-se que a renda fundiária se diferencia da mais-valia extraída, pois a primeira é obtida na circulação e no consumo dos gêneros agrícolas, enquanto a segunda é assegurada e formada no próprio processo de produção. Assim, pode-se realçar que a renda da terra é paga pelos indivíduos componentes da sociedade, no consumo dos produtos agrícolas.

<sup>264</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>265</sup> VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre As Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

<sup>266</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>267</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2006.

<sup>268</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>269</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

Sopesando-se a afirmação de Marx, percebe-se que o capitalista auferir renda do solo através de sua propriedade. Isto explica a origem social da renda da terra discutida pelo autor, visto que a propriedade privada é uma das características basais do modo de produção capitalista. Acrescenta-se a tal situação o fato de que o processo de mais-valia é maximizado pelo capitalismo, e que a renda, como parte do referido, possui caráter notadamente capitalista.

Marx (2006, p. 102)<sup>270</sup> narra: “A crescente relação entre a renda e a miséria constitui um exemplo do interesse do proprietário na sociedade, já que com a renda cresce igualmente a renda de terra (o juro sobre o solo onde está a casa)”. Salienta-se que no decorrer dos seus Manuscritos, o autor afirma que o aumento da renda incide numa elevação da pobreza e na ampliação das disparidades socioeconômicas. Tal fala pode ser contemporaneamente corroborada nas obras de Foster (2006)<sup>271</sup> e de Callinicos (2006)<sup>272</sup>, entre outros autores, que evidenciam a ampliação das desigualdades em escala global por intermédio de fatos e estatísticas, principalmente na atual fase da globalização. Marx (1983)<sup>273</sup> também enunciou uma proporcionalidade entre a renda total e a renda da terra, sendo que a segunda cresce com a evolução da primeira.

Lefebvre (1999, p. 166-167)<sup>274</sup> expõe que a renda absoluta e algumas rendas diferenciais são obtidas na terra sem que seja preciso tocá-la, através de alguns fatores, como fertilidade, localização, estrutura, oferta de terras, capitais investidos, entre outros. Sintetizando, o autor afirmou ser possível extrair algumas rendas da terra por intermédio da especulação, sem a necessidade da realização de alguma atividade produtiva. Outro ponto que merece realce é o fato de as rendas da terra sofrerem flutuações. Elas variam devido a alguns aspectos, como oscilações na fertilidade natural do solo, aplicações de capitais e técnicas na agricultura, aumento ou redução da concorrência, melhorias nos aspectos locacionais, entre outros.

Atributos pertinentes à renda da terra, como a fertilidade e a localização, podem ser modificados pelo homem. O investimento em transportes e comunicações pode, por exemplo, melhorar a localização de um solo, elevando a renda nele auferida. Já a

---

<sup>270</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2006.

<sup>271</sup> FOSTER, John Bellamy. “O Redescobrimento do Imperialismo”. In: **A Teoria Marxista Hoje – problemas e perspectivas**. (Orgs.): BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier. ; GONZÁLEZ, Sabrina. Editora Clacso, 2006, p. 431-448.

<sup>272</sup> CALLINICOS, Alex. “Igualdade e Capitalismo”. In: **A Teoria Marxista Hoje – problemas e perspectivas**. (Orgs.): BORON, Atilio A. ; AMADEO, Javier. ; GONZÁLEZ, Sabrina. Editora Clacso, 2006, p. 253-270.

<sup>273</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983

<sup>274</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

aplicação de fertilizantes e adubos químicos consegue tornar o solo mais fértil, elevando consequentemente sua produtividade.

Existem duas possibilidades de ocorrência da renda da terra. Numa, os proprietários fundiários capitalistas aplicam o capital no campo para extração de trabalho excedente, e na outra, o proprietário fundiário concede uma porção de terra para o arrendatário explorá-la e ali produzir, ganhando uma renda pela utilização da terra.

Marx (1983, p. 705)<sup>275</sup> expõe que a aplicação do capital na agricultura depende da existência da propriedade privada fundiária, que propicia a existência da renda da terra. O próprio Marx (1983 p. 994)<sup>276</sup> narra que a propriedade da terra é o fator que promove a conversão do valor das mercadorias em renda fundiária.

Marx (1983, p. 957)<sup>277</sup> disserta que a mais-valia é obtida através do trabalho excedente não-pago, que vai além do valor do salário e gera uma parcela do valor do produto. Posteriormente, a mais-valia se fraciona em lucro e renda fundiária. Em suma, a mais-valia não é obtida na venda da mercadoria acima de seu valor real, sendo impetrada antes, no pagamento inferior ao valor do que o trabalhador produziu.

Portanto, vê-se que o assalariamento é uma condicionante crucial à extração da mais-valia. O capitalismo tende a separar o trabalho dos meios produtivos, converter o trabalho em trabalho assalariado e os meios produtivos em capital (MARX, 1983)<sup>278</sup>. Marx (1984)<sup>279</sup> mostra que, quando o camponês tem sua base fundiária expropriada, ele se torna um proletário livre, já que lhe foram arrancados seus meios de subsistência. Logo, ele se vê impelido a vender sua força de trabalho. Além de gerar uma vasta quantidade de proletários, a expropriação do trabalhador rural cria o mercado interno para o capital industrial.

Em consonância com os escritos de Marx (2006, p. 133-134)<sup>280</sup>, pode-se afirmar que é somente pelo trabalho realizado por intermédio da agricultura que a terra existe para o homem. Destarte, a essência da riqueza está presente no trabalho e a renda da terra é obtida por intermédio da agricultura, o único trabalho produtivo nela exercido. O mesmo autor prossegue expondo que a primeira forma de propriedade privada foi a

---

<sup>275</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>276</sup> *Ibidem.*

<sup>277</sup> *Ibidem.*

<sup>278</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>279</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1984.

<sup>280</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2006.

agrária, sendo a indústria posterior a ela. Sobre o tema, Marx (2006, p. 158)<sup>281</sup> afirma que:

Por outro lado, há constante aumento da renda de terra no decurso do desenvolvimento industrial, mas, como já vimos, virá um tempo em que também a propriedade de raiz, como toda e qualquer forma de propriedade, entrará na categoria do capital que se reproduz a si mesmo por meio do lucro – e este fato é o resultado do mesmo desenvolvimento industrial. Assim, o proprietário agrário esbanjador deve ou consumir o seu capital e arruinar-se, ou tornar-se o arrendatário das suas propriedades – um industrial agrícola.

No intervalo supracitado, Marx mostra que com a evolução da técnica, há um constante aumento da renda da terra. Acima, o autor também evidencia que o modo de produção capitalista, no decurso do tempo, impele o proprietário agrícola a se tornar um arrendatário ou como ele denomina; um industrial agrícola. Conforme escreve Lenz (1992)<sup>282</sup>, a renda da terra em Marx é analisada segundo o movimento histórico do capital e, portanto, depende do desenvolvimento das forças produtivas de cada região.

Ricardo (2001)<sup>283</sup> narra que o ganho de fertilidade da terra na qual se produz os alimentos (bens de primeira urgência), eleva a qualidade da terra e, por conseguinte, amplia sua renda. Este autor formulou a Lei da Renda Fundiária, na qual argumentava que os produtos das terras férteis são produzidos com um menor custo. Entretanto, são vendidos pelo mesmo preço dos demais, proporcionando aos seus proprietários uma renda fundiária igual à diferença de custo de produção. Para ele, a renda da terra tem sua origem na desigualdade entre as terras mais e menos férteis. Marx (1983)<sup>284</sup> demonstrou que Ricardo desconsiderou os avanços técnicos na agricultura.

### 3.2.1 – Renda da Terra Absoluta

Para Lenz (1992)<sup>285</sup>, a renda absoluta provém do próprio movimento do modo de produção capitalista. Segundo Cario & Buzanelo (1986)<sup>286</sup>, a propriedade privada da

---

<sup>281</sup> Ibidem.

<sup>282</sup> LENZ, Maria Heloisa. **A Categoria Econômica Renda da Terra**. 4ª Edição. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

<sup>283</sup> RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e de Tributação**. Tradução: Maria Adelaide Ferreira. 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

<sup>284</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>285</sup> LENZ, Maria Heloisa. *Op. cit.* 1992.

<sup>286</sup> CARIO, Silvio Antonio Ferraz. & BUZANELO, Edegar J. Notas Sobre a Teoria Marxista da Renda da Terra. **Revista de Ciências Humanas**. UFSC. v. 5, n. 8. 1986, p. 32-47.

terra faz com que os arrendamentos em qualquer solo paguem renda, que dela deriva, a renda absoluta. A propriedade fundiária privada gera renda absoluta, pois os preços de mercado dos produtos provenientes da agricultura são superiores ao seu preço social (geral) de produção<sup>287</sup>.

A renda da terra absoluta decorre do monopólio da propriedade privada do solo, condição primordial à sua existência. Ela é uma parcela da mais-valia agrícola fornecida pelo trabalho, transformada em renda. Oliveira (2007)<sup>288</sup> escreve que a renda da terra absoluta é auferida na ascensão dos preços dos produtos agrícolas acima do preço geral de produção. Acerca do tema discutido, Carlos (2011)<sup>289</sup> explica que o monopólio é fundamental à renda da terra, porquanto faz com que o proprietário das terras exija um pagamento pelo seu uso. Ademais, afirma ser a renda absoluta uma condição da existência da renda diferencial.

Oliveira (2007)<sup>290</sup> mostra que a renda absoluta é proveniente do monopólio de determinado grupo social, que coloca a terra para produzir mediante a cobrança de taxas, permitindo deste modo, que todos os solos (inclusive o pior) auferam renda da terra. Portanto, destaca-se que ela é obtida através da elevação dos preços dos produtos agrícolas a um patamar superior ao preço de produção geral.

Cario e Buzanelo (1986)<sup>291</sup> dizem que a nacionalização do solo faria a renda absoluta da terra desaparecer, visto que esta é formada pela propriedade privada da terra. Em consonância com os dizeres de Oliveira (2007)<sup>292</sup>, os autores ainda discorrem que, para a renda absoluta existir, o valor da mercadoria deve estar superior ao seu preço de produção.

Portanto, os proprietários fundiários empenhar-se-ão no objetivo de elevar os preços de mercado, visto que isto majorará sua fração da renda da terra absoluta. É por isso, que a renda da terra absoluta é obtida através de um confronto de interesses contraditórios entre os proprietários privados fundiários e o restante da sociedade, visto que para os demais grupos sociais não interessa que os produtos apresentem onerosos

---

<sup>287</sup> Os preços de mercado são aqueles pelos quais as mercadorias são vendidas, enquanto que o preço geral (social) de produção é fornecido pelo solo de pior qualidade. Na agricultura, são as necessidades de produção do pior terreno que o determinarão. Destarte, todos os solos auferem renda da terra absoluta, pois até o pior solo, que serve de referência ao preço geral de produção, vende seus produtos a um preço maior que este.

<sup>288</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>289</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

<sup>290</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>291</sup> CARIO, Silvio Antonio Ferraz. & BUZANELO, Edemar J. *Op. cit.* 1986.

<sup>292</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

preços de mercado.

Contudo, a renda da terra absoluta não crescerá incomensuravelmente. Como ela é fruto do alargamento dos preços de mercado, todo o restante da sociedade (exceto os proprietários de terras), pressionarão para que os preços dos gêneros agrícolas não se elevem de maneira desmedida. Soma-se a isso, uma contradição inerente ao uso capitalista da terra. Se os preços de mercado chegam a um nível superior aos preços de produção, isto propicia com que novas áreas sejam utilizadas para finalidades agrícolas, elevando a quantidade e a disponibilidade destes produtos, e incidindo na queda de seus preços no mercado.

### 3.2.2 – Renda da Terra de Monopólio

Oliveira (2007)<sup>293</sup> relata que só pode haver renda de monopólio quando um percentual da sociedade paga preços muito acima dos valores de mercado para adquirir um produto ou serviço específico, que por casualidades da natureza, são oferecidos de forma reduzida.

Ela é o lucro extraordinário de um preço de monopólio, só existindo porque há o desejo de determinado grupo da sociedade de consumir uma mercadoria que é produzida em áreas restritas. Em conformidade com Oliveira (2007)<sup>294</sup>, Marx (1983)<sup>295</sup> e Lenz (1992)<sup>296</sup>, afirma-se que isto acontece, por exemplo, com o vinho produzido em algumas áreas do planeta, que possuem preços elevadíssimos.

Neste caso, pode-se entender que na renda de monopólio está presente o fetiche da mercadoria, tão discutido por Marx (1984)<sup>297</sup>, fenômeno promovedor da ilusão de que são as próprias mercadorias as causas da existência das rendas monopolistas, quando na verdade, elas são geradas pelo poder do monopólio, inerente às relações capitalistas.

A renda de monopólio é toda renda que se alicerça no poder de monopólio de proprietários privados de dadas porções da superfície terrestre. Em alguns casos, as

---

<sup>293</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>294</sup> *Ibidem.*

<sup>295</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>296</sup> LENZ, Maria Heloisa. *Op. cit.* 1992.

<sup>297</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1984.

condições naturais de competição do mercado não prevalecem. São nestas situações que as rendas monopolistas se realizam. Em outra situação, as marcas ou grifes, pelo domínio exclusivo daquilo que produzem, geram um sobrepreço, que também é renda de monopólio.

A renda de monopólio pode surgir em duas ocasiões distintas. Numa delas, se possui o controle da terra de elevada qualidade (fertilidade) ou com uma localização excelente, no que se refere à determinada atividade produtiva, propiciando a extração de renda de monopólio. Exemplo típico ilustrativo do contexto acima destacado é o das áreas vinícolas.

Com relação aos proprietários fundiários que possuem em suas terras forças da natureza monopolizáveis (tais como quedas d'água, entre outras), Harvey (2013, p. 434)<sup>298</sup> afirma que: “Esses fabricantes estão em posição de receber lucros extras eternamente em virtude das vantagens naturais das quais desfrutam.” Portanto, na colocação do autor, o poder de monopólio sobre uma força ou qualidade natural muito rara, asseguraria ao seu proprietário lucros inexauríveis.

Na segunda circunstância, os latifundiários não liberam a terra não utilizada sem o pagamento de um alto preço. Destarte, compelem os preços de mercado dos produtos oriundos daquele pedaço de solo a ficarem acima de seu valor. Para Harvey (2013)<sup>299</sup>, a existência da renda monopolista depende da capacidade de instituição de um preço de monopólio para um produto, como no caso das regiões vinícolas.

Contudo, isto pode ocorrer até mesmo com a terra em si. Nestes casos, os proprietários fundiários recusam-se a vender ou a arrendar as terras improdutivas que possuem, exceto mediante o pagamento de elevados alugueis. Tais ações incidem no surgimento de um preço de monopólio, pois a redução da oferta de solos cultiváveis acarreta em expressivo aumento dos preços.

De acordo com Oliveira (2007)<sup>300</sup>, a renda de monopólio depende do desejo e do poder de compra dos consumidores. Ela não está submetida aos interesses e reivindicações sociais, já que seus produtos não são de consumo básico da população. É auferida pelos donos de terras com propriedades especiais. Só existe devido ao preço de monopólio de uma mercadoria especial.

---

<sup>298</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>299</sup> *Ibidem.*

<sup>300</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

### 3.2.3 – Renda da Terra Diferencial

A renda da terra diferencial é consequência da produção capitalista, mas não depende dela para existir. Portanto, sendo estatal ou privada a propriedade do solo, ela poderá constituir a formação de renda da terra diferencial (OLIVEIRA, 2007)<sup>301</sup>. Neste quesito, a renda da terra diferencial se distingue da absoluta, visto que a última não existiria caso fosse extinta a posse privada da terra. De acordo com Oliveira (2007, p. 44)<sup>302</sup>, diz-se que:

(...) a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados.

Segundo o autor, a renda diferencial é obtida pela diferença entre o preço de produção de cada proprietário agrícola individual e o preço da produção geral, este último baseado nos custos de produção dos piores solos cultivados<sup>303</sup>. Assim, percebe-se que só existe renda da terra diferencial a partir do momento em que a terra é posta para produzir. Também se torna evidente que a renda da terra diferencial deriva da concorrência.

Marx (1983)<sup>304</sup> expõe que, apesar da importância de aspectos como fertilidade e localização para a renda diferencial, são as leis da concorrência, segundo o modo de produção capitalista, a razão de sua origem. Dialogando com Marx, Cario & Buzanelo (1986)<sup>305</sup> afirmam que a renda diferencial não resulta da propriedade privada do solo, e sim da concorrência, pois mesmo sem a posse privada das terras, ela existiria. Se a posse da terra fosse estatal, a renda diferencial seria apossada pelo Estado. Sobre a questão acima aventada, Marx (2008-A, p. 178)<sup>306</sup> pronuncia que:

---

<sup>301</sup> Ibidem.

<sup>302</sup> Ibidem.

<sup>303</sup> A título de exemplo, numa comparação entre o pior solo cultivado (de baixa fertilidade) e um solo fértil, tem-se que o preço de produção do pior solo, que serve de base para o preço de produção geral, é bastante elevado, devido aos valores gastos com os reparos da terra. Já no caso do solo fértil, o preço de produção será consideravelmente menor, pois poucas técnicas terão de ser utilizadas. Assim, a renda diferencial se daria pela diferença entre os dois preços de produção.

<sup>304</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>305</sup> CARIO, Silvio Antonio Ferraz. & BUZANELO, Edemar J. *Op. cit.* 1986.

<sup>306</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2008-A.

A renda, em vez de vincular o homem à natureza, fez somente vincular a exploração da terra à concorrência. Uma vez constituída a renda, a própria propriedade rural é o resultado da concorrência, visto que ela desde então depende do valor venal dos produtos agrícolas. Como renda, a propriedade rural é mobilizada e torna-se uma letra de câmbio.

No excerto acima, Marx ilustra o fato de que a renda da terra desvincula o homem da natureza e vincula a terra à concorrência, seguindo a lógica mercantil. Cario & Buzanelo (1986)<sup>307</sup> expõem que a renda diferencial deriva dos preços de produção, sendo constituída pelo lucro extra que a produção num terreno de maior qualidade fornece em comparação ao de menor qualidade.

Marx (1983)<sup>308</sup> esclarece que na renda diferencial, os fatores fertilidade e localização (situação) dos solos podem atuar em direções opostas, como no caso em que o aumento dos preços de mercado perpetua com que terras mais férteis, no entanto, longínquas em relação à concorrência (mercado), sejam cultivadas, desde que o custo do cultivo não tenha decrescido. Outro exemplo pode ser mencionado, como a circunstância em que os avanços nos transportes podem incluir terras de alta fertilidade na participação do mercado, mesmo que estejam dele distantes.

### 3.2.3.1 – Renda da Terra Diferencial I

Em consonância com as obras de Marx (1983)<sup>309</sup>, Lefebvre (1999)<sup>310</sup> e Oliveira (2007)<sup>311</sup>, é possível afirmar que a renda diferencial I é aquela fornecida pelas terras de melhor localização, mais próximas das urbes, sendo, por conseguinte, independente do montante de capital aplicado. Conforme narra Lefebvre (1999)<sup>312</sup>, equivale à renda de situação discutida por Adam Smith.

Neste sentido, Lefebvre (1978)<sup>313</sup> afirma que a renda diferencial I provém de dessemelhanças naturais entre os terrenos, como a desigualdade de fertilidade entre as porções de solo, a proximidade em relação aos mercados e vias de comunicação, entre

---

<sup>307</sup> CARIO, Silvio Antonio Ferraz. & BUZANELO, Edegar J. *Op. cit.* 1986.

<sup>308</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>309</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>310</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

<sup>311</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>312</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

<sup>313</sup> Idem. 1978.

outros aspectos. No que tange a este contexto, Marx (2006, p. 104)<sup>314</sup> enuncia que: “Da mesma forma, onde se emprega igual quantidade de capital, o produto é proporcional à fertilidade. Por consequência, onde os capitais são iguais, vence o proprietário do solo mais fértil”.

Segundo Oliveira (2007)<sup>315</sup>, a renda da terra diferencial I é fornecida pelas melhores terras e é obtida pela diferença de produtividade entre os solos, que é decorrente da maior fertilidade natural de um deles. De maneira didática, pode-se dizer que na renda diferencial I, a produtividade por área, se aplicados o mesmo quantum de trabalho e de capital em extensões de solo do mesmo tamanho, é diferente de uma terra para outra. Ou seja, há o mesmo montante de capitais aplicados nas terras, porém, com produtividades desiguais.

Oliveira (2007)<sup>316</sup> aponta que o impacto da fertilidade natural é maior que o da localização para a formação da renda da terra diferencial I. Sobre este mote, o próprio autor (2007, p. 47)<sup>317</sup> afirma:

Sem embargo, pode-se afirmar que, em todos os exemplos citados, a renda diferencial I, motivada pela diferença da fertilidade natural dos solos, decorre da diferença entre o preço de produção individual e do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada, e o preço geral de produção do capital empregado no conjunto do ramo de produção considerado. Dessa maneira, foi a diferença da fertilidade natural, base natural do lucro suplementar, que permitiu a produtividade excepcional do trabalho, origem última da renda da terra.

Assim, apreende-se que a renda diferencial I é a diferença entre o preço individual de produção e o preço geral (social) de produção. Deve-se sopesar que uma melhor localização gera menos gastos com transporte. Destarte, a melhoria no setor de transportes pode ser uma das causas da renda da terra diferencial I, acarretando no aumento de sua eficiência. Como a localização é um dos fatores deste tipo de renda, avanços nos transportes ou nas vias que chegam até este lugar, melhoram sua localização. A renda diferencial I mostra que o modo de produção capitalista não consegue homogeneizar a terra, pois esta não é produto do trabalho humano.

Apesar de alguns equívocos ao dissertar sobre a temática, Malthus (1996)<sup>318</sup> mostrou que a renda da terra varia conforme as vantagens concernentes à fertilidade ou

---

<sup>314</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2006.

<sup>315</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>316</sup> *Ibidem.*

<sup>317</sup> *Ibidem.*

<sup>318</sup> MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

à localização das terras cultivadas. Ao minutar tal assertiva, o autor<sup>319</sup> descreve o mecanismo da renda da terra diferencial I descrita por Marx (ou renda de situação, nos termos de Adam Smith). Além disto, Malthus também reconheceu que a fertilidade é o principal aspecto para se alcançar uma maior renda da terra, algo posteriormente mais detalhado por Marx em suas obras.

Para tentar solucionar o problema da menor fertilidade de alguns solos e, portanto, da existência da renda da terra diferencial I, alguns capitalistas tentam através da inserção de técnicas e capitais, elevar a fertilidade natural dos solos, promovendo assim, renda da terra diferencial II.

Neste âmbito, Marx (2008-A)<sup>320</sup> admitia que, com o progresso do modo de produção capitalista, cada vez mais se cultivaria os piores solos. Entretanto, devido aos progressos da ciência e da indústria, esses solos, com a aplicação de capital, seriam bem melhores se comparados às terras consideradas boas de outrora. O próprio Marx (2006)<sup>321</sup> afirmou que no decorrer do desenvolvimento industrial, há um constante aumento da renda da terra.

### 3.2.3.2 – Renda da Terra Diferencial II

De acordo com autores como Marx (1983)<sup>322</sup>, Lefebvre (1999)<sup>323</sup> e Oliveira (2007)<sup>324</sup>, a renda diferencial II é uma renda técnica, obtida pelos investimentos na produção agrícola, com o intuito de elevar a fertilidade da terra. Segundo Lefebvre (1999)<sup>325</sup>, equivale à renda de equipamento descrita por Adam Smith.

Lefebvre (1978)<sup>326</sup> expõe que a renda diferencial II provém das diferenças de produtividade dos capitais sucessivamente aplicados numa terra. Ela é característica do período de maior inserção do capitalismo no campo. Destarte, a sua fertilidade é

---

<sup>319</sup> Vale esclarecer que Malthus não utiliza a expressão “renda diferencial” em suas obras. Esta foi desenvolvida anos após por Karl Marx, embora não tenha sido ele o criador da mesma. Contudo, ao perceber que questões arroladas à fertilidade e à localização das terras influenciam na renda da terra, ele denota os principais fatores constituintes da renda diferencial I.

<sup>320</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2008-A.

<sup>321</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 2006.

<sup>322</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>323</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

<sup>324</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>325</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

<sup>326</sup> Idem. 1978.

artificial, pois é obtida através de insumos, como adubos químicos, beneficiamentos das sementes, entre outros.

Neste âmbito, Harvey (2013)<sup>327</sup> adverte que contemporaneamente, alguns tipos de agricultura industrializada quase não dependem mais da produtividade natural da terra. Concorde-se com o autor, pois em alguns casos, como no das plantas hidropônicas<sup>328</sup>, não há a menor dependência da fertilidade do solo.

Oliveira (2007)<sup>329</sup> mostra que a renda da terra diferencial II surge quando os indivíduos tentam elevar a fertilidade natural do solo, através de fertilizantes, adubos, modificações genéticas nas sementes, entre outras maneiras. Portanto, ela é fornecida pelos investimentos na terra, ocorridos por intermédio da aplicação de técnicas para o plantio, de melhoramentos do solo, entre outras.

Harvey (2013)<sup>330</sup> nota que, quando os investimentos de capitais geram melhorias permanentes no solo, os proprietários fundiários podem auferir renda da terra diferencial II. Como não são provisórios, estes benefícios, embora derivem do capital, possuem os mesmos efeitos que as diferenças naturais de qualidade da terra.

Vale salientar que, nos últimos anos, as rendas diferenciais são alavancadas pelo agronegócio, devido ao profundo investimento realizado em equipamentos e técnicas, aspirando a elevação da produtividade agrícola. A renda diferencial II, decorrente da aplicação de capital no solo, é a que mais cresce com a utilização de máquinas, equipamentos e técnicas voltados à maior eficiência na produção.

Lenz (1992)<sup>331</sup> explana que quando a terra torna-se escassa, em virtude da intensa utilização do solo, tem-se uma aplicação mais intensiva de capital ali, formando a renda da terra diferencial II. No que se refere à escassez de terras bastante produtivas, vale salientar que, como não há uma elevada quantidade de terras com alta fertilidade, isso acarreta numa intensa utilização das terras de pouca qualidade, mais inférteis. Marx (1983)<sup>332</sup> mostra que nesta forma de renda, as técnicas ampliadoras da fertilidade do solo possibilitam o aparecimento do lucro extraordinário, proveniente da diferença entre o preço individual e o preço geral (social) de produção.

Na renda diferencial II, o capital põe os avanços científicos em prol de seus

---

<sup>327</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>328</sup> Apesar de ser uma técnica relativamente antiga, Josué de Castro (1957-B) narra que o cultivo em larga escala das plantas hidropônicas data desde a Segunda Guerra Mundial, na qual as tropas estadunidenses as instalaram em locais inférteis, como as Ilhas de Ascensão e de Iwo Jima.

<sup>329</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>330</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>331</sup> LENZ, Maria Heloisa. *Op. cit.* 1992.

<sup>332</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983

interesses. Marx (1983)<sup>333</sup> demonstra que é impossível desvincilhá-la da renda da terra diferencial I, pois em geral, os capitais são investidos nos solos de maior fertilidade, devido à possibilidade de se obter maiores lucros neles.

O próprio autor (1983, p. 773)<sup>334</sup> lembra que a base para a renda diferencial II é a renda diferencial I, pois como há o cultivo simultâneo de terras com dessemelhantes localizações e fertilidades, conseqüentemente, também há a aplicação de díspares quantidades de capital agrícola em solos de diferentes qualidades. Pela íntima relação existente entre ambas, estas não devem ser estudadas de maneira isolada.

Por fim, salienta-se que apesar da escassa discussão sobre a renda da terra agrícola nos tempos hodiernos, conforme já salientara Lefebvre (1978)<sup>335</sup>, esta ainda é de elevada importância para o entendimento de algumas questões problemáticas, como a concentração fundiária, o êxodo rural, a mecanização da produção agrícola, entre outras características presentes na agricultura imbricada ao modo de produção capitalista.

Os trabalhos de maior abrangência sobre o tema tratado foram desenvolvidos pelos autores clássicos, o que corrobora o pouco valor concedido ao assunto na atualidade. Entender como funciona o mecanismo da renda da terra torna-se mister à compreensão da dinâmica atual de uma agricultura eminentemente capitalista. Conforme assevera Oliveira (2007)<sup>336</sup>, esta se encontra assentada em alargados índices de concentração fundiária, nas monoculturas voltadas à exportação, na busca do crescimento da produtividade, em detrimento da salubridade dos alimentos e recursos naturais, entre outros aspectos.

### **3.3 - Renda da Terra em Nepomuceno - MG**

A exiguidade de dados e informações alusivos à quantidade total de arrendamentos em Nepomuceno, bem como aos valores destes, compôs um empecilho à análise da renda fundiária municipal, sobretudo quanto aos elementos quantitativos. Assim sendo, estes escritos enfatizaram as formas como a renda da terra, principalmente a agrícola, ocorre no contexto municipal, desvelando as amálgamas vigorantes entre ela

---

<sup>333</sup> Ibidem.

<sup>334</sup> Ibidem.

<sup>335</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1978.

<sup>336</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

e a agricultura local, bem como as reverberações na alimentação da população nepomucenense.

Após a chegada da Unidade IX do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MG) na cidade, no ano de 2007, observou-se um elevado acréscimo nos preços imobiliários e fundiários, seja para aluguel ou compra, sobretudo nas áreas mais próximas ao edifício da referida instituição de ensino. Tal especulação possui liames estreitos com a problemática da renda fundiária, visto que a construção do prédio do CEFET/MG melhorou significativamente o atributo localização do município, principalmente de sua área urbana.

Com isso, houve a valorização de seus imóveis e suas porções de solo, além do impulso à migração para o município. Dados recentes fornecidos pelo IBGE ilustram que entre os anos de 2000 e 2007 houve um descenso demográfico na área estudada (fato comum nas pequenas cidades do país no último decênio), enquanto nos anos seguintes, o quantitativo populacional apresentou expressivo crescimento.

Anualmente, a Prefeitura Municipal de Nepomuceno concretiza uma pesquisa para o cadastramento de imóveis, com finalidade de atualizar as informações destes para a cobrança de impostos, como o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Neste estudo, o órgão efetua uma amostragem, na qual seleciona aleatoriamente alguns imóveis e terrenos, de diferentes locais na área urbana e na rural, para calcular o seu valor venal.

Assim sendo, foram cedidos pela Prefeitura<sup>337</sup> os dados referentes ao preço estimado dos imóveis e terrenos no município no período compreendido entre janeiro de 2005 e dezembro de 2014. Posteriormente, já com a posse destes números, eles foram tabulados, de modo a possibilitar o cálculo da especulação fundiária e imobiliária municipal nos últimos anos. Mesmo sem abranger a totalidade dos imóveis e terrenos de Nepomuceno, tais informações possuem enorme relevância, visto que as amostragens são um tipo de pesquisa utilizado para amplas áreas, por renomadas entidades como o

---

<sup>337</sup> A Prefeitura Municipal de Nepomuceno gentilmente forneceu as informações referentes à pesquisa por amostragem realizada com o intuito de cadastrar alguns imóveis para adaptação das tarifas cobradas, como o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Neste estudo da Prefeitura, foram selecionados aleatoriamente imóveis e terras em diferentes bairros da cidade e também na zona rural, ambicionando calcular o preço corrente de venda dos mesmos. Esclarece-se aqui, que os mesmos imóveis e terrenos foram analisados ano após ano, elevando a confiabilidade dos dados obtidos. Destarte, com a posse das informações referentes ao preço venal dos terrenos e imóveis durante o período de dez anos, foi possível calcular a variação percentual do preço de cada um deles anualmente e durante o decênio em questão. Assim, possibilitou-se verificar as dimensões da especulação imobiliária e fundiária municipal nos últimos anos.

IBGE, entre outras.

Esmiuçando os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nepomuceno, evidencia-se que a especulação imobiliária e fundiária no município tornou-se mais intensa a partir do ano de 2007, data da implantação do Campus IX do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) no município. Isto demonstra como a chegada de uma entidade prestadora de serviços numa cidade pode acarretar em significativas mudanças em seu cotidiano e em sua economia, ratificando o ganho de importância do setor terciário na economia contemporânea.

De acordo com os dados do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), indicador mais utilizado para este tipo de cálculo no Brasil, medido pelo IBGE, a inflação acumulada no país de janeiro de 2005 a dezembro de 2014 foi de 69,24%. No mesmo intervalo de tempo, segundo as informações concedidas pela Prefeitura Municipal e por algumas imobiliárias<sup>338</sup> da cidade, a variação de preços dos imóveis urbanos ficou entre 350% e 450%, enquanto o valor venal dos terrenos urbanos teve um aumento de 600% a 700% no mesmo período.

No tocante aos imóveis e às terras rurais, estes apresentaram um aumento de preço entre 150 e 250% nos dez anos analisados. Embora a valorização das propriedades rurais em Nepomuceno tenha sido menor em comparação às terras e imóveis urbanos, não pode ser menosprezada, pois representou uma elevação significativa nos preços rurais do município, fomentando diversos processos na realidade agrícola local. Para além, cabe salientar que a terra, em geral, se encarece mais rapidamente que outras mercadorias, devido à sua não-reprodutibilidade.

Comparando a especulação fundiária e imobiliária no município com a inflação somada nestes dez anos no país, constata-se que o aumento do preço de venda dos imóveis e terras nepomucenenses foi amplamente superior à inflação no mesmo período. Esta situação em nada difere da constatada no contexto nacional e mundial, por autores como Marx (1983)<sup>339</sup>, Harvey (2013)<sup>340</sup> e Oliveira (2007)<sup>341</sup>, cujas obras demonstram como os setores imobiliário e fundiário são utilizados pelas estratégias de reprodução e de ampliação do capital. Por isso, salvo raras exceções, os preços de terras e imóveis em escala mundial ascendem numa proporção muito maior em relação às

---

<sup>338</sup> Seguindo o mesmo procedimento executado com as informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Nepomuceno, os dados disponibilizados pelas imobiliárias também foram sistematizados, de modo a possibilitar o cálculo da variação de preços imobiliários e fundiários no intervalo analisado.

<sup>339</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>340</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>341</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Op. cit.* 2007.

demais mercadorias.

É importante ressaltar a correlação existente entre especulação fundiária e imobiliária e os arrendamentos, em âmbito geral. No panorama municipal, a valorização de imóveis e terras influenciou no encarecimento dos arrendamentos. Nesta celeuma, pode-se dizer que, em síntese: “A renda fundiária se configura em determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre” (MARX, 1983)<sup>342</sup>. Neste encadeamento, deve-se sublinhar que os proprietários fundiários podem escolher a maneira como desejam receber a renda fundiária, cuja obtenção pode ocorrer de modo gradativo, através dos arrendamentos, ou em uma única parcela, por meio da venda da terra.

Em diálogos com proprietários fundiários do município, estes noticiaram um expressivo acréscimo nos preços dos arrendamentos, fator que tornou mais atrativa a ação de arrendar suas terras. Neste mote, de acordo com a assinatura do contrato, a duração do arrendamento pode variar, assim como o percentual dos lucros ou da produção direcionados ao pagamento do proprietário do solo.

Vários dos agricultores familiares investigados enumeraram expressivos acréscimos nos impostos rurais, como o ITR (Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural), além da instituição do CAR (Cadastro Ambiental Rural), indispensável a todas as propriedades rurais, segundo a legislação nacional. Para além, os indivíduos pesquisados na urbe nepomucenense destacaram o relevante aumento no IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) nos últimos anos. Como esta cota é calculada de acordo com o valor venal dos imóveis, a especulação imobiliária apurada em Nepomuceno colaborou bastante para o seu encarecimento.

Tais fatos elevam as despesas com o pagamento de tributos, comprometendo um percentual significativo dos orçamentos familiares. Em consonância com os dizeres de Lefebvre (1999)<sup>343</sup>, pode-se afirmar que com o crescimento dos valores dos impostos, uma parcela maior da mais-valia global é captada e retida pelos Estados por intermédio do sistema fiscal.

De maneira geral, as classes detentoras das terras, exercendo o monopólio sobre elas, arrendam-nas, cobrando taxas pelo seu uso e pelo direito dos arrendatários nela produzirem. Esta situação configura a formação da renda absoluta, a qual decorre da propriedade privada do solo, resultando de sua limitada quantidade e de seu monopólio

---

<sup>342</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>343</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

por alguns grupos.

Nela, a renda fundiária é fração da mais-valia global, paga por toda sociedade ao proprietário fundiário. Por isto, a renda da terra absoluta é um lucro extraordinário. Neste sentido, Milton Santos (2006)<sup>344</sup> compreende a mais-valia global como a mola propulsora das ações nas economias capitalistas, com os monopólios conformando-se como uma das artimanhas arquitetadas para extração de parcelas desta mais-valia mundial. Assim como advoga Oliveira (1981)<sup>345</sup>, no momento da aquisição da terra, o capitalista compra também a renda da terra, a garantia de apropriação de uma parcela da mais-valia global, retirada da totalidade da sociedade.

A renda absoluta também deriva da diferença entre preço de produto e preço de mercado (venal), sendo esta a segunda possibilidade para sua origem. Portanto, até o “pior solo” consegue auferi-la. Todavia, solos de maior fertilidade extraem maior quantidade de renda absoluta. Então, esta forma de renda é obtida de duas maneiras distintas, cujos mecanismos foram acima aventados. Uma delas é por intermédio dos arrendamentos, enquanto a outra advém da venda das mercadorias a um preço superior ao de produção.

Uma contradição se manifesta na renda absoluta. Como nela os preços de mercado são superiores aos produtivos, isto permite a incorporação de novas terras para a produção, aumentando a concorrência e a oferta de produtos, causando queda futura nos preços venais.

Portanto, a extração de renda absoluta é intensa na conjuntura nepomucenense, visto que os arrendamentos são frequentes na realidade local. Ademais, assim como esclareceram em seus próprios relatos, os agricultores municipais comercializam seus produtos acima do preço de produção, obtendo destarte, a renda absoluta. Aliás, no modo de produção capitalista, não é surpresa tal conduta, visto que um de seus objetivos primordiais é o lucro.

O sistema de parceria, um dos tipos de trabalho vigentes na agricultura municipal, aparece como um modo de renda fundiária existente no campo em Nepomuceno. Nos dizeres de Marx (1983, p. 920)<sup>346</sup>, ele:

Pode ser considerado forma transitória entre a primitiva forma de renda e a capitalista, o sistema de parceria ou de repartição dos frutos da exploração no

<sup>344</sup> SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2006.

<sup>345</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 58. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). 1981, p. 05-64.

<sup>346</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

qual o agricultor (arrendatário) emprega, além de trabalho próprio ou alheio, parte do capital operante, e o proprietário fornece, além da terra, a outra parte desse capital (gado, por exemplo), sendo o produto dividido entre ambos em determinadas proporções que variam segundo os países.

Assim como o autor explicou, na parceria não é obrigatório o pagamento de uma taxa pela utilização da terra. O proprietário fundiário e o arrendatário compartilham os produtos derivados da exploração do solo, sendo que o último deve entregar parte de sua produção ou dos lucros ao dono das terras. Ademais, a aplicação de capital para o trabalho agrícola também é dividida.

Em Nepomuceno, observou-se que a parceria é necessária, em alguns casos, aos arrendatários, pois estes não dispõem de recursos ou capitais para a obtenção de uma produtividade satisfatória. Ambicionando ganhos produtivos, eles se submetem à exploração notadamente capitalista, visando sua subsistência e de seus familiares, bem como o acréscimo da receita mensal e/ou anual. Alguns dos pequenos agricultores (arrendatários) investigados afirmaram que a assinatura do contrato de parceria lhes assevera uma maior produção total e o aumento dos orçamentos médios, mesmo com a obrigatoriedade da cessão de um percentual dos lucros.

Aos detentores das terras arrendadas através do sistema de parceria, interessa tal modalidade de contrato agrário, visto que auferem lucros em solos outrora improdutivos. Isto não difere das descrições oferecidas pelos proprietários fundiários nepomucenenses que arrendam porções de solo a terceiros por intermédio das parcerias. Eles disseram que tal prática é vantajosa, pois os indivíduos que alugam o solo dependem daquela produção para subsistirem. Neste intuito, empenham-se o máximo para extrair a maior produtividade possível do solo, provocando acréscimos no total de trabalho fornecido e de produtos colhidos.

Ainda se referindo a este modo de arrendamento, uma prática corriqueira no campo nepomucenense é a “meia”, denominação atribuída pelos locais ao contrato instituído, no qual, o proprietário fundiário empresta equipamentos e capital aos arrendatários, os quais devem ceder metade do total produzido ao proprietário fundiário, como forma de pagamento pelo uso de suas terras.

As terras situadas no município de Nepomuceno extraem renda da terra diferencial I, em razão de sua privilegiada localização geográfica, fixando-se nas proximidades de uma rodovia federal (a Fernão Dias), portanto, nas adjacências de um via que conecta importantes capitais nacionais, como São Paulo e Belo Horizonte. Esta circunstância facilita o escoamento da produção para outras localidades, tornando sua

localização melhor que a da maioria dos demais lugares.

Neste quesito, conforme propaga Oliveira (2007)<sup>347</sup>, os transportes são deveras importantes para o atributo localização da renda diferencial I, cujo grau de variação é elevado, enquanto a fertilidade natural possui menor variabilidade neste item. A proximidade com relação ao mercado consumidor também é crucial à formação desta renda. A redução dos custos concernentes aos transportes, em virtude de seus avanços, resulta em acréscimos na renda diferencial I, pois abrevia o tempo despendido no deslocamento.

Ademais, o solo nepomucenense, de modo geral, possui elevada fertilidade natural, sendo propício à cafeicultura, conforme ilustram as narrativas do Livro do Centenário (1922)<sup>348</sup>, escritas há quase cem anos. De acordo com a obra, este foi um fator impulsionador da migração para o município. O fato acima explicitado também eleva a renda diferencial I<sup>349</sup> no município. Adverte-se aqui, que a inserção de capitais é desconsiderada na análise deste modo de renda fundiária.

Não obstante, os agricultores municipais, inclusive os familiares, utilizam táticas para elevação da fertilidade natural do solo, como por exemplo, a adição de adubos e fertilizantes químicos, configurando a formação de renda diferencial II. Neste caso, percebe-se que a renda diferencial I e a diferencial II podem se mesclar. Por isto, é cogente que elas não sejam avaliadas de forma dicotômica.

Neste âmbito, vale sublinhar a impossibilidade de se apresentar valores quanto às rendas diferencial I e II, visto que localização e fertilidade natural não são grandezas

<sup>347</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>348</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. *Op. cit.* 1922.

<sup>349</sup> O caso de Nepomuceno, devido à distinta fertilidade natural de suas terras e à ocupação pelas lavouras cafeeiras há mais de um século, é basilar para a explicação de uma lei regente do comportamento da gênese da renda da terra diferencial I, decorrente das dessemelhanças na fertilidade natural dos solos. Nos dizeres de Oliveira (2007, p. 46), quando um país expande sua agricultura a partir dos terrenos de maior fertilidade em direção aos menos férteis, aqueles proprietários detentores do monopólio das "melhores" terras ampliarão suas rendas na mesma proporção em que são iniciados os cultivos nos "piores" solos, em virtude da necessidade ascendente da produção de alimentos. Posto isto, os agricultores proprietários dos solos mais férteis pressionam os Estados para que estes incentivem a propagação da agricultura para terrenos de menor fertilidade, algo apenas viável com a expansão da aplicação de capitais no solo, gerando a renda diferencial II, de cunho técnico. O exemplo brasileiro é elucidativo quanto à discussão realizada. Pouco tempo após a colonização, os lusitanos desenvolveram a cultura canavieira nas adjacências do litoral nordestino, cujo solo massapê possui elevada fertilidade. Já no desfecho do século XIX e início do XX, o oeste do estado de São Paulo presenciou a difusão da cafeicultura nas afamadas "terras roxas", cuja alta fertilidade é indiscutível. Somente a partir de meados do século XX, com os avanços técnicos resultantes da Modernização Agrícola e da Revolução Verde, os quais incidiram na difusão da renda diferencial II pela nação, a fronteira agrícola do país foi se expandindo para áreas pouco férteis, como o Centro-Oeste, e mais recentemente, o semi-árido nordestino, principalmente através da sojicultura. Para maiores informações sobre o assunto acima aventado, ver: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

quantitativas, mensuráveis. Por esse motivo, precisar valores exatos para elas é uma tarefa inexecutável.

Quanto à renda diferencial II, em sua relação com a questão alimentícia reside uma contradição, pois ao passo que a aplicação de capitais e técnicas no solo acarreta no acréscimo da produtividade agrícola, pode também incidir na deterioração da qualidade dos alimentos cultivados.

O uso de maquinários e fertilizantes, por exemplo, aumenta o total produzido por área, contribuindo para a minoração dos índices de insegurança alimentar e de fome. Paradoxalmente, o uso dos agrotóxicos contribui para elevar a insegurança alimentar, pois é comprovado que os pesticidas provocam diversas moléstias ao organismo humano, como doenças mentais degenerativas, neoplasias, entre outras.

Conforme exposto em trechos anteriores, a maioria das propriedades familiares rurais investigadas utiliza agrotóxicos em seus cultivos. O uso destes produtos químicos aclara um importante elemento do contexto agrícola nepomucenense, demonstrando que a renda da terra diferencial II (ou renda de equipamento) é auferida até mesmo nas menores propriedades.

Concordando com os dizeres de Oliveira (2007)<sup>350</sup>, apregoa-se que os melhoramentos genéticos nas sementes também podem ocasionar a formação de renda diferencial II, pois reverberam no acréscimo da produtividade agrícola. Sendo assim, os grãos transgênicos utilizados no município de Nepomuceno, preponderantes principalmente nas culturas de milho, contribuem para a extração de renda diferencial II nos solos locais.

Em consonância com Marx (1983)<sup>351</sup>, advoga-se que na renda diferencial II há a aplicação constante de capitais no solo, elevando sua produtividade e diminuindo o preço relativo da produção. Contudo, este aumento da eficiência produtiva pode ser preocupante, visto que se a demanda de um produto já for suprida pelo que era produzido anteriormente, este acréscimo na produção formará um excedente, podendo suscitar uma redução do valor venal.

Assim, em conformidade com autores como Harvey (2013)<sup>352</sup> e Oliveira (2007)<sup>353</sup>, percebe-se que no contexto recente, com o crescimento e a difusão das técnicas de produção, a renda diferencial I, aquela referente aos atributos naturais do

---

<sup>350</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 2007.

<sup>351</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>352</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>353</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Op. cit.* 2007.

solo, a fertilidade e a localização, perde importância. Enquanto isto, a renda de equipamento se valoriza, devido aos avanços nos setores de transportes, na química industrial, entre outros.

Atualmente, a fertilidade é um produto social, visto que quase todos os solos globo afora, até mesmo aqueles cultivados por pequenos fazendeiros, recebem adubos ou fertilizantes artificiais. (HARVEY, 2013)<sup>354</sup> A fala do geógrafo inglês é elucidativa quanto à questão abordada, pois ratifica a menor relevância da fertilidade natural dos solos no contexto vigente, acarretando no crescimento da renda diferencial II, em detrimento da renda diferencial I. Acerca deste processo, o próprio Harvey (2013, p. 459)<sup>355</sup> explica:

Como em geral, os investimentos de capital na agricultura são efetivados nos solos de melhor qualidade, há uma maior concentração da produção nestas terras, conduzindo a uma diminuição nos preços de mercado e à redução da renda diferencial I, visto que a produção nos solos de pior qualidade pode ser completamente interrompida. Deste modo, a regulação dos preços de mercado seria fornecida para os melhores solos, pois não haveria produção naqueles qualitativamente inferiores.

O excerto acima mostra que apesar dos comentários construídos, a renda diferencial I não deve ser totalmente desprezada para a compreensão da atual lógica fundiária. Muitos capitalistas utilizam como tática para minimização dos custos produtivos a aplicação de capitais em solos onde a fertilidade já é originalmente elevada.

Estas ações são usuais no contexto nepomucenense, visto que as terras do município têm sua fertilidade reconhecida há tempos, conforme divulgou o Livro do Centenário (1922)<sup>356</sup>. Nestes casos, as rendas da terra diferencial I e II são conjugadas na mesma porção de terra, visto que a renda diferencial II é ampliada onde a renda diferencial I já era alta.

Para Harvey (2013)<sup>357</sup>, a renda diferencial II só pode ser auferida tendo como base a renda diferencial I. Deste modo, mesmo que se aplique intensivamente capital no solo, sua localização e fertilidade natural prosseguirão sendo relevantes e contribuindo para a ocorrência da renda da terra. Ademais, ressalta-se que a renda diferencial deriva do caráter capitalista do solo, da concorrência, e não da propriedade privada, como ocorre na renda absoluta.

---

<sup>354</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>355</sup> *Ibidem.*

<sup>356</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. *Op. cit.* 1922.

<sup>357</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

Assim, vale sublinhar que a maior concentração de capital numa área incide no acréscimo da quantidade de renda por acre ou hectare e na elevação do preço da terra. Por exemplo, num comparativo entre dois locais, em que um deles invista capitais sucessivos num pedaço de terra limitado, e o outro aplique capitais de modo controlado numa área de maiores dimensões, a primeira localidade obterá maior renda por área e possuirá maior preço de terra. Frisa-se que na comparação acima concretizada, os dois lugares hipotéticos teriam fertilidades, preços de produção e quantidade de capitais investidos idênticos.

Neste enredo, alguns adendos são válidos quanto aos liames entre o setor industrial e o agrícola, sobretudo no tocante à renda fundiária. Conforme elucida Costa Neto (1998)<sup>358</sup>, ao fornecer alimentos a baixos preços à população, o pequeno agricultor propicia a acumulação em outros ramos, como o industrial. As necessidades de reprodução do capital no setor industrial são responsáveis por promover uma fixação dos preços agrícolas, geralmente, em níveis reduzidos. O rebaixamento dos preços dos alimentos eleva a mais-valia extraída no trabalho agrícola, assim como amplia o trabalho gratuito exercido e fornecido<sup>359</sup> pelo agricultor familiar mercantil à sociedade. Posteriormente, isto incide na deterioração do valor da força de trabalho, culminando em arrocho salarial.

Assim, uma parcela expressiva da renda fundiária migra para o capital industrial-financeiro, em detrimento do agricultor familiar. Através da oferta de crédito, amplamente disseminada com a transição do fordismo para a acumulação flexível, o setor financeiro se apossa da parcela da renda fundiária “não-realizada”. Deste modo, tal processo acarreta na expansão dos lucros empresariais, concordando com a premissa marxista, a qual apregoa a busca incessante dos capitalistas pela maximização dos lucros. Portanto, a contração dos preços agrícolas interessa tanto às indústrias urbanas, quanto às agroindústrias. Desta maneira, os atores capitalistas apoderam-se da renda da terra agrícola através da circulação das mercadorias.

É válido um adendo referente à renda da terra “não-realizada”. Nos dizeres de Costa Neto (1998)<sup>360</sup>, a renda “não-realizada” é aquela ainda não transformada em valor. Existem duas formas de renda da terra “não-realizada”. São denominadas “teses das rendas” e agrupam-se em renda presente e renda futura ou virtual. Conforme ilustra

---

<sup>358</sup> COSTA NETO, Canrobert. *Op cit.* 1998.

<sup>359</sup> O trabalho gratuitamente fornecido pelo pequeno produtor agrícola procede da diferença entre o tempo de trabalho despendido por ele e o tempo de trabalho convertido em preço.

<sup>360</sup> *Ibidem.*

Vergopoulos (1977)<sup>361</sup>, a renda presente “não-realizada” ocorre quando o capitalismo financeiro-industrial consegue controlar a renda da terra, direcionando-a para outros setores. Para tal, é necessário que o trabalho gratuito do pequeno agricultor seja usado por outros ramos econômicos. Parcelas desta renda “não-realizada” são voltadas para os setores industrial-urbano e agroindustrial.

Na renda futura ou virtual, o agricultor mantém o domínio de suas atividades, apesar dos empecilhos que o impedem de auferir renda fundiária. Assim, ele aguarda que a especulação fundiária promova a realização da renda da terra, compensando os prejuízos trazidos pelos diminutos preços dos gêneros agrícolas. Em geral, esta espera pela renda futura não é efetivada de forma consciente, visto que conforme preconiza Vergopoulos (1977)<sup>362</sup>, a intenção dos agricultores familiares não é o acúmulo ou a ampliação de capitais, mas o sustento e a reprodução biológica da família.

Quando se generaliza a renda da terra “não-realizada” nas propriedades de menor porte, a renda da terra é então, extraída devido ao preço do solo e à sua especulação. Nestes casos, a oscilação dos preços da terra reflete as variações na renda fundiária.

Já no contexto nepomucenense, muitos pequenos agricultores informaram que mesmo com a atual crise alimentar mundial, o preço venal dos alimentos produzidos manteve-se praticamente estagnado, com aumentos inexpressivos. Por conseguinte, a mais-valia extraída no campo em Nepomuceno ampliou-se, fato que pode provocar o êxito do mecanismo supracitado de acumulação capitalista, no qual os lucros auferidos são apossados pelas finanças e indústrias. Assim, ratificam-se as muitas articulações existentes entre a pequena produção agrícola familiar e o capitalismo, conforme já expunha Marx (1983)<sup>363</sup>, em pleno século XIX.

Portanto, a renda fundiária não-realizada está presente na conjuntura agrícola de Nepomuceno, visto que parte da renda da terra local é convergida e apropriada pelo setor financeiro-industrial, por exemplo, através da alargada oferta de crédito aos pequenos produtores agrícolas municipais e por intermédio da compra dos gêneros alimentícios cultivados no campo municipal a preços irrisórios. Neste processo, os agricultores familiares municipais fornecem trabalho gratuitamente a outros ramos econômicos, em virtude dos obstáculos que os atravancam na extração da renda

---

<sup>361</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

<sup>362</sup> *Ibidem.*

<sup>363</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

fundiária.

Deste modo, em Nepomuceno, assim como em diversas outras localidades na superfície terrestre, a riqueza gerada pelos pequenos produtores agrícolas é desviada para as classes sociais dominantes. Em consonância com os dizeres de Oliveira (1981)<sup>364</sup>, pode-se afirmar que a estratégia de pagamento de reduzidos preços aos gêneros agrícolas favorece tal mecanismo, além de diminuir o custo de vida do proletariado urbano, tornando menos onerosa a reprodução da mão de obra e, conseqüentemente, propiciando a contração de suas remunerações, como maneira de ampliar as taxas capitalistas de lucros.

A renda fundiária pode se apresentar sob as formas de renda em trabalho, em produtos e em dinheiro, as quais compõem os tipos de renda fundiária pré-capitalista<sup>365</sup>, existindo até os tempos hodiernos. Quanto à renda em trabalho, Marx (1983, p. 905-910)<sup>366</sup> a considera como a forma mais simples e antiga da renda fundiária. Como o trabalho é antecedente à produção e ao dinheiro, a renda dele oriunda também é anterior em relação às demais.

Ela possui um caráter tipicamente feudal, e corresponde ao quantum de trabalho gratuito despendido e fornecido pelo arrendatário ao proprietário das terras. Neste caso, a renda da terra é imediatamente o trabalho excedente não-pago. Contudo, para sua existência, é imperioso que a fertilidade natural da terra seja, no mínimo, suficiente para propiciar a extração de trabalho excedente.

A renda em trabalho pode ser convertida em renda em produtos. Nesta transformação, não há alterações no fator econômico da renda fundiária, visto que o produto é uma corporificação do trabalho excedente de outros. Na renda em produtos, o arrendatário concede parte do total produzido ao senhor das terras. Este tipo de renda confere maior tempo livre ao produtor (arrendatário), no qual ele pode se dedicar a tarefas não atreladas à subsistência.

Frisa-se que na renda em trabalho, assim como na renda em produtos, a renda fundiária é uma feição natural da mais-valia e do trabalho excedente. Após a renda fundiária em trabalho ser transformada em renda em produtos, ela se metamorfoseia,

---

<sup>364</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 1981.

<sup>365</sup> Neste item, em conformidade com Marx (1983), é válido acentuar que a renda da terra pré-capitalista tem sua gênese na produção, enquanto a renda fundiária capitalista é oriunda da distribuição da mais-valia. Maiores informações em: MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1983, p. 705-1079.

<sup>366</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

originando a renda em dinheiro. O próprio Marx (1984)<sup>367</sup> considera o dinheiro como a forma comum do valor das mercadorias, além de ser a mais evoluída<sup>368</sup>.

A renda em dinheiro é obtida quando é pago um preço em dinheiro ao arrendador das terras, pelo seu aluguel. Para tal, é necessário que parcela dos víveres produzidos pelo arrendatário seja convertida em mercadoria, por intermédio da venda. Neste domínio, a renda em dinheiro supõe um progresso do comércio, da circulação monetária, da urbanização, entre outros fatores. Nela, a renda fundiária não mais coincide com a mais-valia e o trabalho excedente. Doravante, o foco do arrendatário é a produção de mercadorias volvidas à venda, em detrimento da produção direcionada à subsistência. Isto a discerne das rendas em trabalho e em produtos, acentuando sua natureza capitalista.

A renda fundiária em Nepomuceno ocorre por intermédio da renda em produtos e da renda em dinheiro, as quais presumem maior desenvolvimento do trabalho e da sociedade como um todo, visto que nelas não há mais coação ou controle direto do proprietário das terras em relação aos arrendatários. Nestes casos, é a lei, e não mais a violência ou imposição física, que assevera o pagamento do arrendamento. Contudo, os contratos são, em si, coercitivos. Assim sendo, na renda em dinheiro, a exploração ocorre pelo acordo monetário, garantido pela legislação vigente.

A renda em dinheiro se realça no município analisado, visto que a maioria dos arrendamentos efetivados é baseada na cobrança de quotas monetárias. Este modo de renda possui um viés notoriamente capitalista, inserindo profundamente o capital oriundo das urbes na dinâmica agrícola.

Esta situação é apreendida na realidade nepomucenense, cuja agricultura (não somente ela) é subordinada a diversas relações e processos explicitamente capitalistas. Além disto, corroborando tal colocação, conforme já aventado, é evidente a inserção de capitais urbano-industriais, como técnicas e insumos, no campo nepomucenense.

O fato de existirem formas pré-capitalistas de renda fundiária em Nepomuceno aponta que há relações não capitalistas numa agricultura notoriamente capitalista. Aliás,

---

<sup>367</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1984.

<sup>368</sup> Alguns adendos são válidos quanto à forma dinheiro da mercadoria. Assim como Marx (1984) expõe, o dinheiro surge quando a forma natural da mercadoria se funde socialmente com a sua forma equivalente. Na forma dinheiro, a forma equivalente geral se une à forma natural específica da mercadoria ouro. Ela esconde o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre os produtores privados. Sendo assim, o dinheiro é valor porque é mercadoria como qualquer outra e, assim, é fruto do trabalho humano. Ademais, configura-se como a expressão monetária comum das mercadorias. Para maiores detalhes, ver: MARX, Karl. **O Capital. (Crítica da Economia Política)** - Volume I. Tomo II. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

este evento não é incomum, pois assim como pronuncia Oliveira (1981, p. 07)<sup>369</sup>, “o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista”.

Contemporaneamente, há uma subordinação da renda da terra ao capital, pois o camponês está amalgamado ao setor financeiro-industrial em seu processo produtivo, com relações capitalistas envoltas à sua produção. Por exemplo, no contexto analisado, ao venderem parte expressiva de suas produções às cooperativas, as quais as repassam às grandes indústrias, os pequenos agricultores familiares estão com a renda da terra auferida submetida aos interesses capitalistas. Sublinha-se que no decurso da história, a expansão e o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorreram através da submissão da renda fundiária ao capital.

Para além, a oferta de crédito aos agricultores camponeses os torna dependentes do capital, assim como ocorre com a renda da terra. Como são muitas as possibilidades e as modalidades de empréstimos oferecidas aos pequenos produtores nepomucenenses, eles ficam à mercê dos mecanismos capitalistas de extração de mais-valia, ampliação e reprodução do capital.

Nos dizeres de Oliveira (1981)<sup>370</sup>, o Estado media e propulsiona o processo de sujeição do camponês e da renda da terra ao capital, atuando como agente em prol dos interesses capitalistas, como explana Amin (1977)<sup>371</sup>, Erthal (2006)<sup>372</sup>, entre outros autores. No atual panorama nacional, a circulação e a comercialização de mercadorias agrícolas foram intensificadas, elevando a quantidade de renda fundiária drenada para outros setores, como o comercial, o industrial, entre outros.

Os atores estatais, por intermédio de créditos bancários e programas de financiamentos, acirram a dependência do pequeno produtor em relação ao capital financeiro industrial, através de seu endividamento. Neste item, o PRONAF, assim como outros programas, amplamente disseminado em Nepomuceno, mesmo concedendo empréstimos a diminutos índices de juros aos agricultores familiares, estreita seus vínculos com outros ramos econômicos.

A título de exemplo, a maioria dos fertilizantes e adubos químicos consumidos no território nacional é comprada através de empréstimos favorecidos pelo Estado

---

<sup>369</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 1981.

<sup>370</sup> *Ibidem.*

<sup>371</sup> AMIN, Samir. *Op. cit.* 1977.

<sup>372</sup> ERTHAL, Rui. *Op. cit.* 2006.

brasileiro, cujas ações beneficiam o setor industrial, pois estimulam o consumo de seus produtos (OLIVEIRA, 1981)<sup>373</sup>. Neste ponto, a realidade nepomucenense não se distingue da nacional, visto que a parcela majoritária dos financiamentos efetivados pelos agricultores municipais possui como intuito a aquisição de mercadorias oriundas das indústrias, principalmente pesticidas, maquinários, fertilizantes químicos, entre outras. Portanto, os empreendimentos estatais em solo pátrio privilegiam os agentes capitalistas e auxiliam na absorção de parcela da renda da terra originada no trabalho agrícola pelo capital.

A transferência da renda fundiária agrícola às corporações industriais monopolistas acontece por intermédio da circulação de produtos industriais em direção à agricultura e através da circulação das matérias-primas originadas na agricultura para atividades industriais. O enlace entre estes dois setores econômicos se intensifica paulatinamente nos tempos contemporâneos, demonstrando que não podem ser avaliados de forma dicotômica.

Em Nepomuceno, é frequente a compra de insumos industriais pelos pequenos produtores agrícolas, no propósito de elevar a produtividade de suas terras. Ademais, a maioria dos víveres cultivados na agricultura familiar municipal é comercializada com empresas urbano-industriais, as quais pagam irrisórios valores por estas mercadorias, deteriorando as condições de vida dos camponeses locais.

Através destas artimanhas, a renda fundiária agrícola nepomucenense, assim como em diversos outros locais, é subordinada e dirigida ao capital industrial, o qual maximiza seus dividendos e ratifica sua hegemonia nas mais variadas escalas. Assim, o modo de produção capitalista utiliza a estratégia de sujeição da renda da terra ao capital como principal mecanismo para sua expansão.

A subordinação da renda da terra ao capital suscita diversos prejuízos ao trabalhador agrícola, pois ao ser expropriado dos meios produtivos, a única opção remanescente é a venda de sua força de trabalho aos capitalistas, na qual há profunda extração de mais-valia, além da exploração deste operariado em árduas rotinas de labor (OLIVEIRA, 1981)<sup>374</sup>. Contudo, em alguns casos presenciados no município, há a sujeição da renda da terra ao capital sem que os agricultores familiares sejam expropriados de seus meios produtivos.

Esta situação é encontrada na conjuntura agrícola nepomucenense, onde em

---

<sup>373</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Op. cit.* 1981.

<sup>374</sup> *Ibidem.*

razão da escassez de opções de emprego, os trabalhadores se submetem a funções desgastantes e muito mal remuneradas, sobretudo na época da colheita do café, entre os meses de maio e setembro. No restante do ano, uma parcela destes indivíduos procura emprego na cidade, atuando principalmente em funções que demandam baixo nível de escolaridade formal.

Destarte, com o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro, ampliou-se o proletariado rural, em virtude do êxodo rural, da elevada concentração e da especulação fundiária, entre outras causas. Oliveira (1981)<sup>375</sup> assinala que há algumas décadas, as classes hegemônicas, associadas às finanças e às indústrias, estão inserindo relações de caráter capitalista no campo brasileiro, em detrimento das condições de vida e de trabalho de seus habitantes, fato constatado em Nepomuceno, onde a míngua de empregos no campo é algo latente.

---

<sup>375</sup> Ibidem.

## 4 – SEGURANÇA/INSEGURANÇA ALIMENTAR

### 4.1 – Segurança/Insegurança Alimentar

As discussões relativas à alimentação na ciência geográfica provêm de séculos anteriores, com alguns escritos basais datando do século XIX. Renomados geógrafos, como Paul Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel, entre outros, escreveram sobre alimentação em suas obras.

Ratzel (1983)<sup>376</sup> considera a alimentação como a maior necessidade dos seres humanos, tanto individual, quanto coletivamente. Ele narra que o lugar de habitação depende da natureza da alimentação. Argumenta também que a questão alimentar é um dos elementos que vincula o homem ao solo, ao território. Essa era uma das razões pelas quais, conforme advoga o autor, as sociedades defendiam os seus territórios.

Segundo seus dizeres, quanto mais certeza a população possui que a agricultura satisfará suas necessidades alimentares, maior será a fixação de seus indivíduos em determinado território. Ele ainda alega que o vínculo de alguns nômades e agricultores com o solo se dá pela via da alimentação e defende que a escolha do local de moradia e a amplitude do território do qual são trazidos os alimentos sempre estiveram subordinadas às exigências da alimentação<sup>377</sup>. Para ele, as relações entre sociedade e território são determinadas pelas necessidades de moradia e de alimentação. Ratificando o que fora acima enunciado, Ratzel (1983, p. 95)<sup>378</sup> escreve:

O tempo de permanência dos estabelecimentos em um mesmo local varia igualmente segundo as fontes da alimentação fluem de uma maneira durável ou se esgotem ao fim de certo tempo. (...) Enfim, quanto mais a agricultura está em condições de assegurar à necessidade de se alimentar uma satisfação certa, tanto mais também se torna possível se ficar sobre um habitat limitado.

Mercier (2009)<sup>379</sup> diz que para Ratzel, toda sociedade está sempre submetida à

<sup>376</sup> RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. Tradução: Mario Antonio Eufrásio. **Revista do Departamento de Geografia**. USP. 1983, p. 93-101.

<sup>377</sup> Vale frisar que as palavras de Ratzel datam do século XIX, portanto, situam-se num contexto onde o desenvolvimento tecnológico era expressivamente inferior ao atual. Sabe-se contemporaneamente, que os avanços ocorridos com relação à produtividade agrícola e as melhorias no setor de transportes diminuíram a dependência que a localização da residência e as dimensões da área selecionada para moradia possuíam frente à necessidade alimentícia.

<sup>378</sup> RATZEL, Friedrich. *Op. cit.* 1983.

<sup>379</sup> MERCIER, Guy. A Região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal De La Blache. Tradução:

necessidade alimentícia. Para o geógrafo alemão, as necessidades de subsistência (dentre elas, a habitação e a alimentação) vinculariam o homem ao solo. Segundo o autor, o homem precisa se esforçar para asseverar sua alimentação. Inclusas nestes esforços estão as práticas agrícolas, responsáveis pela sedentarização do ser humano, fixando-o a territórios específicos.

Paul Claval (1999)<sup>380</sup> mostra que através da alimentação é possível perceber a estrutura social, sua hierarquização. Ele salienta a importância da alimentação para a cultura em muitos momentos no livro citado, por exemplo, ao tecer comentários referentes às tradições culinárias, às técnicas de preparo e de conservação dos alimentos, entre outros aspectos. Ademais, o autor (1999, p. 256)<sup>381</sup> disserta:

A alimentação traz aos homens a água, os elementos minerais e as matérias orgânicas necessárias à manutenção, renovação ou ao crescimento de seus tecidos, e a energia indispensável a suas atividades e à conservação da temperatura uniforme de seu organismo.

Acima, Claval frisa a suma importância da alimentação para a vida humana, elencando os nutrientes por ela fornecidos, assim como as funções orgânicas que dependem dos elementos absorvidos pelo corpo humano por intermédio da ingestão dos alimentos. Quando uma ou algumas destas atividades do organismo humano é/são comprometidas devido a problemas de ordem alimentícia, isto reverbera na redução da segurança alimentar dos indivíduos.

Hodiernamente, o vocábulo insegurança alimentar vem apresentando proeminência nas discussões realizadas pelos geógrafos e cientistas de áreas afins. A modernização agrícola, datada de meados do século XX, e alguns de seus avanços técnico-científicos, trouxeram à tona o debate acerca da insegurança alimentar. Apesar de todo o acréscimo ocorrido na produtividade agrícola em virtude dos avanços tecnológicos, a insegurança alimentar segue pairando sobre o planeta e sobre o Brasil, com bilhões de excluídos, marcados cotidianamente pela fome.

As recentes transformações na estrutura produtiva da agricultura nacional acarretaram no aumento da insegurança alimentar. Além do uso exacerbado de agrotóxicos nas lavouras, o uso dos transgênicos (organismos modificados pelo

---

Guilherme Ribeiro. **GEOgraphia**, Vol. 11, n. 22. UFF. 2009, p. 07-36. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/300/257>> Acessado em: 08/06/2014

<sup>380</sup> CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

<sup>381</sup> Ibidem.

processo de transgenia)<sup>382</sup> e a prioridade dada pelas ações governamentais e da iniciativa privada às culturas que visam abastecer o mercado externo, são algumas das causas que justificam tal quadro.

Neste enredo, Howard (1943)<sup>383</sup> critica ferozmente o uso de fertilizantes artificiais, aos quais julga antinaturais, apregoando a utilização de adubos naturais. Para ele, os procedimentos e práticas agrícolas deveriam ser o mais próximo possível daquilo que se julga natural. Castro (1957-B)<sup>384</sup> mostra que a China, empregando por mais de quatro mil anos em seus solos adubos naturais, mantém a fertilidade destes, enquanto os Estados Unidos, com o uso de fertilizantes químicos, já destruíra boa parte de suas terras cultiváveis.

McMichael (2009)<sup>385</sup> sublinha o crescimento que as grandes corporações fabricantes de fertilizantes e de agrotóxicos obtiveram nos últimos anos, demonstrando a interrelação destas com o agronegócio. Isto é preocupante, pois conforme apontam autores como Porto-Gonçalves (2006)<sup>386</sup> e Ferrari (2010)<sup>387</sup>, os agrotóxicos contribuem para a elevação dos índices de insegurança alimentar. O autor australiano ressalta a profunda influência que indústrias do setor químico e de biotecnologia, como a Cargill e a Monsanto, possuem na questão agrícola mundial, interferindo nos gêneros cultivados, nos insumos utilizados para a produção alimentícia, bem como adquirindo terras em diversos países pelo planeta, sobretudo em áreas subdesenvolvidas.

Sobre o conceito aqui aventado, Stedile & Carvalho (2012, p. 716)<sup>388</sup> pronunciam que: “Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem.”

Assim, no contexto da segurança alimentar, os governos que adotam esta política

---

<sup>382</sup> Comumente, os transgênicos são definidos como organismos geneticamente modificados (OGM's). Entretanto, Porto-Gonçalves (2012), em seu livro “O Desafio Ambiental”, afirma que a expressão “organismo geneticamente modificado” (OGM) é imprecisa, pois nomeia tudo, visto que no decorrer de muitos anos, os genes dos organismos vão se alterando de maneira “natural”. Neste caso, o termo mais adequado seria “organismo transgenicamente modificado” (OTM), que diz respeito àqueles modificados pela técnica humana, pelo processo de transgenia.

<sup>383</sup> HOWARD, Sir Albert. *An Agricultural Testament*. New York: Oxford University Press, 1943.

<sup>384</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>385</sup> MCMICHAEL, Philip. *Op. cit.* 2009.

<sup>386</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2006.

<sup>387</sup> FERRARI, Eugênio Alvarenga. *Op. cit.* 2010.

<sup>388</sup> STEDILE, João Pedro. & CARVALHO, Horacio Martins de. “Soberania Alimentar”. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular. 2012, p. 714-723.

se responsabilizam por promover o acesso da população de baixo poder aquisitivo aos alimentos básicos, seja por intermédio de doações ou de preços subsidiados. Por conseguinte, é dever estatal, ante uma política de segurança alimentar, asseverar alimentação a todos, de modo que esta forneça os nutrientes básicos ao organismo humano. A atual situação fundiária do país interfere no quadro de insegurança alimentar. No que se refere ao tema, Alentejano (2012, p. 357)<sup>389</sup> disserta:

Outro efeito da persistência desta concentração fundiária é a expulsão de trabalhadores do campo. A impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas, resultante da concentração fundiária, produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura, que reduz a necessidade de mão de obra no campo. (...) as grandes propriedades destinam a maior parte de suas terras à pecuária extensiva e à plantação industrial de árvores, sobretudo o eucalipto. Desta forma, a estrutura fundiária se converte também num fator de insegurança alimentar.

Merece ênfase o fato de que a estrutura fundiária nacional, profundamente concentradora e desigual (conforme ilustra a tabela 01 contida na página 39), acarreta no quadro de insegurança alimentar, pois como exposto acima, grandes extensões de terra são utilizadas no Brasil, voltadas ao mercado externo ou com a finalidade de fornecer matérias-primas às indústrias.

Segundo assinala Porto-Gonçalves (2012)<sup>390</sup>, a alimentação é crucial à reprodução das espécies, pois o alimento é a energia que movimenta todo ser vivo. Atualmente a agricultura se atrela à política de segurança alimentar e vigora um processo de mercantilização da agricultura e de seus produtos, já que a mesma se baseia nas monoculturas. A insegurança alimentar caracteriza áreas onde a agricultura é volvida à exportação.

O monopólio das sementes dissocia produção e reprodução dos alimentos. Deste modo, a segurança alimentar fica subordinada aos interesses de poucas corporações. Conseqüentemente, o neoliberalismo, com seu viés privatizador, gera um quadro de insegurança alimentar. A monocultura contribui para tal situação, visto que assim, o agricultor depende do setor financeiro-industrial.

A alimentação é algo essencial ao organismo humano, fornecendo-lhe nutrientes fundamentais ao seu funcionamento. Quando há alguma deficiência quantitativa ou

---

<sup>389</sup> ALENTEJANO, Paulo. “Estrutura Fundiária”. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012. p. 353-358.

<sup>390</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2012.

qualitativa em termos alimentares, isto reverbera em patologias atreladas às carências nutricionais. Mundo-Rosas *et. al* (2013)<sup>391</sup> demonstram que as situações de insegurança alimentar incidem em diversas moléstias decorrentes das insuficiências nutricionais, como anemia, obesidade, doenças crônico-degenerativas, entre outras.

Segundo relatam Sen (1981)<sup>392</sup>, Maluf (1998)<sup>393</sup> e Chávez (2007)<sup>394</sup>, após a Conferência Mundial sobre a Alimentação realizada em 1974, na cidade de Roma, a segurança alimentar mundial se tornou um propósito central da FAO (Fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), algo corroborado através de um documento publicado pelo órgão em 1975. Portanto, foi nos anos 1970 que os debates relativos à insegurança alimentar ganharam realce em escala mundial.

Todavia, o vocábulo segurança alimentar já era utilizado em obras científicas há algum tempo, conforme se pode vislumbrar na passagem extraída do livro “Geopolítica da Fome”, escrito por Josué de Castro e datado do ano de 1951. Ao comentar sobre a ótica dos neomalthusianos acerca da problemática alimentar global, o autor (1957-B, p. 70)<sup>395</sup> disserta:

Contra essa praga humana que ameaça a segurança alimentar e o nível geral de vida das populações mais ricas, levantam os neomalthusianos, nos quatro cantos do mundo, os espantinhos de suaz teorias do excesso de população – espantinhos que são um símbolo e um fantasma.

Pode-se inferir ao analisar o fragmento supramencionado que a definição adotada por Josué de Castro aproxima-se bastante da seguida contemporaneamente para conceituar segurança alimentar, pois se vincula a características como a qualidade de vida dos homens e mulheres, a necessidade de uma alimentação garantidora de organismos saudáveis, entre outros aspectos.

Conforme aponta Chávez (2007)<sup>396</sup>, durante a década de 1970, a segurança alimentar permaneceu profundamente atrelada à questão do abastecimento permanente de alimentos à população mundial, visto que o momento era de crise econômica em

---

<sup>391</sup> MUNDO-ROSAS, Verónica; SHAMAR-LEVY, Teresa; RIVERA-DOMMARCO, Juan Á. Grupo de Seguridad Alimentaria en México. Epidemiología de la inseguridad alimentaria en México. **Salud Pública de México** / v. 55, supl. 2. 2013, p. 206-213.

<sup>392</sup> SEN, Amartya. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. New York: Oxford University Press, 1981.

<sup>393</sup> MALUF, Renato S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova**. Barcelona. n. 25. 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>> Acessado em: 22/06/2014.

<sup>394</sup> CHÁVEZ, Humberto González. La Gobernanza Mundial y los Debates Sobre la Seguridad Alimentaria. **Desacatos, Revista de Antropología Social**. n. 25. Setembro-Dezembro. 2007, p. 7-20.

<sup>395</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>396</sup> CHÁVEZ, Humberto González. *Op. cit.* 2007.

escala global, com elevados preços para os gêneros alimentícios. Neste momento histórico, acreditava-se que o problema da fome mundial seria resolvido com o simples acréscimo na produção alimentícia global. Cria-se ainda, de maneira geral, que somente a técnica seria capaz de mitigar consideravelmente os impactos da fome.

Tal crença veio a fortalecer o ponto de vista dos defensores da indústria química e da Revolução Verde, que conforme relata Porto-Gonçalves (2012)<sup>397</sup>, despolitizou a questão da fome, tornando-a algo técnico, com a inserção dos maquinários, agrotóxicos e transgênicos, promovedores do crescimento da produtividade agrícola. Prova disto é o fato de a agropecuária em nível global produzir alimentos numa quantidade muito superior à necessidade alimentar dos habitantes do planeta. No entanto, o principal problema neste setor é a dispar distribuição desses alimentos, a qual é condicionada majoritariamente pela renda salarial.

Sen (1981)<sup>398</sup> foi o primeiro autor a relacionar a insegurança alimentar à ausência de acesso aos alimentos. Para ele, o problema não mais era de quantidade de alimentos, mas sim de acesso. Foi o primeiro trabalho representativo sobre a temática fora da FAO. Após a célebre obra de Sen, as discussões concernentes à segurança alimentar se volveram à problemática do acesso aos gêneros alimentícios e à desigualdade social.

De acordo com Maluf (1998)<sup>399</sup>, o desenvolvimento do modo de produção capitalista traz consigo inevitáveis desigualdades. Entre elas, está aquela referente ao acesso aos alimentos. Em consonância com o autor, pode-se dizer que a fome é a manifestação mais aguda e urgente da questão alimentícia. Ela não deriva de alguma motivação agrícola, e assim como outros problemas alimentares, está atrelada à problemática da equidade social.

O autor supracitado entende a igualdade social como um requisito para a segurança alimentar. Neste sentido, o desigual acesso à terra (enquanto meio produtivo) ou à renda salarial (como modo indireto de obtenção de alimentos) aparecem como empecilhos à segurança alimentar da população de um país.

Outro aspecto essencial quando se discute segurança alimentar é a variedade de gêneros consumidos. Neste sentido, Maluf (1998)<sup>400</sup> discorre sobre a necessidade de se valorizar a diversidade de hábitos alimentares e das formas de produzi-los, visto que a

---

<sup>397</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2012.

<sup>398</sup> SEN, Amartya. *Op. cit.* 1981.

<sup>399</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>400</sup> *Ibidem.*

tendência atual do setor agrícola, em escala mundial, se baseia na monocultura.

Neste âmbito, Mundo-Rosas *et.al* (2013)<sup>401</sup> relatam que a maioria das localidades no México apresenta algum grau de insegurança alimentar. Tal fato se deve, em parte, à redução na diversidade de alimentos consumidos e à ausência de recursos para compra dos alimentos.

Embora corriqueiramente haja divergências quanto a este assunto, pode-se dizer que há certo consenso quanto a alguns aspectos presentes no conceito de segurança alimentar. Destarte, com base em alguns autores, como Maluf (1998)<sup>402</sup>, Segall-Corrêa (2007)<sup>403</sup> e Hoffman (2008)<sup>404</sup>, afirma-se que segurança alimentar é a garantia do direito de que todos os cidadãos tenham acesso a uma alimentação suficiente em qualidade e em quantidade, de maneira permanente, desde que isto não afete outras necessidades básicas do seu cotidiano.

Maluf (1998)<sup>405</sup> afirma que todas as sociedades possuem o dever de assegurar, permanentemente, o acesso apropriado de seus cidadãos aos alimentos, tanto em termos econômicos, quanto em nutricionais. O referido autor analisa que a segurança alimentar deve ser um dos objetivos das políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social. O ser humano tem o direito de estar adequadamente alimentado, algo asseverado pelas legislações nacionais dos países, como por exemplo, na Constituição Brasileira.

Hoffmann (1996)<sup>406</sup> aponta a pobreza e a desigualdade nas remunerações como causadoras da insegurança alimentar, visto que em vários países com elevada produtividade agrícola, a população ainda sofre com severos quadros de desnutrição. O mesmo autor afirma que um indivíduo possui segurança alimentar quando sua alimentação lhe permite ter uma vida ativa e saudável. Assim, uma população sofre com insegurança alimentar quando sua dieta alimentar possui escassez quantitativa ou carências nutricionais, ou ainda quando sua alimentação é caracterizada por aspectos de insalubridade. Destarte, a fome, seja a global (ou total) ou a oculta (ou específica), é

---

<sup>401</sup> MUNDO-ROSAS, Verónica. *et. al. Op. cit.* 2013.

<sup>402</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>403</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*. 21 (60). 2007, p. 143-154. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a12v2160.pdf>> Acessado em: 01/06/2014.

<sup>404</sup> HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 15(1): 2008, p. 49-61. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/4\\_artigo\\_1415\\_Determinantes\\_da\\_Inseguranca\\_Alimentar.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/4_artigo_1415_Determinantes_da_Inseguranca_Alimentar.pdf)> Acessado em: 06/06/2014

<sup>405</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>406</sup> HOFFMANN, Rodolfo. “Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil”. In: GALEAZZI, M.A.M (Org.). *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas: Mercado de Letras. 1996, p. 195-213.

uma das faces evidentes da insegurança alimentar.

Maluf (1998)<sup>407</sup> expõe oportunamente alguns dos principais aspectos da insegurança alimentar na América Latina, mostrando que o problema do acesso aos alimentos é existente em todas as nações latinoamericanas e que, em algumas, há problemas quanto à disponibilidade dos mesmos.

Em consonância com Hoffman (2008)<sup>408</sup>, pode-se afirmar que na maioria das economias, o acesso aos alimentos depende do poder aquisitivo, isto é, se o indivíduo dispõe de proventos para comprá-los. Neste âmbito, a pobreza encontra-se vinculada à insegurança alimentar, visto que a mesma é mais presente nos domicílios e localidades marcados pelo pauperismo. Segundo o autor, a insegurança alimentar predomina nos domicílios de menor renda *per capita*.

Essa dependência da renda salarial advém da expropriação da posse sobre os meios produtivos, que faz a maioria das pessoas se submeter ao regime assalariado de trabalho buscando a obtenção de renda, conforme apontam autores como Marx (1984)<sup>409</sup> e Lefebvre (1999)<sup>410</sup>.

Maluf (1998)<sup>411</sup> disserta que o desemprego e os baixos níveis das remunerações médias e dos salários mínimos (quando existentes) são condicionantes da insegurança alimentar, visto que nestes casos, a renda salarial dos cidadãos compromete o acesso destes aos alimentos. Ressalta-se aqui, que a dependência quanto à renda salarial na alimentação ocorre principalmente quando os indivíduos estão desprovidos de meios produtivos.

A desigualdade social afeta o acesso aos alimentos, sendo que a difícil acessibilidade a estes é a principal responsável pelos casos de insegurança alimentar. Corroborando o fato acima aventado, Panigassi *et.al* (2008, p. 2377)<sup>412</sup> expõem que a desigualdade de acesso aos alimentos e à alimentação saudável implica em diferenças significativas nas taxas de segurança alimentar.

Mesmo sabendo das dificuldades de se traçar tais estatísticas, devido às

---

<sup>407</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>408</sup> HOFFMANN, Rodolfo. *Op. cit.* 2008.

<sup>409</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1984.

<sup>410</sup> LEFEBVRE, Henri. *Op. cit.* 1999.

<sup>411</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>412</sup> PANIGASSI, Giseli; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEÓN, Letícia; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael; SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo; MARANHA, Lucia Kurdian. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(10). Out. 2008, p. 2376-2384.

variações cambiais existentes pela superfície terrestre, Piketty (2014, p. 69)<sup>413</sup> demonstra o contraste existente entre as rendas médias *per capita*<sup>414</sup> mensais pelo mundo. Segundo os dados por ele apresentados, locais como a Índia e as nações da África Subsaariana possuem uma renda média mensal por habitante compreendida na faixa entre 150 e 250 euros, enquanto que em países como o Japão, os da América do Norte e os da porção ocidental da Europa, tais índices giram entre 2500 e 3000 euros por mês.

Tais disparidades reverberam nos quadros alimentares das populações destes países. Como, na maioria das sociedades modernas o acesso aos alimentos é obtido mediante a compra, os baixos níveis de renda apresentados pelas populações das nações subdesenvolvidas acarretam em casos crônicos de fomes e avitaminoses, além de enfermidades referentes às deficiências nutricionais.

Conforme avaliam autores como Maluf (1998)<sup>415</sup>, Segall-Corrêa (2007)<sup>416</sup> e Panigassi *et. al* (2008)<sup>417</sup>, embora a renda seja um fator importante para a mensuração da insegurança alimentar, isoladamente, não consegue abarcar a complexidade do problema, visto que famílias que possuem rendimentos elevados também apresentam quadros de insegurança alimentar. Outros elementos devem ser considerados numa análise sobre insegurança alimentar, como a qualidade dos alimentos ingeridos, questões psicológicas, a ocorrência de desastres naturais ou conflitos armados, entre outros.

O conceito de segurança alimentar se refere a uma alimentação que seja quantitativa e qualitativamente adequada para uma vida ativa e saudável. Portanto, pessoas que apresentam quadros de obesidade, podem não padecer com a falta de alimentos ou com a desnutrição, todavia, estão em quadro de insegurança alimentar. Fonseca *et.al* (2013)<sup>418</sup> corroboram a obesidade como demonstrativo de insegurança alimentar, afirmando que o aumento do sobrepeso nas populações pobres em alguns

---

<sup>413</sup> PIKETTY, Thomas. *Op. cit.* 2014.

<sup>414</sup> Salienta-se aqui, que embora o indicador renda *per capita* mensal seja utilizado para ratificar a desigualdade de renda entre os países, não há ingenuidade quanto ao seu uso. É necessário mostrar que a renda *per capita* desconsidera a desigualdade social existente nas nações, inerente ao modo de produção capitalista. O índice utilizado fornece apenas uma média, ao dividir toda a renda obtida pelo país de modo igual a todos os seus habitantes.

<sup>415</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>416</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Op. cit.* 2007.

<sup>417</sup> PANIGASSI, Giseli. *et. al. Op. cit.* 2008.

<sup>418</sup> FONSECA, Zulma Yanira; PATIÑO B, Gonzalo Alberto; HERRÀN F, Oscar Fernando. Malnutrición y seguridad alimentaria: un estudio multinivel. **Revista Chilena de Nutrición**. Vol. 40, N°3, Setembro, 2013, p. 206-215.

países como o México, tem acarretado no crescimento da incidência de insegurança alimentar.

De acordo com a FAO (2013, p. 27)<sup>419</sup>, as guerras e conflitos também possuem papel importante na problemática da insegurança alimentar. Por exemplo, do ano de 2012 para o de 2013, os índices de insegurança alimentar no Sudão aumentaram exponencialmente, como consequência do conflito entre Sudão e Sudão do Sul (após a divisão do país) pela disputa das reservas de petróleo situadas na fronteira entre os dois territórios.

Segall-Corrêa (2007, p. 146)<sup>420</sup> e Mundo-Rosas *et.al* (2013)<sup>421</sup> se atentam para os aspectos psicológicos presentes na insegurança alimentar, como a preocupação e a incerteza se haverá alimentos suficientes, entre outros. Isso pode acarretar em algumas psicopatologias, como a depressão, a ansiedade, entre outras, que crescem absurdamente em números de casos nos últimos anos.

De acordo com o relatório de segurança alimentar da FAO (2013)<sup>422</sup>, os desastres naturais também influenciam a questão da segurança alimentar, como no caso do terremoto do ano de 2008 no Haiti. Conforme aponta o órgão da ONU, a condição alimentícia da população haitiana decresceu após o abalo sísmico que devastou o país, algo noticiado pela mídia, que conferiu bastante ênfase à situação de insegurança alimentar vivenciada pelos haitianos. As catástrofes naturais impactam significativamente a agricultura e a distribuição de alimentos do local atingido, frequentemente reverberando no aumento dos índices de fome e subnutrição.

Ainda neste mote, em consonância com Vervoort *et.al* (2014)<sup>423</sup>, diz-se que as mudanças climáticas podem ampliar os casos de insegurança alimentar. Recentemente, há um aumento na quantidade e na intensidade das mudanças climáticas globais e de seus eventos climáticos extremos, acarretando em significativas perdas de diversas safras alimentares mundo afora.

Vervoort *et.al* (2014)<sup>424</sup> ressaltam as perdas econômicas ocasionadas em virtude das alterações climáticas, que aliadas às avarias causadas à produção alimentícia, favorecem o acréscimo nas taxas de insegurança alimentar. Episódios como intensas precipitações ou extensas estiagens, somados à ampliação de processos como a

---

<sup>419</sup> FAO. **Global food security index 2013** - An annual measure of the state of global food security. 2013.

<sup>420</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Op. cit.* 2007.

<sup>421</sup> MUNDO-ROSAS, Verónica. *et. al. Op. cit.* 2013.

<sup>422</sup> FAO. *Op. cit.* 2013.

<sup>423</sup> VERVOORT, Joost.M. *et al. Op. cit.* 2014.

<sup>424</sup> *Ibidem.*

desertificação, em alguns locais, são condições adversas à qualidade da alimentação humana.

Hoffman (2008)<sup>425</sup> afirma que a insegurança alimentar é mais prevalente nos domicílios em que existem moradores menores de 18 anos de idade. Isto ocorre justamente porque estas são as residências onde há a presença de crianças, que devido à sua fragilidade, são excelentes indicadores da saúde de um local.

No que tange à insegurança alimentar, a Revolução Verde, já comentada anteriormente, traz consigo uma situação paradoxal. Por um lado, inegavelmente os avanços técnicos por ela promovidos incidiram numa expressiva elevação da produtividade agrícola mundial. Por outro, a introdução dos agrotóxicos causa prejuízos à saúde humana e gera a contaminação dos recursos naturais. Tal fato alarga as taxas de incidência de algumas doenças e, por conseguinte, eleva o quantitativo dos casos de insegurança alimentar.

Ao ponderar o atual contexto da agricultura mundial e da brasileira, Maluf (1998)<sup>426</sup> analisa o fortalecimento da agricultura familiar como fator mitigador da insegurança alimentar, visto que em escala global e, sobretudo no Brasil, o agronegócio é voltado à exportação e a agricultura familiar abastece majoritariamente o mercado interno. Assim sendo, a concentração fundiária é um agravante dos quadros de insegurança alimentar, pois prejudica a agricultura de base familiar e dificulta o acesso à terra.

O próprio Maluf (1998)<sup>427</sup>, assim como Porto-Gonçalves (2012)<sup>428</sup>, narra que o agronegócio é pautado nas monoculturas, enquanto a agricultura familiar possui uma maior variedade de gêneros cultivados. Conforme já exposto, sabe-se que uma alimentação mais heterogênea propicia o estado de segurança alimentar. Referindo-se às dessemelhanças existentes entre os dois tipos de agricultura acima aventados, Pereira (2000, p. 690)<sup>429</sup> escreve que:

A segurança alimentar das sociedades em várias partes do mundo está ameaçada, assim como a soberania alimentar, visto que foi sendo imposto o mesmo pacote tecnológico para os vários continentes, um pacote que utiliza

---

<sup>425</sup> HOFFMAN, Rodolfo. *Op. cit.* 2008.

<sup>426</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>427</sup> *Ibidem.*

<sup>428</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2012.

<sup>429</sup> PEREIRA, Mônica Cox de Britto. "Revolução Verde". In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

grandes extensões de terras nos países em desenvolvimento e trabalho precarizado, ameaçando o controle da agricultura pela diversidade de grupos camponeses por todo o mundo. Há um confronto entre diferentes modos de fazer agricultura: uma agricultura do agronegócio, hegemônica e homogênea em disputa com uma agricultura de base camponesa.

Acima, a autora denuncia o viés homogeneizante presente no agronegócio, que frequentemente, em prol da obtenção do lucro, desconsidera as peculiaridades de cada local. Os mesmos instrumentos e insumos tecnológicos estão sendo fornecidos e implantados nas mais distintas áreas do globo terrestre. Arelada a isto, há a gradativa redução da variedade de gêneros alimentícios cultivados, aspecto depreciativo da alimentação da população mundial.

Destarte, a segurança alimentar aparece como um tema de significativa relevância no contexto contemporâneo, por interferir diretamente na saúde humana e pelas recentes descobertas das repercussões da alimentação no funcionamento do organismo humano. Para além, a insegurança alimentar vincula-se ao mercado global de *commodities*, pois nem todos os produtos ali comercializados (como o álcool e a soja) são destinados à alimentação humana.

Na década de 1980, notou-se que o problema não era a escassez de alimentos. Observou-se que os avanços tecnológicos das últimas décadas não foram capazes de exaurir, nem de mitigar as mazelas provocadas pelas deficiências alimentares em escala global. Os quadros de insegurança alimentar continuam a assolar parcelas significativas da população mundial, frequentemente ameaçadas pela alimentação insuficiente e/ou inapropriada.

A insegurança alimentar está, portanto, intimamente vinculada à desigualdade no acesso aos alimentos, característica basilar da desigualdade social pairante atualmente por todo o planeta. Há alimentos suficientes para saciar as carências nutricionais da população mundial, o que findaria ou ao menos reduziria significativamente os casos de insegurança alimentar. Contudo, problemas na distribuição e no acesso a eles, majoritariamente condicionado pela renda salarial, perpetuam a existência em larga escala de enfermidades decorrentes dos quadros de insegurança alimentar.

## 4.2 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Segundo Segall-Corrêa (2007)<sup>430</sup> e Segall-Corrêa & Marin-Leon (2009)<sup>431</sup>, a EBIA foi criada a partir da escala utilizada pelo governo estadunidense para mensurar a insegurança alimentar em seu censo demográfico. O governo brasileiro adequou o índice estadunidense à realidade nacional, transformando-o.

Um grupo de pesquisadores de algumas instituições, capitaneados pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), adaptou e validou o indicador para averiguação da segurança alimentar criado nos anos 1990 pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o USDA. Com relação ao questionário estadunidense, os estudiosos brasileiros alteraram o tempo de referência para as perguntas realizadas, que passou de um ano para somente três meses.

No fim deste processo, as dezoito perguntas originais foram alteradas para quinze e, atualmente, são apenas catorze. Assim, estabeleceu-se a EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Segall-Corrêa (2007, p. 147)<sup>432</sup> mostra que há quatro níveis nesta escala: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.

É importante sublinhar que, a partir da década de 1990, vários municípios e nações mundo afora formularam suas próprias metodologias para averiguação dos estados de segurança alimentar de seus habitantes, aspirando destarte, a adoção de medidas no combate ao pauperismo e à fome. Segall-Corrêa & Marin-Leon (2009)<sup>433</sup> delineiam que a constituição da EBIA e os estudos com ela realizados são uma maneira encontrada pelos cientistas das universidades e centros de pesquisa para auxiliar nas políticas traçadas pelo programa Fome Zero, criado pelo governo federal pouco tempo antes da construção desta escala.

Segundo informações do IBGE (2014)<sup>434</sup>, em anos anteriores a EBIA foi utilizada em diversos artigos e estudos acadêmicos, bem como em pesquisas realizadas pelo órgão, como a PNAD 2004 e 2009, no Censo das Comunidades Quilombolas com

---

<sup>430</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Op. cit.* 2007.

<sup>431</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. & MARIN-LEON, Letícia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas. 16 (2): 2009, p.1-19.

<sup>432</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Op. cit.* 2007.

<sup>433</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. & MARIN-LEON, Letícia. A S. *Op. cit.* 2009.

<sup>434</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD – 2013**. Rio de Janeiro. 2014.

foco em Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros trabalhos.

Hoffman (2008)<sup>435</sup> diz que a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do ano de 2004 incorporou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), respeitando a decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desta maneira, formou-se o primeiro diagnóstico de magnitude nacional que visasse mensurar os níveis de segurança e insegurança alimentar nos domicílios do país.

Ainda segundo o IBGE (2014)<sup>436</sup>, em agosto de 2010, várias entidades, de maneira conjunta, promoveram a atualização da EBIA. As modificações ocorridas basearam-se na retirada da associação da redução de peso com a insegurança alimentar, além da eliminação de um item, julgado repetitivo. Deste modo, o questionário da EBIA, que anteriormente possuía quinze perguntas, passou a ter somente quatorze questões.

Elaborada pelo IBGE, esta se baseia, conforme explicitado acima, em quatorze perguntas respondidas por cada pessoa da residência. O autor ainda ressalta que as questões da EBIA possuem certo grau de subjetividade, algo corroborado pelo fato de elas dependerem da interpretação dos entrevistados. Assim, defende-se que a EBIA é um indicador que permite a análise quali-quantitativa da insegurança alimentar, pois avalia a percepção dos residentes de determinado domicílio quanto à situação de acesso aos alimentos. Salienta-se que a pesquisa se refere aos últimos noventa dias antecedentes à entrevista.

Em consonância com Mundo-Rosas *et.al* (2013)<sup>437</sup>, afirma-se que em 2007 é criada a ELCSA (Escala Latinoamericana e Caribenha de Segurança Alimentar) e em 2008, institui-se a EMSA (Escala Mexicana de Insegurança Alimentar), ambas utilizando como referências as escalas estadunidense e brasileira. Portanto, percebe-se que vários países aderiram à criação de uma escala para mensuração da insegurança alimentar em seu território, adaptando-a as suas singularidades.

Aludindo à ELCSA, Segall-Corrêa & Marin-Leon (2009)<sup>438</sup> expõem que um item concernente à sustentabilidade foi nela inserido pelo governo haitiano, enquanto que em outras nações, como no México, esta alteração não foi efetivada. Este caso é muito elucidativo, pois mostra como o índice utilizado deve ser adaptado à cada realidade, abrangendo as especificidades locais.

---

<sup>435</sup> HOFFMAN, Rodolfo. *Op. cit.* 2008.

<sup>436</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

<sup>437</sup> MUNDO-ROSAS, Verónica. *et. al. Op. cit.* 2013.

<sup>438</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. & MARIN-LEON, Leticia. A S. *Op. cit.* 2009.

Quanto à situação de segurança alimentar referente às residências estudadas, Hoffman (2008, p. 50)<sup>439</sup> explica que: “Pode-se dizer que um domicílio está em situação de segurança alimentar se todas as pessoas deste domicílio têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável”.

Portanto, uma moradia só apresenta um quadro de segurança alimentar se todos os seus habitantes possuírem acesso constante a uma alimentação que lhes assegure uma vida saudável. O próprio autor ainda enuncia que, de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), encontra-se maior grau de insegurança alimentar nos domicílios com maior número de residentes.

Acerca da EBIA, Segall-Corrêa & Marin-Leon (2009)<sup>440</sup> explicam que o índice é valoroso ao monitoramento da insegurança alimentar em âmbito nacional, permitindo averiguar se as políticas públicas direcionadas ao acesso à alimentação e à melhoria desta impactaram, de fato, a alimentação da população brasileira.

Na EBIA, a residência ou o indivíduo podem apresentar quatro estágios de segurança alimentar, representados a seguir. É importante alertar que o valor total da pontuação da escala equivale à soma dos pontos obtidos, variando entre zero (0) e quatorze (14). Portanto, quanto à segurança alimentar, há quatro categorias:

**Segurança alimentar (SA)** – Ocorre quando todas as respostas aos itens presentes no questionário da EBIA são negativas, isto é, quando a pontuação na escala é de zero. Assim, o domicílio ou o indivíduo que se encontre em segurança alimentar, não sofre com problemas no acesso aos alimentos, seja em qualidade ou em quantidade. Além disto, no que tange à questão psicológica, não há o temor de que possam faltar alimentos futuramente.

**Insegurança alimentar leve (IL)** – Acontece quando um quantitativo de uma a cinco questões foram respondidas de maneira positiva. Neste quadro, já há o receio dos indivíduos de uma possível ausência de alimentos num futuro breve, e eles planejam o orçamento e o cotidiano domésticos para elevarem a duração dos alimentos.

**Insegurança alimentar moderada (IM)** – Advém quando de seis a nove interrogações da EBIA foram respondidas positivamente. Nestes casos, a qualidade da alimentação já é bastante comprometida, pois o objetivo primordial é sanar a necessidade quantitativa de alimentos. Neste estágio, já existe uma diminuição na quantidade e na variedade de

---

<sup>439</sup> HOFFMAN, Rodolfo. *Op. cit.* 2008.

<sup>440</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. & MARIN-LEON, Leticia. A S. *Op. cit.* 2009.

alimentos consumidos entre os adultos da residência, que privilegiam a alimentação das crianças, por estas apresentarem uma saúde mais frágil.

**Insegurança alimentar grave (IG)** – Paira nas residências e nos indivíduos que responderam positivamente de dez a quatorze perguntas. Nesta condição, há restrição quantitativa de alimentos, acarretando em situação de fome, tanto entre adultos, quanto em crianças da família. É, indubitavelmente, o foco de maior atenção governamental nas políticas públicas elaboradas neste setor.

Destarte, utilizaram-se os parâmetros fornecidos pela EBIA, abaixo representados na tabela, para mensurar a situação de segurança alimentar dos grupos estudados.

**Quadro 1.** Valores para a Classificação do Estágio de Segurança Alimentar segundo as Categorias Estabelecidas pela EBIA

| Classificação do estágio de segurança alimentar | Domicílios com pelo menos um morador com idade inferior a 18 anos | Domicílios com todos os moradores de 18 anos de idade ou mais |
|---|---|---|
| Segurança Alimentar                             | 0 pontos  | 0 pontos  |
| Insegurança Alimentar Leve                      | 1 a 5 pontos  | 1 a 3 pontos  |
| Insegurança Alimentar Moderada                  | 6 a 9 pontos  | 4 a 5 pontos  |
| Insegurança Alimentar Grave                     | 10 a 14 pontos  | 6 a 8 pontos  |

**Fonte:** Adaptado de: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009.** 2009.

A respeito desta hierarquização dos níveis de segurança alimentar proposta pela EBIA, cabe salientar que o IBGE confere muita atenção ao aspecto psicológico dos indivíduos pesquisados, algo consonante com o que descreve a obra de Segall-Corrêa (2007)<sup>441</sup>.

Outro ponto interessante a se enfatizar quanto à escala adotada, é o fato de que no estágio de insegurança alimentar moderada, os adultos privilegiam a alimentação dos infantes, em detrimento da sua. É o que retratam Melgar-Quiñonez *et.al* (2003)<sup>442</sup>, num estudo sobre os latinoamericanos residentes no estado da Califórnia, situado nos Estados Unidos. Em seu texto, os autores relatam que, em quadros de insegurança

<sup>441</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Op. cit.* 2007.

<sup>442</sup> MELGAR-QUIÑONEZ, Hugo; KAISER, Lucia L.; MARTIN, Anna C. ; METZ, Dianne. ; OLIVARES, Anna. Food insecurity among Latinos in California: a focal groups study. **Salud Pública de México.** Vol. 45. 2003, p.198-205.

alimentar constatada, as famílias priorizam o consumo dos alimentos por parte das crianças (entendidas como os mais frágeis do todo familiar) e optam pela compra dos gêneros mais baratos. Neste âmbito, também há uma questão de gênero relativa à alimentação, conforme aponta Freitas (2003)<sup>443</sup>:

Por força das ideologias do gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. São essas e outras as razões que tornam os índices de mortalidade materna e infantil elevados no Brasil.

O fragmento supramencionado reforça a preferência conferida pelas mulheres à alimentação de seus filhos e desvela a presença da questão de gênero no que se refere ao consumo de alimentos no ambiente doméstico. Ademais, o excerto ainda salienta a repercussão que tal situação tem nas taxas de mortalidade infantil e materna no contexto nacional, visto que a deterioração da alimentação das atuais e futuras mães incide em sérios agravos à sua saúde e à dos filhos, assim como em maiores riscos no momento do parto.

Allen & Sachs (2007)<sup>444</sup> explanam sobre outro ponto relativo ao tópico. As autoras afirmam que as mulheres, na tarefa de prover os alimentos familiares, geralmente optam por gêneros que agradem a outros indivíduos da família, principalmente seus maridos. Nesta contextura, indicam uma subordinação das mulheres no tocante à alimentação. Também assinalam que há uma severa questão de gênero presente no sistema agroalimentar mundial, coordenado no contexto atual praticamente apenas por homens, deixando assim, as mulheres em situação de desvantagem. Para além, afirmam que em seu cotidiano, elas costumeiramente se preocupam com a questão alimentar, vinculando-a com o lado emocional.

Os dados divulgados da PNAD realizada no ano de 2013 pelo IBGE (2014)<sup>445</sup> elucidam que, em escala nacional, há maior prevalência percentual de estados de insegurança alimentar nas áreas rurais se comparadas às urbanas, tanto no que concerne aos domicílios, quanto no que diz respeito aos seus moradores. Analisando o período de 2009 a 2013, destaca-se que nos domicílios de área urbana houve significativa redução dos casos de insegurança alimentar, em todos os níveis, enquanto as situações de

<sup>443</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da Fome**. Rio de Janeiro, Salvador: FIOCRUZ, EDUFBA. 2003.

<sup>444</sup> ALLEN, Patricia. & SACHS, Carolyn. Women and Food Chains: The Gendered Politics of Food. **International Journal of Sociology of Food and Agriculture**. Vol. 15 (1) 2007. p. 01-23.

<sup>445</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

segurança alimentar aumentaram expressivamente.

Já no mesmo intervalo avaliado, os índices da EBIA relativos às residências das áreas rurais mantiveram-se praticamente estáveis, com um aumento percentual das moradias em estado de insegurança alimentar leve e uma redução dos domicílios encontrados em situação de insegurança alimentar grave.

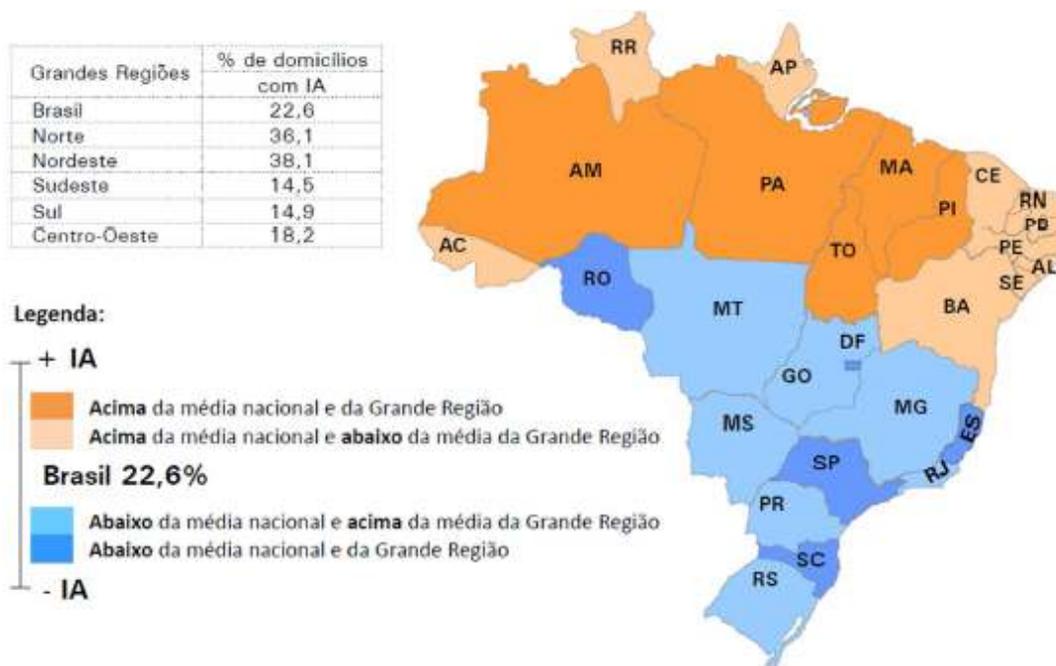
Conforme dados fornecidos pelo IBGE (2014)<sup>446</sup>, o percentual de domicílios no Brasil em segurança alimentar era de 69,8% em 2009 e passou para 77,4% em 2013. Referindo-se aos quadros de segurança alimentar relativos aos moradores, houve um acréscimo no percentual de pessoas em segurança alimentar, que era de 65,9% em 2009 e foi para 74,2% em 2013. Neste sentido, dos 201,4 milhões de habitantes estimados pelo IBGE para o Brasil, 52 milhões estavam em situação de insegurança alimentar. Também no tocante aos indivíduos, a segurança alimentar foi maior nas áreas urbanas em comparação com as rurais.

O uso deste indicador também permite a visualização das disparidades existentes entre as regiões do país. O Nordeste concentra 45% dos indivíduos com insegurança alimentar, apesar de seu contingente populacional abranger somente 27,7% da população nacional. Já a região Norte, que possui 8,5% do total de habitantes do país, apresenta 13,3% dos casos registrados de insegurança alimentar. A figura 02 é aclaradora quanto a esta questão, ao espacializar o fato acima comentado.

---

<sup>446</sup> Ibidem.

**FIGURA 02.** Mapa Representativo do Percentual de Domicílios com Insegurança Alimentar no Brasil por Regiões - 2013



Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD – 2013**. Rio de Janeiro. 2014.

Tal fato não é fortuito, sendo explicado por motivos socioeconômicos, visto que os piores indicadores sociais do país se encontram nas áreas supramencionadas. Os menores níveis salariais da nação são encontrados em ambas as regiões, que possuem também as maiores taxas de desigualdade neste quesito. Por conseguinte, frisa-se aqui a profunda influência que a desigualdade imposta pelo modo de produção capitalista tem sobre a alimentação dos indivíduos. Ademais, a região Norte do país, a mais rica em recursos naturais, apresenta os maiores índices de insegurança alimentar.

Os dados da pesquisa realizada pelo IBGE (2014)<sup>447</sup> ainda indicaram que quanto maior o número de pessoas no domicílio, menor é a predominância de segurança alimentar. Um maior quantitativo de indivíduos residindo no mesmo local implica em maiores dificuldades à providência de uma alimentação que assevere a todos uma vida saudável. Também mostraram que quanto menor o rendimento *per capita* do domicílio, maior é a probabilidade deste apresentar insegurança alimentar, pois o acesso à alimentação é condicionado pela receita mensal, conforme apontam autores como Maluf

<sup>447</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

(1998)<sup>448</sup> e Hoffman (2008)<sup>449</sup>.

Os índices de segurança alimentar encontrados pela pesquisa demonstram que no comparativo entre as residências chefiadas por pessoas brancas e aquelas lideradas por indivíduos de cor ou raça preta e parda, os primeiros apresentam valores de segurança alimentar muito maiores que os últimos, ratificando a histórica situação de exclusão social e étnica vivenciada por estes indivíduos, repercutindo em piores condições de vida.

Conforme indicam os dados fornecidos pelo suplemento de Segurança Alimentar da PNAD-2013 (2014)<sup>450</sup>, 22,6% dos domicílios pesquisados na amostra encontravam-se em estado de insegurança alimentar, apontando uma queda em comparação com os anos anteriores. Enquanto isso, 14,8% dos lares brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar leve. Já no que diz respeito à insegurança alimentar moderada, 4,6% das residências na nação apresentavam tal quadro. Quanto à insegurança alimentar grave, 3,2% das moradias pesquisadas estavam em tal situação.

O estudo mostrou que a insegurança alimentar, em seus três níveis, apresentou queda nos últimos anos. Seus dados explicitam a desigualdade regional existente no contexto brasileiro, visto que os maiores índices de insegurança alimentar figuram nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente. Tal fato ratifica a influência que a desigualdade de renda salarial e a concentração fundiária possuem quanto à situação alimentícia dos indivíduos.

Abaixo, segue uma representação cartográfica (Figura 03) bastante esclarecedora, que revela a centralização demasiada de terras no panorama nacional através do Índice de Gini. A imagem possibilita visualizar que as porções norte e nordeste possuem as mais díspares distribuições de terra do país, atestando a indissociabilidade entre acesso à terra e segurança alimentar.

---

<sup>448</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

<sup>449</sup> HOFFMAN, Rodolfo. *Op. cit.* 2008.

<sup>450</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

**FIGURA 03.** Cartograma Ilustrativo do Índice de Gini da Área Total dos Estabelecimentos Agropecuários por Município – 2006



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006. 2006.

Na figura acima, as áreas com maior concentração fundiária, de acordo com o Índice de Gini, são representadas por cores mais escuras. É nítido que, com exceção do estado de Mato Grosso, as maiores desigualdades no acesso e na posse da terra são constatadas nas unidades federativas do Nordeste e do Norte da nação. Os estados do Sudeste e do Sul apresentam valores inferiores aos das regiões retrocitadas.

### 4.3 – Fome Oculta

Conforme Houaiss & Villar (2009)<sup>451</sup> apontam, o vocábulo fome pode representar coisas e situações distintas. No entanto, no que se refere ao tema aqui discutido, apenas três significados do termo apresentam-se de maneira coerente. Na primeira definição, é entendido como a sensação que traduz o desejo, a necessidade de comer. Na segunda, é concebida como a carência alimentar; subalimentação, subnutrição, aproximando-se bastante do conceito de fome oculta, que será posteriormente discutido. Já na terceira acepção, é compreendida como escassez, míngua de víveres, miséria.

Pela periculosidade do assunto, a fome foi um tabu na ciência por muito tempo, conforme assevera Castro (1957-B)<sup>452</sup>. Contudo, ela ainda o é, apesar de Castro (1957-B, p. 55-59)<sup>453</sup> afirmar que violou-se a interdição sobre a fome<sup>454</sup>, pois ainda há uma imensa míngua quanto a trabalhos realmente impactantes sobre a temática. Acrescenta-se a isto o fato de que a maioria das obras referentes ao tema é apenas descritiva ou possui viés puramente biológico, sem adentrar nas questões de ordem social, política, cultural e econômica.

A moralidade contribuiu para que a fome fosse esquecida nas contendas científicas, visto que ela revela um instinto primário do ser humano, a urgência da alimentação. Isto assombra o mundo moderno, regido pela ditadura da razão.

A interdição a respeito do mote também foi motivada por razões de ordem político-econômica. As metrópoles buscaram ocultar a fome grassante nas colônias ou nos países recém-libertos do domínio colonial, porquanto não desejavam que as mazelas das práticas imperialistas fossem desveladas.

Nos tempos atuais, Freitas (2003)<sup>455</sup> ratifica o silêncio vigente acerca da problemática da fome. Até mesmo entre a população famélica, estudada pela autora, a fome é um vocábulo escamoteado, substituído por outros termos e/ou símbolos. A

---

<sup>451</sup> HOUAISS, Antônio. & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

<sup>452</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>453</sup> *Ibidem*.

<sup>454</sup> É inegável que, conforme expôs Castro nesta mesma obra, após as Revoluções Socialistas na China e na Rússia e, posteriormente, na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais, elevou-se o quantitativo de obras científicas ou não relativas à fome. Contudo, apesar de tal acréscimo, não se pode afirmar que o tabu referido foi totalmente desconstruído.

<sup>455</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

autora ainda expõe que a necessidade do capitalismo em possuir um exército de reserva industrial de mão de obra promoveu o silenciamento acerca desta questão.

É a partir de meados do século XX que a atenção mundial começa a se voltar para a problemática da fome. Guedes (2011)<sup>456</sup> demonstra que em 1962, a ONU cria o Programa Alimentar Mundial buscando solucionar os problemas de países como a China, que possuíam milhões de habitantes com alimentação precária. Apesar disto, a temática aqui debatida ainda não tem o destaque merecido nos estudos em escala mundial, mesmo possuindo suma importância à humanidade.

Em consonância com Castro (2007)<sup>457</sup>, disserta-se que na mentalidade humana, a fome age como um fenômeno cíclico, apresentando crises e melhoras periódicas. No começo do processo de fome, este causa incomum nervosismo e exalta os sentidos, sobretudo a visão e o olfato, no intuito de saciar o desejo de alimentar-se. Neste momento, o homem se aproxima criticamente dos demais animais.

A fome afeta o comportamento mental humano, que se volta somente à necessidade de comer, conforme mostra Castro (1957-B)<sup>458</sup>. Após o período de maior irritabilidade, o indivíduo famélico sofre de um estado depressivo, mais quieto, em que possui enormes dificuldades de foco ou atenção em algo. Posteriormente, quaisquer moralidades ou escrúpulos são perdidos.

Neste mote, o autor ratifica a maneira como a fome atua sobre a personalidade dos seres humanos. Para ele, a fome impede uma atenção, um esforço mental mais prolongado, atrapalhando o desenvolvimento intelectual dos infantes. Em seu afamado romance intitulado “Fome”, Hamsun (1977, p. 130-132)<sup>459</sup> narra um caso em que ele não conseguiu executar um cálculo simples, ao qual resolveria normalmente com facilidade. Tal situação denota o impacto da má alimentação na capacidade intelectual do ser humano. Posteriormente, o autor se irrita profundamente pela incapacidade de realizar uma operação matemática simples. Acerca dos jejuns prolongados, o próprio Hamsun (1977, p. 19)<sup>460</sup> articula:

---

<sup>456</sup> GUEDES, Pedro Arthur Braune. **Crise dos Preços dos Alimentos de 2007-2008 – Uma Análise Crítica**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geociências. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

<sup>457</sup> CASTRO, Josué de. “Fome como força social: fome e paz.” In: FERNANDES, Bernardo Mançano. & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (Orgs.) **Josué de Castro: Vida e obra**. 2ª Edição Revisada e Ampliada São Paulo: Editora Expressão Popular. 2007. p. 153-164.

<sup>458</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>459</sup> HAMSUN, Knut. **Fome**. Tradução: Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Círculo do Livro S. A. 1977.

<sup>460</sup> *Ibidem*.

Eu observara muito bem que, se jejuasse durante um período bastante longo, era como se os miolos me escorressem suavemente do cérebro, esvaziando-o. A cabeça tornava-se leve, como que ausente; já não lhe sentia o peso sobre os ombros; e, se olhava para alguém, tinha a sensação de que meus olhos estavam fixos, arregalados.

Utilizando-se de linguagem figurada, o autor descreve algumas das sensações e perturbações decorrentes das situações de fome, sobretudo em seus estados mais críticos. Acerca do temor da fome, Freitas (2003)<sup>461</sup> demonstra, que mesmo ante o alimento na mesa, muitos indivíduos podem se sentir aterrorizados pela fome, pois não têm certeza sobre o suprimento contínuo de alimentos, sabendo que provavelmente será algo temporário.

Houve por muitas décadas uma tendência em naturalizar o problema da fome, tornando-o algo meramente biológico. Um dos principais expoentes destas ideias foi Malthus (1983)<sup>462</sup>, ao afirmar em sua obra que a população aumentaria numa ordem de progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética. Em seus escritos, ele apregoava um acréscimo populacional muito superior à elevação da capacidade produtiva de alimentos. Portanto, em sua ótica, o excedente populacional era culpado pela fome que assola o planeta Terra. Neste sentido, ele ofereceu o aporte teórico necessário à formulação de políticas de controle de natalidade.

Assim, a obra malthusiana não compreendia que a fome era ocasionada pela dispar distribuição de renda e de alimentos, olvidando-se dos aspectos sociais e culturais componentes deste problema. No entanto, de modo dessemelhante ao pensamento do autor, a produção alimentícia global elevou-se exponencialmente, em uma proporção muitas vezes maior ao acréscimo do quantitativo populacional mundial. Tal ampliação da produtividade alimentar é decorrente dos avanços tecnológicos propiciados pela Revolução Verde, que apesar deste ganho produtivo, elevou desmedidamente a insalubridade da alimentação em âmbito planetário, sobretudo através do uso dos agrotóxicos.

Ademais, Malthus também se equivocou no tocante ao aumento populacional. Enquanto ele defendia a tese do crescimento populacional mundial em progressão geométrica, foi verificada a redução gradativa das taxas de aumento populacional globo afora, conforme se pode constatar pelos indicadores de algumas nações, que já

---

<sup>461</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

<sup>462</sup> MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os economistas”).

apresentam taxas anuais de decréscimo do número total de habitantes.

O desconhecimento popular quanto ao valor nutricional dos alimentos contribui para a má qualidade de sua dieta. Concernindo ao teor qualitativo da alimentação, Freitas (2003)<sup>463</sup> mostra como a questão do paladar é valiosa em alguns regimes alimentares, visto que em algumas famílias por ela estudadas, parte significativa do orçamento é destinada à compra de temperos para os pratos preparados.

Castro (1957-A)<sup>464</sup> enunciara um paradoxo que prevalece até hoje. As nações exportadoras de enormes quantidades de alimentos possuem elevado contingente de indivíduos famélicos. Em sua obra, almejou realizar um estudo geográfico da fome, o qual julgava necessário e inexistente. Um de seus méritos foi desnaturalizar o problema da fome. Decorrido mais de meio século do lançamento das principais obras de Castro, os escritos referentes à fome ainda são exíguos.

Contudo, é válido mencionar as políticas estatais de combate à fome em solo brasileiro. Através do programa Fome Zero criado pelo governo federal, o país conseguiu retirar um expressivo percentual de sua população da miséria absoluta e do estado de fome global ou total. No ano de 2014, um relatório da FAO (2014, p. 23-26)<sup>465</sup> anunciou a saída do Brasil do Mapa da Fome, enaltecendo o “Fome Zero” como o principal responsável por este quadro. Portanto, este fato corrobora a redução dos índices de fome absoluta no país, acarretada pelas melhorias efetuadas no acesso aos alimentos, sobretudo em decorrência das políticas assistencialistas.

Dialogando acerca de uma alimentação adequada, Josué de Castro (1957-A, p. 59)<sup>466</sup> ainda pronuncia que esta:

Deve conter um total de energia correspondente às despesas do organismo, a fim de ser julgado suficiente. Deve encerrar os diferentes elementos de que o organismo necessita para seu crescimento e equilíbrio funcional, para ser completo. Só será harmônico se êstes diferentes elementos entrarem em sua composição em determinadas proporções.

Por conseguinte, conforme explicitado no excerto retrocitado, uma dieta ideal é aquela que forneça em quantidade apropriada ao ser humano, os nutrientes aos quais ele precisa para o desempenho de suas atividades e funções orgânicas vitais. Com relação

---

<sup>463</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

<sup>464</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

<sup>465</sup> FAO. **The State of Food Insecurity in the World** - Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma, 2014.

<sup>466</sup> *Ibidem.*

às deficiências nutricionais, Castro (1957-B)<sup>467</sup> relata que as fomes ocultas podem ser de minerais, proteínas, vitaminas, entre outros elementos. Para além, as carências alimentares aparecem em geral associadas, sendo esporádicos os casos em que se apresentem de maneira isolada. Tal situação é alarmante, pois muitas patologias derivam da complexa junção de duas ou mais deficiências nutricionais.

Ademais, Castro (1957-B)<sup>468</sup> salienta que o alimento é o mais eficaz dos antibióticos, pois protege o ser humano de todos os ataques microbianos. Também indica como uma possível medida para a atenuação das fomes ocultas a incorporação de alimentos ainda não utilizados nas dietas humanas, porém, riquíssimos em variados nutrientes.

No tocante ao fenômeno da fome oculta, ressalva-se que este também incide sobre populações de nações consideradas economicamente desenvolvidas e até mesmo, em indivíduos com elevado poder aquisitivo, como no caso dos Estados Unidos. Castro (1957-A, p. 41)<sup>469</sup> demonstra que:

Como veremos oportunamente, numa extensa área dos Estados Unidos da América, no seu velho Sul agrário, continua muita gente a morrer de fome, continuam a manifestar-se entre as populações locais graves doenças, causadas unicamente pela falta de uma alimentação adequada.

O excerto acima evidencia a desigualdade regional existente no contexto estadunidense, com a porção sul do país, outrora pertencente ao México, padecendo com enfermidades mais agravadas decorrentes de problemas alimentares. Ademais, sublinha-se que até mesmo as áreas de maior vigor econômico desta nação possuem indivíduos em situação de fome oculta.

Castro (1957-B)<sup>470</sup> demonstra que as fomes específicas são fabricadas pelo ser humano. Para além, aponta a monotonia alimentar como uma das causas da fome oculta. Neste quesito, ela se assemelha à insegurança alimentar, visto que a reduzida diversidade de gêneros alimentares consumidos reverbera em ambas as situações. Ressalta-se aqui, que por possuírem muitas características em comum, fome oculta e insegurança alimentar foram usadas como categorias de análise na pesquisa realizada.

Em consonância com as ideias de Peiter (2005, p. 88)<sup>471</sup>, pode-se afirmar que um

<sup>467</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>468</sup> Ibidem.

<sup>469</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

<sup>470</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>471</sup> PEITER, Paulo Cesar. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. Tese de Doutorado em Geografia. UFRJ. IGEO/PPGG. Rio de Janeiro, 2005.

dos principais problemas da insegurança alimentar é o quadro de avitaminoses e de desnutrição aos quais alguns grupos se encontram. Essas circunstâncias de carência nutricional debilitam o organismo humano e favorecem a ocorrência de diversas patologias, conforme asseveram as obras de autores como Josué de Castro (1957-A)<sup>472</sup>, Friedrich Engels (1985)<sup>473</sup>, entre outros.

Castro (1957-B)<sup>474</sup> advoga que a alimentação deficitária interfere no desenvolvimento e no crescimento dos indivíduos, que apresentam estatura e peso inferiores às pessoas que se nutrem de modo saudável. Tais estados de déficit nutricional podem ser concebidos como situações de fome oculta, conforme a denominação usada por Josué de Castro (1957-B, p. 90-91)<sup>475</sup>. Acerca dos atrelamentos entre insegurança alimentar e fome, Simoncini *et al.* (2011, p. 02)<sup>476</sup> afirmam:

A fome não deve ser tratada somente como um problema técnico de subnutrição e nutricional, mas sociopolítico, que está diretamente ligada à questão da segurança ou insegurança alimentar. O problema da fome, ou especificamente da segurança ou insegurança alimentar, está relacionado à política fundiária e agrícola desenvolvida no Brasil no período pós-Segunda Guerra, mas existiu no período colonial e imperial e manteve-se em todo processo geo-histórico da república.

Acrescenta-se ainda ao intervalo em destaque, o fato de que a fome é um problema de ordem econômica, pois está diretamente vinculada aos aspectos produtivos do modo de produção capitalista. A fome oculta está presente tanto na cidade, quanto no campo. Ela indica qualquer estado de deficiência nutricional no organismo humano. Josué de Castro (1957-B)<sup>477</sup> explica com limpidez as minúcias presentes no fenômeno da fome específica, bem como suas causas e consequências. O próprio autor (1957-B, p. 90-135)<sup>478</sup> denuncia os principais fatores causadores do fenômeno da fome oculta, enfatizando que a escassa variedade alimentar de muitos povos é uma das culpadas pelos seus deletérios estados de carência nutricional. Quanto à fome oculta, Vilas Boas (2013, p. 41)<sup>479</sup> pronuncia:

Não obstante, existe outro tipo de fome, se é que assim pode dizer. É a fome

---

<sup>472</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A

<sup>473</sup> ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** (Tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). São Paulo: Editora Global, 1985.

<sup>474</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>475</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>476</sup> SIMONCINI, João Batista Villas Boas; MAIA, Haline Aparecida de Oliveira; MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. "Fome Oculta". **Revista de Geografia PPGeo-UFJF.** 2011.

<sup>477</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>478</sup> *Ibidem.*

<sup>479</sup> VILAS BOAS, Lucas Guedes. *Op. cit.* 2013.

oculta ou fome parcial, que vem a atingir parcelas representativas das populações de diversos países, até mesmo os desenvolvidos, como por exemplo, os Estados Unidos. A fome oculta representa o estado em que a pessoa come, saciando o desejo de se alimentar, mas não se nutre.

Atualmente, há um aumento díspar nos casos de fome oculta, em virtude de alguns fatores, como a desigualdade de renda salarial, a pobreza, o ritmo acelerado do modo de vida urbano, a pouca variedade das dietas alimentares, entre outros. Enquanto a produção alimentícia global não cessa de crescer, os casos encontrados de insegurança alimentar e fome oculta continuam se ampliando significativamente.

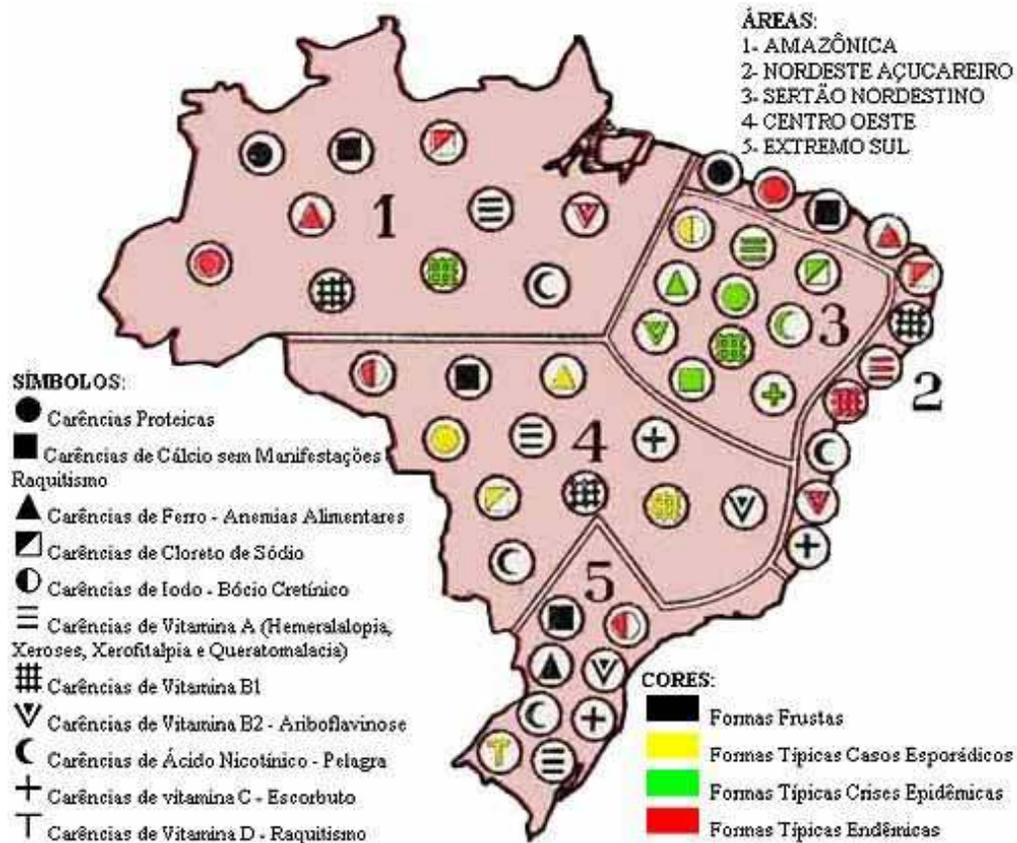
À época, Castro (1957-A)<sup>480</sup> mostrou que aproximadamente sessenta milhões de latinoamericanos sofriam com uma ou mais carências nutricionais, reverberando na incidência de algumas moléstias. Ele retratou também a fragilidade da dieta alimentar do brasileiro, responsabilizando aspectos sociais, econômicos e culturais por tal fato, pois a extensão territorial do Brasil, aliada à sua diversidade climática, edáfica e biogeográfica, é mais que suficiente para o suprimento de todas as necessidades nutricionais de sua população.

Com relação às deficiências nutricionais decorrentes de regimes alimentares pobres em determinados nutrientes, merece ênfase o mapa elaborado por Josué de Castro (Figura 02), abaixo exposto, no qual o autor espacializa as principais carências nutricionais encontradas pelo território brasileiro.

---

<sup>480</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

**FIGURA 04.** Mapa das Principais Carências Existentes nas Diferentes Áreas Alimentares do Brasil



Fonte: Extraído de: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-A.

No cartograma acima, Josué de Castro (1957-A)<sup>481</sup> regionaliza o país em cinco áreas alimentares: Amazônia, Mata do Nordeste ou Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul. O autor explica que as áreas da Amazônia, do Sertão e da Mata Nordestina são locais nitidamente de fome. O critério utilizado na obra para formular tal consideração é o de que, ao menos metade de sua população esteja em estado de fome, global ou oculta, seja de modo endêmico ou em surtos epidêmicos.

O autor considera as regiões da Amazônia e do Nordeste Açucareiro como áreas de fome endêmica no país, enquanto o sertão nordestino é ponderado como um local onde a fome ocorre de maneira episódica, apesar das adversidades climáticas vivenciadas periodicamente pelo nordestino. Sobre tal questão, o autor (1957-A, p.

<sup>481</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

161)<sup>482</sup> delinea:

Infelizmente, as sêcas periódicas, desorganizando por completo a vida econômica e social da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada.

Com relação à passagem destacada, cabe frisar que o sertanejo, apesar de todos os contratempos geográficos existentes, consegue obter uma alimentação que lhe assegure a maioria dos elementos necessários ao seu organismo, mesmo sua dieta não sendo abundante. Josué de Castro demonstra que isto se evidencia no seu tipo físico, mais longilíneo se comparado ao nordestino das zonas canavieiras.

O autor narra que durante as secas prolongadas, uma tática de sobrevivência é a diminuição da variedade alimentícia, em prol de seu aspecto quantitativo. Nestes períodos, diversas plantas e rebanhos se extinguem, devido à escassez hídrica. Referindo-se à problemática das estiagens no sertão nordestino, em discurso proferido na Câmara Federal em 1956, Josué de Castro (1957- C, p. 106-107)<sup>483</sup> pronuncia:

Porque há coisas muito piores do que a seca no Nordeste: o latifundiarismo e o feudalismo agrário, por exemplo. A seca é um fenômeno transitório, mas o pauperismo no Nordeste é permanente. Não bastam, portanto, medidas transitórias de emergência, contra a supôsta seca: são necessárias medidas de profundidade, medidas estruturais que modifiquem realmente os alicerces econômicos da região nordestina...

O intervalo supramencionado, extraído da fala do autor, é basilar na explicação dos motivos da fome no contexto nordestino. Inicialmente, deve-se grifar que a fome ainda paira sobre todas as regiões do país, sem quaisquer exceções. Áreas de condições climáticas propícias a diversos cultivos agrícolas também padecem com problemas de cunho alimentar. Por conseguinte, apregoa-se que as medidas de combate à fome não devem volver-se somente à mitigação das secas, mas sim serem direcionadas à alteração da estrutura econômica, sobretudo a agrária, vigente na nação.

Enquanto prevalecerem sobre o território brasileiro relações econômicas notadamente capitalistas, a pobreza perambulará pelo país. Uma artimanha dos estadistas e dos capitalistas, sejam do setor industrial ou do agrícola, é imputarem ao clima a culpa de fenômenos originados por razões visivelmente sociais.

---

<sup>482</sup> Ibidem.

<sup>483</sup> CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1957-C.

Neste ponto, a problemática da atribuição da fome no Nordeste do país ao clima semi-árido se sobressai, visto que a porção litorânea do território nordestino, de condições climáticas propícias a diversas culturas alimentícias, sofre com formas endêmicas características de déficits nutricionais. Isto é latente na obra de Josué de Castro, nos livros “Documentário do Nordeste” (1957-C)<sup>484</sup> e em “Homens e Caranguejos” (2003)<sup>485</sup>, no qual ele retrata as principais características da fragílissima dieta alimentar dos caranguejeiros.

Castro (1957-B)<sup>486</sup> comenta que num regime severo de fome, o mestiço do nordeste brasileiro baseia sua dieta anual na mistura de feijão com farinha de mandioca, mesmo vivendo nas férteis terras canavieiras de solo massapê. À custa da degradação da população local, os portugueses obtiveram elevadíssimos rendimentos no empreendimento de seus engenhos.

Portanto, tal constatação demonstra que o clima não é o culpado pelo pauperismo e pela fome imperantes nesta região do país. Suas causas são iminentemente sociais, políticas e econômicas, corroboradas pelo desigual acesso à renda e à posse dos meios de produção. Em sua obra, Castro (1957-B)<sup>487</sup> acentua a desigualdade de renda como causadora da fome, da miséria e do pauperismo.

Nas outras duas áreas da representação cartográfica acima descrita, Centro-Oeste e Extremo Sul, a fome atinge apenas parcelas específicas das populações, não afetando a sua maioria. Tal característica é típica do modo de produção capitalista, que diminui significativamente a qualidade da alimentação dos indivíduos, sobretudo das classes com menores dividendos, despossuídas de meios produtivos.

O caso da área denominada por Josué de Castro como Nordeste Açucareiro exemplifica algumas minúcias presentes em diversas localidades afetadas pela fome oculta, bem como suas causas e conseqüências. O escravo negro cultivava outros gêneros em meio à monocultura canavieira, contribuindo para a minimização das carências alimentares.

Exemplo latente da policultura desenvolvida por eles é o quilombo de Palmares, no qual havia variedade da produção agrícola de subsistência. Palmares foi um dos maiores exemplos de resistência camponesa e de luta pela terra no Brasil. A respeito,

---

<sup>484</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-C.

<sup>485</sup> CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. (Org. ALVES, Rosemary). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2003.

<sup>486</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>487</sup> *Ibidem*.

Freyre (1961)<sup>488</sup> assinala que, distintamente do propagado por muitos, Palmares foi uma mostra da aptidão do africano para a agricultura.

Cardoso (1979)<sup>489</sup> foi outro autor que salientou a importância dos escravos para a agricultura e a alimentação no país. Em sua obra, ele utiliza a expressão *brecha camponesa* para se referir àquelas atividades econômicas não abarcadas pelo *plantation*, como as economias de subsistência organizadas pelos quilombolas nos quilombos e/ou nos pequenos terrenos concedidos pelos senhores aos escravos para a agricultura de subsistência. Estes dois modos da brecha camponesa coexistiram no Brasil colônia, onde não houve, em larga escala, o cultivo de hortas domésticas.

Tanto as práticas agrícolas desenvolvidas nos quilombos, como aquelas desempenhadas nos lotes instaurados nas grandes fazendas e nos engenhos, disseminaram-se para outras áreas do país, impactando a agricultura nacional. Para além, muitos dos alimentos por eles lavrados adentraram a culinária brasileira e a dieta do povo brasileiro, devido aos seus sabores e aos seus valores nutricionais.

A concessão de pequenos lotes de terras aos escravos era uma maneira de promover e assegurar a reprodução deste tipo de mão de obra. A redução da jornada de trabalho, em alguns casos, representa uma tentativa de ampliar o tempo livre do cativo para o cultivo de sua terra.

Embora alguns escravos possuíssem algum tempo para o cultivo de suas hortas, este era determinado pelo senhor e, geralmente, não supria todas as suas necessidades, nem a de seus familiares. Isto diferenciava o escravo do servo. Cardoso (1979)<sup>490</sup> ressaltou que as atividades autônomas dos escravos não eram preponderantes, visto que prevaleciam aquelas pertencentes ao regime escravista.

Neste sentido, o autor demonstrou que as estruturas internas das colônias latinoamericanas não eram dependentes apenas das metrópoles, mas que possuíam aspectos derivados dos povos nativos e/ou trazidos, como os escravos africanos. Dentro do sistema escravocrata, o papel do escravo foi muito além de mera mercadoria ou força de trabalho, conforme se enfatizou nas linhas anteriores.

Ademais, os proprietários fundiários criaram inúmeros mitos para evitar que os escravos consumissem determinados alimentos, como manga, melancia, entre outros. Tal fato colaborou para ampliar a monotonia alimentar destes grupos e seus déficits

---

<sup>488</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* 1961.

<sup>489</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

<sup>490</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.* 1979.

nutricionais.

Alguns ingredientes representativos da culinária nordestina, como o óleo de dendê e a pimenta, previnem seus habitantes contra avitaminoses típicas da região, por conterem quantidades expressivas de vitaminas, como a A e a C. O caso é basilar no sentido de enaltecer a importância da inserção dos hábitos alimentares dos negros africanos<sup>491</sup> na alimentação do brasileiro, enriquecendo-a.

Na área da cultura canavieira, a alimentação era paupérrima, com ínfima variedade na alimentação. A dieta alimentar predominante era insuficiente em verduras, frutas, leites e derivados, repercutindo em inúmeras patologias, decorrentes de deficiências em proteínas, cálcio, vitaminas do complexo B e C, entre outras. Soma-se a isto o valor calórico fornecido pelos alimentos diariamente ingeridos por estes homens e mulheres, frequentemente inferior à necessidade energética de seus organismos. Portanto, na zona da mata nordestina há a dicotomia de uma região com solo de elevada fertilidade habitada por trabalhadores famélicos.

A precariedade da alimentação também se deve, em parte, à péssima remuneração recebida pela porção majoritária dos trabalhadores, algo comum no panorama brasileiro há muitos séculos. Acrescenta-se a isto o fato de que, durante o século XIX e no início do XX, o lançamento dos dejetos dos engenhos nos recursos hídricos da área gerou a mortandade de peixes na região, favorecendo a piora na alimentação dos residentes locais, ampliando os quadros de insegurança alimentar e de fome oculta.

A produção açucareira aumentou expressivamente o quantitativo populacional na área, deteriorando a situação alimentar, devido à elevação da densidade demográfica. Ante o contexto explicitado, o açúcar permite a visualização do modo como aspectos econômicos influenciam na alimentação dos seres humanos. Castro (1957-A)<sup>492</sup> salienta que a área cacaueteira monocultora foi assolada praticamente pelos mesmos distúrbios alimentares da porção canavieira, apontando inúmeras similaridades existentes entre as áreas, relativas à temática aventada.

---

<sup>491</sup> Josué de Castro, em seu livro “Documentário do Nordeste”, dedica um capítulo apenas para ressaltar a valorosa influência do negro na alimentação brasileira, contribuindo bastante para a mesma, ao trazer maior diversidade às dietas dos brasileiros. O autor ainda retrata que a culinária negra foi a mais coerente com as condições de vida do povo brasileiro. Ademais, expõe a frequência com a qual os escravos cultivavam seus pequenos roçados sem o conhecimento dos senhores da casa grande, repercutindo na melhoria de seus regimes alimentares e difundindo costumes culinários que permanecem vivos no país.

<sup>492</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

Freyre (1961)<sup>493</sup> ratifica isto, afirmando ser a monocultura a causa de muitas fomes no nordeste agrário. Para o autor, a alimentação deficitária que o nordestino possuía, vinculada à ínfima diversidade de gêneros consumidos e às miseráveis remunerações pagas, incidia em diversas patologias, responsáveis pela dizimação de significativo quantitativo de população nesta área.

A carência de ferro na alimentação e no organismo dos indivíduos estudados por Josué de Castro (1957-A)<sup>494</sup> era elevadíssima, reverberando na alta incidência de anemia. O autor relata a prática de geofagia<sup>495</sup> por parte dos locais, visto que as terras da região são riquíssimas em ferro. Já a deficiência proteica, também muito comum nas regiões por ele analisadas, afeta o crescimento dos indivíduos, que muitas vezes, apresentam baixíssima estatura<sup>496</sup>.

Conforme enuncia Picchi (2010)<sup>497</sup>, o “Homem Gabiru”, identificado e amplamente noticiado pelos meios midiáticos no ano de 1991, assombrou o país em virtude de sua altura reduzida, resultado do nanismo provocado pelo seu estado de desnutrição, decorrente da miséria em que vivia. Por algum tempo, o trabalhador agrícola Amaro João da Silva, cuja alcunha “Homem Gabiru” remete a indivíduos de baixa estatura, teve esperanças de melhorias em sua qualidade de vida, em razão das inúmeras reportagens da qual era personagem. Ademais, o vocábulo gabiru faz alusão a uma espécie de rato comum no nordeste do Brasil, pois os homens assim nomeados sobrevivem do lixo, assim como os roedores. Contudo, atualmente a condição de vida de Amaro não é muito diferente da verificada há vinte e quatro anos atrás. Ainda vive na miséria, com graves deficiências em seu regime alimentar, as quais são levemente amenizadas em virtude do recebimento de assistência financeira fornecida pelo programa estatal Bolsa Família.

Algumas vezes, o fato de alimentar-se com terra denota perturbações psíquicas

<sup>493</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* 1961.

<sup>494</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

<sup>495</sup> Em sua “Geopolítica da Fome”, Josué de Castro concebe a geofagia como uma defesa instintiva do organismo humano para a insuficiência em ferro, geradora de quadros anêmicos.

<sup>496</sup> Sublinha-se aqui, que a reduzida estatura dos indivíduos na porção litorânea do Nordeste não possui somente motivos sociais, sendo também causada por razões biológicas. Corroborando a afirmação acima, está a constatação de que o negro trazido da África como escravo era, em sua maioria, de tipo físico baixo e forte, para tolerar o árduo trabalho nos engenhos. Freyre (1961), em “Nordeste”, corrobora tal afirmativa, mostrando que a escolha de escravos para as lavouras açucareiras foi feita procurando os mais propícios a este tipo de trabalho. Ademais, também mostra que prevaleciam entre os eleitos aqueles de menor estatura, porém com musculatura realçada, ideal ao trabalho que seria realizado.

<sup>497</sup> PICCHI, Bruno. “As duas novas Leituras do Homem-caranguejo de Josué de Castro”. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. 1ª edição. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1. 2010, p. 259-276.

no ser humano. Em seu livro, Josué de Castro (1957-A)<sup>498</sup> relata que a fome gera agitações no psicológico do ser humano, alterando seu comportamento, corroendo-lhe a mente. Exaltam-se os instintos animais e a obsessão incessante de alimentar-se o expõe a inúmeros riscos. O autor demonstra que é cientificamente comprovado o estreito vínculo entre algumas carências nutricionais e problemas ou enfermidades de ordem psíquica. Neste ponto, insegurança alimentar e fome oculta têm algo em comum, pois ambas afetam o psicológico dos indivíduos por elas atingido.

Knut Hamsun (1977)<sup>499</sup> retrata as constantes variações do quadro emocional de quem passa fome, em momentos de nervosismo, de quietude, morbidez, entre outros. Na obra, o autor discorre sobre o sofrimento de longas horas sem se alimentar e as dificuldades encontradas na busca por saciar a fome. Em muitas situações da obra, o autor revelara um comportamento perturbado e angustiado e descrevera diversos acessos súbitos de raiva.

Freitas (2003)<sup>500</sup> explana que a sensibilidade em relação à fome varia de pessoa para pessoa. Os indivíduos analisados em sua pesquisa desvelam as perturbações mentais causadas pela fome, ao relatarem que esta causa a perda do juízo. Em algumas pessoas por ela entrevistadas, destaca-se nitidamente a indignação e o sentimento de revolta ocasionados pelos estados de fome em que se encontram.

Ademais, no estudo realizado acerca do bairro Péla, uma aglomeração urbana muito pobre localizada na cidade de Salvador, a autora notou que a angústia e a confusão mental trazidas pela fome incitam o indivíduo ao consumo ou à venda de drogas lícitas ou ilícitas. Muitas vezes, a utilização de substâncias, como o álcool, a cocaína, o crack, entre outros entorpecentes, aparece como uma medida atenuadora das escabrosas sensações causadas pela fome ao organismo humano. Neste sentido, pode-se citar o relato de Engels (1985)<sup>501</sup> acerca do alcoolismo entre os proletários da Inglaterra, inclusive crianças, no qual ele descreve as formas como os operários utilizavam a ingestão de bebidas alcoólicas para minimizar os efeitos da fome.

A sensação de fome é dessemelhante de um sujeito para outro. Neste âmbito, na pesquisa de Freitas (2003)<sup>502</sup>, alguns indivíduos revelaram ter vergonha do fato de sentirem fome. Isto ratifica o impacto por ela provocado no psicológico humano. Muitas

---

<sup>498</sup> Ibidem.

<sup>499</sup> HAMSUN, Knut. *Op. cit.* 1977.

<sup>500</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

<sup>501</sup> ENGELS, Friedrich. *Op. cit.* 1985.

<sup>502</sup> Ibidem.

vezes, como já salientado, a justificativa alegada para o uso de narcóticos é a de que eles escamoteiam e/ou minimizam os abalos mentais sofridos pelas pessoas com distúrbios ou déficits alimentares.

Superstições, restrições e proibições alimentares também interferem nas situações de fome oculta. Religiões como o islamismo, o judaísmo, o budismo, o janaísmo, o hinduísmo, entre outras, vetam o consumo de determinados alimentos, sobretudo de origem animal, favorecendo a ampliação das situações de carências nutricionais, sobretudo a proteica. A este respeito, Castro (1957-B)<sup>503</sup> mostra que a fome proteica, em sua época, era a mais comum e generalizada das fomes específicas.

Neste mesmo âmbito, Deffontaines (1948)<sup>504</sup> demonstra que determinados alimentos não são consumidos devido a proibições religiosas. Ele dedicou parte de seus estudos aos gêneros de vida, assim como La Blache. O autor compreende o gênero de vida como resultante de práticas efetivadas por um longo tempo, e da associação entre sociedade e o seu ambiente (entorno). Ele sublinha que o gênero de vida não decorre de ações únicas ou isoladas, mas de várias ações realizadas conjuntamente. Deste modo, na obra supramencionada, Deffontaines ressalta a maneira pela qual os gêneros de vida influenciam a alimentação e a religião dos povos.

#### 4.4 – Modo de Produção Capitalista e Fome Oculta

Aspectos econômicos também estão intimamente vinculados com a questão alimentícia e, por conseguinte, com a saúde humana. Hodiernamente, a esfera financeira influencia significativamente o modo como as pessoas se alimentam e a quantidade de gêneros por elas consumidos.

Exemplo notório disto é a reverberação que a crise econômica de 2008 teve no setor alimentício, gerando uma anormalidade de grandes proporções. Conforme asseveram os escritos de Guedes (2011)<sup>505</sup> e da FAO (2013)<sup>506</sup>, a atual recessão econômica repercutiu numa crise alimentícia de proporções inenarráveis, com especulação dos preços dos alimentos em âmbito mundial, acarretando assim, em surtos

---

<sup>503</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>504</sup> DEFFONTAINES, Pierre. **Géographie et religions**. Paris: Gallimard, 1948.

<sup>505</sup> GUEDES, Pedro Arthur Braune. *Op. cit.* 2011.

<sup>506</sup> FAO. *Op. cit.* 2013.

de fome e insegurança alimentar.

De acordo com Guedes (2011)<sup>507</sup>, a elevação dos preços dos alimentos em escala mundial, decorrente da crise econômica instaurada globalmente no ano de 2008, é a maior desde aquela acarretada pela Crise do Petróleo da década de 1970. Alguns comentários a respeito da atual recessão econômica são necessários. Inicialmente, é válido dizer que embora ela seja vulgarmente conhecida como crise de 2008, não se iniciou nesta data, remontando a um tempo passado.

Ela repercutiu em algumas consequências amplamente divulgadas pelos veículos midiáticos mundo afora, como a crise hipotecária nos Estados Unidos, prejuízos à União Europeia (com rebaixamento da massa salarial dos trabalhadores, aumento alarmante do desemprego, desvalorização do euro, entre outros fatos), o crescimento da China na economia mundial, entre outros.

Nos anos de 2006 e 2007, teve início nos Estados Unidos uma crise hipotecária, afetando todo o seu setor financeiro. Havia uma tendência até o ano de 2006 de um constante aumento nos preços dos imóveis no país. Aliás, existia a crença incontestável de que os preços imobiliários aumentariam eternamente. Pensando assim, os bancos e agências financeiras privadas em território estadunidense concederam empréstimos hipotecários de maneira muito facilitada, porém, com elevadas taxas de juros, promovendo o acesso ao crédito a pessoas de baixíssima renda salarial.

Assim sendo, milhões de estadunidenses não conseguiram quitar seus empréstimos e presenciaram a execução das hipotecas de suas moradias. Em 2007 e 2008, ocorre a bolha financeira imobiliária nos EUA, na qual os bancos perdem muito dinheiro com os penhores. Isso gerou o risco de falência do sistema bancário. O governo estadunidense interveio e injetou dinheiro no sistema bancário, além de comprar as dívidas dos bancos e instituições financeiras, tentando evitar a crise, mas não obteve êxito.

Contudo, ao assumir tais dívidas, os estadistas desta nação incorporaram estes penhores ao seu sistema financeiro, e conseqüentemente, às finanças globais. Com a crise hipotecária, há a queda nos preços e nas vendas no mercado imobiliário, além da perda de milhões de residências por causa das hipotecas, incidindo na degradação de áreas urbanas por todo o país, visto que por conta da expulsão dos moradores inadimplentes, criaram-se imensas áreas desocupadas em solo estadunidense. Isso

---

<sup>507</sup> GUEDES, Pedro Arthur Braune. *Op. cit.* 2011.

também ocasionou a formação das *'tend cities'*, regiões constituídas por milhares de cidadãos despossuídos de residência após a aplicação das hipotecas.

A crise afetou também as finanças públicas na Europa, devido ao fato de que muitos bancos sediados nos Estados Unidos possuem filiais na Europa, e vice-versa. Por causa da atual integração do setor financeiro mundial, a crise se globalizou. Deste modo, os Estados nacionais europeus foram impulsionados pelos bancos e instituições financeiras em crise a investirem capital para sanar suas dívidas. Destarte, como os governos passaram a utilizar o capital nacional para auxiliar o setor financeiro privado, faltaram recursos para questões estruturais, acarretando em inúmeros prejuízos à população, como desemprego, redução dos salários, entre outros. Isto repercutiu também na redução da verba aplicada em saúde e educação.

Uma das características marcantes da crise na Europa foi a desvalorização do euro, moeda adotada pela maioria dos países da União Europeia. Com a perda de valor do euro, a economia europeia praticamente entrou em colapso, causando uma série de demissões coletivas, falências de bancos, entre outros aspectos. A queda no valor do euro também acarretou na fuga de capitais, visto que muitas empresas passaram a aplicar seus investimentos em outros locais, sobretudo no Oriente (mormente a China), receando variação no valor da moeda europeia.

De acordo com McMichael (2009)<sup>508</sup>, a recessão econômica de 2007-2008, o foco maior nos investimentos no setor dos agrocombustíveis e a dependência do capitalismo industrial, bem como a especulação e a inflação dos preços dos alimentos, contribuíram para agravar o estado alimentar mundial. Portanto, a atual crise no setor alimentício deriva, em partes, da crise econômica. Isto mostra o profundo impacto que a globalização neoliberal possui contemporaneamente sobre a questão agrícola.

Assim como apregoam Porto-Gonçalves & Alentejano (2010)<sup>509</sup>, o avanço do agronegócio no contexto nacional, tanto para a produção de grãos para alimentação de rebanhos mundo afora, quanto para finalidades energéticas, promoveu o acréscimo na renda da terra, com conseqüente aumento do preço do solo. Com a expansão da agricultura de cunho empresarial, eleva-se a demanda por terras no país, ocasionando sua valorização. Neste caso, pode-se afirmar que o aumento da renda da terra incidiu em elevação dos preços dos alimentos, conseqüência esta resultante da especulação fundiária. Portanto, o agronegócio, associado a políticas neoliberais, inflacionou os

---

<sup>508</sup> MCMICHAEL, Philip. *Op. cit.* 2009.

<sup>509</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. *Op. cit.* 2010.

preços dos alimentos.

Conforme expõem autores como Marques (2011)<sup>510</sup> e Guedes (2011)<sup>511</sup>, no ano de 2008, os preços dos alimentos em escala mundial atingem patamares exorbitantes, mantendo-se em níveis altíssimos até os dias atuais. Assim, com a crise, um volume muito expressivo de capital proveniente de setores por ela afetados é direcionado ao agronegócio, para a produção de *commodities* alimentares ou não, com ênfase na produção dos agrocombustíveis.

Neste mote, Bravo (2007)<sup>512</sup> ainda aponta que a maioria dos agrocombustíveis<sup>513</sup> é oriunda de nações da Ásia, América Latina e África, com a utilização de terras de vocação agrícola, outrora utilizadas para a produção alimentícia, para fins energéticos. Indústrias multinacionais e transnacionais adquirem alargadas extensões de solo em países subdesenvolvidos, atravancando o acesso da população à terra. Destarte, colaboram para a piora nos quadros de fome global e oculta, bem como de insegurança alimentar de populações já acometidas pelas mazelas da fome.

Atualmente, é elevada a volatilidade dos preços dos alimentos em escala global. A inflação dos preços dos alimentos interferiu para o aumento dos casos de fome mundo afora, conforme assevera Guedes (2011)<sup>514</sup>. Ademais, também prejudicou a segurança alimentar global. Neste contexto, a crise alimentar global trouxe avarias mais severas às nações de menor renda. Nos dizeres de Maluf & Speranza (2013)<sup>515</sup>, a partir do ano de 2006, a volatilidade dos preços das *commodities* alimentares em escala mundial é ampliada, ressoando no encarecimento global dos preços dos alimentos, sem retorno aos valores anteriores. No Brasil, tal situação incide na inflação dos alimentos.

Segundo dados da FAO (2013)<sup>516</sup>, a recente crise econômica elevou o número de subnutridos mundo afora. O abrupto aumento dos preços dos alimentos ampliou o quantitativo de famintos em escala global. Neste caso, percebe-se como uma recessão de proporções globais, principiada pela aplicação de excedentes de capitais no ramo

---

<sup>510</sup> MARQUES, Maria Inez Medeiros. *Op. cit.* 2011.

<sup>511</sup> GUEDES, Pedro Arthur Braune. *Op. cit.* 2011.

<sup>512</sup> BRAVO, Elizabeth. *Op. cit.* 2007.

<sup>513</sup> Para a autora, o investimento nos agrocombustíveis auxiliará as indústrias do ramo de biotecnologia na tentativa de melhorar sua reputação em âmbito mundial, visto que nas últimas duas décadas, ela recebeu diversas críticas, muitas delas de organismos e cientistas vinculados à questão ambiental, devido à comercialização das sementes transgênicas. Algumas empresas biotecnológicas alegam que empregarão os transgênicos apenas para a produção de gêneros dirigidos ao setor energético, em virtude das inúmeras críticas direcionadas ao uso dos grãos modificados em laboratório para alimentação humana.

<sup>514</sup> *Ibidem.*

<sup>515</sup> MALUF, Renato S. & SPERANZA, Juliana. *Op. cit.* 2013.

<sup>516</sup> FAO. *Op. cit.* 2013.

imobiliário em território estadunidense, repercutiu no agravamento dos problemas alimentares. No tocante ao assunto, Freitas (2003)<sup>517</sup> expõe que a queda do poder aquisitivo da população reverbera em surtos de fome, pois é por intermédio da renda salarial que ocorre o acesso aos alimentos.

Conforme acentuam Maluf & Speranza (2013)<sup>518</sup>, algumas das causas da elevação dos preços dos alimentos em escala internacional são: a demanda crescente por alimentos nos países emergentes, nos quais é maior o percentual do salário gasto com a alimentação; a produção de grãos, como o milho e a soja, direcionada à geração de combustíveis; o acréscimo significativo no preço do petróleo, ressoando no aumento dos custos de transporte e de produção agrícola; a especulação financeira das *commodities*; a atenuação das taxas de crescimento das colheitas, entre outras.

As práticas de espoliação executadas pelos capitalistas atualmente têm sua parcela de culpa na recente problemática agrícola e alimentar. A acumulação por espoliação<sup>519</sup> acontece através da expropriação das terras dos pequenos camponeses, da privatização de bens públicos, da substituição da agricultura familiar pelo agronegócio, entre outros processos. Destarte, considerando-se que a agricultura familiar é direcionada ao mercado interno, enquanto o agronegócio visa a exportação, pode-se afirmar que as estratégias espoliadoras prejudicam o abastecimento interno de alimentos, além de onerar o seu valor, devido à diminuição na oferta e à necessidade de importação de alguns gêneros.

Com a questão da expropriação dos camponeses, pode-se afirmar que a espoliação é uma das responsáveis pelo aumento dos processos de desterritorialização em escala mundial, sobretudo impelindo milhões de indivíduos ao êxodo rural e submetendo-os ao regime assalariado de trabalho e à exploração capitalista.

Neste âmbito, Marques (2011)<sup>520</sup> narra que a privatização, a expropriação, a proletarianização e a financeirização da economia são mecanismos capitalistas de acumulação por espoliação. A estas táticas, Harvey (2004)<sup>521</sup> acrescenta a globalização e as políticas neoliberais, mostrando como a acumulação por espoliação é caracterizada por processos como a privatização, a mercadificação, a financeirização, entre outros.

---

<sup>517</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

<sup>518</sup> MALUF, Renato S. & SPERANZA, Juliana. *Op. cit.* 2013.

<sup>519</sup> A acumulação por espoliação pode ocorrer de variadas maneiras. Por isto, torna-se difícil tecer uma discussão abrangente sobre o tema em poucas linhas, visto que esta não é a temática central desta dissertação. Maiores detalhes sobre as inúmeras estratégias de espoliação utilizadas contemporaneamente podem ser encontradas em: HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

<sup>520</sup> MARQUES, Maria Inez Medeiros. *Op. cit.* 2011.

<sup>521</sup> HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

A privatização do solo degrada a alimentação da população, pois ao restringir o acesso à terra, impulsiona a aquisição de alimentos industrializados através do valor recebido em suas remunerações. Como nem todos os salários pagos contemplam as necessidades básicas dos seres humanos, a alimentação é degenerada em termos qualitativos e quantitativos. Para além, os alimentos industrializados trazem inúmeros malefícios aos organismos humanos, em virtude de seu alto teor de conservantes, açúcares, gorduras e outros nutrientes, conforme aponta Chiavenato (2005)<sup>522</sup>.

Conforme aponta o geógrafo inglês, a acumulação por espoliação é uma característica do período denominado como Novo Imperialismo. Ele utiliza esta expressão para substituir o termo *acumulação primitiva*, criado por Marx, visto que este tipo de acumulação ainda ocorre. As práticas espoliadoras atuam mais sobre as nações periféricas, como as da África Subsaariana.

A biopirataria, a pilhagem, as patentes e licenças de materiais genéticos são formas de espoliação utilizadas atualmente contra populações inteiras. Neste ponto reside o caráter perverso da globalização, pois, conforme expõe Milton Santos (2000)<sup>523</sup>, ao integrar os mercados mundo afora através das melhorias nos transportes e nas comunicações, ela possibilita a ampliação da exploração dos povos e nações, bem como da expropriação dos camponeses.

A partir dos anos 1970, com o ápice do neoliberalismo, há o enfraquecimento do Estado-Nação, por causa de aspectos, como a privatização de empresas estatais, a abertura de mercado nas nações socialistas, o fortalecimento das transnacionais (com o Estado cedendo benefícios a elas), entre outros. Destarte, o Estado foi desregulamentado e não diminuído, possuindo no contexto atual, um viés neoliberal. Assim, nos tempos recentes, as ações estatais desregulam as legislações, favorecendo as ações capitalistas. Ademais, o Estado é um dos principais aliados da acumulação por espoliação.

Conforme explana Vergopoulos (1977, p. 158)<sup>524</sup>, a pilhagem da agricultura acontece por intermédio da deterioração dos preços agrícolas, da concorrência de produtos livremente importados advindos do exterior e do aumento das imposições sobre os rendimentos, entre outros. Sendo a pilhagem uma forma de espoliação, a

---

<sup>522</sup> CHIAVENATO, Júlio José. **O Massacre da Natureza**. 2ª edição reformulada, São Paulo: Editora Moderna, 2005. (Coleção Polêmica)

<sup>523</sup> SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único ao pensamento universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

<sup>524</sup> VERGOPOULOS, Kostas. *Op. cit.* 1977.

assertiva acima ratifica os prejuízos impostos pela acumulação por espoliação aos pequenos agricultores, pois estes normalmente subsistem a partir da venda dos gêneros cultivados em suas propriedades. Se o valor venal destas mercadorias diminui, as condições de vida tendem a deteriorar-se.

Conforme pronunciado por Castro (1957-B)<sup>525</sup>, é cientificamente comprovado que o trabalhador faminto, com carências nutricionais, possui rendimento e produtividade inferiores aos do proletário sadio e bem alimentado. Por conseguinte, demonstra-se que a fome implica em prejuízos até mesmo para aspectos de ordem econômica.

No que tange ao vínculo do mote discutido com a economia, Vilas Boas (2013)<sup>526</sup> enfatiza que hodiernamente a subnutrição ainda incide num elevado número de deficientes físicos e mentais em diversos países mundo afora. Tal fato compromete setores como o econômico e o militar, pois no caso dos alistamentos, muitos candidatos são recusados devido a patologias psicológicas ou físicas, enquanto para a economia, o prejuízo é imenso, pois há redução da força de trabalho disponível para ser alocada nas mais distintas atividades.

Alguns fatores incidem no decréscimo da qualidade da alimentação da população, de forma geral. Alguns deles são abaixo descritos por Josué de Castro (1957-A, p. 260)<sup>527</sup>:

Outros fatores trabalharam conexamente para o agravamento da situação alimentar nos últimos anos, destacando-se entre eles o êxodo rural para fornecer mão de obra à indústria urbana melhor remunerada, a falta de combustível suficiente para os trabalhos da lavoura, e, finalmente, a inflação desordenada com a decorrente corrida desenfreada dos preços nos mercados consumidores, de graves conseqüências para a coletividade e sem benefícios de nenhuma ordem para o agricultor, explorado pela rede bem organizada dos intermediários e dos açambarcadores.

O trecho acima transcrito é exemplar para demonstrar como a economia influencia na questão alimentícia, ao arquitetar comentários acerca da inflação. A elevação repentina dos preços dos alimentos componentes da base da dieta da população conduz a uma piora qualitativa na alimentação, porque as pessoas priorizam a tentativa de mantê-la satisfatória em termos quantitativos.

As deficiências alimentares e as moléstias delas derivadas são mais comuns no pobre residente na cidade do que no habitante do campo, pois o camponês possui ainda

<sup>525</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>526</sup> VILAS BOAS, Lucas Guedes. *Op. cit.* 2013.

<sup>527</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A.

um pequeno pedaço de terra onde pode cultivar alguns gêneros, ampliando sua diversidade de alimentos consumidos.

Destarte, isso explica, em partes, as razões pelas quais Josué de Castro (1957-A)<sup>528</sup> atribui à urbanização o papel de ocasionar o acréscimo da fome oculta no Brasil. Outra alegação do autor é a de que o elevado preço de alguns alimentos nas áreas urbanas é um empecilho à variedade alimentar de sua população. Justifica-se assim a crítica do autor à pressão exercida pelas indústrias e pela concentração fundiária, impulsionando vários indivíduos ao êxodo rural.

Outro fator que facilita a disseminação da fome oculta é o papel desempenhado pelos meios de telecomunicações, pois estes exibem uma expressiva quantidade de propagandas referentes aos produtos industrializados, pouco nutritivos e muito insalubres, incentivando seu consumo. Chiavenato (2005)<sup>529</sup> relaciona a questão publicitária com o acréscimo no número de obesos no país, porquanto na maioria das regiões metropolitanas, a classe trabalhadora come para saciar a fome, e não visando o acúmulo de nutrientes no organismo.

Ingerindo significativas quantidades de embutidos, refrigerantes e outros produtos repletos de açúcares e gorduras, em detrimento de alimentos de alto valor nutricional, como frutas, verduras e legumes, os populares encontram-se comumente apresentando estados de carências nutricionais. Ademais, corroborando tal situação está o fato de que os produtos industrializados são frequentemente mais baratos em comparação com aqueles mais saudáveis.

Allen & Sachs (2007)<sup>530</sup> enunciam que a inserção da mulher no mercado de trabalho promoveu a ampliação do consumo de alimentos industrializados pré-cozidos, repletos de conservantes. Tal constatação repercute diretamente na qualidade dos alimentos ingeridos, visto que muitos dos elementos usados na conserva dos gêneros alimentícios são maléficos ao organismo humano. Concernindo ao liame entre capitalismo e produção de alimentos, Vilas Boas (2013, p. 38)<sup>531</sup> discorre:

A fome que hoje assola a humanidade e impera pelo globo interessa a uma minoria que detém o capital, comanda direta ou indiretamente a produção mundial de alimentos, e que tem o fenômeno da fome como sendo algo valiosíssimo na manutenção e ampliação das suas taxas de lucro.

---

<sup>528</sup> Ibidem.

<sup>529</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Op. cit.* 2005.

<sup>530</sup> ALLEN, Patricia. & SACHS, Carolyn. *Op. cit.* 2007.

<sup>531</sup> VILAS BOAS, Lucas Guedes. *Op. cit.* 2013.

Diante de uma realidade caracterizada por relações de desigualdade, os capitalistas possuidores dos meios produtivos decidem quais serão os alimentos produzidos, em quais quantidades e de que maneira isto acontecerá. Nesta contextura, Marx (1983)<sup>532</sup> disserta que a pobreza interessa ao capitalismo, pois ele carece de um “exército de reserva industrial”, ou seja, de um excedente populacional pobre disponível para ser utilizado pelo capitalismo, quando este precisasse.

Por conseguinte, entende-se que a pobreza e a desigualdade são essenciais às economias capitalistas. A origem da fome não reside na escassez de alimentos. Entre suas causas está o pauperismo, intensificado pelo modo de produção capitalista, aliado à iniquidade de acesso aos recursos produtivos. Neste sentido, Hiath (2009)<sup>533</sup> ressalta que o problema da fome no mundo não é de produção, mas, de distribuição.

Em consonância com Hiath (2009)<sup>534</sup>, disserta-se que atualmente o campo também adere à lógica fordista<sup>535</sup>, instaurando uma produção em larga escala, seja de vegetais ou de gado. Cabe destacar que, de início, o sistema produtivo fordista foi instalado nas indústrias. Gradativamente, ele foi adentrando outros setores produtivos da economia global. Dentre suas principais características, se sobressaem a produção em massa e padronizada, bem como o consumo massificado. No fordismo, há a utilização de estratégias com a finalidade de promover e ampliar a compra de determinadas mercadorias.

Em seu estudo, Freitas (2003)<sup>536</sup> mostra que muitos dos famintos por ela avaliados revelaram estar na mendicância ou procurar alimentos no lixo. Neste caso,

---

<sup>532</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* 1983.

<sup>533</sup> HIATH, Marcos. **Terra dos Homens, Terra da Fome: Ensaio Relacionando a Obra de Josué de Castro com a Assimétrica Geopolítica da Carne.** In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p. 01-18.

<sup>534</sup> *Ibidem.*

<sup>535</sup> Alguns comentários acerca do fordismo são válidos. Ele foi um sistema produtivo criado alguns anos após o taylorismo, pelo industrial Henry Ford, que utilizou alguns pontos positivos do taylorismo, como a intensa especialização do trabalho, porém, consertou alguns equívocos que enxergava no taylorismo. Um dos erros que Ford viu no taylorismo era o fato de a produção ser em massa, mas o consumo não. Ford percebeu que de nada adianta uma elevada produtividade, se o consumo também não for alto. Então, ele realizou algumas ações com o intuito de ter uma produção em massa para um consumo em massa. Uma delas foi criar produtos a preços acessíveis para a população em geral, mercadorias que os trabalhadores pudessem de fato consumir. Exemplo nítido disto foi o Ford-T, um carro que custava menos da metade do preço dos demais automóveis da época. A medida mais famosa de Ford para ampliar o mercado consumidor foi aumentar propositalmente o salário dos seus funcionários e reduzir sua carga horária diária de trabalho, para que os trabalhadores pudessem ter tempo e dinheiro para consumir os produtos fabricados pela indústria fordista. Enaltece-se aqui, que algumas conseqüências do fordismo, em âmbito mais geral, foram a padronização dos produtos (a criação de modelos ou protótipos que deveriam ser seguidos) e o aumento mundial da concentração industrial (com as indústrias passando a se concentrar cada vez mais nos países desenvolvidos, em detrimento dos subdesenvolvidos).

<sup>536</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

seres humanos socialmente excluídos, descartados pela lógica capitalista, buscam nos rejeitos da sociedade a sua subsistência. Destarte, a autora atrela a fome à exclusão social.

Em sua obra, Josué de Castro (1957-C)<sup>537</sup> compara o operário a uma máquina, que sem combustível suficiente, não funcionará de maneira adequada. Ele almejou demonstrar que o trabalhador, padecendo de insuficiências nutricionais, não conseguirá render o esperado no trabalho, comprometendo até mesmo a produção. Ademais, percebe-se que o rendimento no trabalho, geralmente braçal, é mínimo naquelas pessoas atingidas pela fome oculta.

O fator pedológico também pode interferir nos quadros de fome oculta, visto que determinados solos possuem maior teor de nutrientes que outros. Assim sendo, nestes fragmentos de terra mais férteis, as partículas do solo realizarão mais trocas iônicas<sup>538</sup> com as plantas ali cultivadas que, por conseguinte, apresentarão valor nutricional maior que nos demais solos.

Um problema nítido da parcela majoritária das áreas agrícolas brasileiras é o esgotamento dos solos, acarretado pelo uso intensivo dos mesmos, sem se preocupar com práticas como a rotação de culturas, o descanso da terra, entre outras estratégias que visem a manutenção da fertilidade. Ademais, Castro (1957-B)<sup>539</sup> expõe que em muitos locais onde o solo é pobre em iodo, predominam casos de bócio endêmico.

A princípio, vale ressaltar que a fome é algo discutido por diversas áreas do conhecimento, sendo abordada pela ciência, pelo senso comum, pelas artes, pela teologia, pela filosofia, entre outras. Exemplo característico do fato acima exposto é a Bíblia (1990)<sup>540</sup>, que traz várias histórias referentes à fome, destacando-se entre elas o relato sobre José (interpretador de sonhos), que salvou o Egito da fome através das suas previsões<sup>541</sup> e que, posteriormente, viera a se tornar rei egípcio. Contudo, apesar de

---

<sup>537</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-C.

<sup>538</sup> Quanto a este tópico, vale acentuar que propriedades como a CTC (capacidade de troca catiônica) e a CTA (capacidade de troca aniônica) são fundamentais à fertilidade do solo. Deste modo, quanto maiores forem estas taxas, mais fértil tende a ser a terra cultivada, pois ela conseguirá trocar mais nutrientes com as raízes das plantas ali estabelecidas. A elevada acidez de alguns solos Brasil afora também abrolha como um empecilho à instalação de lavouras. Neste caso, a calagem, através da adição de calcário ao solo, soluciona o problema, pois ao reduzir o nível de acidez, favorece as trocas iônicas, beneficiando a plantação.

<sup>539</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

<sup>540</sup> SAGRADA, Bíblia. Edição pastoral. São Paulo: Editora Paulus. 1990.

<sup>541</sup> Acerca, vale salientar que José despertou a ira de seus irmãos por sua capacidade de interpretar sonhos, mas também por ser o filho predileto de seu pai, Jacó. Deste modo, ainda menino foi vítima de uma cilada preparada por seus irmãos, que o venderam como escravo para um rico mercador, chamado Potifar. Todavia, ao recusar-se a prestar favores sexuais à esposa deste mercador, ela o acusou de tentativa de

afetar diretamente a vida dos seres humanos e de ser discutida em outros campos do saber, a temática da fome ainda é algo incipiente em discussões científicas.

Prigogine & Stengers (1991)<sup>542</sup> mostram que a ciência atual busca se desvencilhar do legado newtoniano, abrindo espaço à diversidade qualitativa. Advogam também que a ciência não é a fonte de todo o conhecimento. Para além, demonstram como nos últimos tempos o saber científico vem gradativamente se aproximando dos demais saberes.

Destarte, o novo paradigma científico, ainda em estabelecimento, apregoa e valoriza outros tipos de saberes não descritivos, propedêuticos (não científicos). Assim, se distingue do neopositivismo, que coloca a ciência como a única maneira possível para obtenção do conhecimento. Esta nova visão de ciência se abre ao múltiplo, ao diverso, a outras formas de conhecimento, e enfoca as relações e processos, diferenciando-se assim da ciência clássica, caracterizada pelo seu viés teleológico e pela busca de resultados.

A literatura é outra área do conhecimento que abordou com alguma profundidade a problemática da fome, através de escritores estrangeiros como Knut Hamsun, Émile Zola, Franz Kafka, Gabriel García Márquez e Mario Vargas Llosa. Já no cenário brasileiro, realçam-se as obras de João Cabral de Melo Neto, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, Rodolfo Teófilo, entre outros<sup>543</sup>.

Ressalta-se que a fome, embora seja um problema predominante nas classes menos abastadas, até pouco tempo era temática de obras literárias escritas, em sua maioria, por membros da burguesia. Retratando aspectos das deficiências alimentícias existentes em todo o Nordeste brasileiro, João Cabral de Melo Neto (2009-B, p. 87)<sup>544</sup>, em seu poema Alto do Trapuá, delinea:

Estranhamente, no rebento  
cresce o ventre sem alimento,

---

estupro, acarretando na prisão de José. Foi justamente na cadeia que sua fama de intérprete de sonhos se disseminou pelo Egito. Certo dia, o faraó sonhara com sete vacas magras devorando sete gordas. Apesar disto, elas mantiveram-se magras. Após apelar a todos os sacerdotes em êxito, o faraó solicitou a José que interpretasse seu sonho. Deste modo, ele lhe disse que a cena sonhada significava que o Egito passaria por sete anos de fartura seguidos de sete apenas de um período de severa estiagem, de dificuldades para seu povo. Como modo de recompensar o então prisioneiro pelo préstimo dado, o faraó o presenteia com um anel, nomeando-o governador do Egito.

<sup>542</sup> PRIGOGINE, ILYA. & STENGERS, Isabelle. *Op. cit.* 1991.

<sup>543</sup> Adverte-se o leitor que, na tentativa de mencionar alguns dos famigerados literatas que abordam o mote discutido, há o risco de se esquecer de algum nome fundamental que versara sobre o assunto.

<sup>544</sup> MELO NETO, João Cabral de. "Alto do Trapuá" In: **Morte e vida severina: e outros poemas**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2009-B, p. 85-88.

um ventre entretanto baldio  
 que envolve só o vazio  
 e que guardará somente ausência  
 ainda durante a adolescência,  
 quando ainda esse enorme abdome  
 terá a proporção de sua fome.  
 Esse ventre devoluto,  
 depois, no indivíduo adulto,  
 no adulto, mudará de aspecto:  
 de côncavo se fará convexo  
 e o que parecia fruta  
 se fará palha absoluta.

O ventre crescido ao qual o autor se refere no intervalo mencionado é decorrente da esquistossomose, uma enfermidade vulgarmente conhecida como “barriga d’água”, a qual afeta principalmente populações assoladas pelo pauperismo. A moléstia geralmente é adquirida através do contato com água contaminada, demonstrando que é um problema de saneamento básico. É comum que os indivíduos atingidos por ela apresentem inchaço do abdome, o que explica a alcunha popular conferida à doença.

Outra característica enfatizada pelo escritor é o corpo delgado da maioria dos habitantes do sertão, diariamente atingidos pela escassez quantitativa e qualitativa de alimentos. A fome prevalece nesta região do país, e ao contrário do que muitos disseminam, não é ocasionada por fatores climáticos. Suas causas são iminentemente socioeconômicas.

Por fim, alguns apontamentos são válidos no intento de articular os tipos de fome descritos e discutidos por Josué de Castro com os níveis de insegurança alimentar da escala brasileira proposta pelo IBGE.

Destarte, uma correlação pode ser traçada entre o que Josué de Castro (1957-A; 1957-B)<sup>545</sup> denomina como fome global ou total e o estágio de insegurança alimentar grave, segundo os parâmetros da classificação estabelecida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), visto que nesta categoria, há escassez quantitativa de alimentos, concordando com a definição de fome global ou total utilizada por Castro em suas obras.

Já a situação de insegurança alimentar moderada equivale à fome oculta descrita minuciosamente por Castro, pois nela há deficiências qualitativas na alimentação, embora em termos quantitativos, ela seja suficiente aos indivíduos consumidores.

---

<sup>545</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-A; 1957-B.

#### 4.5 – Segurança/Insegurança Alimentar em Nepomuceno-MG

De antemão, deve-se salientar os empecilhos encontrados na procura por informações relativas às características alimentares e nutricionais dos grupos estudados. A escassez de dados atinentes às avitaminoses e às patologias por elas causadas, assim como a negligência de alguns órgãos e entidades na cessão dos mesmos, constituiu um obstáculo à realização desta pesquisa.

No Brasil, a disponibilidade de alimentos não deveria ser algo tão preocupante, devido à sua autossuficiência na produção, visto que o país é conhecido pela elevada fertilidade de seus solos e por ser um dos maiores exportadores de alimentos. Contudo, a problemática alimentícia ainda é preocupante, sobretudo quando se discute a questão do acesso aos alimentos.

Contribuindo majoritariamente para agravar as situações de insegurança alimentar está a carestia da alimentação, inclusive dos produtos básicos da dieta da população brasileira, cujos preços vêm apresentando constantes acréscimos. Destarte, há redução quantitativa e piora qualitativa na alimentação do povo tupiniquim, ampliando os casos de fome global e oculta.

Contudo, para alguns autores, a crise alimentícia de proporções mundiais teve seus efeitos amenizados no território nacional, devido ao progressivo aumento do salário-mínimo e aos programas de auxílio à alimentação, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o Programa Bolsa Família (MALUF & SPERANZA, 2013)<sup>546</sup>.

Sobre os dois primeiros projetos estatais mencionados, realça-se que muitos municípios brasileiros ainda não foram contemplados por seus benefícios. No tocante ao Programa Bolsa Família, devem ser destacados os vários casos de corrupção e fraudes envolvendo o repasse da verba, responsáveis por comprometer o acesso da população ao auxílio.

Já em Nepomuceno, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Família já são uma realidade há alguns anos, englobando um percentual expressivo das instituições de ensino do município e da população carente ali residente.

---

<sup>546</sup> MALUF, Renato S. & SPERANZA, Juliana. **Volatilidade dos Preços Internacionais e Inflação de Alimentos no Brasil: Fatores Determinantes e Repercussões na Segurança Alimentar e Nutricional**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2013, 148 p.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é incumbida da função de selecionar as famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família e distribuir a quantia a elas destinada.

Alguns autores, como Maluf & Speranza (2013)<sup>547</sup>, apregoam que programas e auxílios governamentais colaboram na redução dos índices de insegurança alimentar. No entanto, nesta contextura, vários dos entrevistados descreveram a interrupção no recebimento da quantia custeada pelo famigerado programa Bolsa Família, repercutindo em prejuízos à situação alimentar das famílias, visto que a verba proveniente do governo federal auxiliava na ampliação da quantidade e da diversidade de alimentos consumidos.

Um dos indivíduos entrevistados narrou que embora o seu filho possua o cartão de beneficiário do projeto governamental Bolsa Escola, o valor financeiro correspondente ao auxílio nunca foi recebido, ratificando os inúmeros problemas existentes na distribuição da quantia destinada pelo Estado aos programas assistencialistas.

Quanto ao PNAE, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e a EMATER-MG, seguindo a tendência nacional do programa supracitado, firmaram uma parceria entre alguns agricultores familiares do município e as escolas da rede pública para o fornecimento de alimentos às crianças discentes, almejando a melhoria da alimentação dos infantes, com a intenção de ampliar a segurança alimentar no município.

Na ótica de alguns autores, como Porto-Gonçalves & Alentejano (2009)<sup>548</sup> e Maluf (1998)<sup>549</sup>, a agricultura familiar ainda é um dos pilares que sustentam a alimentação saudável, ampliando assim, a segurança alimentar das populações. Por conseguinte, as políticas públicas devem se destinar à melhoria das condições de vida e do orçamento dos pequenos produtores agrícolas, visto que são os gêneros oriundos de suas propriedades que abastecem a maioria das residências no Brasil. Para além, seus preços são expressivamente menores em comparação aos alimentos procedentes do exterior.

Nas idas a campo, o questionário da EBIA foi aplicado a todos os integrantes adultos de quarenta famílias residentes no campo e de quarenta famílias moradoras da

---

<sup>547</sup> Ibidem.

<sup>548</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. *Op. cit.* 2009.

<sup>549</sup> MALUF, Renato S. *Op. cit.* 1998.

cidade. Após a averiguação do cotidiano de cada grupo familiar estudado, procedeu-se com a realização das entrevistas, cuja efetivação aconteceu no período de 02 a 29 de Junho de 2015.

Embora o contato com os sujeitos da pesquisa tenha ocorrido meses atrás, preferiu-se realizar todas as entrevistas no mesmo mês, tentando trazer maior fidedignidade às informações obtidas. Neste ponto, sublinha-se que todas as propriedades rurais dos sujeitos aqui estudados são minifúndios, pois são imóveis rurais com área inferior ou equivalente a um módulo fiscal, o qual, em Nepomuceno, corresponde a 26 hectares.

Temia-se que caso as entrevistas fossem realizadas em datas muito distantes, fatores de ordem climática (como estiagens duradouras ou precipitações intensas) ou macroeconômica (como um período de recessão econômica ou de elevada inflação), pudessem influenciar nos resultados encontrados, comprometendo a veracidade das informações adquiridas.

Desta maneira, optou-se por selecionar famílias de ganhos salariais mensais próximos, de modo a tentar minimizar possíveis falhas do trabalho, pois a discrepância nas remunerações reverbera diretamente no contexto alimentar de cada indivíduo. Assim sendo, o orçamento mensal *per capita* das famílias investigadas neste estudo está compreendido entre um e quatro salários mínimos, cujo valor total varia de 788,00 a 3152,00 reais.

Os questionários da EBIA (Anexo II) foram aplicados com a presença de todos os familiares nos domicílios inquiridos, ressaltando-se que as respostas concerniriam aos noventa dias antecedentes à entrevista. Foram evitados comentários acerca das perguntas, almejando assim, não influenciar os interrogados em suas respostas. Somente foram tecidos alguns esclarecimentos quando os entrevistados apresentavam dúvidas quanto às perguntas lidas.

Embora a EBIA tenha sido utilizada como principal parâmetro para averiguação e mensuração da insegurança alimentar nos domicílios pesquisados, ela não foi o único mecanismo aplicado neste intuito. Sabendo que outros aspectos, como o alcoolismo, o uso de pesticidas e a obesidade, contribuem para a elevação dos quadros de insegurança alimentar, tais elementos também foram avaliados entre as mulheres e os homens estudados.

Por isso, o contato direto e mais prolongado com eles foi crucial à pesquisa, visto que possibilitou maior receptividade quanto aos objetivos deste estudo, além de

propiciar maior detalhamento com relação às peculiaridades de cada indivíduo investigado. Como a pesquisa engloba temas embaraçosos, dentre os quais se realçam a dependência alcoólica e o excesso de peso, a confiança de seus integrantes do estudo foi imprescindível ao seu êxito.

Outro ponto interessante versado pelos sujeitos investigados é a variação sazonal da qualidade da alimentação. Como no verão não é época de colheita do café, principal gênero agrícola do município, a alimentação é empobrecida, pois se tornam escassos os recursos para aquisição de maior diversidade de gêneros. Tal fato ratifica a influência negativa da monocultura para a segurança alimentar, visto que uma produção policultora amplia as possibilidades de as safras ocorrerem em épocas diferentes do ano, asseverando alimentos e rendimentos de modo permanente aos agricultores.

Apesar da posse de um meio produtivo (a terra), no qual há a produção, a maioria dos pequenos produtores agrícolas inquiridos adquire a parcela majoritária dos alimentos consumidos pela família nos locais urbanos de venda, principalmente nos supermercados. Em imóveis agrícolas onde predominam as monoculturas, sobretudo as cafeeiras, não é incomum a compra de alimentos oriundos dos mercados da cidade, cujos índices de conservantes e outros elementos químicos, assim como o valor calórico e a taxa de gorduras, são deveras elevados. Além disto, as práticas monocultoras são nocivas à segurança alimentar da população, porque minoram a diversidade dos alimentos produzidos.

Para além, nas áreas agrícolas onde as monoculturas são hegemônicas, a renda salarial é crucial à garantia de uma boa alimentação, tanto no aspecto quantitativo, quanto no qualitativo. Notou-se na área rural do presente estudo, maior diversidade de gêneros ingeridos naqueles domicílios com maior rendimento médio mensal. Como uma quantidade representativa dos alimentos consumidos nas pequenas propriedades rurais é comprada na cidade, há a dependência do poder aquisitivo para assegurar uma alimentação saudável e variada.

Portanto, as baixas remunerações mensais configuram-se como outro elemento danoso à qualidade da alimentação dos indivíduos pesquisados. Nesta esfera, alguns dos entrevistados contaram que se abstêm do consumo de alguns gêneros devido à ausência de dinheiro para adquiri-los. Destarte, tal fator acentua os estados de fome oculta no panorama local, porque minimiza a variedade de iguarias consumidas, decrescendo a diversidade de nutrientes ingeridos.

Esta circunstância foi comum principalmente nos imóveis onde não há criação

de animais e naqueles cujas receitas mensais são inferiores à média dos demais. Deste modo, conforme pronuncia Hoffmann (1996)<sup>550</sup>, a pobreza é uma condicionante da insegurança alimentar, pois interfere diretamente na diversidade e na quantidade de alimentos componentes das dietas dos seres humanos.

O nível de escolaridade também influencia na problemática da segurança alimentar, pois os quadros mais agravados de insegurança alimentar preponderam nas famílias com menor grau de educação formal. De modo geral, este panorama é explicado pelo fato de, em escala mundial, os indivíduos com maior escolaridade receberem melhores remunerações, conforme advogam autores como Sorlie *et. al* (1995)<sup>551</sup>.

Para além, eles indicam que algumas enfermidades, sobretudo aquelas vinculadas a condições como a inexistência de saneamento básico e a subnutrição, prevalecem em pessoas com menos anos de instrução. Dentre as inúmeras patologias decorrentes dos problemas supracitados, os autores destacam as parasitológicas, como a esquistossomose, a cólera, entre outras.

Além disto, a baixa escolaridade favorece a incompreensão dos valores nutricionais dos alimentos e da importância de uma dieta equilibrada. O limitado acesso às informações, aliado à falta de entendimento acerca destas, bem como a ausência de discernimento sobre os valores nutricionais dos alimentos, também coopera para a elevação da insegurança alimentar.

Assim sendo, em consonância com os autores supramencionados, observou-se entre as famílias inquiridas uma correlação entre os anos de estudo e o seu orçamento mensal, com as maiores remunerações sendo destinadas àqueles sujeitos com maior período de educação formal.

Por conseguinte, a escolaridade atua diretamente nas dietas dos grupos estudados, pois conforme já aventado, as receitas mensais são de grande valia para a segurança alimentar, ampliando a quantidade e a multiplicidade de alimentos consumidos. Por sua vez, entre as famílias visitadas, esta é maior naqueles domicílios com maiores faturamentos mensais e/ou anuais, se comparados aos demais.

Concordando com os dizeres de Josué de Castro (1957-B)<sup>552</sup>, em circunstâncias

---

<sup>550</sup> HOFFMANN, Rodolfo. *Op. cit.* 1996.

<sup>551</sup> SORLIE, Paul. D.; BACKLUND, Eric.; KELLER, Jacob. B. US mortality by economic, demographic, and social characteristics: The National Longitudinal Mortality Study. **American Journal of Public Health**. v. 85 (7). 1995, p. 949-956.

<sup>552</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

de alimentação deficitária, os seres humanos priorizam os gêneros mais calóricos, em detrimento dos demais, como maneira de assegurar a energia necessária para a execução dos afazeres diários. Dentre os produtos não consumidos pelas pessoas supramencionadas, destacam-se as carnes (sobretudo a bovina) e as frutas, cujo teor de nutrientes indispensáveis ao organismo humano é elevado, tais como diversas vitaminas e aminoácidos.

Assim como advoga Castro (1957-B)<sup>553</sup>, a exiguidade destes elementos no corpo humano pode incidir em diversas moléstias, como o beribéri, a pelagra, a anemia, o escorbuto, o raquitismo, entre outras enfermidades que avariam o pleno funcionamento do organismo. Para além, a carência proteica estorva o crescimento de ossos e músculos, interferindo em alguns casos, na estatura dos indivíduos, sobretudo nos infantes.

De modo consoante à discussão engendrada no capítulo pertinente à renda da terra, enuncia-se que a desregulamentação dos preços, típica da economia neoliberal e da acumulação flexível aludidas por Harvey (2013)<sup>554</sup>, prejudica tanto os consumidores dos alimentos, quanto os produtores familiares, elevando os índices de insegurança alimentar. Portanto, o Estado deveria agir na regulação dos preços alimentícios, de modo a evitar oscilações exorbitantes, as quais minimizam a qualidade dos regimes alimentares.

Ainda neste âmbito, conforme já discutido, a agricultura familiar municipal é muito subordinada ao setor urbano-industrial. Em virtude da compra de máquinas e insumos agrícolas, muitas famílias camponesas diminuíram a parcela do orçamento destinada à alimentação (COSTA NETO, 1998)<sup>555</sup>. Este panorama não difere do presenciado na realidade camponesa de Nepomuceno.

Alguns dos agricultores familiares pesquisados relataram o uso de parte do faturamento mensal ou anual para a compra de equipamentos e maquinários volvidos ao plantio e à colheita. Assim, ambicionam um retorno futuro, aguardando um acréscimo na produtividade e nos lucros decorrentes destes investimentos. Em contrapartida, o dinheiro reservado à aquisição de alimentos é reduzido, bem como a variedade destes é escasseada, ampliando provavelmente os casos de fome oculta e de insegurança alimentar.

---

<sup>553</sup> Ibidem.

<sup>554</sup> HARVEY, David. *Op. cit.* 2013.

<sup>555</sup> COSTA NETO, Canrobert. *Op. cit.* 1998.

Os sujeitos estudados noticiaram que o processo de mecanização agrícola impulsionou o êxodo rural em Nepomuceno, pois diminuiu o número de postos de emprego no campo. Este estímulo à migração para a cidade se sucedeu em virtude da piora dos níveis de vida na área rural do município, decorrente da ampliação do desemprego no campo, resultando no agravamento da condição alimentícia da população e repercutindo em contração da segurança alimentar, pois minorou as receitas designadas à aquisição de alimentos.

Um percentual representativo dos indivíduos investigados neste estudo trabalha no Aviário Santo Antônio, sendo o emprego conseguido nesta empresa a motivação para o êxodo rural. É elevado o quantitativo de pessoas em Nepomuceno que migraram do campo para a cidade em busca de trabalho formal, principalmente para a empresa citada, a qual se configura como a maior indústria da cidade, além de ser a maior ofertadora de postos de emprego, contratando aproximadamente mil pessoas no município.

A ideia de que o agronegócio utiliza intensamente os insumos industriais, como os agrotóxicos e os transgênicos, é amplamente difundida e não está equivocada. Entretanto, o uso destes elementos oriundos da indústria não é restrito à agricultura de cunho empresarial, incidindo também sobre a pequena produção familiar. Intentando acréscimos na produtividade e, por conseguinte, no orçamento mensal, vários agricultores familiares aplicam os pesticidas em suas lavouras e adquirem as sementes transgênicas.

Desta maneira, em consonância com autores como Ferrari (2010)<sup>556</sup> e Porto-Gonçalves (2006)<sup>557</sup>, apregoa-se que os agrotóxicos são danosos à segurança alimentar dos indivíduos, pois contaminam os animais, os vegetais cultivados, os recursos hídricos e edáficos, além de acrescerem a incidência de casos de neoplasias, falências renais, problemas cardiovasculares, entre outras enfermidades associadas ao uso contínuo destes praguicidas. Mesmo sabendo dos numerosos malefícios ocasionados pela sua utilização, a maioria dos agricultores familiares municipais prossegue com tal prática, no intuito de ampliarem a produtividade de suas lavouras, incrementando assim, os lucros logrados.

Neste âmbito, a agricultura familiar orgânica, vinculada a estratégias agroecológicas e voltada à conservação do meio ambiente, é praticada em algumas

---

<sup>556</sup> FERRARI, Eugênio Alvarenga. *Op. cit.* 2010.

<sup>557</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Op. cit.* 2006.

propriedades agrícolas do município. Há alguns incentivos da Prefeitura Municipal de Nepomuceno em prol da agroecologia, os quais ainda não conseguiram abranger parcela significativa dos agricultores municipais. Deste modo, a agricultura orgânica é pouco disseminada se comparada a outros métodos utilizados no cultivo, principalmente aqueles que utilizam diversos insumos urbano-industriais e denigrem a natureza, assim como geram perdas qualitativas nos alimentos produzidos.

Ademais, a imensa maioria dos pequenos produtores agrícolas inquiridos revelou a não utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's) no momento da aplicação dos agrotóxicos, aumentando assim, os perigos aos quais se expõem durante a jornada de trabalho e os riscos de contaminação no cultivo agrícola, tornando estas atividades bastante deletérias aos seus estados de saúde. Neste enredo, alguns trabalhadores expuseram situações nas quais se acidentaram, ao manusearem máquinas no labor empreendido nas lavouras.

Nesta área, ressalva-se novamente o caso do agricultor internado às pressas no intervalo de execução desta pesquisa, em consequência do uso e da intoxicação por pesticidas. Na instituição de saúde, atribuíram a causa deste agravo à saúde do pequeno produtor aos praguicidas. Tal contaminação resultou em alergia e dores estomacais. Para além, vários pequenos produtores descreveram situações de mal-estar após o emprego de agrotóxicos nas lavouras.

Perante este quadro, um dos sujeitos da pesquisa afirmou que a justificativa de seu êxodo para a urbe foram os malefícios ocasionados pelo contato com os praguicidas, cujas avarias à sua saúde eram inúmeras, repercutindo em algumas internações hospitalares, sobretudo em virtude de intensas dores de cabeça e estomacais às quais era acometido.

O receio da contaminação de seus filhos, ainda crianças, pelos agrotóxicos, também contribuiu para sua mudança. Vale salientar que nos dias contemporâneos, um dos principais motivos para as migrações é a busca por melhorias na qualidade de vida, aspecto imperativo na averiguação da saúde humana, entendida neste estudo em seu conceito mais amplo.

No entanto, em diálogos com os produtores agrícolas locais, a maioria deles manifestou desconhecimento com relação aos malefícios ambientais acarretados pelo uso destes venenos. A título de exemplo, praticamente todos não sabiam que os resíduos dos agrotóxicos permanecem por muitos anos na terra, nem que contaminam os lençóis freáticos e, portanto, os recursos hídricos adjacentes ao imóvel agrícola, degradando o

meio ambiente como um todo.

Estas agressões ambientais, favorecedoras de processos como a desertificação, a erosão, a chuva ácida e a lixiviação, rebaixam os índices de segurança alimentar, já que as águas e os solos são de extrema relevância nos regimes alimentares humanos, interferindo diretamente na produtividade agrícola, bem como na qualidade dos víveres consumidos.

Não obstante, há um cenário paradoxal no campo nepomucenense. Embora tenham o conhecimento dos males ocasionados pelo uso reiterado de praguicidas à saúde humana, alguns agricultores familiares defenderam veementemente sua utilização, argumentando que foram eles os responsáveis pela melhoria do nível de vida entre os pequenos produtores municipais, os quais possuíam uma qualidade de vida inferior em tempos pretéritos.

De acordo com suas palavras, foram os avanços produtivos derivados da inserção destes insumos industriais na lavoura municipal que provocaram a atenuação do êxodo rural, visto que elevaram os orçamentos no campo em Nepomuceno, colaborando para a melhoria das condições de vida, inclusive da alimentação, nas moradias rurais do município.

As moléstias de cunho psicológico se entrelaçam com a problemática da insegurança alimentar. Neste sentido, conforme advogam escritores como Segall-Corrêa (2007)<sup>558</sup> e Mundo-Rosas *et.al* (2013)<sup>559</sup>, pode-se afirmar que os aspectos psicológicos dos indivíduos afetados pelo estado de insegurança alimentar constituem-se num ponto interessante para ser analisado no trabalho de campo. Neste domínio, os receios referentes à questão alimentícia podem gerar enfermidades de cunho ansiolítico, depressões, entre outras.

Em vista disso, buscou-se avaliar o aspecto psicológico dos indivíduos da pesquisa, sobretudo relacionando-o à alimentação. Dentre as quarenta famílias analisadas na área rural do município, em dez (25% do total) delas foram descritos casos de depressão, a maioria em homens na faixa etária entre 40 e 60 anos, cujo período de trabalho no campo é prolongado, de décadas. Para além, em uma residência, de acordo com seus moradores, uma mulher está impedida de trabalhar faz anos, pois sofre de estados depressivos agudos.

No tocante aos quarenta imóveis urbanos averiguados neste estudo, em oito

---

<sup>558</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Op. cit.* 2007.

<sup>559</sup> MUNDO-ROSAS, Verónica. *et. al. Op. cit.* 2013.

(20%) deles há algum indivíduo com alguma enfermidade de cunho psicológico. Em seis deles, as pessoas com patologias psicológicas são mulheres acometidas por depressão. Neste quesito, reside uma diferença entre o campo e a cidade em Nepomuceno, pois enquanto na área rural do município os quadros depressivos prevalecem em homens, na cidade, predominam em indivíduos do sexo feminino. Ressalva-se, em consonância com os depoimentos dos entrevistados e por intermédio da análise dos dados acima elencados, que o percentual de pessoas acometidas por estas moléstias é bastante expressivo na conjuntura local, ampliando-se nos últimos anos.

A tabela abaixo condensa os resultados obtidos para as residências estudadas, tanto para os casos de alcoolismo, quanto para as situações de obesidade. Ela apresenta o quantitativo total e percentual das moradias com habitantes alcoólatras e obesos, no campo e na cidade, aspirando facilitar a análise destes fenômenos na conjuntura municipal.

**Tabela 02:** Quantitativo Absoluto e Relativo dos Domicílios Pesquisados com Casos de Alcoolismo e Obesidade em Nepomuceno – MG

|                   | <b>Campo</b> | <b>Cidade</b> |
|-------------------|--------------|---------------|
| <b>Obesidade</b>  | 10 (25%)     | 10 (25%)      |
| <b>Alcoolismo</b> | 7 (17,5%)    | 4 (10%)       |

Com relação aos dados acima expostos, algumas das pessoas entrevistadas no campo nepomucenense relataram que há tempos o alcoolismo atingia parcela expressiva dos moradores da área rural do município, desestruturando as relações familiares camponesas e influenciando no trabalho e no rendimento financeiro de vários agricultores locais.

Neste ponto, muitos disseram que em suas próprias residências existem ex-alcoólatras. No entanto, afirmaram que contemporaneamente houve significativa redução dos casos de dependência alcoólica no campo municipal, indicando aumento da qualidade de vida da população, bem como melhorias nos quadros de segurança alimentar.

Nesta esfera, das quarenta famílias camponesas estudadas, sete (17,5%) possuem casos de alcoolismo entre seus habitantes. Deste total, em seis residências os moradores alcoólatras são adultos jovens, com faixa etária entre 18 e 25 anos. Tal fato é alarmante, visto que como muitos camponeses pormenorizaram a vasta incidência desta moléstia

na área rural de Nepomuceno décadas atrás, com expressivo decréscimo nos anos recentes, isto pode assinalar uma nova explosão na quantidade de alcoólatras nas áreas rurais do município.

Já na cidade, observaram-se quatro (10%) domicílios com presença de pessoas alcoólatras. Em todos eles, os indivíduos acometidos pela dependência alcoólica são homens. Assim como no campo, os moradores urbanos arrolaram inúmeros exemplos de ex-alcoólatras em seus imóveis. Além disto, também narraram que a presença de um alcoólatra na residência deteriora consideravelmente as condições de vida e de alimentação de seus habitantes, sobretudo em virtude das perdas financeiras. Assim sendo, pode-se enunciar que, entre as famílias estudadas em Nepomuceno, o alcoolismo é maior no campo em comparação à cidade, impactando majoritariamente representantes do sexo masculino.

Destarte, deve-se sublinhar que o alcoolismo é um problema à segurança alimentar, porque compromete uma parcela do orçamento familiar com a aquisição de bebidas alcoólicas. Tal fato foi confirmado por alguns depoimentos concedidos nos diálogos efetuados com os sujeitos da pesquisa. Ademais, além dos malefícios e das enfermidades decorrentes da ingestão excessiva de álcool, alguns destes drinques possuem alto valor calórico, prejudicando a saúde dos indivíduos e contribuindo para o acréscimo nas taxas de obesidade.

Em algumas das propriedades examinadas, seus moradores avisaram que os indivíduos alcoólatras residentes no domicílio designavam quantidade significativa do ordenado mensal para a compra de bebidas alcoólicas, comprometendo o total despendido para a aquisição de alimentos. Este fato deteriora a situação alimentar nestes imóveis, visto que os mais afetados pela dependência do álcool são os homens adultos, cujas remunerações são, em geral, a base do sustento familiar, sobretudo nas áreas rurais.

Segundo indicam Fonseca *et. al* (2013)<sup>560</sup> e Mundo-Rosas *et. al* (2013)<sup>561</sup>, a obesidade é um indicativo do estado de insegurança alimentar, pois aponta, em geral, falhas nas dietas alimentares dos indivíduos acometidos pelo excesso de peso, além de ampliar a probabilidade de contrair diversas enfermidades. Em conformidade com a OMS (Organização Mundial da Saúde), pode-se dizer que a pessoa obesa é aquela com IMC (Índice de Massa Corporal) superior a 30. Tal indicador é obtido através da divisão

---

<sup>560</sup> FONSECA, Zulma Yanira; PATIÑO B, Gonzalo Alberto; HERRÁN F, Oscar Fernando. *Op. cit.* 2013.

<sup>561</sup> MUNDO-ROSAS, Verónica. *et. al. Op. cit.* 2013.

do peso em quilogramas pelo quadrado da altura do indivíduo averiguado (OMS, 2015)<sup>562</sup>, como ilustrado na fórmula abaixo.

$$\text{IMC} = \frac{\text{Peso em Quilogramas}}{(\text{Altura em Metros})^2}$$

Os dados da própria OMS (2015)<sup>563</sup> indicam a existência de mais de 600 milhões de obesos mundo afora, sendo que de 1980 até 2014, este quantitativo duplicou. Para além, a entidade demonstra uma tendência à elevação do número de obesos em escala global, principalmente devido a fatores, como a paulatina sedentarização do ser humano, a ingestão excessiva de açúcares, gorduras e alimentos hipercalóricos, entre outros.

A própria entidade corrobora que a obesidade acentua as chances de óbito prematuro, bem como alarga a possibilidade de ocorrência de patologias cardiovasculares, psicológicas, respiratórias, entre outras. Portanto, este quadro clínico é um grave fator de risco à saúde humana. Ademais, inúmeros países subdesenvolvidos, famosos pelo pauperismo extremo, convivem com um panorama paradoxal. Concomitantemente a taxas alarmantes de subnutrição, desnutrição e doenças infecciosas, se expandiram os casos de obesidade, ampliando a probabilidade de moléstias crônicas.

Obviamente, o IMC não é um indicador perfeito para a análise do excesso de peso ou do teor de gorduras no organismo humano. Todavia, devido à dificuldade no uso de outros métodos, assim como seu alto custo, o Índice de Massa Corporal ainda é o principal instrumento para a avaliação da obesidade em âmbito mundial e nacional, sendo utilizado por diversos órgãos e entidades de renome, como a OMS, o IBGE, entre outros.

Por conseguinte, nos domicílios examinados, a obesidade foi aferida através do cálculo do IMC dos sujeitos nela residentes. Das famílias entrevistadas no campo, dez (25% do total) apresentam quadros de obesidade entre seus integrantes. Tais casos predominam entre as mulheres das moradias em questão, visto que em nove dos dez imóveis, os indivíduos obesos são as mulheres.

---

<sup>562</sup> OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Obesidad y Sobrepeso**. Nota descritiva nº311. Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/es/>> Acessado em: 03/05/2015.

<sup>563</sup> Ibidem.

Em diálogos com os moradores destas casas, constatou-se maior realização de atividades físicas nos homens. Para além, há uma nítida divisão de gênero no tipo de trabalho realizado. Na maioria das vezes, aos homens das residências são incumbidas as atividades com maior exigência de força braçal. Já às mulheres, são delegadas funções vinculadas principalmente ao ambiente doméstico.

Enquanto isto, entre as quarenta famílias urbanas analisadas nesta pesquisa, dez (25%) possuem membros obesos, mesma quantidade identificada nos imóveis rurais investigados. Tanto na cidade, quanto no campo, a maioria dos indivíduos com excesso de peso revelou consumo exacerbado de alimentos ricos em açúcares e gorduras, cujas consequências negativas ao organismo humano são inúmeras, como por exemplo, aumento da possibilidade de ocorrência de enfermidades cardiovasculares, diabetes e obesidade, a qual pode provocar diversas outras patologias, maximizando os riscos de óbito, conforme já aludido anteriormente.

Na maioria dos imóveis camponeses visitados, há cultivo de frutas com alto teor de vitamina C, como a laranja e a tangerina, acarretando, nos dizeres dos próprios residentes do campo, no alto consumo destas. Além disto, é corriqueira a existência de culturas de hortaliças, como alface, couve, salsa, entre outras, cujo índice de vitaminas é elevado.

Nas propriedades rurais onde há criação de animais, observou-se consumo satisfatório de carne e outros elementos de origem animal, tanto diariamente, quanto semanalmente. Dentre os animais criados, destacam-se os rebanhos aviário, suíno e bovino, com predominância dos galináceos, os quais são a principal fonte animal presente nas dietas dos camponeses em Nepomuceno.

No entanto, em algumas propriedades visitadas, apesar da posse sobre a terra enquanto meio produtivo, não havia o cultivo, nem o consumo de gêneros como frutas, verduras ou legumes. Tal situação indica que nem sempre a propriedade da terra é garantia de uma alimentação saudável e variada.

Já na área urbana de Nepomuceno, o contexto não é distinto do visualizado em algumas moradias camponesas vistoriadas. Prevalece entre as famílias citadinas do município o ínfimo consumo de alimentos de origem vegetal, principalmente de frutas. Como o orçamento é insuficiente para assegurar um regime alimentar bastante diverso, os habitantes da cidade preferem a compra de uma variedade limitada de gêneros, cujos índices calóricos são elevados, em detrimento de produtos mais saudáveis, como frutas e legumes.

Desta maneira, pode-se articular que de modo geral, a alimentação da parcela da população nepomucenense estudada é carente principalmente em gêneros de origem animal, ricos em proteínas, e frutas, cuja ingestão se mostrou mínima em muitos imóveis visitados. Cabe frisar que a situação mencionada é mais grave na cidade, onde a desposse dos meios produtivos (solo agricultável) torna seus habitantes dependentes dos ordenados mensais para aquisição dos alimentos. Neste enredo, a compra de frutas e carnes, cujos preços são onerosos, é rara no decurso do mês.

A ingestão excessiva de açúcares, de gorduras e de frituras é prejudicial à saúde dos seres humanos, deteriorando os quadros de insegurança alimentar e de fome oculta, pois ampliam a probabilidade do indivíduo adquirir diversas doenças, além de acentuar os estados de obesidade.

Assim sendo, tais consumos foram inquiridos no estudo realizado, através da análise do cotidiano alimentar dos grupos pesquisados, cuja verificação ocorreu através das descrições fornecidas e da observação dos alimentos consumidos por eles. Deste modo, a ingestão destes elementos no campo, assim como na cidade, em Nepomuceno se mostrou, em alguns casos, excessiva.

Na maioria dos domicílios onde se constatou quadros de obesidade, também se verificou consumo abundante de açúcares e gorduras nos regimes alimentares, podendo ser esta a causa para algumas patologias existentes em seus moradores. Para além, no tocante à ingestão de açúcares, notou-se maior abundância nos imóveis citadinos, quando confrontados com os rurais. Este evento ocorre principalmente em virtude da frequente presença de alimentos industrializados em suas mesas, como refrigerantes, sorvetes, entre outros, cujo teor de açúcares é elevado.

Presenciou-se no campo maior preocupação com o teor de gorduras e açúcares dos gêneros consumidos, em detrimento da cidade. De modo geral, os indivíduos camponeses pesquisados demonstraram maior interesse e conhecimento em relação aos nutrientes contidos nos alimentos. Em alguns casos, os entrevistados mencionaram que se abstêm ou evitam determinadas iguarias, devido às substâncias nelas inclusas. Talvez, possa ser esta a explicação para o fato supramencionado.

A respeito da alimentação, em consonância com Freitas (2003)<sup>564</sup>, enfatiza-se seu estreito vínculo com a questão palatina, pois o sabor dos gêneros consumidos é componente importante dos regimes alimentares. Destarte, esta situação foi avaliada nas

---

<sup>564</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. *Op. cit.* 2003.

residências pesquisadas, notando-se que na maioria delas, alguns alimentos, principalmente verduras e legumes, cujo teor de nutrientes é elevado, não são ingeridos pelos seus habitantes, porque não agradam ao paladar. Em vista disso, pode-se afirmar que os temperos e sabores possuem relevância na culinária e na dieta do município analisado.

Ademais, assim como propagam Vervoort *et. al* (2014)<sup>565</sup>, elementos vinculados ao clima, como as recentes mudanças climáticas globais, podem inflacionar as taxas de insegurança alimentar, degenerando os regimes alimentares em escala mundial. Assim sendo, vários pequenos agricultores narraram prejuízos às safras decorrentes das alterações temporais, principalmente em virtude da irregularidade das chuvas. Houve ampliação da duração dos períodos de estiagem, reverberando em atrasos e perdas nas colheitas.

Para além, muitos relatos confirmaram expressivos decréscimos nos orçamentos, derivados da inconstância pluviométrica, cujos danos superam a simples redução das receitas. Por si só, este fato já compromete a dieta alimentar dos indivíduos pesquisados, pois percentual relevante dos víveres por eles consumidos é procedente dos mercados urbanos e adquirido através da compra.

Da mesma maneira, como a parcela majoritária dos camponeses em Nepomuceno retira porcentagem significativa dos gêneros contidos em seus regimes alimentares da produção familiar, tal conjuntura é ainda mais danosa à sua alimentação, sobretudo quanto à diversidade, podendo repercutir na ampliação dos estados de fome oculta.

Por conseguinte, os sujeitos desta pesquisa noticiaram que a volatilidade dos eventos climáticos repercutiu em notáveis prejuízos às suas dietas alimentares, pois ao diminuírem a produção total das propriedades, tais oscilações minoraram a multiplicidade de gêneros consumidos e incidiram na contração da verba destinada à aquisição de alimentos.

Em face dos tópicos supramencionados e discutidos, o desenlace deste trabalho advém com a apresentação e a análise das informações referentes à aplicação do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Concernindo às quarenta famílias camponesas pesquisadas quanto ao estado de segurança alimentar, em consonância aos critérios da EBIA, foram encontrados os seguintes resultados,

---

<sup>565</sup> VERVOORT, Joost.M. *et al. Op. cit.* 2014.

ilustrados na tabela abaixo:

**Tabela 03:** Total Absoluto e Percentual dos Estados de Segurança Alimentar das Quarenta Famílias Camponesas Investigadas em Nepomuceno – MG

| <b>Situação de Segurança Alimentar</b> | <b>Total (Absoluto e Relativo)</b> |
|--|------------------------------------|
| <b>Segurança Alimentar</b>             | 23 (57,5%)                         |
| <b>Insegurança Alimentar Leve</b>      | 17 (42,5%)                         |
| <b>Insegurança Alimentar Moderada</b>  | 0 (0%)                             |
| <b>Insegurança Alimentar Grave</b>     | 0 (0%)                             |

Portanto, através da análise da tabela acima, percebe-se a inexistência de casos de insegurança alimentar moderada ou grave nas residências camponesas pesquisadas no município de Nepomuceno. No tocante à insegurança alimentar leve, dezessete (42,5%) das quarenta famílias estudadas estão nesta situação, denotando problemas de ordem qualitativa em seus regimes alimentares. Já na maioria das moradias, totalizando vinte e três (57,5%), seus habitantes se encontram em estado de segurança alimentar, sem quaisquer problemas em seus regimes alimentares.

Assim, com relação ao tema discutido, o campo nepomucenense ainda está distante do cenário ideal (no qual todas as famílias estariam em segurança alimentar), e abaixo do percentual de segurança alimentar encontrado no país, segundo os dados divulgados pelo IBGE (2014)<sup>566</sup>. Além disto, também está aquém dos números referentes à população rural brasileira, a qual possui maiores taxas de insegurança alimentar que a urbana.

Neste âmbito, alguns elementos atuantes no acréscimo da insegurança alimentar no campo em Nepomuceno são o diminuto rendimento mensal da maioria dos pequenos produtores agrícolas municipais, a permanência de práticas monocultoras, a ínfima pluralidade de gêneros alimentícios lavrados e consumidos, a recente irregularidade nas condições térmicas e pluviométricas, entre outros.

Não obstante, os fatores acima elencados coadunam-se no agravamento do estado alimentar dos cidadãos nepomucenenses. A título de exemplo, a instabilidade climática origina prejuízos financeiros aos agricultores, culminando na redução da quantidade de víveres produzidos, bem como na minoração do sortimento de gêneros

<sup>566</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

ingeridos, o qual também é reduzido pela propagação das atividades monocultoras.

Os itens 01 e 03 do questionário da EBIA foram os que apresentaram maior quantidade de respostas positivas entre os habitantes rurais de Nepomuceno. Referem-se, respectivamente, ao receio de que os alimentos acabem antes de providenciarem mais comida e à ausência de recursos financeiros para garantia de uma alimentação saudável e variada.

Este fato assinala que na área rural de Nepomuceno, os principais problemas relacionados ao contexto alimentar estão atrelados à questão da renda salarial e da diversidade de gêneros consumidos. Percebe-se piora gradativa na qualidade e na multiplicidade de alimentos constituintes das dietas à proporção que as receitas mensais vão diminuindo. Portanto, mesmo nos imóveis camponeses onde existem lavouras cultivadas, a questão financeira é relevante para a variedade da alimentação e, por conseguinte, para a segurança alimentar.

Já com relação aos domicílios citadinos analisados no município de Nepomuceno, a tabela 03 a clara e sumariza os quadros de segurança alimentar encontrados:

**Tabela 04:** Total Absoluto e Percentual dos Estados de Segurança Alimentar das Quarenta Famílias Citadinas Investigadas em Nepomuceno - MG

| <b>Situação de Segurança Alimentar</b> | <b>Total (Absoluto e Relativo)</b> |
|--|------------------------------------|
| <b>Segurança Alimentar</b>             | 16 (40%)                           |
| <b>Insegurança Alimentar Leve</b>      | 19 (47,5%)                         |
| <b>Insegurança Alimentar Moderada</b>  | 5 (12,5%)                          |
| <b>Insegurança Alimentar Grave</b>     | 0 (0%)                             |

Portanto, na urbe nepomucenense, mais da metade das habitações investigadas apresenta insegurança alimentar, totalizando vinte e quatro (60%) das quarenta moradias inquiridas. Destas, em dezenove (47,5%) pairam situações de insegurança alimentar leve, enquanto em cinco (12,5%) há estados de insegurança alimentar moderada. Somente dezesseis (40%) dos quarenta domicílios examinados exibiram quadros de segurança alimentar entre seus residentes.

Detalhando as informações conseguidas, percebe-se que os índices de insegurança alimentar entre os moradores urbanos de Nepomuceno estão acima das cifras diagnosticadas para a realidade nacional, segundo os valores divulgados pelo

IBGE (2014)<sup>567</sup>. As baixas remunerações recebidas, as quais interferem diretamente na parca variedade de alimentos consumidos, assim como a dependência do poder aquisitivo para a compra de gêneros direcionados à dieta em instituições comerciais urbanas, são alguns traços centrais das causas dos distúrbios presentes nos regimes alimentares desta cidade.

Quanto aos alimentos tipicamente comercializados nas áreas urbanas, sublinha-se que, em sua maioria, são oriundos das indústrias, contendo elevadas taxas de conservantes e outros produtos químicos, os quais repercutem em diversos males aos seres humanos, conforme propaga Chiavenato (2005)<sup>568</sup>. No entanto, o autor adverte que os veículos midiáticos escamoteiam os males ocasionados pelo consumo destes produtos, através de estratégias vinculadas à publicidade e à propaganda dos mesmos, as quais ocultam suas facetas negativas.

Confrontando os resultados referentes à aplicação da EBIA no campo e na urbe em Nepomuceno, evidenciou-se maior quantidade de casos de insegurança alimentar entre os moradores citadinos, em comparação aos camponeses. Conferindo veracidade a tal afirmativa está o fato de inexistirem situações de insegurança alimentar moderada entre as famílias camponesas avaliadas, enquanto cinco domicílios urbanos apresentaram quadros deste nível de insegurança alimentar.

Além disto, o número de moradias em segurança alimentar na cidade é menor que o quantitativo de residências neste estado no campo nepomucenense. Este fato difere do panorama apurado pelo IBGE (2014)<sup>569</sup> para o território nacional, no qual as taxas relativas de insegurança alimentar são maiores nas áreas rurais quando comparadas às urbanas.

Pela análise realizada, pôde-se constatar que uma das causas para a maior ocorrência de casos de insegurança alimentar na cidade em Nepomuceno, foi a parca diversidade de alimentos consumidos entre os habitantes urbanos do município, os quais relataram uma dieta alimentar direcionada principalmente à ingestão de fontes energéticas, em detrimento da obtenção de nutrientes essenciais à saúde humana. Ademais, percebeu-se entre os moradores das áreas urbanas uma profunda dependência do poder aquisitivo para o acesso aos víveres, enquanto os camponeses dispõem de terra propícia ao plantio, majorando a variedade de gêneros consumidos.

---

<sup>567</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

<sup>568</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Op. cit.* 2005.

<sup>569</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.* 2014.

Com relação à EBIA, instrumento utilizado para averiguação da insegurança alimentar no município, as perguntas com maior quantitativo de respostas positivas entre os sujeitos citadinos, foram as questões 01, 03 e 04, denotando destarte, alguns dos motivos deteriorantes da alimentação na cidade.

Estes tópicos do questionário aplicado concernem respectivamente, ao medo de que os alimentos acabem antes da aquisição de mais víveres, à escassez de dinheiro para assegurar uma alimentação diversa e saudável, e à restrita variedade de gêneros consumidos em decorrência da ausência de proventos para comprá-los. Assim, com relação à escala adotada, pode-se afirmar que a insegurança alimentar na área urbana está entrelaçada à diminuta pluralidade de alimentos ingeridos e às reduzidas remunerações mensais.

Portanto, os valores de insegurança alimentar constatados em Nepomuceno, tanto na cidade, quanto no campo, são maiores em termos percentuais se contrapostos aos números nacionais, superando até mesmo os índices averiguados para as regiões Nordeste e Norte, as quais apresentam as situações mais agravadas da nação em termos alimentares.

Embora não existam quadros de fome global no município, a questão da variedade de alimentos consumidos é delicada, pois em praticamente todos os imóveis nos quais se averiguou insegurança alimentar, persistem problemas atinentes à diminuta diversidade de víveres constituintes das dietas. Portanto, se a pluralidade em seus regimes alimentares é restrita, é provável que os estados de fome oculta ou específica sejam vigorantes na conjuntura nepomucenense, em consequência de deficiências nutricionais.

Uma alimentação satisfatória em termos energéticos ou até mesmo a obesidade, não asseguram que todas as necessidades nutricionais do organismo sejam atendidas. Nestas conjunturas, conforme apontam os dizeres de Josué de Castro (1957-B)<sup>570</sup>, estabelecem-se estados de fome oculta e específica, os quais se caracterizam por deficiências nutricionais e avitaminoses, cujas consequências são deletérias à saúde humana, principalmente em razão das enfermidades causadas.

Nesta esfera, salienta-se que esta situação foi muito testemunhada no painel nepomucenense, pois nos imóveis com presença de obesos, a dieta alimentar não é diversa, tampouco contempla todas as substâncias necessárias ao corpo humano.

---

<sup>570</sup> CASTRO, Josué de. *Op. cit.* 1957-B.

Ademais, assim como acontece costumeiramente ao redor do mundo, privilegia-se o aspecto quantitativo da alimentação, em detrimento da variedade de gêneros consumidos.

Por último, ressalva-se que embora as condições de desnutrição tenham sido avaliadas neste estudo, estas não foram identificadas nas propriedades percorridas. Tal resultado foi consonante com a declaração da Secretaria Municipal de Saúde de Nepomuceno, a qual afirmou não haver nenhum caso registrado de desnutrição no município.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, cabe ressaltar os empecilhos encontrados na presente pesquisa, devido à complexidade das temáticas debatidas. Todavia, tais assuntos são caros à ciência geográfica, visto que diversos elementos de cunho geográfico perpassam a dinâmica agrícola nas mais variadas escalas, assim como influenciam as dietas alimentares dos grupos humanos.

Nesta contextura, a renda da terra agrícola, menoscabada pela enorme maioria das obras recentes em geografia, aparece como elemento crucial desta pesquisa, pois propicia o desvelamento de muitas relações existentes na agricultura contemporânea, as quais possuem liames com a alimentação dos grupos humanos. Para além, a renda fundiária revela o funcionamento dos processos e mecanismos atuantes na terra enquanto mercadoria.

Ao término do trabalho de campo, percebendo a carência de informações de alguns dos sujeitos pesquisados, decidiu-se elaborar uma cartilha sintética (Anexo III) com algumas recomendações práticas visando a elevação da qualidade e da salubridade das dietas alimentares. Tal documento já foi entregue às famílias estudadas e seu conteúdo foi explicado e discutido com elas.

Aspirou-se empregar uma linguagem didática e acessível no material produzido, de modo a assegurar amplo acesso aos conhecimentos nele contidos. Nada mais justo, afinal os saberes resultantes do estudo foram construídos coletivamente, numa relação horizontal de interação entre pesquisador e pesquisados. Assim, realça-se que os homens e mulheres envolvidos nesta investigação não são meros objetos da pesquisa, mas, sujeitos dotados de singularidades e participantes na elaboração dos conteúdos englobados na cartilha, bem como se constituem em integrantes ativos deste trabalho.

Ante um contexto ético inerente à pesquisa de campo, julgou-se imperativo alguma tentativa de retorno à população estudada, de modo que este trabalho pudesse lhes proporcionar algum benefício. Além da cartilha, diálogos concernentes a práticas agrícolas e alimentares saudáveis também foram concretizados, almejando a troca de saberes relativos aos temas supramencionados, bem como a elevação da salubridade da alimentação e da agricultura nos imóveis pesquisados.

Em suma, pode-se afirmar que a agricultura nepomucenense se assemelha bastante ao panorama nacional, visto que diversos elementos urbano-industriais são

utilizados em seu processo produtivo. Equipamentos mecânicos como derriçadoras, colheitadeiras e roçadoras, os agrotóxicos e transgênicos, constituem-se nos principais avanços industriais presentes na realidade agrícola do município, estreitando o liame existente entre indústria e agricultura. Para além, parcela expressiva dos alimentos comercializados na cidade provém dos agricultores familiares do município, os quais vendem parte de sua produção para os mercados urbanos.

As maiores corporações transnacionais e multinacionais da indústria química e da biotecnologia (Cargill, a Syngenta, a Heringer, a Bayer, a Monsanto, entre outras) são predominantes na produção agrícola municipal, exercendo seu oligopólio nos produtos industriais utilizados pelos agricultores familiares, como os pesticidas, os adubos químicos, as sementes transgênicas, entre outros.

Na maioria das propriedades agrícolas visitadas, presenciou-se uso intenso de agrotóxicos, sobretudo na cultura cafeeira. Tal fato é significativo no aumento dos índices de insegurança alimentar no município, pois conforme já discutido, a utilização destes pesticidas eleva de maneira alarmante as taxas de insegurança alimentar. Ademais, o uso dos agrotóxicos contamina seres humanos, animais, solos, águas e alimentos, incidindo em diversas patologias, como as neoplasias e as moléstias de cunho psicológico.

Para além, prevalece no contexto municipal a monocultura do café, cuja cotação é decidida nas Bolsas de Mercados de Futuros. A agricultura monocultora reduz a variedade de gêneros cultivados, contribuindo para o alargamento das taxas de insegurança alimentar. Na maioria das propriedades agrícolas visitadas, o único produto comercializado é o café. Já em algumas, a situação é ainda pior, pois o café é o único gênero cultivado.

Os sujeitos estudados expuseram que as mudanças climáticas interferem expressivamente na produtividade agrícola, informando principalmente que a irregularidade nas chuvas acarreta em graves prejuízos às lavouras, atrasando as colheitas e diminuindo o total produzido nas propriedades. Para além, disseram que as variações térmicas e pluviométricas avariam seus regimes alimentares, pois reduzem o quantitativo total produzido em suas culturas, além de minimizarem os ganhos obtidos com a venda da produção.

As principais formas de trabalho encontradas na agricultura municipal foram o arrendamento, a parceria e o comodato, abordados anteriormente. Neste âmbito, vale comentar que a prática dos arrendamentos é corriqueira no cenário nepomucenense,

acontecendo através das modalidades supracitadas. Para além, assim como enunciaram alguns proprietários fundiários municipais, o ato de arrendar a terra tornou-se bastante vantajoso nos últimos anos, em virtude da profunda especulação fundiária vivenciada em Nepomuceno.

Quanto à renda da terra de cunho capitalista, notou-se uma intensa presença de renda da terra diferencial II (ou renda de equipamento), a qual representa a renda agrícola derivada da aplicação de técnicas e capitais no solo, com o intuito de maximizar sua fertilidade. A inserção das modificações na produção agrícola decorrentes da Revolução Verde e da Modernização Agrícola, como a mecanização do processo produtivo e o uso de insumos, como os pesticidas e os transgênicos, colaboraram para o aumento desta renda técnica no município, em virtude da elevação da produtividade agrícola.

Embora nos tempos recentes, a renda diferencial II se destaque em comparação à renda diferencial I, esta não pode ser desprezada. Destarte, os solos situados no território municipal extraem a renda diferencial I, devido à sua ótima localização e à sua alargada fertilidade natural. A renda absoluta também existe de maneira marcante em Nepomuceno, visto que os arrendamentos são rotineiros no campo local. Ademais, os produtores agrícolas municipais vendem seus produtos acima do preço de produção, também auferindo renda absoluta por tal procedimento.

Outro aspecto importante na realidade do município é a especulação imobiliária e fundiária. Os preços de imóveis e terras, tanto na área urbana, quanto na rural, apresentaram aumentos colossais, muito superiores à inflação no período analisado. Esta conjuntura compromete o acesso à terra, estimulando o êxodo rural e ampliando a concentração fundiária, pois atravanca a obtenção de porções de solo pelas classes menos abastadas.

As formas pré-capitalistas de renda fundiária existentes em Nepomuceno são a renda em produtos e a renda em dinheiro, com predomínio da última. Em ambas, o arrendatário não é coagido fisicamente para produzir. No entanto, o contrato assinado, por intermédio da obrigatoriedade jurídica, o impele ao cumprimento dos acordos instaurados e ao ímpeto produtivo.

Portanto, na maioria dos arrendamentos realizados, o pagamento é feito em dinheiro, enquanto no restante, o pagamento é efetuado com a cobrança de um percentual da produção. Como a renda em dinheiro é prevalente no município, isto implica na inserção de capitais urbano-industriais na agricultura e no campo, situação

constatada na pesquisa, pois diversos artefatos citadinos e industriais, como maquinários, pesticidas e grãos transgênicos, são utilizados na produção.

Os pequenos produtores municipais informaram que os preços dos gêneros cultivados mantiveram-se praticamente estagnados nos últimos anos, com ínfimos aumentos. Destarte, há a ampliação da mais-valia extraída na agricultura local e do excedente de trabalho fornecido gratuitamente aos capitalistas. Através deste mecanismo, há a transferência de parte da renda fundiária para o capital financeiro-industrial, o qual, para se apropriar da renda da terra, também difunde as propostas de empréstimos e crédito aos agricultores familiares.

Ante um cenário de mecanização agrícola, aliado à pluviosidade irregular, que deteriora a safra, muitas pessoas optaram pelo êxodo rural, buscando melhores condições de vida na cidade. Portanto, este processo migratório decorre da junção de fatores técnicos, econômicos, sociais e climáticos.

Para a averiguação da segurança alimentar dos indivíduos investigados, recorreu-se à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um questionário formulado pelo IBGE, composto por quatorze perguntas, que mensura a condição alimentar das famílias e dos domicílios pesquisados. Assim sendo, das quarenta famílias analisadas no campo em Nepomuceno, vinte e três (57,5%) se encontram com segurança alimentar, dezessete (42,5%) estão em insegurança alimentar leve, e nenhuma família se encontra em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

Já na cidade, das quarenta famílias pesquisadas, dezesseis (40%) estão em segurança alimentar, dezenove (47,5%) domicílios se encontram com insegurança alimentar leve, enquanto em cinco moradias (12,5%), os moradores exibem situações de insegurança alimentar moderada. Nenhuma residência urbana investigada apresentou quadro de insegurança alimentar grave.

De maneira distinta ao cenário nacional, em Nepomuceno observou-se maior ocorrência de insegurança alimentar na cidade, em comparação ao campo. Amostra disto é o fato de cinco famílias citadinas estarem em estado de insegurança alimentar moderada, enquanto em nenhum imóvel camponês foi verificado tal panorama. Para além, o percentual averiguado de residências rurais com segurança alimentar no município é maior que o de moradias urbanas neste mesmo estado.

Portanto, os índices relativos de insegurança alimentar encontrados em Nepomuceno, na área urbana e na rural, são maiores que os detectados no país como um todo, até mesmo em regiões reconhecidamente pobres e caracterizadas por distúrbios

alimentares, como o Norte e o Nordeste.

Outros aspectos tangentes à insegurança alimentar foram avaliados na pesquisa, como a obesidade, o alcoolismo, o uso de pesticidas, entre outros. Destarte, observou-se uso intenso de agrotóxicos na agricultura familiar municipal, majorando os quadros de insegurança alimentar tanto dos pequenos produtores agrícolas, quanto dos consumidores de seus produtos.

O alcoolismo, assim como já articulado, compromete expressivamente a segurança alimentar dos lares. Nos quarenta imóveis rurais examinados neste estudo, foram constatados casos de alcoolismo em sete (17,5%) deles, com acentuada presença entre os adultos jovens destas residências. É válido sublinhar, embasado nas narrativas dos sujeitos pesquisados, que houve representativa queda na quantidade de dependentes alcoólicos no campo municipal nos últimos anos.

Enquanto isto, nas quarenta moradias estudadas na urbe nepomucenense, apenas quatro (10%) apresentaram quadros de alcoolismo entre seus habitantes, todos atingindo pessoas do sexo masculino. Para além, vários quadros de ex-alcoólatras foram descritos pelos habitantes citadinos de Nepomuceno. Assim sendo, nos imóveis analisados, o alcoolismo obteve índices maiores no campo, principalmente na faixa etária entre 18 e 25 anos. Tanto no campo, quanto na cidade, a dependência alcoólica acomete majoritariamente os homens.

Quanto à obesidade, característica determinante da insegurança alimentar, dez (25%) dos quarenta domicílios investigados no campo nepomucenense apresentaram indivíduos obesos, principalmente mulheres, as quais praticam menos exercícios físicos semanais, além de desempenharem funções cotidianas cujo dispêndio físico é inferior ao das atividades atribuídas aos homens.

Na cidade, foram observados casos de obesidade em dez (25%) das quarenta famílias urbanas estudadas, com prevalência destes estados entre as mulheres das residências pesquisadas. Portanto, obteve-se o mesmo percentual de cidadãos obesos no campo e na cidade. Além disto, em ambas as áreas, a maioria das situações relatadas abrangia seres do sexo feminino.

Deve-se salientar a dificuldade encontrada na busca de informações concernentes às temáticas aventadas neste texto, sobretudo quanto à escala municipal, decorrente da escassez de bibliografia e de documentos sobre os assuntos ventilados, bem como da recusa de algumas entidades e órgãos no repasse das informações solicitadas.

Aludindo a conteúdos tão diversos como a agricultura, a renda da terra e a segurança alimentar, este estudo não almeja encerrar a discussão sobre os objetos em questão, tampouco intenta abarcá-los em sua completude. Entretanto, apesar das limitações de um estudo deste porte, pretende-se proporcionar alguma contribuição às discussões pertinentes aos temas elencados. Julga-se que ainda há muito a ser pesquisado acerca dos motes tratados nestes escritos, possibilitando a realização de trabalhos futuros sobre os mesmos.

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo. “Estrutura Fundiária.” In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012. p. 353-358.
- ALLEN, Patricia. & SACHS, Carolyn. Women and Food Chains: The Gendered Politics of Food. **International Journal of Sociology of Food and Agriculture**. Vol. 15 (1) 2007. p. 01-23.
- AMIN, Samir. “O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura”. In: **A Questão Agrária e O Capitalismo**. AMIN, Samir. & VERGOPOULOS, Kostas. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 09-42.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A Questão do Território no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- ARENDE, HANNA. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10ª Edição. 6ª Reimpressão. Forense Universitária: São Paulo. 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/RELRURAL2012> Acesso em: 10 nov. 2015.
- BAUTISTA VIDAL, J. W. **A Reconquista do Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1997.
- BRANDÃO, Adelino. **Cana de açúcar: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil**. Brasília: Editora Horizonte, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: século XV-XVIII**, 3º Volume. (as estruturas do cotidiano; o jogo das trocas; o tempo do mundo). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, Cultivos Energéticos e Soberania Alimentar na América Latina** – aquecendo o debate sobre agrocombustíveis. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- CALLINICOS, Alex. “Igualdade e Capitalismo”. In: **A Teoria Marxista Hoje** –

- problemas e perspectivas. (Orgs.): BORON, Atilio A. ; AMADEO, Javier. ; GONZÁLEZ, Sabrina. Editora Clacso. 2006, p. 253-270.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Civilização e Cultura**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1883.
- CARIO, Silvio Antonio Ferraz. & BUZANELO, Edegar J. Notas Sobre a Teoria Marxista da Renda da Terra. **Revista de Ciências Humanas**. UFSC. v. 5, n. 8. 1986, p. 32-47.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- CASTRO, Josué de. **Geografia Da Fome**. 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-A.
- \_\_\_\_\_. **Geopolítica Da Fome**. 4ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-B.
- \_\_\_\_\_. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957-C.
- \_\_\_\_\_. **Homens e Caranguejos**. (Org. ALVES, Rosemary). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Fome como força social: fome e paz.” In: FERNANDES, Bernardo Mançano. & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (Orgs.) **Josué de Castro: Vida e obra**. 2ª Edição Revisada e Ampliada São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 153-164.
- CHÁVEZ, Humberto González. La Gobernanza Mundial y los Debates Sobre la Seguridad Alimentaria. **Desacatos, Revista de Antropologia Social**. n. 25. Setembro-Dezembro. 2007, p. 7-20.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O Massacre da Natureza**. 2ª edição reformulada, São Paulo: Editora Moderna, 2005. (Coleção Polêmica)
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 10, 1998, p. 118-134.
- \_\_\_\_\_. “Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro.” In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 71-82.
- DEFFONTAINES, Pierre. **Géographie et religions**. Paris: Gallimard, 1948.
- DELEUZE, Giles. & GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Tradução: Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

DEMO, Pedro. Pesquisa Qualitativa - Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** (Ribeirão Preto). USP/Ribeirão Preto, v. 6. 1998, p. 89-104.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2001.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. (Tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). São Paulo: Editora Global, 1985.

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil - Seu Papel na Economia e na Organização do Espaço. **Revista Geo-Paisagem (Online)**. Ano 5, n. 9, 2006.

FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 42-62.

FAO. **Global food security index 2013** - An annual measure of the state of global food security. 2013.

\_\_\_\_\_. **The State of Food Insecurity in the World** - Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma, 2014.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) Tese de Doutorado. 2011. 214p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Agricultura Familiar Camponesa, Agroecologia e Estratégias de Reprodução Socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Apresentada para Obtenção do Título de Magister Scientiae. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.

FONSECA, Zulma Yanira; PATIÑO B, Gonzalo Alberto; HERRÁN F, Oscar Fernando. Malnutrición y seguridad alimentaria: un estudio multinivel. **Revista Chilena de Nutrición**. Vol. 40, Nº3, Setembro, 2013, p. 206-215.

FOSTER, John Bellamy. “O Redescobrimto do Imperialismo”. In: **A Teoria Marxista Hoje** – problemas e perspectivas. (Orgs.): BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier. ; GONZÁLEZ, Sabrina. Editora Clacso. 2006, p. 431-448.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da Fome**. Rio de Janeiro, Salvador: FIOCRUZ, EDUFBA. 2003.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1961.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Editora Global, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. Vol. 15 (43). 2001, p. 37-50.

GRAZIANO DA SILVA, José. & KAGEYAMA, Angela. “Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996, p. 1-40.

GUEDES, Pedro Arthur Braune. **Crise dos Preços dos Alimentos de 2007-2008 – Uma Análise Crítica**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geociências. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

GUERRA, Antônio Teixeira. & JABLONSKY, Tibor. **Relevo da cidade de Nepomuceno (MG)**. Nepomuceno, 1958. Disponível em: <  
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/MG12865.jpg>  
> Acessado em: 17 abr. 2015

HAMSUN, Knut. **Fome**. Tradução: Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Círculo do Livro S. A. 1977.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. A Liberdade das Cidades. **GeoUSP – Espaço e Tempo**. n. 26. São Paulo, 2009, p. 09-17.

\_\_\_\_\_. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HIATH, Marcos. **Terra dos Homens, Terra da Fome: Ensaio Relacionando a Obra de Josué de Castro com a Assimétrica Geopolítica da Carne**. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo. 2009, p. 01-18.

HOFFMANN, Rodolfo. “Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil”. In: GALEAZZI, M.A.M (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado de Letras. 1996, p. 195-213.

\_\_\_\_\_. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da

- PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 15(1): 2008, p. 49-61.  
Disponível em: <[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/4\\_artigo\\_1415\\_Determinantes\\_da\\_Inseguranca\\_Alimentar.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/4_artigo_1415_Determinantes_da_Inseguranca_Alimentar.pdf)> Acessado em: 06/06/2014
- HOUAISS, Antônio. & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- HOWARD, Sir Albert. **An Agricultural Testament**. New York: Oxford University Press, 1943.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2006**. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009**. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal – Culturas temporárias e permanentes**. Vol. 40. Rio de Janeiro. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD – 2013**. Rio de Janeiro. 2014.
- JONES, Alberto da Silva. **O MITO DA LEGALIDADE DO LATIFÚNDIO – Legalidade e Grilagem no Processo de Ocupação das Terras Brasileiras (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra)**. Tese de Doutorado. São Paulo. 2003. 297 p.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.
- LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 84. 2006, p. 77-92.
- LANE, Stuart. N. Constructive comments on D Massey ‘Space-time, “Science” and the relationship between physical geography and human geography’. **Transactions - Institute of British Geographers**. Vol. 26, 2001, p. 243-256.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**. 4ª Edição. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.
- LENZ, Maria Heloisa. **A Categoria Econômica Renda da Terra**. 4ª Edição. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. 1992.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que Fazem o Estado Andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. v. 53. n. 3. 2010, p. 621-655.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os economistas”).

\_\_\_\_\_. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

MALUF, Renato S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova**. Barcelona. n. 25. 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>>  
Acessado em: 22/06/2014

MALUF, Renato S. & SPERANZA, Juliana. **Volatilidade dos Preços Internacionais e Inflação de Alimentos no Brasil: Fatores Determinantes e Repercussões na Segurança Alimentar e Nutricional**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2013, 148 p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Novo Significado da Questão Agrária**. Texto de Apoio ao Curso de Graduação em Geografia. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Marta/2011/2semestr e/8\\_Marques\\_questao\\_agraria\\_e\\_regime\\_alimentar.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2011/2semestr e/8_Marques_questao_agraria_e_regime_alimentar.pdf)>

MARTINS, José de Souza. **Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1983, p. 705-1079.

\_\_\_\_\_. **O Capital. (Crítica da Economia Política) - Volume I. Tomo II**. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho I – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004, p.173-195.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret. 2008-A.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan

Fernandes. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008-B.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Editora Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2011.

\_\_\_\_\_. “Mais-Valia Absoluta e Relativa”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013-A, p. 157-170.

\_\_\_\_\_. “Maquinaria e Grande Indústria”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013-B, p. 67-156.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MASSEY, Doreen. Space-time, ‘Science’ and the relationship between physical geography and human geography. **Transactions – Institute of British Geographers**, Vol. 24, 1999, p. 261 – 276.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agricultural Human Values**. Vol. 26, 2009, p. 281-295.

MELGAR-QUÍÑONEZ, Hugo; KAISER, Lucia L.; MARTIN, Anna C. ; METZ, Dianne. ; OLIVARES, Anna. Food insecurity among Latinos in California: a focal groups study. **Salud Pública de México**. V. 45; 2003, p.198-205.

MELO NETO, João Cabral de. “O Rio”. In: **Morte e vida severina**: e outros poemas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2009-A, p. 15-54.

\_\_\_\_\_. “Alto do Trapuá” In: **Morte e vida severina**: e outros poemas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2009-B, p. 85-88.

\_\_\_\_\_. “Morte e Vida Severina”. In: **Morte e vida severina**: e outros poemas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2009-C, p. 97-144.

MERCIER, Guy. A Região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal De La Blache. Tradução: Guilherme Ribeiro. **GEOgraphia**, Vol. 11, n. 22. UFF. 2009, p. 07-36.

Disponível

em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/300/257>>

Acessado em: 08/06/2014

MIELE, Sávio A. F. **O Movimento da Economia Financeira**: A Dinâmica Imobiliária de São Paulo. São Paulo: Laboratório de Geografia Humana, USP, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales** – Colonialidad,

- conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal. 2003.
- \_\_\_\_\_. “Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘Um Discurso sobre as Ciências revisitado’**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 667-710.
- MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai O Pensamento Geográfico** – por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- MUNDO-ROSAS, Verónica; SHAMAR-LEVY, Teresa; RIVERA-DOMMARCO, Juan Á. Grupo de Seguridad Alimentaria en México. Epidemiología de la inseguridad alimentaria en México. **Salud Pública de México** / v. 55, supl. 2. 2013, p. 206-213.
- NAÇÃO BRASILEIRA**. Ano III – n. 19. Nepomuceno. 1925.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 58. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). 1981, p. 05-64.
- \_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. 2001, p. 185-206.
- \_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.
- OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Obesidad y Sobrepeso**. Nota descritiva n°311. Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/es/>> Acessado em: 03/05/2015.
- PANIGASSI, Giseli; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEÓN, Leticia; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael; SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo; MARANHA, Lucia Kurdian. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(10). Out. 2008, p. 2376-2384.
- PEET, Richard. “Desigualdade e Pobreza: Uma Teoria Geográfico-Marxista” In: **Perspectivas da Geografia**. CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) São Paulo: Difusão Editorial, 1982, p. 255-268.
- PEITER, Paulo Cesar. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do**

**Brasil na Passagem do Milênio.** Tese de Doutorado em Geografia. UFRJ. IGEO/PPGG. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. “Revolução Verde”. In: **Dicionário da Educação do Campo.** CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular. 2012. p. 687-691.

PICCHI, Bruno. “As duas novas Leituras do Homem-caranguejo de Josué de Castro”. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia.** 1ª edição. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1. 2010, p. 259-276.

PIKETTY, Thomas. **O Capital – no século XXI.** Tradução: Monica Baumgarten de Bole. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 2014.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Desafio Ambiental.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. & ALENTEJANO, Paulo. A Violência do Latifúndio Moderno-Colonial e do Agronegócio nos Últimos 25 Anos. **Conflitos no Campo Brasil.** 2009, p. 109-118.

\_\_\_\_\_. Geografia Agraria de la Crisis de los Alimentos en Brasil. **Mundo Siglo XXI – Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional.** Vol. 20, 2010, p. 39-54.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. **Estatística do Município de Nepomuceno.** 1918.

\_\_\_\_\_. **Livro do Centenário.** 1922.

PRIGOGINE, Ilya. & STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança:** metamorfose da ciência Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze.** 87ª Edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2010.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. Tradução: Mario Antonio Eufrásio. **Revista do Departamento de Geografia.** USP. 1983, p. 93-101.

RECLUS, Élisée. **Estados Unidos DO BRASIL – Geographia, Ethnographia, Estatística.** Tradução: B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro-

Editor. 1900.

\_\_\_\_\_. “A Origem da Família, do Estado e da Propriedade.” In: **Éliseé Reclus** (Org. ANDRADE, Manuel Correia de). São Paulo: Editora Ática. 1985-A, p. 61-108.

\_\_\_\_\_. “O Problema Urbano.” In: **Éliseé Reclus** (Org. ANDRADE, Manuel Correia de). São Paulo: Editora Ática. 1985-B, p. 143-166.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e de Tributação**. Tradução: Maria Adelaide Ferreira. 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução: Ciro Mioranza. 2ª Edição. São Paulo: Editora Escala, 2008.

SAGRADA, Bíblia. Edição pastoral. São Paulo: Editora Paulus. 1990.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único ao pensamento universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP (Editora da USP), 2006.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2008.

SCHOUCHANA, Félix. & MICELI, Wilson. Motta. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: BM&F, 2004.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**. 21 (60). 2007, p. 143-154. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a12v2160.pdf>> Acessado em: 01/06/2014.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. & MARIN-LEON, Leticia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas. 16 (2): 2009, p.1-19.

SEN, Amartya. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. New York: Oxford University Press, 1981.

SIMONCINI, João Batista Villas Boas; MAIA, Haline Aparecida de Oliveira; MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. “Fome Oculta”. **Revista de Geografia PPGeo-UFJF**. 2011.

SORLIE, Paul. D.; BACKLUND, Eric.; KELLER, Jacob. B. US mortality by economic,

demographic, and social characteristics: The National Longitudinal Mortality Study. **American Journal of Public Health**. v. 85 (7). 1995, p. 949-956.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil** – Programas de reforma agrária – 1946-2003. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012-A.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda - 1960- 1980**. Org. STEDILE, João Pedro. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012-B, p. 17-34.

STEDILE, João Pedro. & CARVALHO, Horacio Martins de. “Soberania Alimentar.” In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular. 2012, p. 714-723.

TOPIK, Steven. “The integration of the world coffee market.” In: CLARENCE-SMITH, William G. & TOPIK, Steven (Orgs.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-49.

VALVERDE, Orlando. “Metodologia da Geografia Agrária”. In: **Reflexões Sobre a Geografia**. São Paulo: Edições AGB São Paulo, 1980, p. 53-80.

VEDROSSI, Alessandro Olzon. & MONETTI, Elaine. **A securitização de recebíveis imobiliários: uma alternativa de aporte de capitais para empreendimentos residenciais no Brasil**. São Paulo: EPUSP, 2002.

VERGOPOULOS, Kostas. “Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo)”. In: **A Questão Agrária e O Capitalismo**. AMIN, Samir. & VERGOPOULOS, Kostas. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 43-179.

VERVOORT, Joost.M., et al. Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environment Change**. 2014, p. 01-12. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.03.001>> Acessado em: 25/06/2014

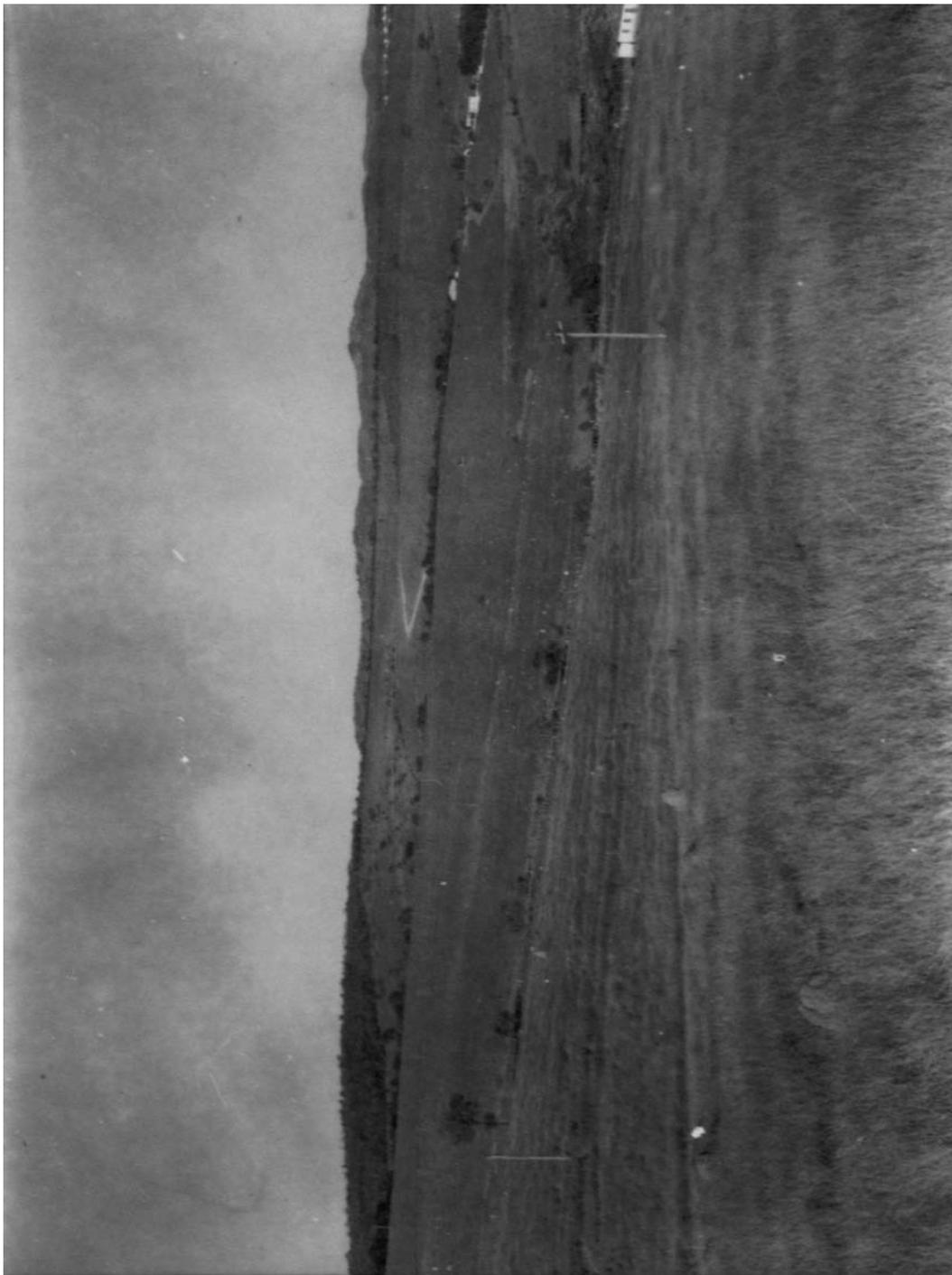
VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Uma Análise Crítica da Geografia da Saúde Através dos Indicadores: Fome e SIDA/AIDS**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geociências. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

**SITES**

**I – Prefeitura Municipal de Nepomuceno.** - <http://www.nepomuceno.mg.gov.br/>

**II – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** - <http://www.ibge.gov.br/>

**ANEXO I - Imagem da Topografia de Nepomuceno em 1958**

**Fonte:** GUERRA, Antônio Teixeira. & JABLONSKY, Tibor. **Relevo da cidade de Nepomuceno (MG).** Nepomuceno, 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/MG12865.jpg>> Acessado em: 17 abr. 2015

**ANEXO II - Questionário Aplicado – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

| As questões abaixo devem ser respondidas considerando-se os últimos <b>noventa dias</b> antecedentes à entrevista:  | <b>Sim</b> | <b>Não</b> |
|---|------------|------------|
| <b>1.</b> Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?   |            |            |
| <b>2.</b> Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?  |            |            |
| <b>3.</b> Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?  |            |            |
| <b>4.</b> Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?   |            |            |
| <b>5.</b> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?   |            |            |
| <b>6.</b> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?   |            |            |
| <b>7.</b> Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?  |            |            |
| <b>8.</b> Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?        |            |            |
| <b>9.</b> Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?                      |            |            |
| <b>10.</b> Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?                            |            |            |
| <b>11.</b> Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?             |            |            |
| <b>12.</b> Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?                                      |            |            |
| <b>13.</b> Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?   |            |            |
| <b>14.</b> Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? |            |            |

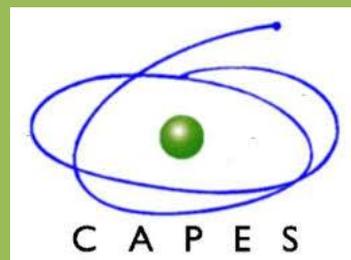
**ANEXO III: Cartilha – Por uma Alimentação mais Saudável**

# Cartilha: Por uma Alimentação mais Saudável

2015

**Autor: Lucas Guedes Vilas Boas**  
Nepomuceno/MG, Brasil.

**Apoio:**



## **Cartilha: Por uma Alimentação mais Saudável**

**Abaixo estão algumas dicas e sugestões de como tornar sua alimentação mais saudável, aumentando sua qualidade de vida e contribuindo para sua saúde.**

**A segurança alimentar ocorre quando a pessoa encontra-se com todas as suas necessidades básicas asseguradas pela alimentação, sem que isso prejudique outras atividades cotidianas. Para além, é um direito que todos os cidadãos possuem a uma dieta alimentar de qualidade.**

**A alimentação é fundamental à saúde humana. É dela que o organismo humano retira os nutrientes para a realização de funções básicas, como o fortalecimento de ossos e dentes, entre outras.**

**A água transporta os nutrientes e substâncias necessários ao corpo humano. Para além, 70% do nosso corpo é constituído por água. Por isso, a ingestão diária de água na quantidade recomendada (mínimo de dois litros) é tão importante.**

**Aumente a variedade de alimentos cultivados, pois quanto maior a diversidade alimentícia, maior a quantidade de nutrientes ingeridos. A dieta alimentar deve abranger vários nutrientes. Devido a isso, é necessário consumir um diverso grupo de alimentos, pois cada um deles fornece diferentes nutrientes ao organismo humano.**



**Porém, frutas, legumes e verduras devem ser privilegiados na alimentação, pois possuem maior riqueza e variedade em nutrientes que os demais tipos de alimentos. Assim, prefira alimentos naturais, pois são ricos em vitaminas, sais minerais e outros nutrientes importantes ao corpo humano.**

**Uma alimentação adequada deve conter diversidade de alimentos ingeridos. Porém, estes devem ser consumidos moderadamente e de maneira equilibrada, de modo a evitar excessos de alguns nutrientes.**

**Evite alimentos enlatados ou industrializados, porque eles possuem muitos conservantes para aumento do seu prazo de validade. Estes produtos químicos não são bons para o corpo humano.**



**Evite o uso de agrotóxicos, pois estes produtos químicos causam vários prejuízos aos seres humanos, como o aumento dos casos de câncer, má formação fetal, entre outros.**

**Há outras maneiras, saudáveis e seguras, de aumentar a produtividade da lavoura e/ou de combater as pragas das plantações.**

**Uma alternativa viável é recorrer a gêneros alimentícios cultivados sem o uso de agrotóxicos. No entanto, os alimentos orgânicos são vendidos a um elevado preço no país. Uma solução para economizar e se alimentar de maneira saudável é produzir os alimentos que você irá consumir, caso tenha algum pedaço de terra para cultivar.**

**A monocultura (o plantio de apenas um alimento numa porção de terra) é prejudicial à saúde humana, porque um único gênero alimentício não é capaz de suprir todas as carências nutricionais de mulheres e homens.**

**A preservação e a conservação do meio ambiente são fundamentais à alimentação saudável, pois a poluição e/ou a contaminação dos recursos naturais gera a perda de qualidade dos alimentos, que ficam contaminados. Além disto, a água, essencial à vida humana, também pode ser contaminada.**

**Os danos ambientais também agravam a situação dos solos, contaminando-os ou intensificando os processos erosivos, redutores da fertilidade da terra. A preservação do solo é crucial à manutenção da salubridade e da qualidade da alimentação, pois é dele que os alimentos retiram seus nutrientes.**

**Lavar os alimentos com água sanitária antes do consumo é uma precaução interessante, pois auxilia na remoção da maioria dos microorganismos ali presentes. A solução de água sanitária para a lavagem dos alimentos deve ser feita na seguinte proporção: uma colher de água sanitária para cada litro de água.**

**O vinagre não deve ser utilizado em tal objetivo, pois seus componentes não são capazes de extinguir as bactérias e fungos dos alimentos.**



**Contudo, ambos não são eficazes na eliminação dos agrotóxicos que possam conter nos alimentos. A lavagem com água corrente elimina parte do agrotóxico contido nestes alimentos. Porém, não é suficiente, já que a maior parte dos agrotóxicos adentra o interior dos alimentos.**

**A deficiência em nutrientes pode gerar doenças. Por exemplo, a carência em cálcio pode ocasionar osteoporose ou raquitismo, enfermidades que comprometem o sistema ósseo, favorecendo fraturas e prejudicando o crescimento das crianças.**

**No entanto, a ingestão excessiva de alguns elementos também causa agravos à saúde humana. Por isso, é importante controlar o consumo de sal, frituras, açúcares e gorduras, entre outros, pois eles incidem em doenças, como diabetes, hipertensão arterial (pressão alta), obesidade, entre outras.**

**A obesidade indica estado de insegurança alimentar. Por isto, deve ser combatida com auxílio de uma alimentação saudável e equilibrada, além de atividades físicas, que são fundamentais a uma vida saudável.**

**O uso de bebidas alcoólicas deve ser evitado, pois gera muitos danos à saúde humana.**

**Não realize dietas ou restrições alimentares sem acompanhamento de um profissional. Regimes alimentares divulgados pela mídia (principalmente a televisão e a *internet*) frequentemente não se adequam à sua realidade, nem às suas necessidades.**

**São os agricultores familiares os responsáveis por fornecer alimentos para a maioria da população brasileira. Por isso, possuem importante função na economia do país, bem como na qualidade de vida de seus habitantes. Deste modo, a agricultura familiar deve ser valorizada, buscando práticas que aumentem a qualidade dos alimentos produzidos, assim como a preservação ambiental.**



